

# Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações



Natalia Colombo  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2020

# Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações



Natalia Colombo  
(Organizadora)

Atena  
Editora  
Ano 2020

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** David Emanuel Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Natalia Colombo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 Ciências humanas [recurso eletrônico] : afeto, poder e interações / Organizadora Natalia Colombo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-457-3

DOI 10.22533/at.ed.573200710

1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I.Colombo, Natalia.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O primeiro volume de “Afeto, Poder e Interações” transita entre as temáticas relacionadas aos direitos humanos, democracia, cidadania, racismo, migrações e territórios.

Dialéticas Marxistas dão base para análises da prática profissional do serviço social, violação dos direitos humanos como meio de compreensão do fenômeno da pobreza (e os desafios do exercício da cidadania por pessoas em situação de rua) e práticas educativas apoiadas nos direitos humanos para a convivência com a diversidade no ambiente escolar. Colaboram, também, com as análises voltadas a um projeto educacional aplicado como ferramenta para que crianças se assimilem aos lugares de resistência ancestral de forma positiva; e sobre a relação da juventude com a alienação política. Precedendo a observação sobre como a formação continuada docente colabora com a promoção de mudanças metodológicas no ensino e, por consequência, nas mudanças de aprendizado.

Na sequência, relações de poder de ideologia patriarcal e as lutas das mulheres abrem espaço para os debates feministas e os papéis de esteio feminino nas sociedades – desde debates revolucionários à temáticas de saúde pública e autocuidado.

Performance e psicologia analítica são abordados na construção do personagem fictício e aplicados em projetos de combate à violência contra a mulher.

Reflexões de caráter antropológico e a contextualização da origem da imprensa alternativa homossexual são apresentados para o entendimento sobre a percepção de sujeitos gays negros frente à sociedade.

Além da compreensão de uma perpetuação de um estereótipo embranquecido – pano de fundo para o marketing de empreendimento imobiliário na formação do imaginário social na cidade de São Paulo.

Os capítulos finais abordam o estigma social, preconceito e desvalorização humana de profissões relacionadas à coleta de lixo; além do recorte local de um processo migratório global causador do aumento da população vulnerável em todo o planeta.

Na esteira das relações migratórias de fronteira, apresentamos como as representações sociais de identidades culturais podem reforçar, de maneira positiva, identificações entre nações.

Trata-se ainda, sobre o multiculturalismo e peculiaridades do campo; sob análises do processo histórico no qual o conceito de propriedade se cunhou; territórios e resistências na construção de comunidades e sobre a luta e libertação do colonialismo.

Natalia Colombo

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
SERVIÇO SOCIAL E TEORIA MARXIANA: HISTÓRIA, SUPERAÇÕES E CONTINUIDADES Nathália Pereira Prado Solange Fernandes DOI 10.22533/at.ed.5732007101	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS E OS PROCESSOS DE VIOLAÇÃO A PARTIR DO CONTEXTO DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA Gustavo Júnior Andrade dos Reis Robert Henrique Sousa Dantas Paulo Sérgio Araújo DOI 10.22533/at.ed.5732007102	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL ALDENIRA NUNES NO MUNICÍPIO DE FLORIANO-PI Sandra Muniz Vieira DOI 10.22533/at.ed.5732007103	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>38</b>
REVERBERANDO O LUGAR DA PEQUENA CRIANÇA NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIÁLOGO POSSÍVEL ATRAVÉS DO PROJETO: AFRICANIDADES E BRASILIDADES Marivania Xavier Cavalcanti Costa DOI 10.22533/at.ed.5732007104	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
PROTAGONISMO JUVENIL OU ALIENAÇÃO: DILEMAS DO COTIDIANO E INTERAÇÕES NO CAMPO POLÍTICO José Silon Ferreira Aloisio Ruscheinsky DOI 10.22533/at.ed.5732007105	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>62</b>
ESTUDO SOCIOINTERACIONAL DO DISCURSO DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF EM CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA Vera Lúcia Godinho Carneiro DOI 10.22533/at.ed.5732007106	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>73</b>
APONTAMENTOS SOBRE PATRIARCADO, MOVIMENTOS FEMINISTAS E DIREITOS DAS MULHERES CUBANAS PÓS-REVOLUÇÃO Rita de Cassia Krieger Gattiboni Rosângela Angelin DOI 10.22533/at.ed.5732007107	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>85</b>
SAÚDE E SABERES DAS MULHERES EM CONTEXTO RIBEIRINHO Priscila Freire Rodrigues Lígia Costa de Sousa Nogueira Martins DOI 10.22533/at.ed.5732007108	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>101</b>
NÓS - TEATRO DAS OPRIMIDAS E A (DES) NATURALIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES Michelle dos Santos Lomba DOI 10.22533/at.ed.5732007109	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>116</b>
O MUNDO ÍNTIMO DOS ARTISTAS: SANIDADE OU LOUCURA SOB O VIÉS JINGUIANO Andréa Hamminni Pires da Silva Avila Franquetto Carla Barcelos Nogueira Soares João Carlos de Aquino Almeida DOI 10.22533/at.ed.57320071010	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>128</b>
QUESTÕES DE (DES)GOSTO: NOTAS REFLEXIVAS SOBRE MASCULINIDADE, NEGRITUDE, HOMOSSEXUALIDADE E AFETO Vinicius Luis Pires Queiroz DOI 10.22533/at.ed.57320071011	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>140</b>
A EUGENIA NA CIDADE DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS DE 1988-1990 ATRAVÉS DO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO” Bolají Alves Matos de Paula Xavier DOI 10.22533/at.ed.57320071012	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>151</b>
O CANTO DAS SEREIAS: IMAGENS DO HABITAR NA CIDADE DE SÃO PAULO SOB O CAPITALISMO FINANCEIRO Maria Fernanda Andrade Saiani Vegro Fábio Lopes de Souza Santos DOI 10.22533/at.ed.57320071013	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>167</b>
O GARI E O CATADOR COMO TRABALHADORES <i>OUTSIDERS</i> E A ESTIGMA SOCIAL Kayo Henrique Duarte Gameleira Thallys Emanoell Pimenta de Freitas Ailton Siqueira de Sousa Fonseca DOI 10.22533/at.ed.57320071014	

<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>180</b>
REFUGIADOS NA AMÉRICA LATINA: REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL	
Lucelaine dos Santos Weiss Wandscheer	
Flávia Candido da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57320071015</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>194</b>
A REAFIRMAÇÃO DO ESTEREÓTIPO DA AMIZADE URUGUAIO-BRASILEIRA NO TELEJORNALISMO E NO IMAGINÁRIO FRONTEIRIÇO	
Roberta Brandalise	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57320071016</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>208</b>
IMPLICÂNCIAS E SILÊNCIOS DA HISTÓRIA EM RELAÇÃO AO LINGUAJAR CAMPEIRO: APONTAMENTOS PRELIMINARES	
Manoel Adir Kischener	
Everton Marcos Batistela	
Airton Carlos Batistela	
Mariza Rotta	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57320071017</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>226</b>
A PROPRIEDADE DA TERRA ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	
Lorenzo Giovanni Gava	
Eleide Abril Gordon Findlay	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57320071018</b>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>234</b>
GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E QUILOMBOS: OS DESAFIOS NO DEBATE DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS	
Maria Pricila Miranda dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57320071019</b>	
<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>244</b>
PROCESSO REVOLUCIONÁRIO NA ÁFRICA LUSÓFONA: AMÍLCAR CABRAL E O MOVIMENTO DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE	
Cam-naté Augusto Bissindé	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57320071020</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>260</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>261</b>

# CAPÍTULO 1

## SERVIÇO SOCIAL E TEORIA MARXIANA: HISTÓRIA, SUPERAÇÕES E CONTINUIDADES

*Data de aceite: 01/10/2020*

*Data da sunmissão: 06/07/2020*

### **Nathália Pereira Prado**

Universidade Estadual de Ponta Grossa.  
Curitiba – PR  
<http://lattes.cnpq.br/0990302659953558>

### **Solange Fernandes**

Universidade Católica do Paraná.  
Curitiba – PR  
<http://lattes.cnpq.br/9767815823163181>

**RESUMO:** Tal estudo se debruça sobre a dialética marxista, pois é por sua aproximação ao método que o Serviço Social caracteriza o seu processo de ruptura, reordenamento ideológico e teórico-metodológico profissional. Por meio de análise sócio histórica acompanhamos os avanços e contradições inerentes a realidade social, analisamos o processo de aproximação da profissão com a teoria marxiana, bem como sua importância para a efetivação do Projeto Ético-Político e os princípios fundamentais do Serviço Social. Constatamos a existência de processos alienante e alienadores enraizados na divisão social e técnica do trabalho, o desafio do Serviço Social a partir de uma atuação pautada no compromisso com a classe trabalhadora, e a necessidade de constante formação e atualização profissional frente a onda conservadora que assola o país. Nos voltarmos às bases e ao interior da profissão, possibilitou a autocrítica pautada no compromisso político ideológico e

construção de uma atuação comprometida na busca da emancipação humana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social, Dialética, Teoria Marxiana.

### **SOCIAL WORK AND MARXIAN THEORY: HISTORY, OVERCOMING AND CONTINUITY**

**ABSTRACT:** Such a study lies on the Marxist dialectic, because it is due to its approach to the method that Social Work characterizes its process of rupture, ideological and theoretical-methodological professional reordering. Through socio-historical analysis we follow the advances and contradictions inherent to social reality, we analyze the process of approximation of the profession with the Marxian theory, as well as its importance for the effectiveness of the Ethical-Political Project and the fundamental principles of Social Work. We note the existence of alienating processes rooted in the social and technical division of labor, the challenge of Social Work based on the commitment to the working class, and the need for constant training and professional updating in the face of the conservative wave that is plaguing the country. Turning to the bases and the interior of the profession, it enabled self-criticism based on ideological political commitment and the construction of a assiduous performance in the search for human emancipation.

**KEYWORDS:** Social Work, Dialectic, Marxian Theory.

## 1 | INTRODUÇÃO

Neste texto nos propomos a analisar os fundamentos do Serviço Social a partir de uma perspectiva crítico dialética. Partimos de estudos históricos da profissão e da relação de produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista. Identificamos o quanto a história é capaz de revelar os processos alienantes, enraizados na divisão social do trabalho, contribuindo para a perpetuação do modo de produção vigente e se colocando como um grande desafio para as/os profissionais de Serviço Social.

Esse trabalho é resultado de uma pesquisa acadêmica, que buscou a relação teórico- metodológica do Serviço Social com a perspectiva dialética de Marx. Questionando de que modo esse arcabouço oferece elementos para formação profissional, tanto como método para análise e intervenção na realidade sociopolítica, econômica e cultural, quanto na defesa do projeto ético- político da profissão.

Iamamoto (2007) aborda a necessidade de incorporarmos a teoria social crítica ao universo profissional, assim como a pesquisa sobre condições de trabalho e respostas às expressões da questão social em diferentes espaços ocupacionais. Portanto, buscou-se aqui um posicionamento histórico-crítico, não endógeno, compreendendo que o processo de reprodução da totalidade não se dá por processos homogêneos, mas composto de contradições e conflitos, nos quais a profissão está inserida. A partir disso temos como objetivo perpassar pela história do Serviço Social, compreender a dialética, e seu caráter atemporal, construindo uma análise crítica aos desafios atuais.

Conforme Lakatos e Marconi (2003), as coisas não devem ser analisadas como objetos fixos, mas em seu constante movimento, sendo que o que possa parecer o fim é a condição para um novo começo. Por isso, a pesquisa se estruturou como básica de caráter exploratório, buscando uma “maior familiaridade com o problema e deixá-lo mais explícito, buscando o aprimoramento das ideias” (GIL, 2002, p. 41). Desse modo, é fundamental perceber o conjunto das expressões por trás dos acontecimentos e as condições que os geram, buscando compreender a dialética das relações e influências na construção da profissão.

É a partir das análises históricas e conjunturais – nos aproximando da história do Serviço Social brasileiro, assim como da perspectiva dialética de Marx – que poderemos inserir a a base teórico metodológica em nosso cotidiano profissional e construir a crítica tanto para dentro quanto para além da profissão.

## 2 | SERVIÇO SOCIAL E SUA CONCEPÇÃO HISTÓRICA

A história da origem do Serviço Social é formada por duas concepções: uma por meio da profissionalização da caridade, e a outra provém de uma perspectiva histórico crítica, muitas vezes caracterizada pelo elemento da contradição (Faleiros, 1997), questionando o modo de produção capitalista, mas atuando no abrandamento dos impactos da exploração

capitalista sobre a população.

Na Europa, em seu período de modernização, a ação social nasce como uma atividade ampla, com a intenção de transformar ou adaptar os quadros existentes. Adèle de Loneux define o Serviço Social como o “conjunto de esforços feitos para adaptar o maior número possível de indivíduos à vida social, ou para adaptar as condições de vida social às necessidades dos indivíduos” (PAULA FERREIRA apud AGUIAR, 1984, p. 32).

A partir do século XIX, no contexto da industrialização, do crescimento urbano e modificações no cenário econômico, a pobreza latente nos grandes centros faz com que entidades particulares se voltem à organização da assistência social. O que era papel da igreja, tornou-se contribuição daqueles que possuíam bens, com as chamadas “damas de caridade” executando a atividade em tom de benevolência.

No século XX, já denominada como Serviço Social e agora com influências internacionais, a primeira Conferência de Serviço Social reuniu quarenta e dois países, e definiu a profissão, segundo Vieira (1985), como um conjunto de esforços que visa minorar sofrimentos provenientes da miséria (assistência paliativa); recolocar indivíduos e famílias em condições normais de existência (assistência curativa); prevenir flagelos sociais (assistência preventiva); melhoria das condições sociais e elevação do nível de vida (assistência constitutiva).

Ainda com influência da Igreja Católica, o trabalho social se volta ao reforço da moralidade, sendo “o controle social da família operária para adequar e ajustar seu comportamento às exigências da ordem social estabelecida” (FALEIROS, 2001, p. 88). Aqui é possível observarmos mecanismos que buscavam tornar a ordem social inquestionável e aceitável ao proletariado.

Sob a égide do capital é possível observar o agravamento das expressões da “Questão Social”, porém, a classe dominante entendia o enfrentamento da classe trabalhadora como a falta de entrosamento, e não como resultados das relações sociais vinculadas à questão estrutural da sociedade (FALEIROS, 2001). Partindo da construção crítica, a Questão Social é o conjunto de expressões das desigualdades no sistema capitalista, enraizada na produção do trabalho – sendo ele, conjunto das relações sociais desiguais do sistema, onde o lucro é apropriação de poucos, vigorando o antagonismo de classes.

Na teoria explicativa com viés histórico-crítico, Martinelli (2000) afirma que a profissão tem sua marca profunda no capitalismo e suas variáveis, desenvolvida no processo de alienação, contradição e antagonismo entre o capital e o trabalho.

## **2.1 Serviço Social no Brasil**

Na América Latina, o desenvolvimento do Serviço Social se dá em um cenário contraditório, em que a acumulação de riqueza é inversa ao acelerado aumento da pobreza, resultados do desenvolvimento de um capitalismo dependente. A exploração capitalista dos excedentes econômicos<sup>1</sup> prosseguiu ao longo do século XX, e o Brasil atendeu a um

<sup>1</sup> Na teoria econômica da dependência, tendo André Gunder Frank como um de seus estudiosos, trata a extração do



pequeno setor da população na produção de bens de consumo, setor esse que tem cada vez mais a renda concentrada em suas mãos. Faleiros (1997) trata como “o círculo vicioso da riqueza”.

Foi no período de 1925 e 1936 que, com influências europeias, o Serviço Social foi implantado na América Latina por meio das Escolas de Serviço Social, com o sentido de correção de problemas disfuncionais junto ao desenvolvimento industrial. Assim, “a ideia de adaptar o homem à sociedade já estava formulada implicitamente nos programas de saúde e de assistência aos operários” (FALEIROS, 1997, p. 21), além disso, a visão religiosa e moral predominava em sua estrutura, constituindo os campos de formação, as dimensões políticas e ideológicas.

A partir de 1936 nascem os primeiros cursos de formação social e semanas sociais em São Paulo, Rio de Janeiro, Natal e Porto Alegre, ainda com forte contraste religioso. Iamamoto e Carvalho (1996) falam sobre o uso da ciência em função da caridade, representando a evolução dos antigos métodos a partir da evolução dos estudos sociológicos e pela intensa complexidade dos problemas sociais presentes. Portanto, não houve uma revolução, mas um aperfeiçoamento da ajuda e suavização da miséria, com uma formação técnica voltada ao estudo das teorias do Serviço Social, dando conhecimento e condições para colocá-lo em prática, e a formação prática lidando com as diversas questões vivenciadas nas instituições de atuação. A formação pessoal estava baseada nos princípios cristãos, preocupando-se com uma formação moral e sólida dos futuros profissionais (AGUIAR, 1984).

Em 1949 o Serviço Social foi reconhecido como profissão liberal pelo Ministério do Trabalho, tendo seu desempenho vinculado a instituições públicas e instituições privadas, responsável pela implementação de políticas e programas sociais. É com a configuração do perfil assalariado que se obtém um divisor entre o trabalho profissional e o trabalho assistencial voluntário, estabelecendo relações contratuais e concretizando a sua ação profissional, porém, a profissão mantém o traço religioso como: a valorização moral e o “discurso humanitário, altruísta e (supostamente) desinteressado” (YASBEK, MARTINELLI, RAICHELIS, 2008, p. 15).

Com as novas configurações societárias e o avanço das forças produtivas a partir do segundo pós-guerra, coloca-se a profissão frente a uma matriz positivista e sua teoria estrutural-funcionalista. Oriunda do Serviço Social norte-americano, com caráter imediatista, buscava a regularidade sem considerar as variabilidades das relações societárias, centrando as análises nos indivíduos. Faleiros (1997), afirma que, no universo da experiência positivista, a técnica é colocar em foco uma visão quantitativa, isolada e parcializada.

Na América Latina na década de 1950, o Desenvolvimento de Comunidade (DC)

---

excedente econômico gerado nos países atrasados pela ação do capital estrangeiro (Faleiros, 1991). Podemos compreender, portanto, o valor excedente como a mais-valia, produzida internamente e na reprodução da dependência.

ganha força com uma visão dualista de sociedade. Historicamente, o Serviço Social começa a fazer parte do processo de desenvolvimento do país a partir do fim da experiência nacionalista de Vargas (de 1930 a 1945) e o início do desenvolvimentismo com Juscelino Kubitschek (de 1956 a 1961). A proposta do método Desenvolvimento de Comunidade tem origem nesse cenário, a partir de programas voltados à modernização da agricultura e educação de adultos, estimulados pela ideia de correção das “disfuncionalidades”. A profissão passa nesse período por um processo de mudanças, sendo-lhe atribuídas novas responsabilidades e modernizações na vida pública, com característica desenvolvimentista e modernizadora, por meio de organizações estatais focadas no planejamento de desenvolvimento no campo da habitação, da saúde, da ação comunitária, dentre outros.

No entanto, a realidade brasileira e latino-americana são distintas da realidade e influências estadunidense. Os dramas vivenciados em nosso continente não possibilitavam respostas apropriadas a partir do Desenvolvimento de Comunidade. Manrique de Castro (1984), afirma que os problemas derivados da sujeição econômica, dos efeitos de um domínio imperialista e demais problemas, resultavam em barreiras entre necessidades identificadas e recursos disponíveis ao trabalho das/dos assistentes sociais.

A partir dos anos 1960, com as mudanças econômicas, políticas e culturais, os questionamentos frente ao instrumento de consolidação capitalista se colocam na profissão. Nesse período a profissão assume as inquietações a partir de uma atmosfera de intenso movimento político dos trabalhadores, intelectuais e das classes populares. Nos níveis teórico-metodológico, técnico operativo e ético-político, a profissão percebe a necessidade da construção de um novo projeto profissional.

A profissão assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. Este movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações. É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino-americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo (YAZBEK, 2009, p. 7).

É a partir do movimento de reconceituação da profissão que as conjunturas dos países latinoamericanos tendem a influenciar os posicionamentos teóricos do Serviço Social. No Brasil, em meio à conjuntura do golpe militar de 1964, a reconceituação ganhou força a partir das perspectivas de superar o tradicional Serviço Social da Europa e Estados Unidos. Inserindo conforme a realidade latino-americana, não mais como mero receptor de um conteúdo ideológico, mas adotando uma postura crítica aos fundamentos e desenvolvendo

um conhecimento específico.

Netto (1991) observa que, durante esse período de instauração de um pluralismo teórico, ideológico e político, anula-se o caráter homogêneo da profissão através de matrizes teóricas alternativas. Além disso, as intervenções dentro das discussões acadêmicas, antes mantidas somente pelas ciências sociais, o maior interesse para a investigação e pesquisas começam a fazer parte do perfil acadêmico do Serviço Social.

O movimento de renovação profissional é tratado por Netto (1991) a partir de três vertentes:

- A modernizadora – voltados a uma modernização conservadora, em que a autocracia burguesa buscava neutralizar os protagonismos sociopolíticos e mantendo relações com as características tradicionais, ao mesmo tempo em que dinamizava as questões emergentes;
- A vertente fenomenológica - é vista por Netto como uma “reatualização do conservadorismo”, recuperando as heranças históricas do pensamento católico tradicional e seu olhar focalista e se reatualizando em suas matrizes intelectuais;
- A vertente marxiana - uma perspectiva que visava romper com as heranças do pensamento conservador. Por meio desse pensamento, há no Serviço Social um adensamento do “marxismo acadêmico” ou “marxismo althusseriano”, um marxismo que científica a partir de um formalismo metodológico.

Para a vertente Marxiana, Netto (1991) faz menções ao método Belo Horizonte, chamando atenção ao fato de ter se desenvolvido exclusivamente em seu campo teórico e com características etapista e metódicas que impossibilitavam acompanhar a processualidade dialética das relações sociais, provenientes das crises com a autocracia burguesa e suas condições contraditórias. Em contraponto, muitos centros universitários inserem novas disciplinas e teorias sociais que tratam da ampliação da categoria a partir de sua laicização e, aos poucos, as produções acadêmicas permitem a polarização dos debates profissionais.

### 3 | O MÉTODO DIALÉTICO

O método dialético compõe a formação da/do assistente social a partir de suados processo sucessivos de aproximação ao real, a forma como considera e interage nas relações sociais e compreende a realidade.

Importante ressaltar que, a teoria social de Marx, se apresenta não só com problemas de ordem teórica, mas também ideopolítica, a medida em que se vincula a um projeto revolucionário. Netto (2009, p. 1) aborda essa questão quando afirma que:

Durante o século XX, nas chamadas “sociedades democráticas”, ninguém teve seus direitos civis ou políticos limitados por ser durkheimiano ou weberiano – mas milhares de homens e mulheres, cientistas sociais ou não, foram perseguidos, presos, torturados, desterrados e, até mesmo, assassinados

por serem marxistas.

Diferente dos economistas clássicos que enxergavam a troca de mercadorias como a relação entre coisas, Marx identifica as relações sociais na troca de mercadoria. Porém, a influência positivista resultou em uma interpretação simplista de sua teoria, uma forma de manual dos “princípios fundamentais” do materialismo dialético e histórico, considerando a lógica dialética indiferente a natureza da sociedade. Engels (apud Netto, 2009) protestava contra esse tipo de procedimento, alegando ser necessário estudar a história em suas minúcias, antes de se retirar qualquer tipo de concepção que a envolve.

Considerando que ciência e ideologia não se separam, trabalhar a partir da dialética é considerar a relação em suas diversas faces, destacando sua historicidade e se opondo a aceitação de uma ordem positivista estabelecida.

Faleiros, em seu livro “Metodologia e Ideologia do Trabalho Social” (1997) dedicou-se à busca da historicidade do conceito de ciência. Um conceito não unívoco, mas afirmando que a ciência está reduzida a um formalismo abstrato, junto ao desenvolvimento do capitalismo como “produtor de mercadorias, de coisas intercambiáveis”. E é nesse processo que a ciência está colocada como meio de potencialização da produtividade na busca por resultados.

### **3.2 A teoria social marxiana e sua crítica ao capital**

É importante conceituarmos o desenvolvimento do capitalismo por meio das forças produtivas e da propriedade privada dos meios de produção. Nesse processo, a força de trabalho e a produção individual são desvalorizadas, levando o trabalhador a submeter-se ao sistema de produção do capital.

Tal processo gera, então, o estabelecimento do proletariado, estabelecendo-se à luta de classes, gerada a partir de um movimento de ação e reflexão necessária à ótica das/dos trabalhadoras/es para a compreensão dos processos de desenvolvimento da sociedade. Portanto, o processo de produção capitalista não significa apenas produzir mercadoria, mas também, a produção de ideias e representações, sendo o capital e o trabalho uma unidade que se expressa no outro.

Na realidade, portanto, a lei de acumulação capitalista, mistificada numa lei da natureza, expressa apenas que a natureza dessa acumulação exclui toda a diminuição no grau de exploração do trabalho ou elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista, sua reprodução em escala sempre ampliada (MARX, 2013, p. 697).

Existe aqui uma discussão importante sobre a dificuldade de entender as expressões do capital por meio da mercadoria, onde as relações aparecem invertidas, obscurecendo a real expressão das mercadorias em relação às classes sociais. Iamamoto e Carvalho (1996), apontam sobre a mistificação das relações sociais esvaziadas de sua historicidade, assim, a “reificação do capital é, pois, a forma mistificada em que a relação social do capital

aparece na superfície da sociedade” (p. 31).

A reprodução do capital se instaura em várias dimensões e expressões de vida na sociedade, portanto, a produção e reprodução da riqueza são resultados de um processo social no qual recria e reproduz seus antagonismos. Antagonismos estes expressos no processo de industrialização e luta pela sobrevivência dos trabalhadores, onde existem conquistas parciais da redução da exploração do trabalho, mas mantendo a ordem e interesse do capital, apresentando uma ideologia de naturalização das desigualdades, encobrendo a exploração e não a eliminando.

Enquanto existe produção e reprodução, há também a renovação das relações, tornando o processo do capital não linear. Portanto, o processo de compreensão e articulação entre teoria e método, nos coloca frente a necessidade de uma compreensão dialética quanto às expressões e contrariedades da sociedade do capital e seus impactos nas relações sociais.

É pela luta de classes que o operariado busca compreender a hegemonia da sociedade atual, vendo a necessidade de transformá-la. Nesse sentido, percebe-se a dialética marxista como uma teoria revolucionária, assim como afirma Lukács (apud Quiroga, 1991, p. 63) “por sua essência ela é a expressão pensada do próprio processo revolucionário”, não se separando mais a criticidade prática da metodologia aplicada.

A teoria crítica de Karl Marx, segundo Lowy (1978), é fundamentada no humanismo e historicismo, interligando-os e não os fundamentando em uma concepção eterna de homem e sociedade. Sendo assim, Marx não parte do homem individual, mas dos homens produzindo em uma sociedade concreta. Assumindo sua característica materialista, Marx se opõe ao idealismo por meio de um posicionamento em que a vida material vai ao encontro da realidade e sua representação, sendo uma característica fundamental da dialética:

O conhecimento da realidade não é, pois, mero reflexo da realidade no pensamento. Ao captá-la, o homem a retém e elabora, utilizando como elemento dessa elaboração um conhecimento acumulado. Assim, a síntese da relação entre realidade e pensamento é superior à simples transposição mecânica da realidade para o pensamento (QUIROGA, 1991, p. 75-76).

A dialética em Marx, portanto, é definida pelas contradições trazidas de forma a definir novos horizontes e contrapor os processos doutrinários da sociedade capitalista, buscando a compreensão entre “sujeito e objeto, entre o homem e as circunstâncias, entre a atividade humana e as condições dadas” (LOWY, 1978, p.76). Sua dialética é crítica e revolucionária, não deixando de ser científica.

Entretanto, lidar com a totalidade em constante mutação é exercer uma reflexão árdua, na intenção de desvendar o real e de capturá-lo em movimento. O método de Marx (2013) afirma que, é a partir do real (concreto) que se constrói o pensamento (abstração).

Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus

condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais. É assim que ele trata a filosofia de Hegel, os economistas políticos ingleses (especialmente Smith e Ricardo) e os socialistas que o precederam (Owen, Fourier) (NETTO, 2009, p. 4).

É a partir da análise da sociedade burguesa que Marx desenvolve o método com objetivos de compreender a dinâmica estrutural. Processo caracterizado e construído ao longo de anos de estudos e investigações, mais adiante constituídos como elementos fundamentais para a crítica da economia política.

Tal processo teórico não constitui para Marx a descrição detalhada de fatos e nem a construção de discursos retóricos na comunidade científica, afirma Netto (2009). Caracterizando como uma modalidade peculiar do conhecimento, ela tem suas especificidades, onde o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto em si. Marx considera a posição do pesquisador como influência das perspectivas analíticas dadas ao objeto, portanto, quanto mais fiel o pesquisador for ao objeto, sua reprodução tende a ser a mais concreta e aproximada do real.

Assim, a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento). [...] Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (NETTO, 2009, p. 5).

A teoria é o movimento do objeto com o papel ativo do sujeito, sendo este de papel fundamental no processo de pesquisa, levando em consideração sua capacidade de análise crítica. Esse processo é resultado de elaborações longas, não sendo atribuídas a elas características de uma teoria aplicada de maneira repentina.

Marx e Engels (1963, p. 195, apud Netto, 2009, p. 9) partem de um processo de construção filosófica, fazendo uso da concepção de Hegel sobre “uma grande ideia fundamental”, afirmando “que não se pode conceber o mundo como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos”. E ao se voltar para crítica à economia política, suas ideias crescem a partir de uma análise dos meios de produção, considerando que existem determinadas fases de produção, da circulação e do consumo, sendo essas fases determinantes às formas de constituição social. Sendo assim, as relações sociais estão ligadas às forças produtivas (MARX, 2008).

Para Marx (1999), o concreto é a síntese de muitas determinações, portanto ele é o resultado e não o ponto de partida, ainda que o estudo se constitua a partir dele. Já a abstração é um procedimento intelectual capaz de permitir a contextualização, as determinações concretas que possibilitam a análise, tornando-se abstrato. Vale lembrar que, para Marx, o método não é um conjunto de regras a serem aplicadas, mas sim é

uma posição do pesquisador perante a dinâmica do objeto.

## 4 I O MÉTODO DIALÉTICO E O SERVIÇO SOCIAL

Conforme a classe profissional tem um crescimento quantitativo, o debate voltado à teoria e ao método é estruturado nos meios de formação, ainda que com uma visão chamada “modernização conservadora” junto ao processo ditatorial vivido no país. Netto (1991, p. 127) afirma que “a modernização conservadora se revela inteiramente nesse domínio: redefine-se a base da legitimidade profissional ao se redefinirem as exigências do mercado de trabalho e o quadro da formação para ele”.

No âmbito educacional, modificaram-se as estruturas educativas para bases mais tecnicistas, rebatendo na formação do Serviço Social. Porém, houve um movimento contraditório, onde não só preocupações técnicas profissionais tomaram conta do processo de formação, mas também vertentes das ciências sociais e o olhar crítico e questionador de profissionais mais jovens, antes inexistentes na profissão. Com isso, observar que a autocracia burguesa possibilitou um espaço à profissão pensar suas concepções teóricas e alternativas práticas.

A partir desse processo, a renovação profissional fundamenta-se como:

[...] o conjunto de características novas que, no marco das construções de autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO, 1991, p. 131).

Trata-se, então, de um processo de pluralismo profissional, de legitimação prática e sua abertura às teorias, sendo um avanço quando relacionamos seus processos à busca de consistência e estruturação do Serviço Social enquanto instituição legítima. A partir disso, a busca por uma teoria metodológica e postura ético política, que assumisse as inquietações da época, se tornaram presentes na formação profissional.

As características da intenção de ruptura se dão justamente nesse processo de oposição à autocracia burguesa e aproximação com a classe operária brasileira e seu protagonismo democrático. Esse processo, portanto, trata-se de um processo não linear, marcado por confrontos e divergências entre as próprias forças populares.

Em relação à perspectiva crítico dialética, em um primeiro momento, suas contribuições são discretas, caracterizando um período de nova roupagem do conservadorismo presente na profissão, mas sua intenção de ruptura e avanço é inquestionável (NETTO, 1991). A ampliação da categoria possibilita o debate com diversas perspectivas, inclusive a conservadora e seu processo de modernização, dando intensidade aos debates profissionais.

Desenvolve-se, então, um debate sobre o caráter político da prática e sua não

neutralidade, trazendo ao Serviço Social questionamento quanto a vinculação da profissão aos interesses de setores dominantes, havendo a necessidade de novas bases de legitimação.

Se, num primeiro momento, esse esforço confunde a ação profissional com uma ação político partidária, levantando, inclusive, a necessidade de abandonar os espaços institucionais, a partir de 1978, por influência de Gramsci, cuja obra começa a ser divulgada no Brasil, o Movimento de Reconceituação procura se orientar por uma perspectiva dialética, com base na concepção de Estado ampliado, que permite perceber a instituição como espaço contraditório e de luta de classes (SILVA E SILVA, 1995, p. 39).

É partir da década de 1970/1980<sup>2</sup>, que os pensadores marxianos, Gramsci e Lukács, são inseridos à contribuição teórica para a concepção de Estado, além do entendimento da profissão da divisão sociotécnica do trabalho.

Aproximando-se de Marx, o pensamento de Gramsci não se detém ao campo da economia política, mas suas construções são essencialmente baseadas nos princípios da contradição e uma nova forma de compreender a sociedade.

Já as aproximações de Lukács são voltadas ao estudo metodológico das ciências sociais e às obras de Marx. Lukács mantinha sua convicção científica à dialética marxista, com intenções de aprofundá-la, exercendo sua fidelidade metodológica, mas levantando questões de problemas “superestruturais”, como os problemas filosóficos e culturais, dando atenção aos fenômenos estéticos da sociedade.

Assim, dentre os citados e os demais teóricos marxianos, o projeto profissional de ruptura com o conservadorismo se consolida, inserindo um olhar democrático por meio de participação política, na direção de uma nova ordem societária. Tal projeto se explicita no Código de Ética dos/das Assistentes Sociais e na Lei que Regulamenta a Profissão, ambos de 1993.

O Serviço Social começa a considerar a produção social capitalista determinante nas relação entre pessoas e as classes. É no processo de contradição, entre capital e trabalho, que a profissão encontra nos espaços ocupacionais até os dias atuais, cabendo uma necessidade das análises apresentadas perante o processo de produção, da força de trabalho e controles por meio de uma ideologia dominante.

Ao método dialético são necessárias ampliações de conceitos e compreensão de todos os níveis do modo de produção capitalista, relações de trabalho e processos históricos que os permeiam, possibilitando o conhecimento aproximado às relações de poder e dando novas dimensões às articulações entre teoria e prática. Quiroga (1991, p. 107) afirma:

---

2 O período aqui tratado consolida-se a partir de rumos da evolução política, logo mais com a promulgação da Constituição Federal de 1988, na qual as classes sociais têm papel de intensa luta política. Ainda com marcas conservadoras da transição entre o período ditatorial e Nova República, instaura-se um período de possíveis construções político profissionais ao Serviço Social.



Assumir o pensamento de Marx em sua totalidade significa, pois, torná-lo nas três dimensões de sua proposta, todas três interligadas e inseparáveis: o método dialético, a teoria do valor e a questão da força social das classes e a luta de classes, cujo fim última é a possibilidade da revolução. A ênfase excessiva em uma ou outra dessas dimensões acarreta, portanto, deformações da visão de totalidade que está embutida em sua concepção.

Um debate importante no âmbito profissional, quando nos referimos ao marxismo presente em sua formação, é uma redução aos conteúdos disciplinares, se omitindo as construções conceituais e ricas de Marx. Suas formas acabam estatizadas e não colocadas em movimento, como o próprio método dialético exige em sua totalidade teórica. Silva e Silva (1995), fala sobre a não dinamização das teorias em confronto com a realidade no contexto das relações sociais. Isso implica a necessidade de uma prática onde a teoria seja vista como um processo permanente de construção.

Imprimir a inspiração teórica de Marx nos fundamentos do Serviço Social requer o cuidado em relação a sua redução nos espaços ocupacionais. Uma profissão cuja gênese está atrelada ao pensamento conservador, há o desafio de estabelecer um diálogo aberto ao método e sua tradição revolucionária. Esse diálogo passa pelo reconhecimento da profissão inerida na divisão sociotécnica do trabalho e seus limites, porém, não sendo consideradas como absolutas e padronizadas, sendo a construção teórico-metodológica e ético-política possível ao exercício crítico e questionador.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Karl Marx, a dialética é um método que parte de aproximações sucessivas com o real, compreendendo o processo de produção capitalista e as relações de trabalho como processos históricos, portanto, um processo de ideias e suas representações. Lidar com a totalidade e as constantes transformações exige processos intensos na captura contínua do real por meio de seu movimento. Caracterizá-la como construção científica é um exercício árduo de aproximação do pensamento à realidade concreta.

Por meio da literatura, podemos perceber que a tese endógena, por mais que na contemporaneidade já tenhamos superado muitos dos pressupostos da identidade profissional vinculada à ajuda, ainda tem sido percebida com predominância por sujeitos externos à profissão, mas sido adotada pelos profissionais por sua facilidade interpretativa. A partir dessas constatações, é possível construirmos um pensamento reflexivo sobre a dificuldade de se adotar uma postura profissional de sujeito ativo tanto na prática, quanto na construção teórica.

Ao nos apropriarmos de uma base teórica como a dialética, é necessário nos apropriarmos de sua construção ideológica, compreendê-la em suas dimensões e aplicá-la a partir do nosso posicionamento crítico e fincado ao compromisso com o Projeto Ético Político do Serviço Social.

A atuação profissional na história se caracteriza pela polarização dos interesses das classes e se reproduzindo nessas contraposições, por isso existe a necessidade de romper com tais padrões interpretativos.

No que tange os questionamentos metodológicos no processo de formação em Serviço Social, são extremamente necessários à construção crítica e seu amadurecimento frente aos desdobramentos históricos da atualidade. A incorporação do método dialético no Serviço Social veio justamente construir determinações reflexivas à construção estratégica entre composição do capital e as expressões da questão social, objeto de estudo e intervenção da profissão.

Aos objetivos propostos neste trabalho, podemos conferir que os avanços ao estudo da dialética se fizeram presentes a partir do momento da reconceituação da profissão e seu movimento de ruptura com o conservadorismo. Desde então seu debate tem sido aprofundado e amplado nos diversos espaços em disputa da categoria profissional. Conferimos também que é possível a inserção da dialética na construção teórica e prática do Serviço Social, visto que as estratégias profissionais conferem com a proposta do método dialético na construção das concepções necessárias ao estudo das expressões da questão social e na construção de intervenções que se aproximem ao máximo da realidade e sejam capazes de modificações estruturais, graças a seu caráter atemporal e que possibilita um olhar ao indivíduo em sua realidade e os impactos da realidade ao indivíduo.

Sendo assim, partindo do pressuposto que a profissão está em constante movimento de transformação, considerando seu posicionamento histórico e que sua formação segue sendo reavaliada e remodelada conforme tais necessidades estruturais, mas mantendo seu foco no compromisso com o Projeto Ético Político do Serviço Social considerou-se ainda possível o uso do método dialético de Marx como forma de estudo e combate as disparidades sociais, negando e propondo intervenções ao sistema vigente, construindo pontes a uma mudança de posicionamento e características profissionais.

Deve-se, portanto, lembrar que o materialismo proposto por Marx segue caminho oposto do idealismo, portanto, vai ao encontro da realidade em toda sua totalidade. A partir disso, considerar as possibilidades de se manter em um posicionamento crítico em meio à conjuntura atual, é considerar a exigência de um posicionamento contestador das/dos profissionais nos estreitos limites das instituições e se aproximando das bases legitimadoras de uma teoria profissional.

É entre esses acúmulos e busca de amadurecimento profissional, por meio de lutas e desafios, que o Serviço Social se consolida em seu percurso histórico. Na atualidade não poderia ser diferente, seus caminhos emancipatórios e de contradições, frente à postura neoliberal dos dias atuais de um processo de formação cada vez mais voltado à rapidez e flexibilização da educação, é que se efetiva a defesa da direção social e do projeto ético-político. Netto (2016) afirma ser preciso mais que uma invocação retórica e sim um forte investimento na pesquisa e elaboração de uma nova história, considerando e estudando os

impactos de mudanças econômicas, sociais e ideológicas que recentemente impactaram a profissão.

Em pleno conservadorismo declarado, a defesa dos princípios éticos da profissão e seu comprometimento com a classe trabalhadora tem sido cada vez mais desafiador, configurando-se como um movimento constante de renovação profissional.

Em uma sociedade regida por políticas neoliberais e de total desproteção trabalhista, os avanços das barbáries de configuração capitalista exigem de nós o posicionamento crítico, ideologicamente voltado à emancipação humana aliado ao desenvolvimento da consciência de classe. Não cabe a nós o fatalismo, cabe a nós a apropriação ao método e a luta cotidiana pela efetivação dos princípios fundamentais da profissão, visando a construção de uma emancipação política a todas e todos, conscientes que as contradições são inerentes aos processos e de que as classes sociais “sempre foi e sempre será a história da luta de classes” (Marx).

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens ao Araxá**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência social**. São Paulo: Cortez, 1991.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002. 184 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas. 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/1coLtXU>>. Acesso em: 24 maio 2016.

LOWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MANRIQUE CASTRO, Manuel. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez,

1984.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia: texto integral**. 2. ed. São Paulo: M. Claret, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: I – Feurbach**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. A Construção do projeto ético-político do Serviço Social frente a crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e política Social: Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e serviço social**. Brasília: CEAD, 1999.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília. CEFESS/ABEPSS. 2009. p. 770-806 Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B9wbyRiFkFjweHZxWEEdMNTBZQ28/view>>. Acesso em: 02 out. 2016.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo: manifestações do ensino da metodologia no serviço social**. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez. 1995.

TEIXEIRA, Adriano Lopes Almeida. **O lugar dos economistas clássicos na crítica da economia política de Marx: uma abordagem metodológica**. Vitória/ES. XI Congresso Brasileiro da História Econômica, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2kbQ07i>>. Acesso em 21 maio 2017.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria**. 5. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1985.

YAZBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia; RAICHELIS, Raquel. **O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, ano XXIX, n 95, p. 5–32, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília. CEFESS/ABEPSS, 2009.

# CAPÍTULO 2

## A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS E OS PROCESSOS DE VIOLAÇÃO A PARTIR DO CONTEXTO DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

*Data de aceite: 01/10/2020*

### **Gustavo Júnior Andrade dos Reis**

Instituto Santo Tomás de Aquino  
Belo Horizonte-MG  
<http://lattes.cnpq.br/0959058418112492>

### **Robert Henrique Sousa Dantas**

Instituto Santo Tomás de Aquino  
Belo Horizonte-MG  
<http://lattes.cnpq.br/8302657692817921>

### **Paulo Sérgio Araújo**

Informação na UFP  
Porto, Portugal.  
ISTA- Instituto São Tomás  
Aquino – BH.

Núcleo de Tecnologia Municipal de Betim – MG  
<http://lattes.cnpq.br/8880373888105179>

**RESUMO:** A pesquisa da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os processos de violação, a partir do contexto da pessoa em situação de rua é uma perspectiva para tentarmos analisar o fenômeno das pessoas em situação de rua mesmo em face à existência dos direitos humanos. Portanto, iremos tentar analisar o processo de violação de direitos deste público. Desse modo, no primeiro capítulo, identificaremos o que podemos entender como fenômeno da pobreza correlacionado a existência de pessoas em situação de rua; no segundo capítulo, definiremos os conceitos e as lógicas de organização social das instituições, a partir de Peter Berger; e no terceiro capítulo,

verificaremos as estruturas relacionadas à situação de rua e violação dos direitos humanos. O viés metodológico implementado nesta pesquisa, foi de análise de textos, artigos e livros que esteja em consonância com o objetivo desta pesquisa, e faremos uma abordagem sociológica para um maior enriquecimento do mesmo. Logo, esperamos com esse trabalho compreender como se circunscreve o fenômeno pobreza em relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos, ou seja, compreender os desafios da população de rua em torno do exercício de sua cidadania.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos Humanos. Pobreza. Violação. Situação de rua. Alteridade. Ética. Peter Berger.

### THE UNIVERSAL DECLARATION OF HUMAN RIGHTS AND THE PROCESSES OF VIOLATION FROM THE PERSON IN THE STREET SITUATION

**ABSTRACT:** The research of the Universal Declaration of Human Rights and the rape processes, from the context of the person on the street, is a perspective to try to analyze the phenomenon of people on the street even in the face of the existence of human rights. Therefore, we will try to analyze the process of violating the rights of this public. Thus, in the first chapter, we will identify what we can understand as the phenomenon of poverty correlated with the existence of people living on the streets; in the second chapter, we will define the concepts and logics of social organization of institutions, based on Peter Berger; and in the third chapter,

we will look at the structures related to homelessness and human rights violations. The methodological bias implemented in this research was the analysis of texts, articles and books that is in line with the objective of this research, and we will make a sociological approach to further enrich it. Therefore, we hope with this work to understand how the phenomenon of poverty is circumscribed in relation to the Universal Declaration of Human Rights, that is, to understand the challenges of the street population regarding the exercise of their citizenship. **KEYWORDS:** Human rights. Poverty. Violation. Street situation. Alterity. Ethic. Peter Berger.

## 1 | INTRODUÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos e os processos de violação a partir do contexto da pessoa em situação de rua, compõe uma perspectiva de tentarmos analisar o fenômeno das pessoas em situação de rua, face à existência dos direitos humanos e seus processos de violação.

Desse modo, no primeiro capítulo, identificaremos o que podemos entender como fenômeno da pobreza, correlacionado a existência de pessoas em situação de rua, tendo em vista que, a pobreza apresenta várias concepções ao decorrer da história e isto exige um esforço significativo, devido essas concepções, já que estas estão ligadas ao *ethos* de uma cultura, sociedade ou grupo. No segundo capítulo, definiremos os conceitos e as lógicas de organização social das instituições, a partir de Peter Berger, mostrando que a moral e instituição se constituem de acordo com as necessidades de uma sociedade e de que o indivíduo é demarcado de acordo com a organização social. E por fim, no terceiro capítulo, verificaremos as estruturas relacionadas à situação de rua e violação dos direitos humanos, vendo que a estrutura econômica, política e social em que vivemos, potencializam o processo de concentração de renda e proporciona um constante aumento do número de pessoas que perdem a moradia convencional. Assim sendo, as pessoas em situação de ruas passam a não terem seus direitos garantidos e não são vistos como seres humanos.

Logo, esperamos com esse trabalho compreender como se circunscreve o fenômeno pobreza em relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos, ou seja, compreender os desafios da população de rua em torno do exercício de sua cidadania, uma busca por uma identidade social.

## 2 | CONCEITOS DE POBREZA: IDADE MÉDIA – MODERNIDADE

A ideia de pobreza apresenta múltiplas concepções no decorrer da história, compreendê-las não é complexo, visto que essas concepções estão estritamente interligadas ao modo de ser – *ethos* – de uma cultura, sociedade, grupo, clã. Portanto, podemos dizer que o sentido dado à palavra pobreza adquire diversos significados durante o percurso histórico idade média – modernidade. Segundo Pereira:

Os significados atribuídos à pobreza sofreram alterações através da história: vão desde o entendimento religioso da pobreza como um privilégio dos bem aventurados e como tal uma bênção divina, uma qualidade almejada, até o conceito atual pelo qual a pobreza é associada à falta, à carência. No primeiro caso havia uma positividade relacionada a essa situação. No entanto, pobreza não se reduz a uma questão somente econômica, tampouco se reduz à sua manifestação mais imediata – a fome; de mesma forma, a cidadania não pode ser reduzida a direitos sociais. Ela configura-se numa relação com direitos políticos e jurídicos e, sem ignorar os avanços civilizatórios dela advindos e a luta dos trabalhadores em sua construção, a cidadania tal qual a vivenciamos [...] (PEREIRA, 2011, p. 01).

A Idade média é marcada como um período no qual os sujeitos pobres estavam circunscritos como sendo pobres de Cristo, ou seja, tendo uma localização social, uma identidade, e isso é relevante, visto que garantia ao indivíduo um lugar no mundo, que dirá aquilo que o indivíduo deve fazer e esperar da vida. Neste caso, a localização social não demarca apenas o sujeito em situação de pobreza, mas orienta a ação das pessoas em relação aos mesmos. Portanto, era dever da cristandade cuidar dos pobres.

Segundo Pereira,

No século XII, com as mudanças estruturais, advindas do processo de urbanização e das transformações na economia monetária e na propriedade rural, que solaparam o sistema feudal, a presença da pobreza passou a ser associada à cidade, cabendo ao poder público dar esmolas aos pobres. (PEREIRA, 2011, p. 02).

Em um primeiro momento, não temos uma mudança paradigmática na localização social desses indivíduos, visto que ainda estão associados ao todo, as cidades, ao espaço urbano, isto é, tem uma tentativa de universalidade valorativa que toca a situação e os cuidados com esses pobres. A identidade e ação desses indivíduos estão interligadas à espacialidade, religiosa e geográfica.

Em um segundo momento, “o pobre laborioso dos séculos XIII e XIV era o camponês expropriado que, livre dos laços servis, almejava viver de seu trabalho, embora muitas vezes não o conseguisse.” (PEREIRA, 2011, p. 02), O fenômeno pobreza por mais que haja certa mudança na forma de trabalho, ainda está associado a um valor que tenta se universalizar e que constitui a vida dos indivíduos em torno do cuidado (assistência), em outras palavras, esses indivíduos são assistidos em suas necessidades, pois, existe um valor que ainda é capaz de ordenar a vida desses sujeitos.

Portanto, a partir de certo costume, o homem como animal simbólico constrói uma trama de virtudes, isto é, forma um conjunto de valores e obrigações para os membros da sociedade na qual o mesmo se estabelece para que tenham um princípio condutor necessário para o bem estar de todos e harmonia, em outras palavras, união e relação do costume e, a disposição do indivíduo agir conforme o costume construído é corroborado pelo meio social em que esse se encontra e faz parte. Assim, esses costumes são repassados

para a posteridade, não com intuito de manter uma rigidez (costumes imutáveis), mas de transmitir valores que para seus antepassados foram necessários para a identidade individual e consolidação social, e são importantes para os descendentes terem um ponto de referência (estrutura social, localização social) no qual possam se sentir seguros, porém, como já foi dito, esses valores são modificados de acordo com as necessidades sociais de uma determinada comunidade composta por indivíduos- em-mudança (seres humanos).

Contudo, quando nos situamos na modernidade, o sujeito não está demarcado por uma tradição, história que se consolida através da posteridade, mas são os próprios indivíduos que criam suas narrativas, ou seja, não há uma totalidade que consiga abarcar toda a civilização, visto que o indivíduo não pertence esta ou aquela localidade, o indivíduo é um cidadão do mundo um sujeito global. O que irá demarcar o sujeito moderno é a consciência de si, posse e direitos, desse modo, o sujeito autônomo se encontrará no exercício de seus direitos e na posse simbólica e material, ou seja, aquilo que irá demarcá-lo enquanto indivíduo, imprimir identidade. Segundo Talles,

Se a pobreza é sinal de privação de direitos, o significado desta não se esgota nas evidências da destituição material. A destituição material é a contrapartida de uma destituição simbólica que homogeneiza todas na categoria genérica e desidentificadora de pobre. Por essa via, as situações concretas que criam a destituição material – salários baixos, desemprego e subemprego, bem como a doença, a velhice, a orfandade ou a invalidez, submergem, indiferenciados, sob as imagens de carência e de impotência que criam a figura de uma pobreza transformada em natureza e evocam a exigência de um estado tutelar que deve proteção aos deserdados da sorte (TELLES apud PEREIRA, 1992, p.135).

Logo, pobreza é sinal de negação do indivíduo, uma não identidade, ou seja, é uma limitação do exercício da sua própria humanidade. Pois, a razão moderna diz como ele deve ser, porém, a ética não acompanha esse outro que está em situação de pobreza de forma universal, satisfatória. Segundo Herrero,

[...] o problema principal que nos aflige atualmente, do ponto de vista ético, é que a civilização ocidental, sendo uma civilização da razão, é a única que se tornou universal, mas sem poder dotar o *ethos* tradicional de um dinamismo que o tornasse igualmente universal. O problema está em que a razão se expandiu em várias direções, (científica, técnica, organizacional, política), mas no âmbito do *ethos* não consegue criar um novo paradigma de racionalidade ética ou uma ética universal para uma civilização universal. (HERRERO, 2012, p.394).

Existe uma possibilidade de humanidade movida pela racionalidade universal, entretanto, não há um valor que consiga se universalizar e possibilitar um compromisso com o outro, visto que o outro é aquele que possui uma identidade na qual ele possa se afirmar no mundo, o sujeito em situação de pobreza e destituído desta humanidade, ele é negado em seus direitos e na posse, a única coisa que resta a esse sujeito é a sua não



realização, ele é apenas uma coisa, privada de seus direitos, negada em sua identidade.

Na modernidade não há uma espacialidade fixa, onde o indivíduo possa se situar no mundo por meio da tradição como havia antes em instituições históricas como religião, família e escola. O indivíduo é um ser que transita entre os valores sem se fixar em uma determinada estrutura valorativa, ele reconhece ou nega, a partir de si mesmo. Portanto, podemos dizer que historicamente a pobreza deixa de ser uma manifestação do Divino, o sujeito negando a posse e a si (coletivo) para alcançar o seu fim em Deus, para ser uma manifestação da negação do outro enquanto humanidade, identidade social.

### 3 I ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES

O nascimento e evolução dos costumes originaram-se de um esforço para ajustar à vida grupal, isto é, os costumes foram a primeira instituição social do ser humano, nesse contexto, o ser humano entra em um processo de domínio de sua natureza primeira (animalesca), afim de melhor se adequar às normas da coletividade na qual o mesmo, se encontra situado historicamente. Portanto, em um primeiro momento, o “bom e o mau” são estabelecidos engendrado naquilo que se tem como útil, em outras palavras, aquilo que atende os interesses da coletividade, desse modo, não há responsabilidade individual pelo fato de o ser humano está totalmente abarcado pela coletividade, ele se institucionaliza. Segundo Berger,

Gehlen concebe a instituição como um órgão regulador, que canaliza as ações humanas quase da mesma forma como os instintos canalizam o comportamento animal. Em outras palavras, as instituições proporcionam métodos pelos quais a conduta humana é padronizada, obrigada a seguir por caminhos considerados desejáveis pela sociedade. E o truque é executado ao se fazer com que esses caminhos pareçam ao indivíduo como únicos possíveis. (BERGER, 2011, p. 101).

Podemos notar que a moral é experimentada nas situações pragmáticas e a instituição estrutura essas situações reais, esse dever ser, isto é, realidades concretas do ser humano, mudam historicamente, visto que acompanha as situações fundamentais do desenvolvimento social (Ex.: O costume de ter escravos para fazer o trabalho pesado).

A moral e a instituição se constituem de acordo com as necessidades de uma sociedade, elas são profundamente entranhadas nas situações reais das pessoas, formando costumes – modo de vida. Portanto, estruturas mentais (paradigmas) que orientam o comportamento individual e coletivo, justificando-os à luz dos costumes ou interesses de cada época que atendam determinadas necessidades da estrutura social na qual ela está situada historicamente.

A estrutura institucional da sociedade proporciona a tipologia para nossas ações. Só muito, muito raramente é que temos necessidade de imaginar novos tipos segundo os quais nos conduzir. No mais das vezes, podemos no

máximo escolher entre o tipo A e o tipo B, tendo ambos sido pré-definidos a priori. Poderíamos decidir entre ser artista ou homem de negócios. Em ambos os casos, porém, encontraríamos predefinições bastante precisas do que devemos fazer. E nenhum dos dois estilos de vida terá sido inventado por nós. (BERGER, 2011, p. 103).

Podemos dizer que o indivíduo é tipificado de acordo com a organização social, ou seja, ele deve seguir esse costume, uma vez que esses costumes agem de tal modo que formam como uma segunda natureza do indivíduo.

Portanto, a instituição localiza o indivíduo em um determinado local, ela imprime uma particularidade (professor, pai etc.). Entender como esses indivíduos se constituem institucionalmente é de suma importância para entendermos de quem estamos falando, pois, pertencer a uma estrutura social é dizer ao mundo quem eu sou, é possuir uma identidade, uma pertença social – um lugar no mundo.

## **4 | AS ESTRUTURAS RELACIONADAS À SITUAÇÃO DE RUA E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

A estrutura econômica, política e social em que vivemos, estimulam e potencializam o processo de concentração de renda e proporciona um constante aumento do número de pessoas que perdem a moradia convencional. Por não terem como pagar aluguel, pelo desemprego, ou porque fogem da violência no local de origem, muitos vão sobreviver na rua. Estes passam a não terem seus direitos garantidos e não são vistos como humanos.

O conceito de humanidade assume uma dimensão ontológica e política. Ontológica, no sentido de que o pertencimento à humanidade garante ao indivíduo a possibilidade de carregar consigo o direito a ter direito. Política, na perspectiva de que o direito a ter direitos exigiria uma tutela internacional homologada na perspectiva da humanidade. (BRITO, 2013, p. 191).

A população de rua, pode-se dizer que é um grupo populacional heterogêneo, constituído por pessoas que possuem em comum, a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular.

Os direitos do heterogêneo são pois ao mesmo tempo imperativos e limitados. Nenhum pensamento pode começar a não ser sob o impulso violento de um caso-de-pensamento. Exclui-se proceder a partir de um princípio. E cada começo, sendo um impulso singular, apresenta também um caso singular. (BADIOU, 1997, p. 24).

As pessoas em situação de rua são aquelas que perdem o acesso à moradia convencional. É um estágio para além de uma mera segregação espacial, uma verdadeira exclusão socioespacial. Muitos que estão nesta situação, passaram por conflitos familiares, drogadicção e de pessoas portadoras de sofrimento ou deficiência mental. Eles também

sofrem vários tipos de preconceitos, enfrentam desafios como a perda da autoestima, da depressão, da falta de trabalho, do alcoolismo, dos vícios em geral e tudo mais que as calçadas e marquises oferecem. E, quase que invariavelmente, é alvo de medidas de higienização, repressão e confinamento, o que é uma grande violência.

Segundo o Comitê Pop Rua (2018), há vários exemplos de violência com pessoas em situação de rua como agressões físicas a pessoas enquanto dormem; expulsão compulsória de quem vive pelas ruas por autoridades municipais; abrigos públicos inseguros e insalubres; mortes por hipotermia; maltrato por agentes públicos; entre outros. Sem perder de vista a violência verbal e simbólica, produzida e reproduzida no cotidiano da vida e na mídia.

Pessoas em situação de rua se encontram num estágio de grande vulnerabilidade social, subsistem com pouca ou nenhuma renda. Habitualmente, trabalham como catadores de material reciclável, lavadores de carro, fazem artesanatos e os mais diversos tipos de bicos e mendicância.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 diz que o nosso país pretende ser um:

[...] Estado Democrático de Direito, destinado assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade à segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceito, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e Internacional, com a solução pacífica das controvérsias [...] (BRASIL, 1988).

A Constituição é considerada a norma fundamental do nosso ordenamento jurídico, e as outras leis devem respeitar o que ela diz, viabilizando assim, a conquista dos direitos nela prescritos. Tudo para construir uma sociedade justa e fraterna, em que a dignidade da pessoa esteja no centro de todas as decisões. A principal base legal para as recomendações contidas nesta seção é a própria Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que em seu inciso III do Art. 1º estabelece a dignidade da pessoa humana como fundamento da República e em seu Art. 5º define os direitos e deveres individuais e coletivos. Este artigo garante a todos, a livre locomoção no território brasileiro nos tempos de paz; o direito de propriedade; que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; e privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal. Já no Art. 6º o transporte é definido como direito social.

Se encontramos cidadãos vivendo nas ruas porque não lhes é assegurado o direito ao trabalho e à moradia, é sinal de que a Constituição do Brasil não está sendo respeitada. Se encontramos muitas áreas urbanas abandonadas e ociosas, é sinal de que a propriedade não está cumprindo a sua função social. E uma propriedade nessa situação não merece proteção jurídica. Em outras palavras, essas áreas podem ser ocupadas por aqueles que estão em necessidade e que darão a essa propriedade uma função social. “[...]”

o teor da violência se estende às mãos daqueles que teoricamente têm a função proteger” (RUA, 2018, p. 5).

“A violação dos direitos em um só lugar da terra é sentida em todos os outros” (BRITO apud KANT, 2013, p. 192). Portanto, as leis do país devem assentar-se nos princípios da ética, e esta diz que toda a sociedade deve se organizar para permitir vida digna para todos, os poderes do Estado devem colaborar para que esse objetivo seja alcançado. Os direitos assegurados a todos, na Constituição, devem ser tirados do papel e colocados no chão da vida do povo.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao identificar o fenômeno pobreza ao longo da história, correlacionando está com as pessoas em situação de rua, concluímos que a pobreza é sinal de negação do indivíduo, uma não identidade, ou seja, é um impedimento do exercício da sua própria humanidade. Pois, a razão moderna diz como ele deve ser, porém a ética não acompanha esse outro que está em situação de pobreza de forma universal. Assim sendo, podemos dizer que historicamente a pobreza deixa de ser uma manifestação do Divino, o sujeito negando a posse e a si (coletivo) para alcançar o seu fim em Deus, para ser uma manifestação da negação do outro enquanto humanidade, identidade social.

Definindo os conceitos e as lógicas de organização social das instituições, a partir de Peter Berger, podemos dizer que o indivíduo é tipificado de acordo com a organização social, ou seja, ele deve seguir um costume, uma vez que esses costumes agem de tal modo que formam como uma segunda natureza do indivíduo. Portanto, a instituição localiza o indivíduo em um determinado local, ela imprime uma particularidade (professor, pai etc.). Entender como esses indivíduos se constituem institucionalmente é de suma importância para entendermos de quem estamos falando, pois pertencer a uma estrutura social é dizer ao mundo quem eu sou, é possuir uma identidade, uma pertença social – um lugar no mundo.

Ao verificar as estruturas relacionadas à situação de rua e violação dos direitos humanos, concluímos que se encontramos cidadãos vivendo nas ruas é porque não lhes é assegurado o direito ao trabalho e à moradia – são elementos que definem a identidade do homem moderno –, é sinal de que a Constituição do Brasil não está sendo respeitada. Se, encontramos muitas áreas urbanas abandonadas e ociosas, é sinal de que a propriedade não está cumprindo a sua função social. E uma propriedade nessa situação não merece proteção jurídica. Portanto, as leis do país devem assentar-se nos princípios da ética, e esta diz que toda a sociedade deve se organizar para permitir vida digna para todos, os poderes do Estado devem colaborar para que esse objetivo seja alcançado. Os direitos assegurados a todos, na Constituição, devem ser tirados do papel e colocados no chão da vida do povo.

Reencontrar no rosto do semelhante, que em condição desumanizada, habita as ruas das cidades brasileiras, representa um aspecto fundante, de um nomos social constituído e poderá ser uma perspectiva para uma mudança. Para a construção de uma ética em que o ser humano não se constitui como um meio, um objeto, mas é um fim em si mesmo, remontando os princípios da ética kantiana, gênese dialogante que estrutura a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Princípio que precisamos conhecer e resgatar para a construção de uma sociedade mais integrada e justa.

## REFERÊNCIAS

BADIOU, Alain. **Deleuze: o clamor do ser**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BERGER. Peter. **Perspectivas sociológicas: Uma visão humanística**. Trad. Donaldson M. Garschagen. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). (Acesso em: 06/10/2019).

BRITO, Fausto. **A ruptura dos direitos humanos na filosofia política de Hannah Arendt**. *Kriterion* - vol.54, n°.127, Belo Horizonte Jun/2013, p.177-196.

Comitê Pop Rua. **Recomendações para políticas públicas para pessoas em situação de rua / Comitê PopRua**. Belo Horizonte, 2018.

HERRERO. F. Javier. A ética filosófica de Henrique Cláudio de Lima Vaz. **Revista de Filosofia Síntese**, Belo Horizonte, v. 39, n. 125, Belo Horizonte: FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia BH, 2012. Disponível em: [www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/download/1856/2162/](http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/download/1856/2162/) (Acesso em: 15/10/2019).

PEREIRA. Viviane Souza. Perspectivas de análise da pobreza na sociedade produtora de mercadorias: elementos para o debate. **V jornada internacional de políticas públicas**. São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 2011.

# CAPÍTULO 3

## DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL ALDENIRA NUNES NO MUNICÍPIO DE FLORIANO-PI

*Data de aceite: 01/10/2020*

**Sandra Muniz Vieira**

Instituto Federal do Piauí- IFPI

**RESUMO:** Esta pesquisa teve como objetivo analisar a prática educativa da escola no que se refere à questão dos Direitos Humanos e a convivência com a diversidade no ambiente escolar. Contudo, identificar a concepção dos professores sobre os Direitos Humanos e suas implicações na prática educativa e verificar quais são os Direitos Humanos compreendidos pelos educandos e quais direitos eles consideram mais importante, se os direitos fundamentais estão sendo assegurados no espaço escolar em relação ao convívio com a diversidade dos educandos e educadores. A modalidade de pesquisa que deu suporte ao presente trabalho foi à qualitativa. Para alcançar os objetivos propostos realizou-se a entrevista semiestruturada e aplicou-se questionário com perguntas abertas e fechada para alunos e professores do Ensino Médio da Escola Municipal Aldenira Nunes, localizada na Comunidade L03, no município de Floriano-PI.

**PALAVRAS - CHAVE:** Direitos Humanos. Diversidade. Escola. Educação.

### HUMAN RIGHTS AND DIVERSITY AT ALDENIRA NUNES MUNICIPAL SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF FLORIANO-PI.

**ABSTRACT:** This research aimed to analyze the educational practice of the school with regard to

the issue of Human Rights and the coexistence with diversity in the school environment. However, to identify the teachers' conception of Human Rights and its implications in the educational practice and to verify which are the Human Rights understood by the students and which rights they consider more important, if the fundamental rights are being guaranteed in the school space in relation to living with the diversity of learners and educators. The research modality that supported the present work was qualitative. In order to achieve the proposed objectives, a semi-structured interview was conducted and a questionnaire with open and closed questions was applied to students and teachers of the Secondary School of the Municipal School Aldenira Nunes, located in the Community L03, in the municipality of Floriano-PI.

**KEYWORDS:** Human Rights. Diversity. School. Education

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta o resultado de uma pesquisa realizada sob a linha de estudo Pobreza, direitos humanos, justiça e educação, com o tema “Direitos Humanos e Diversidade na Escola Municipal Aldenira Nunes no município de Floriano-PI”. A mesma teve como objetivo geral analisar a prática educativa da escola em análise no que se refere à questão dos direitos humanos e a convivência com a diversidade no ambiente escolar. Diante disto, justifica que a escola é um local de encontro com o diferente, responsável por germinar conhecimentos e

socialização de todos, assegurando o bem de todos para que haja violação dos direitos humanos.

Desse modo, a pesquisa é norteada pela seguinte problemática: De que forma a Escola Municipal Aldenira Nunes trabalha a questão dos direitos humanos e como a prática educativa contribui para a convivência com a diversidade no ambiente escolar?

Embora, os direitos humanos estão presentes na legislação, a sua garantia não é reconhecida e nem respeitada. Então, a escola por ser um ambiente de convívio com a diversidade o nosso objetivo foi Identificar a concepção dos professores sobre os direitos humanos e suas implicações na prática educativa na Escola Municipal Aldenira Nunes, contudo, verificar quais são os direitos humanos compreendidos pelos educandos e quais deles é mais importante. Por fim, examinar se os direitos fundamentais estão sendo assegurados no espaço escolar.

Esta pesquisa surgiu baseada na hipótese de que os Direitos Humanos são inerentes a Todos. E que a escola por ser um espaço educativo onde os indivíduos adquire consciência de si mesmo como sujeitos de direitos e deveres deve oferecer e promover ações pedagógicas no sentido de que não haja violações e ao mesmo tempo contribuir para que esses direitos cheguem a toda comunidade. Este estudo teve como suporte teórico o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), Lima (2016), Benevides (2012), BOBBIO(1992), Sandra (2013), Rabenharst (2008), Silveira ( 2007), dentre outros autores que abordam a temática.

## 2 | METODOLOGIA

A modalidade de pesquisa que deu suporte ao presente trabalho será a qualitativa, que de acordo com Marconi e Lakatos (2006, p.69) “preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento”. Sendo que, a princípio realizou-se um estudo bibliográfico, e, em seguida, foi realizada uma pesquisa de campo na Escola Municipal Aldenira Nunes na localidade L 03, município de Floriano-PI. Os sujeitos da pesquisa foram dez **professores e trinta alunos** do ensino médio, (1º, 2º e 3º).

A presente pesquisa tem como objetivo fazer uma análise descritiva do questionário que será realizada com os alunos e professores do 1º, 2º e 3º ano do Ensino médio. Ao mesmo tempo propiciar reflexões sobre a importância da educação em direitos humanos e a convivência com a diversidade no ambiente escolar.

Para a coleta de dados a técnica utilizada foi à aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas. Conforme Yaremko (1986, p. 186) o questionário pode ser definido como “um conjunto de perguntas sobre um determinado tópico que não testa a habilidade do respondente, mas mede sua opinião, seus interesses, aspectos de personalidade e informação biográfica”. Conforme, Sommer e Sommer *apud* Bandeira

(2013, p. 07) o uso de perguntas fechadas “mostra frequentemente mais respeito à opinião das pessoas, deixando-as classificar suas respostas como pergunta para assegurar avaliação mais discriminada do nível de conhecimento do que seria possível com apenas uma ou duas”. Nessa perspectiva, Bandeira (2013, p. 8) afirma que “o argumento de que *perguntas abertas dão mais liberdade de expressão ao respondente é uma falácia*”.

A escolha por esta técnica deu-se porque o questionário é considerado o instrumento principal para o levantamento de dados por amostragem. De acordo, com Fink & Kosecoff (1985, p.13) considera a aplicação de questionários como “um método para coletar informação de pessoas acerca de suas ideias, sentimentos, planos, crenças, bem como origem social, educacional e financeira”.

### 3 I ESCOLA E DIREITOS HUMANOS

A comunidade escolar vive perante a um novo contexto social, em que cada educando apresenta características individual diferenciada, diante desse novo visa ampliar a habilidade das relações interpessoais, para que possa tornarem pessoas mais humanas e solidárias. Neste sentido, a escola deve incluir nos seus objetivos a convivência pacífica entre todos os seus participantes, voltada para a valorização do outro, tanto de respeito, como de equidade, para isso é preciso dá importância para um documento em destaque que foi elaborado em 1948, cujos direitos se mantêm válidas, atuais e desafiadoras. Trata-se da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em dezembro de 1948.

De acordo, com a Declaração de Cidadão e a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, Virgínia, segundo seus formuladores, não pretendia “criar direitos humanos”. Os direitos expressos nessas declarações direciona a Todos os Homens, independentemente da época, contexto político e sociedade.

Segundo Mendonça Módulo II do curso de especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade, a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789) foi feita inspirada pelo pensamento liberal e decorrente da Revolução Francesa daquele ano, portanto, fica bastante evidente a percepção de que esse instrumento vinha para materializar o conjunto de ideias e valores provindos do direito natural.

No primeiro artigo da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) afirma que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos [...]”, neste sentido, compreende-se que as pessoas são livres e iguais por natureza. No entanto, “os Direitos Humanos são universais no sentido de que aquilo que é considerado um direito humano no Brasil, também deverá sê-lo com o mesmo nível de exigência, de respeitabilidade e de garantia em qualquer país do mundo”. (BENEVIDES, 2012, p. 5). A seguridade “compete aos Estados independentemente dos seus sistemas político, econômico e cultural, promover e proteger todos os Direitos Humanos e liberdades fundamentais”. (DECLARAÇÃO E



PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA, 1993, p. 4).

Conforme, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948), nos seus artigos 1º e 2º, assegura que todo ser humano é uma pessoa, dotado de personalidade, capaz de gozar dos direitos e das liberdades estabelecidas no estatuto, sem distinção de qualquer espécie, membro da sociedade em que vive e merecedor de uma existência humana, digna, e não sub-humana.

No entanto, para Rabenhorst (2008, p. 16) os “Direitos Humanos”, são aqueles correspondentes à dignidade dos seres humanos. Direitos estes que possuímos não porque o Estado decidiu, através de suas leis, ou por intermédio de acordos. Mas, porque segundo Sandra (2013, p.36) são constituídos pela própria natureza e não criados pelos homens, ou seja, independem de ato de vontade, por refletir exigências sociais da natureza humana, Como exemplos, direito à vida, direito de se reproduzir, direito de sobrevivência, direito à saúde, direito à liberdade.

O Programa Nacional de Direitos Humanos II, lançado pelo governo federal em 2002 aplicar-se uma parte à educação com propostas para serem desenvolvidas a curto, médio e longo prazo, nestas propostas estão elas “[...] criar e fortalecer programas para o espírito aos direitos humanos nas escolas do ensino fundamental e médio por meio do sistema de temas transversais, como uma disciplina sobre direitos humanos” (BRASIL, 2002). Desta forma,

Obviamente, estamos falando de uma educação que privilegia os processos educativos que tenham como objetivo formar cidadãos críticos e atuantes numa determinada sociedade. Uma educação que não discrimina que promove o diálogo, a solidariedade, o respeito mútuo, a tolerância, e, sobretudo, a autonomia e a emancipação dos sujeitos envolvidos. (ADELARDE, s/d, p.2)

Para isso, a escola é um ambiente nos quais todos envolvidos no processo educativo devem usufruir de forma igualitária e inteiramente. Integrada com outras instituições para contribuir e efetivar a garantia dos direitos desses sujeitos. Neste sentido, refletir sobre os direitos humanos e diversidade na escola é de suma relevância para que eles sejam assegurados ao indivíduo.

#### **4 | DIVERSIDADE NA ESCOLA**

A escola é um ambiente de encontro com a diversidade e diferentes etnias, identidades e culturas que se manifestam por reconhecimento de si mesmo. Embora, seus muros não conseguem impedir o reflexo das desigualdades. É na escola que se formam valores, atitudes e práticas de respeito aos direitos humanos e, nesse contexto, a educação para diversidade é fundamental. Ela é um recinto de socialização de cultura, além de constituir um lócus de atividades responsável pela formação inicial, continuada do homem.

A educação em direitos humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana mediante a promoção e a vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados, os quais devem se transformar em práticas. (BENEVIDES, 2003, p. 309-310)

Para Silveira, Nader & Dias, (2007) a educação tem como objetivos fundamentais oferecer condições de acesso e de ampliação de cidadania mediante práticas educativas de sistematização dos conhecimentos socialmente acumulados pela humanidade. Estas práticas devem ser formalizadas no âmbito escolar que tem função a construção de conhecimentos gerais permitindo aos educandos apropriarem-se dos bens culturais historicamente produzidos pela sociedade.

Baseado no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), a escola, no campo específico de sua atuação, pode contribuir para a realização de ações educativas que devem ter em vista a fomentação, estimulação no sentido de promover a diversidade e a cultura dos direitos humanos através de exercício de práticas educativas de promoção e fortalecimento dos direitos humanos no espaço escolar. Neste sentido, incluir, no seu currículo, temáticas que discutam questões relativas à diversidade socioculturais, através de ações fundadas nos princípios de convivência social, participação, autonomia e democracia.

Para isso, é fundamental que o educador em Direitos Humanos torne um agente causador e disseminador de uma cultura diversificada, baseado no respeito aos direitos humanos, contemplando, e reconhecendo o princípio da dignidade inerente a todo ser humano.

## **5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A presente pesquisa no que se refere aos direitos humanos e a diversidade objetivou em fazer uma tabulação das respostas do questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa. O questionário foi estruturado com cinco (05) perguntas aplicadas para (trinta) 30 alunos do Ensino Médio e seis (6) perguntas para (dez) 10 professores da Escola Municipal Aldenira Nunes. O mesmo buscou analisar a prática educativa da escola no que se refere à questão dos direitos humanos e a convivência com a diversidade no ambiente escolar.

No entanto, dos (trinta) 30 alunos que resolveram voluntariamente participar da pesquisa, somente (doze) 12 alunos responderam ao questionário, sendo seis do sexo masculino e seis do sexo feminino, idade entre 15 e 21 anos. Quanto aos professores dos 10 que resolveram participar, somente sete responderam ao questionário, idade entre 31 a 54 anos.

A análise da prática educativa e o convívio com a diversidade no ambiente baseou-

se nas respostas do questionário aplicado aos educandos e educadores, sendo que, dos 30 alunos só (12) responderam o questionário, isso significa que menos 50% dos alunos participantes. Quanto aos professores (7) sete responderam, mais de 50%, as perguntas foram elaboradas partindo da problemática: De que forma a Escola Aldenira Nunes Trabalha a questão que se refere aos direitos humanos e convívio com a diversidade no ambiente escolar?

Através das respostas, buscou-se identificar a prática educativa da escola, em relação aos direitos humanos e convivência com a diversidade, ao mesmo tempo verificar quais os direitos compreendidos pelos alunos e quais eles consideram mais importante. Por fim, examinar se os direitos estão sendo assegurados em relação ao convívio com a diversidade dos educandos. As perguntas são abertas e fechadas, no qual cada estudante e educador poderiam responder livremente. As respectivas respostas são representadas pelas letras do alfabeto garantindo o anonimato de cada participante. Na primeira pergunta buscou-se identificar o que os alunos sabe sobre os Direitos Humanos. A partir da pergunta: O que você entende como Direitos Humanos? Os mesmo relataram que: educadores; A e B; C e D; E e F; G; H; I; J;K; L.

- São direitos de todos os seres humanos, na sociedade em que vive.
- São direitos inerentes a Todos independentes de raça, sexo e nacionalidade.
- O direito de ir e vir e praticar quaisquer atos perante a lei.
- Não respondeu.
- É ter liberdade de pensamento de expressão.
- Todas as pessoas devem ser tratadas igualmente e respeitadas independentemente de cor, religião, e condição financeiras.
- Nova geração de políticas publica de juventude e a criação de novos direitos sociais.
- Garantir às pessoas os direitos que são reservados a elas.
- Que nós temos direitos de votar, escolher o que quer, ser feliz e ser democrata.

Baseado nas respostas percebe-se que as respostas dos educandos são semelhantes, e uma completa o sentido da outra, entendem-se que os direitos humanos são de todos que vivem na sociedade, que são inerentes a Todos. Conforme, a Declaração

Universal de Direitos humanos (EPDS, p. 09) artigo 1º “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”. Já na segunda objetivou saber quais os direitos considerados fundamentais pelos educandos. Através da pergunta: Em sua opinião, quais são os direitos fundamentais de uma pessoa? Conforme, seus relatos: professores A; B; C, D, e F; G, D, E J; L, M, A, B, E, J e L; B, D, H, L, e M; L, I, B; L.

- Tudo aquilo que temos que aprender para ser um cidadão de direitos;
- Não respondeu;
- A liberdade de opinião e de expressão;
- Trabalho;
- Educação;
- Saúde
- Trabalho,
- Moradia, dignidade e respeito, lazer, segurança, valorização, respeito à diversidade.

Quanto a essa questão, todos eles descrevem os principais direitos inerente ao homem. Ao perguntar se as pessoas devem ser tratadas igualmente, todos respondem que sim, e as explicações uma complementa a outra. Sendo assim, toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS, s.d, p. 11)

Neste sentido, a terceira pergunta verificou se os alunos concorda que todas as pessoas devem ser tratadas igualmente, sem distinção. Baseada na pergunta aberta e fechada: Você concorda que todas as pessoas devem ser tratadas igualmente, independentes de ser homem ou mulher, da cor, da religião, da condição física e intelectual e da orientação sexual? (x) SIM ( ) NÃO. Explique. Todos concordaram que sim. Como explicam em seus relatos a seguir: A B C e D; E; Fe G; H; I; J; K;

- Porque, somos todos iguais, independente, de suas escolhas;
- Pois cada um merece ser respeitado do jeito que é, não importa raça, condições sociais ou orientação sexual;

- Porque todos nós devemos ter os mesmos direitos.
- Porque temos os mesmo direitos perante a lei humana e também, a lei de Deus.
- Para que não exista preconceito o racismo e a violência;
- Porque todos devem ser tratados igualmente, porque nenhum conhecimento é superior a outro. Apenas alguns superam mais, por meio do senso de cada um;
- Porque cada um tem seus estilos, jeitos diferentes de se mostrar e de lidar com o mundo os jovens dos povos e comunidade distintas, respeitos às organizações sociais.

Desse modo, compreende-se que os direitos fundamentais do homem devem ser respeitados, mas, especialmente, como uma defesa de igualdade entre os serem humana, respeitando as diferenças de cada indivíduo, tanto no seu social, cultural, e nacionalidade. Sendo assim, a quarta pergunta buscou identificar se os educadores trabalham os Direitos Humanos e Diversidade na sala de aula. A partir da pergunta: Os (as) seus (suas) professores (as) trabalham esses temas (Direitos Humanos e Diversidade) em sala de aula? Como? De acordo, com a descrição dos relatos: A; B; C; D; E; F; G e L; H; J; K.

- Sim, explicando tudo para os alunos;
- Sim nas aulas de sociologia e, principalmente, filosofia;
- Sim, Eles explicam como funcionam os direitos e a diversidade;
- Educando os alunos e fazendo com que eles entendam os direitos de todos;
- Algumas vezes. Mostrando vídeos do assunto e um debate entre os alunos;
- Não responde;
- Sim, explicando e debatendo entre os alunos com todas as pessoas de como devem ser tratadas;
- Sim, incentivando os alunos a lhe dá com o diferente e respeitar enfatizando os direitos de cada um;
- Na escola as professoras trabalham o direito a diversidade e a vida segura

para os jovens, deve ser levar em conta o respeito, a sua dignidade e autonomia, aceitação a diferença;

- Sim, com exemplo de acontecimentos do dia-a-dia;
- Sim, tentando nos mostrar o melhor, e esclarecendo como devemos tratar o próximo.

Desse modo, observa-se que eles trabalham a concepção direitos humanos e diversidade através de vídeos, explicando com exemplos do dia a dia; explicando e debatendo entre os alunos como todas as pessoas devem ser tratadas; tentando nos mostrar o melhor, e esclarecendo como devemos tratar o próximo. A quinta questão é descobrir na visão dos alunos como a escola pode contribuir para que os direitos não sejam violados. A pergunta é. Você acha que a escola pode contribuir para que os direitos humanos não sejam violados? (x) SIM ( ) NÃO. Explique. As respostas foram unânimes que sim. Os mesmos explicam em seus relatos: A; B; C, D e E; F; G; H; J; K; L.

- Porque é o lugar que as pessoas têm que aprender tudo;
- Conscientizando os alunos, abordando a importância dos direitos humanos em sala de aula;
- Sim,
- De muitas maneiras uma delas é dar conhecimento do assunto aos alunos e pais, daí começa a contribuição;
- Sempre incluindo todos os alunos em atividades na escola sem excluir ninguém;
- Porquê das escolas tem que sair o incentivo e motivação para que os alunos possam ser educados em relação aos direitos humanos, sem restrições as diferenças do próximo;
- Porque eles têm que trabalhar com o desafio do fortalecimento institucional juventude e efetivação de direitos a educação a juventude rural;
- A escola é fundamental para que todos aprendam quais seus direitos e deveres também;
- Precisamos trabalhar mais nesta tecla e fazendo mais trabalho sobre o assunto;

Então, observa-se que todos concordam que ela pode contribuir com respostas diversas. Mas, percebe-se que a escola contribui para educação em direitos humanos de forma democrática. Quanto aos educadores buscou-se, inicialmente, identificar se os mesmos obtêm conhecimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, através da pergunta: Você conhece a Declaração Universal de Direitos Humanos? (x) SIM ( ) NÃO. A, H, C, D, E, F e G. responderam que – “sim”. Do mesmo modo, a segunda questão procurou verificar a visão dos educadores acerca dos Direitos Humanos, através da pergunta: Qual é a sua concepção acerca dos Direitos Humanos? Pelos seus relatos compreende-se que:

A - Que cada ser humano tem direito e deveres perante a sociedade em que vive;

B - É que eles existem, mas que o ser humano não é contemplado como deveria ser. Pois muitas coisas precisam ser mudadas;

C e D - São direitos que foram conquistados ao longo da história pelo homem e que nos protege de qualquer maltrato desumano.

E - É um documento que garante o direito de ser cidadão e ao mesmo tempo promove várias ações com o respeito à vida liberdade;

F e G - Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, datado de direitos a liberdade de opinião e de expressão.

Também, observa-se que há semelhança entre as respostas, que de acordo com suas concepções dos direitos. Segundo, a Declaração Universal de Direitos Humanos, (EPDS, p.17) no artigo 5º “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”. A terceira questão perguntou-se: é possível desenvolver um processo educativo em direitos humanos mesmo não se tratando de uma disciplina escolar? todos concordaram que sim. Com uma pergunta aberta e fechada a quarta objetivou-se descobrir se eles concordam que educação em Direitos Humanos é um dos caminhos necessários para a efetivação mais elementar de uma sociedade mais justa e solidária. Todos responderam que sim e ao mesmo tempo verificou-se a forma como os educadores trabalham em sala de aula. Os mesmos relataram que:

A - Trabalha fazendo demonstrações do que é certo ou errado;

B - Na disciplina de ensino religioso, com temas relacionados aos direitos humanos;

C - De forma, sensibilizadora, através de diálogo em que cada um precisa conhecer e ir atrás dos seus direitos;

D, F e G - Orientado os alunos a ter respeito uns com os outros independentes de sua cultura ou crença;

E - Vídeo, brincadeira, jogos e outros, são dever do professor ensinar o aluno os direitos humanos;

G - Sim, nas aulas de ensino religioso com textos relacionado ao conteúdo.

Neste sentido, segundo Mendonça módulo II, Educação, Pobreza e Desigualdade

Social, o PNEDH propõe que “as experiências de Educação em Direitos Humanos devem se constituir um elemento relevante para a vida da comunidade escolar, envolvendo todos(as) os(as) (suas) participantes em um diálogo sobre maneiras de aplicar os direitos humanos na sua vida e na sua prática cotidiana.” (MENDONÇA, s.d, p. 38). Dessa forma, a quinta pergunta refere-se ao convívio com a diversidade étnico-racial, religiosa, cultural, físico-individual, de gênero e de orientação sexual dos alunos e professores (as), nos relatos observa-se que a convivência é de respeito, que há uma boa relação entre educandos e educadores, com respeito à diversidade de cada um.

A - Convívio de respeito;

B - É boa;

C - É razoável, onde cada uma pretende respeitar os outros e as diversidades;

D e G - Muito bom;

E - Esses temas são discutidos e trabalhados sempre respeitados sua diversidade; professor;

F - Sim, normal, respeitando a diversidade de cada indivíduo.

Desse modo, a professora **C**, não concorda com os demais, ao dizer que “é razoável, onde cada uma pretende respeitar os outros e as diversidades”, pelo seu comentário entende-se que ainda não há um convívio de respeito, mas sim uma pretensão. Para que o convívio torna cada dia mais harmônico é preciso que:

Os sistemas de ensino e as escolas em particular têm o dever indeclinável de se constituírem agentes da promoção e da defesa dos direitos humanos, combatendo sistematicamente o preconceito, e organizando-se para que seus ambientes sejam facilitadores dos processos formativos que articule, mas múltiplas dimensões que compõem o ser humano em sua inteireza – cognitiva, afetiva, sociopolítica. (MENDONÇA, s/d, p. 37)

De acordo, com a citação a sexta questão buscou-se identificar se o educador pode contribuir desempenhando o papel de agente social transformador, fazendo com que os direitos humanos não sejam violados, tanto no ambiente escolar, como no social. Pelos relatos observou-se que eles concordam, e explicam que podem contribuir diretamente com os alunos.

A - Certeza. Contribuindo com a formação de um cidadão crítico e atuante;

B - Sim, pois ele está diretamente lhe dando com os alunos;

C - Sim, mas precisa do apoio e respeitos de todos;

D e G - Sim. Fazendo nossa parte em sala com temas que seja relacionado aos direitos humanos;

E - Levando o educando a conhecer e buscar seus direitos garantidos por lei;

F - Sim. Orientando.



Neste sentido, Mendonça Módulo EPDS, (s/d, p. 38) a realização de um processo eficaz de Educação em Direitos Humanos é de grande relevância para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a realidade de cada um e para a construção de capacidades individuais e coletivas. Portanto, a sexta questão conclui o questionário, referindo-se ao educador de como ele pode contribuir desempenhando o papel de agente social transformador, fazendo com que os direitos humanos não sejam violados, tanto no ambiente escolar, como no social?

Quanto a essa questão observa-se que todos os educadores presentes na pesquisa concorda que eles podem sim, contribuir para que os direitos humanos não sejam violados. Mesmo, sem um método a ser seguidos, professores (as) procuram oferecer instrumentos que embasem suas práticas pedagógicas em direitos humanos.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa constatou que a Escola trabalha a questão dos direitos humanos e da diversidade, através de diálogos, apresentação de vídeos e na prática cotidiana que o tema é abordado, principalmente, nas aulas de Sociologia e Filosofia. E que segundo os relatos é possível desenvolver um processo educativo em direitos humanos mesmo não se tratando de uma disciplina escolar. Quanto ao convívio com a diversidade é de respeito e que a escola contribui desempenhando o papel de agente social transformador no que refere ao respeito aos direitos humanos.

Quanto aos educandos estes compreendem que os direitos humanos são inerentes a todos e que as pessoas devem ser tratadas igualmente, independente de ser homem ou mulher, da cor, da religião, da condição física e intelectual e da orientação sexual. Enfim, confirmaram que os professores discutem a temática dos direitos humanos e da diversidade em sala de aula e que a Escola contribui para que os direitos humanos não sejam violados.

## REFERÊNCIAS

AYTON, William T. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. <http://www.udhrt.org/>. Acesso, 19/11/2016

BANDEIRA, Marina. Laboratório de Psicologia Ambiental. Série: **Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais**. Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia. 2003, N° 1

BENEVIDES, Maria Vitória, Educação em direitos humanos: de que se trata? In: BARBOSA, R. L. L. B. (Org.). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Cidadania e Direitos Humanos**. <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf>. 2012. Acesso 19/11/2016

BOBBIO, Norberto. **A era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano nacional de direitos humanos II**. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002.

BRASIL, Comitê nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: SEDH/MEC/MJ/UNESCO, 2006.

CASTRO, Sandra Afonso de. **Direitos humanos: da inserção temática ao cotidiano escolar**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação, 2013.

**Declaração e Programa de Ação de Viena**. 25 de junho de 1993. //www.oas.org/dil/port/1993%20Declaração%20e%20Programa%20de%20Ação%20adoptado%20pela%20Conferência%20Mundial%20de%20Viena%20sobre%20Direitos%20Humanos%20em%20junho%20de%201993.pdf. Acesso, 19/11/ 2016.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: UNIC, 2009 [1948]. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>> Acesso em: 5 mar. 2015.

FINK, A; & KOSECOFF, J. **How to conduct surveys: A step-by-step guide**. Beverly Hills: Sage.1985.

LIMA, Inácio Antônio Gomes de, <https://jus.com.br/artigos/27225/educacao-em-direitos-humanos-na-escola-publica>. Acesso, 11/08/2016.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Módulo II. **Pobreza, Direitos, Justiça e Educação**. Curso de Especialização, **Educação, Pobreza e Desigualdade Social**. Secretaria de Educação, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Ministério da Educação. 2015.

RABENHORST, Eduardo R. Necessidades básicas e Direitos Humanos. In: BITTAR, Eduardo C.B.; TOSI, Giuseppe (orgs.). **Democracia e Educação em Direitos Humanos numa época de insegurança**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2008.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; NADER, Alexandre Antonio Gilli & DIAS, Adelaide Alves. **Subsídios para a Elaboração das Diretrizes Gerais da Educação em Direitos Humanos** – versão preliminar. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

# CAPÍTULO 4

## REVERBERANDO O LUGAR DA PEQUENA CRIANÇA NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIÁLOGO POSSÍVEL ATRAVÉS DO PROJETO: AFRICANIDADES E BRASILIDADES

*Data de aceite: 01/10/2020*

*Data da submissão: 17/08/2020*

**Marivania Xavier Cavalcanti Costa**

Mestranda UFU/Uberlândia  
NEPERE/ Facip/UFU - NEAB/ Facip/UFU  
Ituiutaba - MG  
<http://lattes.cnpq.br/0700080780041236>

**RESUMO:** O presente trabalho tem por intuito descrever o desenvolvimento do Projeto, Africanidades e Brasilidades: a ancestralidade a partir da ludicidade em lugares de resistências de Ituiutaba- MG. Esse projeto será aplicado com crianças na fase Pré- escolar entre quatro e cinco anos em torno de 230 crianças e com 35 crianças de maternal, tendo como objetivo geral contextualizar diálogos da lei 10.639/03 e do parecer nº 5 de 17 de dezembro de 2009 nos espaços de educação infantil envolvendo as crianças no entendimento conceitual e histórico da participação africana na construção da sociedade brasileira, promovendo ações que permitam uma educação que oportuniza os alunos uma aproximação a lugares de resistências ancestrais de forma positiva desconstruindo a visão estereotipada sobre a história do grupo racial negro que se ensina na escola, em particular da referida cidade. A construção do Projeto ocorreu a partir das discussões tecidas no curso de formação de professores para a educação das relações étnico – raciais oferecido pela Secretaria Municipal de Educação e Superintendência Regional de Ensino

de Ituiutaba em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Do ponto de vista metodológico utiliza-se a etnografia para reflexão e como aporte para o desenvolvimento da história e cultura africana e afro-brasileira nas ações educativas que propiciem interação a experiência completa do momento oferecido, associando o ato, o pensamento e o sentimento, garantindo o interesse, o fazer, o sentir, o observar, o aprender e o conhecimento que as Africanidades proporcionam. É nesta direção que as provocações do projeto se alicerçam para construção de um novo diálogo. Um diálogo onde todas as vozes serão ouvidas, outras histórias serão contadas e vividas, pois na educação infantil aprende-se realmente o que se vive, e muito pouco o que se ouve falar.

**PALAVRAS - CHAVE:** Ludicidade. Educação Infantil. Africanidades. Lugares de resistência.

### REVERBERING THE PLACE OF THE SMALL BLACK CHILD IN CHILDHOOD EDUCATION: A POSSIBLE DIALOGUE THROUGH THE PROJECT: AFRICANITIES AND BRAZILITIES

**ABSTRACT:** The present work aims to describe the development of the Project, Africanities and Brazilianities: ancestry from playfulness in places of resistance in Ituiutaba-MG. This project will be applied with children in the Pre-school phase between four and five years of age, around 230 children and with 35 children of kindergarten, with the general objective of contextualizing dialogues of law 10.639 / 03 and of opinion nº 5 of December 17, 2009 in early childhood education spaces involving children in the

conceptual and historical understanding of African participation in the construction of Brazilian society, promoting actions that allow an education that allows students to positively approach ancestral resistance places by deconstructing the stereotyped view of the history of the black racial group that is taught at school, in particular from that city. The construction of the Project took place from the discussions made in the teacher training course for the education of ethnic - racial relations offered by the Municipal Secretariat of Education and Regional Teaching Superintendence of Ituiutaba in partnership with the Federal University of Uberlândia - UFU. From a methodological point of view, ethnography is used for reflection and as a contribution to the development of African and Afro-Brazilian history and culture in educational activities that provide interaction with the complete experience of the moment offered, associating the act, the thought and the feeling, guaranteeing the interest, doing, feeling, observing, learning and knowledge that Africanities provide. It is in this direction that the project's provocations are based on the construction of a new dialogue. A dialogue where all voices will be heard, other stories will be told and lived, as in early childhood education you really learn what you live, and very little what you hear about.

**KEYWORDS:** Playfulness. Child education. Africanities. Places of resistance.

## 1 | INTRODUÇÃO

No ano de 2018 fazem 15 anos de promulgação da Lei Federal 10.639/03, complementada pela Lei Federal 11. 645/08. Nesse espaço tempo podemos notar a publicação de vários artigos pesquisas e produções literárias que trazem propostas de discutir e fomentar a educação das relações raciais vivenciado pelo sujeito negro ou indígena no espaço da sociedade brasileira. Essa pesquisa vem, ora em forma de denúncias, ora como formas de positivar trabalhos que conseguem provocar rupturas e tensões no combate ao racismo, preconceito e discriminação que ainda é tão vivo em nosso país. Entretanto, apesar desse visível crescimento em publicações e ações de combate, ainda se faz necessário continuarmos a luta pela extinção deste mal que ainda assola a construção das relações sociais no solo brasileiro ou mesmo do mundo inteiro.

A frase a “educação muda o mundo” parece clichê, mas de fato é provocativa e traz implícito uma premissa. Conhecimento é poder e detê-lo é um dos caminhos para o rompimento da cegueira a qual a manipulação do poder nos centra. Conhecimento gera transformação e transformação muda o seu entorno. E este deve ser o papel das Instituições de ensino criar uma perspectiva de ensino que contemplem o conhecimento e a partir da qualidade do que se ensina tencionar o que precisa ser tencionado, colaborar para que as outras epistemologias de saberes ganhem espaços no chão da escola. É talvez, este olhar que as referidas leis tencionam, propõe uma (re) educação na forma de agregar das contribuições africana e indígena no campo de saberes, criar diálogos epistemológicos com suas sabedorias, seja dialogando com a ancestralidade ou com as novas formas de se reformular, de fazer e produzir conhecimentos. O que dever ser elaborado em todas as esferas onde se produz conhecimento.

Nesse sentido, pensar novos embates educativos é também buscar novas formas de se pensar os fazeres e práticas do cotidiano da escola. Provocar a interculturalidade dos saberes em movimentos que a cultura africana, afro-brasileira e indígena pode dialogar ou mesmo romper com o que já está posto. Nessa perspectiva dialógica de desconstruir para reconstruir, de tencionar para provocar, de reeducar para educar, nenhuma esfera considerada lócus de produção do conhecimento deve permanecer distante destes embates teóricos, nem mesmo a Educação Infantil.

As crianças da Educação infantil também são atingidas por uma educação excludente e preconceituosa, não existe uma redoma que as protegem das mazelas do racismo. Elas também estão expostas a conflitos gerados pela socialização, pela falta de estrutura de qualidade, pela falta de políticas públicas, pelos silêncios de conflitos inter-raciais.

Para a pesquisadora Eliane Cavalleiro os silêncios que habitam a temática ético racial nas instituições infantis é um grande colaborador da permanência do preconceito e da discriminação que levam as crianças negras a sofrerem caladas e as crianças brancas a crescerem tendo uma visão hegemônica de seu grupo. Ressalta ainda que no cotidiano da Educação Infantil a expressão verbal esconde dois sentidos implícitos ou explícitos no falar e a não verbal (silêncio) é rica portadora de mensagens que tanto servem pra estimular a participação das crianças quanto para diferenciar o lugar de ocupação delas. Entretanto, não podemos afirmar que todas as crianças conseguem captar as mensagens contidas em olhares, gestos, e atitudes realizados nas escolas. Mas podemos afirmar que o não verbal no cotidiano escolar expressa tanto o tipo de relacionamento aceito e valorizado quanto o não aceito, não valorizado e desejado e não desejado (CAVALLEIRO, 2000).

Nesta mesma linha de pensamento entre omissão e silêncios, Jeruse Maria Romão (2001) alerta para falta de preparo do professor que não consegue ainda fomentar os diálogos reflexivos e a própria instrumentalização da escola. Quase sempre é possível observar que muitas vezes as escolas públicas contam com equipamentos sucateados ou mesmos em alguns casos não possuindo. Em relação a verba pública nem sempre encontra caminhos certos para chegar.

Apesar das mudanças em prol de uma educação antirracista, as escolas ainda carecem de falta de referenciais positivos, alguns livros didáticos são carregados de estereótipos, e as bibliotecas faltam livros de literatura afro-brasileira e africanas. As bonecas e bonecos negros nas salas das brinquedotecas ainda não são uma realidade.

Para Lilian Teresa Martins Freitas (2006), as instituições de educação infantil, ainda apresentam uma dificuldade de relacionar a temática negra em seus eixos formadores, seus currículos e suas propostas pedagógicas ainda se amarram a uma concepção representativa e ideológica do branqueamento.

O que leva as crianças negras a terem sua identidade racial e a sua cultura, história e estética desrespeitada e desvalorizadas pela instituição educacional que as invisibiliza com a falta de imagens e figuras de personagens pretos

e pardos nos cartazes e murais do pátio às salas de aula que afirmem positivamente a população negra, em que a maioria das representações são brancas e loiras, em um currículo e a uma prática pedagógica que não contemplam a diversidade étnico-racial. (FREITAS, 2006, p. 48)

É fato que a Lei Federal 10.639/03 não contempla em sua redação a obrigatoriedade de inserção da temática negra no chão dos espaços formativos das IEIS (rodapé). Mas hoje esta lacuna se encontra preenchida por vários aportes que direcionam a obrigatoriedade dessas discussões no espaço da educação infantil. Entre elas a resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009, que estabelece Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil nos seus Artigos 6ª e 7º articula a obrigatoriedade da temática racial. No artigo 6ª refere-se às propostas curriculares de Educação Infantil observando o respeito aos seguintes princípios: éticos, da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade, e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades; e Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. Já o Artigo. 7º chama atenção para a garantia de que se cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica, construindo novas formas de sociabilidade e subjetividade comprometida com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa e reconhece a importância de ensinar desde cedo à valorização, o respeito e a interação das crianças com a história e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação.

Outra mudança na legislação para as relações étnico-raciais na educação é a lei 12.796, de quatro de abril de 2013 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394. Essa nova lei colocou como princípio do ensino “consideração com a diversidade étnico-racial” e incluiu a pré-escola na educação básica, tornando a educação de quatro (quatro) a 17 (dezesete) anos obrigatória. Com efeito, a diversidade étnico-racial é um princípio também da educação infantil. (FREITAS, 2006, p. 47)

Nesse sentido, esta alteração reconhece que as formas de dominação e poder habitam neste espaço de infâncias, é um espaço mediado também pelos conflitos interraciais que ali se sociabilizam e por isso mesmo precisam ser combatida de forma reflexiva e contextualizada para que não se reproduza ou mesmo se silencie levando milhares de crianças que ali ocupam como educandos a interiorizarem uma visão deturbada do outro.

Discutir temática racial nestes espaços permite tencionar o lugar das crianças pequenas negras neste espaço, permite reverberar sua presença como um lugar onde sua cor, sua pele, seu cabelo, seus traços, enfim, seu pertencimento étnico-racial, seja protagonizado como elementos produtores de saberes neste espaço institucional. Educação não é um processo apático, educar é um processo de suma complexidade, seu ensino agrega valores sociais, políticos, culturais e até subjetivos, que vão moldando

ou produzindo o acontecer do sujeito. A educação precisa pensar o plural trazendo as contribuições da diversidade que ali já acontece e aflora. Mas infelizmente, a escola ainda se encontra “presa à crença de que a função da escola está reduzida à transmissão dos conteúdos historicamente acumulados, como se estes pudessem ser trabalhados de maneira desvinculada da realidade brasileira” (GOMES, 2005, p. 146).

No entanto, há uma necessidade de abrir terreno, para que na educação, a discussão teórica e conceitual sobre a questão racial esteja acompanhada da adoção de práticas concretas que pudessem construir experiências de vivenciar, analisar e propor estratégias intervenção que tenha a valorização da cultura negra e a eliminação de práticas racistas como foco central.

Assim valendo da reflexão das pesquisadoras Cavalleiro (2000,2001), Romão (2005), Gomes (2005) e Freitas (2006) propomos a implementação do projeto de intervenção intitulado Africanidades e Brasilidades: a ancestralidade a partir da ludicidade em lugares de resistências de Ituiutaba- MG. Em uma escola de educação infantil. O projeto foi projetado através da interlocução com lugares marcadamente de raízes da cultura brasileira, permeados de saberes ancestrais de africanos com ascendência da comunidade negra da cidade de Ituiutaba.

Estes lugares assim denominado por Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2005) como africanidades. Na perspectiva de Petronilha africanidades são referências, raízes da cultura brasileira originárias da matriz africana, são lugares carregados de experiências, de história, de afetividade, de identidade, de coletividade que se reorganizam em novas vivências. Esses lugares podem favorecer uma construção positiva na evolução de uma proposta pedagógica de movimento entre o respeito pelo o que é seu (raiz) e o conhecimento que se produz na escola (quase sempre o mesmo).

Emancipar o olhar, para a riqueza que se constrói fora do currículo imposto, trazer para o espaço educativo tradições carregadas de saberes que possam tornar ferramentas na desconstrução da lógica preconceituosa, pode auxiliar, criando uma perspectiva metodológica afro-brasileira, principalmente na educação infantil, pois na nossa perspectiva esta fase é uma fase que precisa ser mais olhada e evocada por políticas públicas, pois é nesta etapa que as subjetividades vão se formando, vão sendo moldada ou vão sendo configurada ou desconfigurada dependendo do poder da imagem que se quer trabalhar, contribuir tanto para afirmação, quanto para estigmatização das identidades no espaço da escola.

No sentido de reverberar o lugar da pequena criança negra na escola, propomos um projeto de intervenção que dialogue com espaços carregados de africanidades e que fazem parte das vivências das crianças negras e que não são reconfigurados no chão da escola.

## 2 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada segue o caminho da etnografia por dar qualidade aos fatos por meio da observação participante, já que o projeto se propõe a operar mudanças no entorno da escola, contribuindo para efetivação dos diálogos das questões étnico- raciais no entorno dos espaços das Instituições Infantil.

A pesquisa ação participante de cunho etnográfico no cotidiano da escola permite refletir sobre a investigação no campo das relações raciais. Segundo Cavalleiro (2018), o método etnográfico compreende como uma importante metodologia para os educadores e educadoras pensarem, analisarem, e compreenderem a interação que acontece no cotidiano das escolas. Esta metodologia coloca tanto o pesquisador como os professores e professoras em interação com o material empírico.

A pesquisa qualitativa envolve o ensino e aprendizagem no contexto escolar, e este é um do viés do projeto propor novas perspectivas de aprendizagem entre os saberes culturais de origem em africanidades que possam programar novas intencionalidades de fazer e pensar as práticas que a escola utiliza na construção do conhecimento em seu entorno.

Mais do que conhecer o que acontece no cotidiano estudado, mas compreender como nossas pequenas crianças negras vivenciam suas experiências, como elas são percebidas ou não, permitindo a compreensão da realidade que se coloca diante delas, que é trazer para o chão da escola o que é próprio dela, sua cultura afro-brasileira e africana.

### 2.1 Público – alvo

O Público alvo deste projeto serão 230 crianças em fase Pré- escolar da Escola e 35 do maternal.

Para a compreensão dessa faixa etária, este projeto argumenta que pensar a criança pequena negra na escola, significa reeducar o olhar de quem a cuida e educa. O fazer da educação infantil requer um movimento de interação entre esse cuidar e o educar na construção de uma vivência integral, que deve ser enriquecida pela ludicidade do que é próprio delas. Assim, a ludicidade que permeia a cultura africana em nosso dia a dia foi o eixo norteador da construção do sentimento de afetividade que se desejou construir com as crianças no entendimento conceitual e histórico do lugar de resistência, como um lugar de lutas, de histórias, de ancestralidade e que também é construto de vivências cultural da cultura brasileira a qual estão inseridas. Levando-as a percepção que foi construída a partir de sentimentos da coletividade de se ressignificar lugares comuns a várias pessoas onde a relação social vivida por determinado grupo cria empatia, evolui em formas de experiências, do cuidar de si, do coletivo e do lugar como afeto, pois afetividade do lugar “é algo construído pelas relações sociais entre as pessoas em um determinado espaço, criando sentimentos, histórias, vínculos” (MILTON SANTOS, 2002).



É nesse sentido de se criar vínculos entre a historicidade que carrega os lugares de africanidades e o pertencimento das crianças pequenas negras a estes lugares que lhe fazem sentidos fora do espaço escolar, trazê-los para o chão da escola com a dinâmica do saber que evoluem destes lugares, fomentando uma perspectiva metodológica de positividade, onde as crianças pequenas negras sintam seu jeito de ver, de existir, de ser e fazer, de produzir saberes, construindo lugares de fala e de existência na escola.

### 3 I AS ATIVIDADES E SUAS ESTRATÉGIAS

Diante da importância do projeto em construir novas formas epistemológicas de ver a criança pequena negra nos espaços da Educação Infantil, não como uma imagem negativa, mas como autoafirmação e também como forma de pensar outros sentidos de práticas pedagógicas que precisam ser vivenciadas, no chão da escola que também podem ser delas, constituíram-se etapas desse projeto:

1ª ETAPA: Apresentação do projeto à comunidade escolar e organização dos trabalhos.

Por meio de uma reunião pedagógica, marcada com antecedência será apresentado o projeto de intervenção as duas escolas em momentos separados. Todos os sujeitos que compõem a escola será envolvido no processo de implementação do projeto: Equipe gestora, professores, funcionários administrativos, pais e alunos. Durante a explanação do projeto será enfatizado seus objetivos, justificativa e importância deste para eliminação dos processos de discriminação e preconceito no entorno da escola. Também foi pensado um cronograma e planejamento para realização das atividades,

2ª ETAPA: Instalação de Cenário da Congada

Para o envolvimento das crianças e pais o grupo elegeu a congada como primeira ação desencadeadora do projeto. Uma por ser uma raiz fortemente da Diáspora Ituiutabana e por ter uma forte presença lúdica. Assim, algumas ideias foram sendo anotadas como roteiro de proposta de atividades:

Fazermos uma Instalação de Cenário da Congada dentro da escola. Nesta exposição utilizaremos (vários adereços, roupas, instrumentos musicais, fotos, tecidos, pinturas, bandeiras, cores). O intuito é envolver e despertar o interesse dos pais e das crianças pelo poder das imagens e do olhar e posteriormente anotando as reações e narrativas delas pelos objetos expostos.

Em relação aos pais: Se perguntam do que se trata a cena instalada, se tocam os objetos, se já viu em algum lugar, se perguntam o que representa se olham com desconfiança, se eles envolvem com os filhos na curiosidade de olhar os instrumentos e fotos, se alguns tocam no fato da religiosidade que envolve a prática da Congada, se se posicionam a favou ou contra, etc.

Em relação às crianças: Se alguma criança tinha visto tais objetos, onde viram, se

perguntam para que servem as roupas ou instrumentos, o que chamou mais a atenção das crianças, que tipo de sentimentos foi despertado (risos, admiração, beleza, estranhamento, etc.).

(Alguma criança interessou em experimentar os trajes ou de tocar os instrumentos).

Que detalhes da iconografia da congada eles conseguem perceber?

Quais as impressões dos professores?

Para sala: Elaboramos um roteiro de perguntas para serem efetivados pelas professoras em sala e assim estabelecerem um diálogo possível e capturem suas hipóteses e impressões a respeito do tema através de registro escrito de suas impressões verbais. O QUE PENSO SOBRE CONGADA... (as músicas, pinturas, congada, cores, Moçambique, os instrumentos, os trajes, as danças).

1. O que acharam dos objetos exposto lá fora?
2. O que mais gostaram?
3. Já tinham visto em algum lugar?
4. Sabe como chama a dança das fotos?
5. Alguém sabe onde acontece?
6. Tem alguma criança que faz parte da Congada?
7. Criança pode participar?

Depois do levantamento das hipóteses passem a intervenção “conhecimento”.

3ª ETAPA: Imersão no ritmo da congada

Nesta atividade será proposto imersão participativa das crianças na iniciação do ritmo da Congada por meio de instrumentos musicais. Serão escolhidas algumas que já fazem parte do universo simbólico da escola e que as crianças já cantam de cor. Também serão músicas escolhidas foram “Ta caindo Fulô” que já é uma canção tradicional da Congada m Ituiutaba – MG e uma releitura dos Escravos de Jó para “Guerreiros de Jó”. A intenção da desconstrução é levar as crianças a pensarem sobre o sentido do ser escravo e do ser guerreiro. Também será realizada uma oficina de instrumentos de percussão para que as crianças entendam a diferença dos ritmos da congada e do Moçambique.

4ª ETAPA: Vivência lúdica por maio da Congada Traça- Fitas, Músicas, Griôs, etc.

Para esta atividade serão convidados ternos na região para fazerem uma apresentação no recinto da escola. Por meio de essa apresentação envolver as crianças no movimento corporal e sentimental, despertando afetividade pela cultura que se faz presente em nosso entorno. O momento também será fará propício para o enriquecimento de saberes, trocas de informações e rodas de conversa.

5ª ETAPA: Intercâmbio cultural e Excursão

Será promovida uma excursão a territórios de resistências materiais, tais como:

A Praça 13 de Maio e seu memorial Zumbi dos Palmares, a Galeria de personalidades importantes da comunidade negra – biblioteca Solano Trindade localizada na Fundação Municipal Zumbi dos Palmares (FUMZUP), a Escola Municipal Machado de Assis, a Igreja São Benedito, O Clube Palmeiras, a Biblioteca Solano Trindade, o Bairro Junqueira.

6ª ETAPA: Valores civilizatórios com o Grupo de Dança Afro e Roda de Samba.

A música e a dança expressam grandes aprendizados e é uma ótima ferramenta para o desenvolvimento de crianças pequenas, seja na oralidade, na corporeidade, na forma circular de se ver e organizar. Aqui as crianças participarão de uma roda de samba e dança afro, sendo imersos no sentido de que esses dois movimentos culturais abordam de africanidades, objetivando a identificação da cultura africana.

7ª ETAPA: Oficinas de brinquedos e brincadeiras africanas

Nesta atividade as crianças e pais confeccionarão brinquedos e participarão de brincadeiras de origens africanas com alunas da turma de pedagogia da UEMG (Universidade Estadual de Minas Gerais). A intencionalidade da atividade é proporcionar o resgate e construir com as crianças sentidos de brincar e interagir com outras culturas.

8ª ETAPA: Confecção de diário de bordo, portfólios, fotos e filmagens.

Propõe-se a construção de várias formas de registro como formas de captar o envolvimento nas atividades proporcionadas. Estes registros serão feitos por meio de portfólio, diários de bordos dos encontros realizados nos momentos de planejamentos, por fotos e filmagens.

9ª ETAPA: Avaliação

Quanto à construção de avaliação do Projeto algumas perguntas norteadoras servirão para pontuar o levantamento de dados sobre os avanços e dificuldades encontrados no desenvolvimento das etapas do projeto, a desconstrução da ideia folclorizado das africanidades, a mudança de atitudes preconceituosas e estereotipadas e examinar a possibilidade de torná-lo uma prática curricular da escola sendo elencado no Projeto Político Pedagógico (PPP).

- Como foi o processo de apresentação do projeto e projeção do tema para as famílias e profissionais da escola?
- De que maneira o projeto foi recebido pela comunidade escolar e pela equipe de profissionais da escola e como se deu a participação de todos?
- Como as atividades lúdicas influenciaram: a) na formação da identidade positiva das crianças negras? b) De que forma as crianças brancas foram contagiadas pelo tema e envolvidas nas desconstruções de atitudes preconceituosas e de estereótipos; c) Quais conhecimentos de África foram despertados pelo entrelaçamento da ludicidade?
- Quais foram às expressões do conhecimento de africanidades que podem ser lidas e observadas nas representações por desenhos das crianças e na am-

bientalização do espaço escolar?

- Quais os relatos familiares das mudanças de postura das crianças em convivência com a cultura africana?
- As expressões verbais das crianças negras e brancas em relação ao pertencimento étnico racial se acontecem de maneira positiva ou negativa?
- Como foi o currículo vivificado e introdução da proposta?
- De que maneira se deu a atuação da gestão na efetivação do projeto de intervenção?
- O projeto de intervenção passou a ser uma construção do PPP e do currículo vivificado dentro da Instituição?
- Pesquisa por meio de questionário aos pais

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que através da realização do projeto possamos modificar a visão da história única da vinda dos negros no Brasil. História permeada por estereótipos, inverdades que dissemina preconceito e discriminação em relação à diversidade do outro. Sabemos que a educação realizada nos espaços da escola encontra-se ainda presa a esse modelo estrutural de pensar as diferenças do outro. Assim se faz urgente romper com esta forma excludente de ensinar, quebrar paradigmas, provocar novas propostas de entendimento. Trazer para o chão da escola experiências enriquecedoras que possa despertar outros rituais pedagógicos de diálogos que permita (SILVA, 2005) o convívio, ao cultivo da memória da experiência de ser descendente africano no Brasil, ao intercâmbio com grupos do Movimento Negro, a familiaridade com obras de autores negros e também não negros, que permitam entender a realidade das relações interétnicas em nosso país.

É nesta direção que as provocações do projeto se alicerçam para construção de um novo diálogo. Um diálogo onde todas as vozes serão ouvidas, outras histórias serão contadas e vividas, pois na educação infantil aprende-se realmente o que se vive, e muito pouco o que se ouve falar.

#### REFERENCIAS

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio da escola: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. (Org.)

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001. p. 141- 160.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a etnografia na escola e prática investigativa sobre as relações raciais e de gênero. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

MASSA, Monica de Souza. **Ludicidade: da etimologia da palavra à complexidade do conceito**. Disponível: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/2460> Acesso em: 15/06/2020.

ROMÃO, Jeruse. O educador, a educação, e a construção de uma autoestima positiva no educando. (Org.) CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001. p. 161-178.

SANTOS, Milton. **Da totalidade do lugar**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SILVA, P. B. G; MONTEIRO, H. M. Combate ao racismo e construção de identidades. In: ABRAMOWICZ, A.& MELLO, R.R (Orgs.). **Educação: pesquisa e práticas**. Campinas: Papyrus. 2000. p. 75-99.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. **Superando o racismo na escola**. (Orgs.). Brasília- Mec./Secad, 2005. p-155-172.

TRINDADE, Azoilda Loreto de. **Valores civilizatórios na Educação Infantil**. A Cor da Cultura. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.

# CAPÍTULO 5

## PROTAGONISMO JUVENIL OU ALIENAÇÃO: DILEMAS DO COTIDIANO E INTERAÇÕES NO CAMPO POLÍTICO

*Data de aceite: 01/10/2020*

*Data da submissão: 12/08/2020*

**José Silon Ferreira**

Universidade do Vale dos Sinos-UNISINOS  
São Leopoldo- RS  
<http://lattes.cnpq.br/5358764327787004>

**Aloisio Ruscheinsky**

Universidade do Vale dos Sinos-UNISINOS  
São Leopoldo- RS  
<http://lattes.cnpq.br/0364210650396629>

**RESUMO:** Este artigo integra uma investigação mais ampla sobre juventude, democracia e participação política. Essa temática suscita especial interesse pela imagem construída de uma juventude alienada à cultura de consumo, conectada pelas redes sociais e às novas tecnologias. Porém, apartada das questões políticas e sociais torna-se um alvo de críticas da mídia e de textos acadêmicos. O objetivo consiste em descortinar características a respeito dos processos no cotidiano, em contato com as redes de interface e mecanismos organizacionais. Do ponto de vista metodológico nos interrogamos se os jovens seriam a geração que se encontra diante de uma herança cultural estável pelas suas regras e instituições, em particular a escola? A educação como processo e a luta pela realização pessoal soam como descoberta de sujeito de direito e de reciprocidade. Se lutar também é educar, o inverso soa sociologicamente como educar é lutar! Há razões para se afirmar

o significado de um sujeito de direitos e as respectivas conflitualidades.

**PALAVRAS - CHAVE:** Juventudes, participação, Democracia, Integração social, Educação.

### YOUTH PROTAGONISM OR ALIENATION: DAILY DILEMMAS AND INTERACTIONS IN THE POLITICAL FIELD

**ABSTRACT:** This article integrates a broader investigation into youth, democracy and political participation. This theme raises special interest for the constructed image of a youth alienated from consumer culture, connected by social networks and new technologies. However, apart from political and social issues, it becomes the target of criticism from the media and academic texts. The objective is to discover characteristics about the processes in everyday life, in contact with the interface networks and organizational mechanisms. From a methodological point of view, we wonder whether young people are the generation that is facing a cultural heritage stable by its rules and institutions, in special the school? Education as a process and the struggle for personal fulfillment sound like the discovery of a subject of law and reciprocity. If fighting is also educating, the converse sounds sociologically as educating is fighting! There are reasons to affirm the meaning of a subject of rights and the respective conflicts.

**KEYWORDS:** Youth, Participation, Democracy, Social integration, Education

Os jovens de hoje nasceram e desabrocharam em um contexto brasileiro marcado por mudanças no cenário político e cultural: ainda demarcado pelo fim do regime militar no país que, após 21 anos de existência (1964-1985), “legou à nova democracia em formação uma repartição da renda extremamente desigual” (Grosso 2017); ao mesmo tempo a oportunidade de convergência com as inovações tecnológicas, de conhecimento e reconhecimento por meio das conexões digitais como formas de pensar e agir no mundo<sup>1</sup>.

A expressividade populacional jovem, situa-se numa conjuntura crítica onde vigem os índices de desemprego e desocupação juvenil no Brasil atual, a disseminação da AIDS e a mortalidade juvenil pela violência, entre outros aspectos. Estas adversidades tornaram a juventude alvo da ação pública nos últimos anos, em especial através de políticas sociais.

A investigação sobre os rituais, as práticas e as trajetórias das juventudes, implica também em destacar estratégias de forjar uma identidade em meio às relações sociais complexas, bem como retomar um olhar sobre práticas quanto ao saber-fazer ou aprimoramento de capacidades como mecanismo fundamental de desalienação (FOLLMANN, 2018).

A ampliação da agenda neste protagonismo ou das reivindicações tem incorporado temas num cenário político que dá espaço para meio ambiente, proteção animal, opções sexuais ou gênero, espaço público, lazer, inovação institucional, inclusão digital, entre outros. Demandas inovadoras têm sido assumidas pelos formatos juvenis, quer de modo individual ou coletivo, razão pela qual se visibilizam como atores qualificados em processos políticos.

Na análise dos dados coletados na investigação levamos em consideração o tempo existencial de pertencimento dos indivíduos e da mesma forma o tempo o universo coletivo, social e histórico. Ao considerar as tendências a mudanças como a permanências embasamos nosso olhar neste capítulo em alguns aspectos: 1) os modos de ler a realidade sobre a participação dos jovens em associações ou na forma de instituições participativas; 2) a participação diversificada em face da realidade no vale dos Sinos, no sul do Brasil.

## **OS SUJEITOS SOCIAIS E O PODER DAS INTERAÇÕES EM SUAS CIRCUNSTÂNCIAS**

As circunstâncias do lugar social evidenciam a vigência de hierarquias sociais, com as respectivas dependências e competências em face de relações com sua força simbólica e política. A categoria de “lugar social do discurso” é de uso por diversos autores, entre eles Certeau (2011) quando este entende que todos os indivíduos e grupos sociais se localizam e se articulam com um lugar dentro da dimensão social, econômica, política e cultural. Em decorrência deste lugar se delinea uma tipologia de visões de mundo, de opções e de interesses.

<sup>1</sup> As reflexões apresentadas neste artigo são parte da Tese com o título: Juventudes e Participação Política: Práticas dos Estudantes do Ensino Médio do Vale Dos Sinos. PPG de Ciências Sociais, Unisinos, 2020.

Pensar a relação de dois temas de grande amplitude Juventude e educação em Direitos Humanos, o conhecimento como experiência e capacidade de ação, bem como ler as relações sociais sintetizam o desafio neste texto. Conforme Gadotti e Torres (1994) um dos princípios originários da educação como compromisso sociopolítico tem sido a criação de uma epistemologia, baseada no respeito pelos múltiplos saberes que trazem os setores subalternos em sua prática cotidiana, problematizando-o, tratando de descobrir as teorias presentes na prática social. A reconhecida problematização requer por sua vez dimensionar o lugar social, incorporando-lhe um raciocínio rigoroso, científico em que se destaquem as relações múltiplas, o movimento e as contradições. Portanto, trabalhar com estes temas é sempre um desafio na medida em que significa remar contra a corrente dos processos de alienação.

Há, contudo, um paradoxo presente nesta abordagem: alguém que defende os Direitos Humanos não significa que esteja comprometido com os processos educativos de referência no desenvolvimento de capacidades de enfrentamento da alienação. Já o contrário seria um absurdo: Um sujeito não pode se pretender educador crítico em sentido largo (ou de base sociocultural, ou desalienação) sem ser defensor ou compromissado com a agenda dos Direitos Humanos, bem como tratar de forma desigual os desiguais na medida da sua desigualdade (Constituição Federal, 1988). Neste interim adentramos no paradoxo de compreender o princípio da equivalência e paridade, basilar e universal no âmbito dos direitos (i)materiais, como capital cultural e político que consiste em equiparar os supostamente iguais, embora haja igualmente uma outra faceta de procedimentos ao tratar de forma desigual os desiguais.

De todo modo, para compreender as mudanças sociais trabalhar com o conceito de sujeito é importante porque na concepção de Touraine significa o desejo de se tornar ator, e tal, sucede em processos de resistência e de criação. Indivíduos são anulados e não conseguem se tornar atores ou atrizes por sofrerem influências massivas do mercado e de comunidades. É o que Follmann (2018) nomeia do processo de constituição da alienação. Para Touraine

o sujeito não se forma a não ser quando rejeita simultaneamente a instrumentalidade e a identidade. O sujeito pessoal também não pode formar-se a não ser afastando-se das comunidades demasiadamente concretas que impõem uma identidade fundada em deveres mais do que em direitos, insistindo mais na inserção do que na liberdade. Não se pode, no entanto, imaginar que o indivíduo, ao se construir sujeito, possa fechar-se sobre si. Nada seria mais oposto ao sujeito do que o narcisismo. (HAHN, 2008, p. 183)

Se pensamos como poderemos interpretar o indivíduo (Jovem) no transcurso de se tornar sujeito podemos admitir que na educação social há uma dimensão que pode ajudar bastante para o aprofundamento com relação ao tema: a escuta e o acompanhar processos. A tarefa do acompanhamento é fundamental num trabalho de base, em vista



da compreensão da experiência de troca entre sujeitos de um processo de partilha e construção de saberes, que convencionamos chamar de educação.

Para a realização desta tarefa de acompanhamento de construção de saberes parece fundamental a leitura do contexto onde se desenvolve algum trabalho social. Tal tarefa integra com a vida das pessoas do local (comunidade), pode num relacionamento dinâmico a juventude como sujeitos em um diálogo que ultrapassa a dimensão curricular (DAYRELL; CARRANO; MAIA, 2014). De outra feita, nos grupos juvenis, com uma organização de relações horizontais, baseadas no diálogo, há condições que favorecem aprendizados de convivência que contribuem para o desenvolvimento de relações de confiança e de entreajuda, constituindo em mediação importante para a construção de capital social, bem como práticas sociais contestadoras (SEGUNDO; SEVERO, 2019).

Este movimento de percepção para além das aparências parece condição para afiançar um processo de construção de competências. Observando algumas experiências em bairros da cidade, nas interfaces estabelecidas pode-se conferir a existência de conteúdos sobre a afirmação de direitos, de garantias humanas, cívicas e sociais, ao menos no papel. Porém, na maioria das vezes, as pessoas que trabalham estes assuntos desconhecem a complexidade das relações sociais e seus conflitos (ou conhecem superficialmente). No contexto peculiar muitas vezes se julgam temas importantes porque é a visão de mundo das agendas sociais e políticas ou as respectivas metas a cumprir. Talvez seja aí uma constatação de porque alguns setores subalternos se tornam conservadores.

A ideia de processo, mais que de cronograma e metas, permite a descoberta de temas fundamentais dentro dos Direitos Humanos, fruto proximidade ela ganha sentido para a interlocução entre atores. O que é “desumano em suas vidas” comparece como injusto e impede a realização de uma vida integral em todas as dimensões. Claro que só se alça este sentido com a capacidade crítica de ler o contexto local, mas sem esquecer o contexto geral. No olhar ampliado, foca-se o tensionamento dos acompanhamentos.

Nessa ótica, entende-se Touraine (2004) quando afirma que “para mim, as palavras sujeito, movimento social e democracia e contexto social são inseparáveis umas das outras”. Portanto, para o autor o sujeito só pode ser compreendido dentro desta ótica. Na ação social da contemporaneidade os sujeitos se deparam com uma multiplicidade de atores e sem um declínio efetivo das dependências do meio ambiente. Nestas contingências há “pluralidade de sistemas de ação regidos por orientações e regras cada vez mais autônomas” (Dubet & Martuccelli, 1997, p.244). Com frequência as lutas sociais possuem como horizonte uma sociedade ideal, sob inspiração religiosa ou política, ou a partir da idealização da cidadania.

Nessa mesma lógica é preciso entender ideias como esta: “Se há uma noção aceita por todos hoje em dia, mais do que a de cidadania ou a de fé, é a dos direitos humanos”. Outro aspecto importante, como mediador nos processos educativos, com o respectivo compromisso sociocultural, parte do desejo de ver as pessoas se realizando como sujeitos (DAYRELL; CARRANO; MAIA, 2014). É uma ação mais do que assimilação conceitos, que

poderão ser abstratos e que pouco lhes diz na concretude histórica.

Por exemplo, um jovem que é discriminado por sua cor ou identidade cultural não pode ser apenas esclarecido sobre que é o racismo, mas ele pode se descobrir como portador do desejo de lutar pela garantia de seu direito de realização, superando o que lhe “desumaniza” e também aí poderá passar a ser também defensor dos direitos humanos contra toda forma de preconceito social, como o racismo e tantas outras marcas da negação de direitos e dignidades. Esta dupla dimensão que acompanha o sujeito na sua cotidianidade Follmann (2018) denomina de busca da identidade e processo de alienação. Na concretude da vida que se perceberá capaz de dizer porquê quer ser protagonista de seu agir, como sujeito que contribuirá no momento histórico. De acordo com Boghossian e Minayo (2009)

O termo “protagonismo juvenil” foi se tornando usual referência nesse contexto, catalisando princípios, preocupações e investimento de diferentes disciplinas e atores sociais. Os autores estudados destacam a abrangência do conceito, analisando as diferentes formas como ele vem sendo apropriado e ressignificado. (p.412)

Diante disso, nos colocamos a seguinte questão: pode a escola tornar-se também um campo de atuação na perspectiva republicana e consolidar uma pedagogia social e ambientalmente ancorada? Em certo sentido, ancorada no paradigma da complexidade para garantir um olhar multidimensional da realidade social, com articulação dos conhecimentos?

Para corroborar esta percepção do autor, recorreremos às ocupações das escolas públicas ocorridas em alguns estados brasileiros, entre 2015 a 2017. Nestas experiências um segmento dos jovens alçou à condição de protagonistas e de alguma forma exercitaram a cidadania, uma ação sobre um determinado território, exigindo seus direitos a partir das suas demandas locais. Por sua vez Severo e Segundo (2017) analisaram alguns aspectos da participação juvenil nas ocupações em escolas e procuraram identificar variáveis explicativas para o significado da construção do processo de socialização política.

O que pudemos observar nas ocupações é o crescimento e fortalecimento das dimensões diretamente concernentes ao seu destino, isto é, enquanto um exercício de cidadãos. Os tímidos e inseguros de antes foram substituídos por alunos cientes de que o que estão fazendo é o exercício de sua cidadania e de que assumir o protagonismo de suas demandas é a forma de luta onde “lutar também é educar”, o que marca uma geração de expressão múltipla.

O acompanhamento na educação como processo e na luta pela realização pessoal como descoberta de sujeito de direito, carece de mais um princípio: a reciprocidade. Se lutar também é educar, o inverso também soa sociologicamente como educar é lutar! Ou seja, desafio o significado de se afirmar um sujeito de direitos e as respectivas conflitualidades.

Nesta abordagem está posta uma nítida interface entre o público e o privado, e o

que em certo sentido se pode denominar de “transformações da intimidade”. Assim [...] um relacionamento cuja continuação depende da intimidade. A abertura de um em relação ao outro ... é de algum modo o oposto da identificação projetiva, ainda que tal identificação, por vezes, estabeleça um caminho até ele” (GIDDENS, 1993, p. 72).

É a dimensão da troca mútua de saberes, da partilha da vida e cooperação. A eficácia advém do método onde por princípio se articula um processo coletivo ou grupal. Neste rumo se gera uma capacidade em face da alteridade (encontro do aquele/a que é “outro/a” – diferente de mim). Pois assim exercitam a capacidade de alternar escuta e fala, ser atendido e estar atento. Neste caso se apresenta um aprendizagem quanto à mediação de conflitos, driblando as possíveis expressões de violências, tendo ao mesmo tempo um anseio se este exercício de poder possui no seu limite uma função transitória (MARTINS; MACHADO; FURLANETTO, 2016).

Ao tratar do protagonismo juvenil torna-se um imperativo considerar a dialética da existência social: de um lado a perspectiva do sujeito como autor criativo das relações e de outro a ótica de que cada indivíduo ao mesmo tempo resulta das circunstâncias, dos caminhos disponíveis em sua história. Deste ponto de vista, há que interrogar sobre as fontes de informação que sustentam uma avaliação do cenário e que conformam uma percepção ou um imaginário.

Percebemos nas ocupações que o sujeito e o coletivo caminharam lado a lado, mesmo sem um ativismo organizado estes jovens fizeram uma experiência de uma democracia participativa, de uma ação de conflito e de uma organização grupal em busca dos direitos humanos. Existem algumas especificidades ou dimensões fundamentais que Melucci destaca na abordagem dos movimentos contemporâneos, como redes de ação coletiva operando num sistema de trocas simbólicas. Assim, as grandes mobilizações em sociedades complexas soariam como profetas sem encanto, ou como profetas que enunciam algo à frente do seu tempo, aquilo que está em gestação. “A inércia das velhas categorias do conhecimento pode impedir de ouvir essa mensagem” (Melucci, 2001, p. 21).

Acreditamos, portanto, que a tarefa junto aos estudos de juventudes, dos Direitos Humanos, bem como da participação sociopolítica é, em razão disso, a de descobrir a racionalidade das construções históricas e das concepções subjacentes. Isso porque, acreditamos, é preciso não ceder a tentação projetar conceitos e explicações que nos são caras. Neste sentido, pode compreender diversas faces de um mesmo fenômeno social, Corrochano, Dowbor e Jardim (2018) apresentam facetas<sup>2</sup> relevantes cuja distinção e associação auxilia na compreensão de relações sociais e seus conflitos inerentes.

As soluções individuais ou de políticas públicas são fruto das provocadas a partir de ferramentas (i)materiais, sociais, políticas e econômicas disponíveis. Ou, dito que outra

2 “Compreensão da juventude como sendo, ao mesmo tempo, uma representação, revestida de significados que variam de acordo com os contextos sociais e históricos e uma condição, vivida de modos diferentes e desiguais a depender da posição social, sexo/gênero, cor/ raça, local de moradia, dentre outros aspectos.(Corrochano, Dowbor e Jardim (2018, p.52)

forma, que as questões das juventudes, sob a ótica dos direitos, só podem ser extrapoladas em uma relação de teoria e prática em que ambas sejam ressignificadas no calor da luta social. Esta ilustração de um debate fundado em contributos da sociologia e da ciência política, sobre as circunstâncias da ocupação dos territórios institucionais como expressão de luta e resistência às mudanças políticas.

A atividade pedagógica foi confirmada em muitas outras instituições educativas, mediante a articulação de grupos de discussão, congregando estudantes que faziam parte das ocupações e docentes. A ocupação das escolas atesta a possibilidade de usos múltiplos do mesmo espaço social, com uma diversidade de experiências enriquecedoras. “A idéia da escola múltipla ... permanece ligada ao tema da integração social, interpretando a socialização em termos de atividades dos indivíduos. É o que tentamos delimitar com a noção de experiência escolar” (DUBET; MARTUCCELLI, 1997, p. 261). Motta e Weller (2010) ratificam o nexos intrínseco entre o individual e o coletivo, entre o real e o virtual, subjetividade e inserção social.

Cabe refletir sobre o real conteúdo das experiências juvenis, sobre o que elas informam, sem violar seu caráter individual ou coletivo, suas especificidades de gênero, de geração, de pertencimento étnico/racial, seus lugares ou não lugares em meio a um universo que torna cada vez mais difícil definir o que é real e o que é virtual, o que caracteriza um estilo ou modo de vida local e o que passou a ser incorporado a partir de outras interseções. (p.183).

Na dimensão da reciprocidade é o caminho para ampliação do horizonte da visão de mundo, educando para o respeito e para a gentileza, no encontro como quem é diferente em mim, mas não é ou está distante. O meu problema não é menor ou maior que o problema do outro, e na grande maioria das vezes é o mesmo ou estão em relação. Ao compreender que as realidades são recíprocas cria-se um pacto de grupo, de coletivo e assim o processo amplia-se e possibilita novos aprendizados. E a luta pela realização pessoal passa a ser coletiva. Torna-se capaz de sentir a dor (e alegrias também) das outras pessoas. Por fim, acreditamos que estes conceitos do acompanhamento, do processo e da reciprocidade são questões postas para apropriação de cada indivíduo e organização que deseja lutar e contribuir por cada direito fundamental.

## **OS JOVENS COMO ATORES SOCIAIS E POLÍTICOS: LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA**

Como cientista social torna-se primordial traduzir alguns achados que podem ser destacados a partir da pesquisa de campo sobre as percepções da experiência da juventude. Nestas experiências parece importante apontar e delimitar continuidades e rupturas nestas percepções e das consequentes ações protagonizadas, que por sua vez parecem sempre referidas a contextos e momentos históricos. As reflexões de Corrochano, Dowbor e Jardim (2018) auxiliam a compreender peculiaridades e especificidades, na medida em que

(...) é a possibilidade de partilha de experiências e vivências comuns que ganha centralidade na definição de uma geração e não o tempo cronológico ou o nascimento no mesmo momento histórico. Desse fato, no entanto, não se pode derivar a necessidade de orientações e posicionamentos comuns. Como sugere Mannheim, ainda quando a virtualidade da posição geracional se efetiva em conexões, não é possível identificar uma unidade em relação à política e à participação: as respostas são, muitas vezes, divergentes e até mesmo opostas, algumas mais “conservadoras” enquanto outras mais “progressistas”, na medida em que atravessadas por outras posições sociais, tais como classe, gênero, raça, local de moradia etc.(p.51)

De outra feita, convém aludir, que diferente de pretensões da racionalidade moderna, onde as relações em sociedade estão pautadas em regras do jogo, alguma forma de barbárie subsiste na visão de mundo de alguns setores sociais na contemporaneidade. Isto ocorre em famílias e em grupos sociais, para além de se situarem na periferia urbana, que admitem linchamento como prática social, a difamação a qualquer custo em seu discurso, ou endossam o justicamento moral ou físico. Os níveis de feminicídio atestam relações de poder assimétrico nas relações intersubjetivas. Quando se ousa apostar no dilaceramento do outro, do diferente interroga-se sobre a educação que se torna factível no ambiente cotidiano. Acima de tudo, estas práticas que abdicam da negociação como prática diante das divergências, soam como nítidas evidências de uma crise social, cultural e moral profunda, ou estampa anomia. Porquanto, sintetiza-se como uma incapacidade para criar e abraçar normas socialmente reconhecidas para enfrentar as adversidades por meio de processos de negociação e assim resolvê-las no marco de valores da civilização que aposta na democracia como valor universal.

Com as interfaces familiares, entre outras, os/as jovens produzem um perfil estético e se produzem com uma tipologia de relacionamentos, reiterando um conjunto de práticas sociais cotidianas. Neste interim, as relações são constituídas como poder de ser e fazer e igualmente está manifesto o processo de constituidoras de identidades ou capacidades e de relações de poder. As práticas e as relações sociais adquirem significado para o reconhecimento de territórios como espaços públicos ou privados. Para além das fronteiras familiares e ao mesmo tempo em interação com estas, adquirem sentido as interfaces com instituições sociais que permeiam o cotidiano como as instituições de ensino, associativismos, formas de lazer e consumo, práticas culturais (músicas, adornos, danças, roupas, rituais, equipamentos), uso de substâncias (i) lícitas, órgãos de segurança pública, entre outros. Nesta complexidade de fluxos se forjam identidades performadas e que por sua vez compreendem as escalas do tempo passado, presente e futuro, ao mesmo tempo se consolidam relações histórico-culturais entre atores variáveis.

Uma das vinculações que se produz no marco da socialização juvenil, de acordo com Castro e outros (2004), é entendida como processo sociocultural de transmissão de valores, autoestima, normas, reconhecimento do outro e costumes a partir da sociedade adulta, às novas gerações. Estas possibilidades são aventadas e implantadas com o

objetivo de assegurar a reprodução biológica e social, por meio de agentes socializadores, em que se destacam a família, o sistema escolar, os grupos de jovens e os meios de comunicação. Esta perspectiva sumariza uma abordagem, todavia este é apenas um lado ou um olhar possível. No nosso caso é insuficiente pois que se quer também destacar o sujeito, do movimento, da participação e da contestação. Assim endossamos uma ótica denominada de dialética, da dinâmica social, do movimento.

Tradicionalmente, ainda segundo as mesmas autoras, a família tem sido o principal agente socializador, concentrando inclusive interfaces ligadas à educação básica. Contudo, com o correr do tempo e no andar dos processos de modernização social, ao mesmo tempo em que as famílias perderam profundas transformações, afetando a estabilidade e o modelo nuclear, foi-se dando espaço a esquemas múltiplos de famílias diversas (completas e incompletas), onde os adultos participam no mercado de trabalho de forma integral. Por estes caminhos, as famílias foram perdendo a gravitação nos processos de socialização, cedendo lugar à influência ascendente de outros agentes, como o sistema educativo (que não sabe como cumprir suas funções socializadoras além das fronteiras da transmissão de saberes) e os meios massivos de comunicação, as novas tecnologias e os jogos digitais, bem como influências de modelos conservadores de religiosidades. A pluralidade é enfatizada por autores quando traçam conexões entre formas de socialização e o sistema escolar.

A socialização designa o duplo movimento pelo qual uma sociedade se dota de atores capazes de assegurar sua integração e de indivíduos, de sujeitos suscetíveis de produzir uma ação autônoma. De imediato, a socialização é definida por uma tensão situada no centro de diversos debates sociológicos, mobilizando, de uma só vez, representações do ator e representações do sistema social. (DUBET; MARTUCCELLI, 1997, p. 242)

Algo parecido ocorreu — a partir da família e do sistema educativo— com a irrupção dos meios massivos de comunicação, em particular da TV e as redes sociais, na socialização juvenil. Em poucas décadas passaram a exercer uma influência decisiva, competindo com as famílias no seio do próprio lar, com o sistema educativo formal, e desenvolvendo métodos e instrumentos atrativos para os jovens, como valores e normas diferentes, até contraditórios, com os que emanam da família e do sistema educativo formal. O sistema educativo não soube resolver, até hoje, está crescente e desafiante competição, a qual se agregam os conteúdos das redes sociais de informática que não conseguiram incorporar, massivamente, estes meios à dinâmica cotidiana, como instrumentos de grande potencialidade para o desenvolvimento de seus próprios fins.

Aqui é o momento de problematizar as consequências ideológicas das inserções num emaranhado de tecnologias digitais no cotidiano e ao mesmo tempo considerando-se o acesso as estas ferramentas mantêm os jovens ainda carentes de saberes próprios das relações sociais complexas. Ao proporcionar o acesso ao conhecimento produzido e/

ou difundido pelas redes sociais impulsiona a comunicação e a ampliação de redes, ao mesmo tempo modificam-se as percepções quanto às formas com que as reivindicações dos sujeitos alçam a dimensão coletiva e um espaço próprio de negociação política.

*Não há coletivo sem grupo.* E o/a jovem participa de algum grupo? Eles vão falar do grupo do Grêmio Estudantil (14,7%), do grupo de Igreja (13,3%) e não muito mais. 1% “se atreve” a falar de partido... Resultado: 69,3% não participa, embora o questionário tenha dito que poderiam pertencer 1. a uma associação comunitária (5 adolescentes disseram que sim); 2. a uma associação esportiva, recreativa (11 disseram que sim); 3. a um grupo artístico (cinco disseram que sim); 4. a um grupo da ecologia nove disseram que sim); 5. a um grupo religioso (onze disseram que sim); 5. a grupos de trabalhos voluntários (11 disseram que sim); de movimento negro, indígena, grupo de opção sexual, de um grupo feminista, de partido político. Dos jovens 13 participam de algum partido político; 85 dizem que não gostam de política; 9 dizem que não chegou a hora deles; e 103 afirmam que procuram obter informações. O questionário apontou sete siglas de instituições e perguntava se sabia o que significavam (questão 49). As siglas de instituições sabidas são “Políticas de Cotas” e “ONG Greenpeace” não muito mais, nem o que seja FMS e ECA. Isto revela algo da experiência individual e coletiva na medida em que se constroem como sujeitos da história, por mais que mantenham relacionamentos contraditórios com a instituição escolar na feição de política pública.

Por sua parte, os denominados “grupos de pares” cumpriram em muitos momentos da história um papel decisivo na socialização da juventude e constituem um dos poucos agentes propriamente juvenis que sempre cumpriram um papel decisivo na socialização da juventude e constituíram um dos poucos agentes propriamente juvenis escassamente controlados pelos adultos. Neste sentido, Mannheim (1982, p. 61) adverte que “só um âmbito de vida histórico-social comum possibilita que a posição no tempo cronológico por causa do nascimento se faça sociologicamente relevante”

Resulta, contudo, difícil identificar um signo predominante de incidência nas gerações jovens porque a constituição dos grupos é heterogênea (movimentos estudantis, grupos informais, grupos heterogêneos, movimentos juvenis), influenciados pelos meios massivos de comunicação, sob diferenças internas. Ao que tudo indicar neste caso a regra privilegia a diversidade em sentido histórico. Corrochano, Dowbor e Jardim (2018) destacam a reinvenção da democracia e uma perspectiva ideológica no processo de socialização.

Procuramos ponderar os significados daqueles dias a partir da articulação entre transformações estruturais que marcaram a história do país desde a transição democrática e a socialização juvenil para o mundo público em diferentes espaços como a escola, a cidade, o trabalho e a cultura. Conferimos destaque para as conexões que parecem ter sido criadas em torno de uma agenda progressista, de consolidação e ampliação de direitos sociais e civis. (p.59)

Para inventariar algumas práticas socioculturais e de opções políticas de setores juvenis as escolhas são bem diversas, sempre dependendo do interesse e da seleção operada pelo pesquisador. Neste sentido, na presente investigação também se perguntou sobre o endosso de uma religião, cujas mudanças em curso são objeto de polêmicas entre os próprios pesquisadores e acadêmicos.

O conjunto de dados empíricos em apresentação tem sido coletados por meio de respostas a um questionário destinado à amostra de estudantes do ensino médio. No total 32% se afirmam católicos; enquanto 22,6% se dizem luteranos ou protestantes; ao mesmo tempo 4% são da umbanda, o fato é que 38% não responderam nem dizendo que não tinham religião, mas 62% afirmaram sua crença. Contudo, numa resposta geral 56,7% dos indivíduos não frequentam religião, mas ainda não significa que não possuam crença. Entre os respondentes os evangélicos são os mais assíduos praticantes, os mais assíduos nos encontros comunitários/religiosos. Em percentagem, 16% dos católicos e 20% dos adolescentes luteranos e/ou protestantes frequentam regularmente a vivência religiosa de sua igreja. Os dados atestariam um desencantamento do mundo como um processo de racionalização das relações sociais ou da vida, ou ainda uma modernização cultural (NOBRE, 2004).

As experiências de participação política e em outras instâncias associativas/coletivas como o espaço em que o jovem participa são aludidas por meio das percepções a respeito delas por parte de seus integrantes. Ou seja, como socialmente percebem o seu estar inserido em relações sociais.

Sobre as circunstâncias e as discrepâncias Souto (2016, p. 276) afirma que “ao avaliar o grau de associativismo juvenil, novamente nos deparamos com o descompasso entre valor atribuído e engajamento em uma determinada frente de ação”. O desencantamento pode ter uma significação técnico-científico que se instaura e “adquire uma expressão radicalmente anti-religiosa, ao se dispensar qualquer justificativa ética para o mundo” (NOBRE, 2004, p.163). O desencantamento pode também advir de uma decepção das promessas não cumpridas, no campo político pela democracia, no campo científico na medida em que tecnificação não removeu históricas desigualdades e iniquidades.

Junto com receber variadas influências dos campos sociais, os jovens anseiam incidir na dinâmica societal de estratégias e táticas (Certeau, 2011) diversas, procurando constituir-se como atores sociais e políticos ou erguendo diversas formas de expressão simbólica e publicização de identidades, bem como testando mecanismos para difundir-las ao conjunto da sociedade. Contudo, a parte mais significativa das maneiras que este afã de mudanças e participação juvenil, assumiu como processo histórico, caracterizou-se por sua transitoriedade, alternando períodos de protagonismo e visibilidade política com outros, cuja explicitação é a de retração e invisibilidade (CASTRO; ABRAMOVAY, 2003). Em outros termos, o paradoxo contemporâneo está presente, ora o afã de afirmação de identidades, ora a feição da alienação (Follmann, 2018).



Os jovens têm estado presente nas mobilizações sociais, demonstrando interesse em visualizar espaços em que tenham participação em ações políticas, cuja visibilidade é motivo de controvérsia acadêmica e social, especialmente em confronto com dados de comparecimento eleitoral (RUIZ, 2017). Diversos estudos tem explorado as vias para identificar o desempenho da cultura política em face de práticas sociais adotadas num determinado contexto histórico.

É provável, além disso, que seja esta a razão porque, nos últimos tempos, tenham proliferado as denominadas “tribos” juvenis, como territórios onde os jovens se entrosam e se percebem mais cômodos e confortáveis em meio a uma dinâmica societal percebida como repressão e hostilidade (CASTRO; ABRAMOVAY, 2003). O tema é tão complexo como relevante, dado que, no fundo, se trata da participação juvenil dentro das regras do jogo das práticas sociais ou alienados das relações predominantes, o que constitui, seguramente, a chave de explicação da dinâmica juvenil e das políticas públicas setoriais. O quadro 1 explicita mudanças na participação juvenil. Avritzer (2012, p. 12) vai denominar “a participação institucionalizada, isto é, a participação em instituição prevista em lei, que determina políticas públicas nos três níveis de governo e que contam com a participação de representantes da sociedade civil”. Neste debate é fundamental reconhecer as interfaces entre atores sociais e a esfera estatal.

## REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo (org.). Experiências nacionais de participação social. São Paulo: Cortez, 2009.

CASTRO, Mary G.; ABRAMOVAY, Miriam. Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/ com juventudes. Brasília: Unesco, 2003.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CORROCHANO, Maria C.; DOWBOR, Monika; JARDIM, Fabiana AA. Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes? *Laplage em revista*, v. 4, n. 1, p. 50-66, 2018.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla L.. Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, v. 8, 2014.

DUBET, François; Martuccelli, D. A socialização e a formação escolar. *Revista Lua Nova*, n.40-41, p.241-266, 1997.

MELUCCI, A. *O jogo do eu: A mudança de si em uma sociedade global*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

FOLLMANN, José Ivo. Ideologia, Identidade e Alienação: um olhar sobre processos chaves na sociedade brasileira, em diálogo com o pensamento de Jessé Souza. In: FOLLMANN, J.I. (Org) *Dialogando com Jessé Souza*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018, p. 149-166

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1993

GROPPO, LuisAntonio. *Juventude: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Sociologia da Juventude*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

HAHN, Noli B. A questão do Sujeito e o Sujeito em Alain Touraine. *Revista Direitos Culturais*, v. 3, n. 4, p. 177-188, 2008.

MARTINS, Angela M.; MACHADO, Cristiane; FURLANETTO, Ecleide C. Mediação de conflitos em escolas: entre normas e percepções docentes. *Cadernos de Pesquisa*, v. 46, n. 161, p. 566-592, 2016.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: Movimentos Sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTTA, Alda B.; WELLER, Wivian. Apresentação: a atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. *Sociedade e Estado*, v. 25/2, p. 175-184, 2010.

NOBRE, Renarde F. Entre passos firmes e tropeços. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, p. 161-164, 2004.

RUIZ, Juan D. C. Jóvenes y cultura política: una aproximación a la cultura política de los universitarios de Bogotá. *Reflexión Política*, v. 19(38), 2017, p. 58-72.

SEVERO, Ricardo G.; SEGUNDO, Mário A. C. Ocupatadores: socialização política entre jovens estudantes nas ocupações de escolas no Rio Grande do Sul. *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 73-98, 2017.

TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2004.

# CAPÍTULO 6

## ESTUDO SOCIOINTERACIONAL DO DISCURSO DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF EM CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

*Data de aceite: 01/10/2020*

*Data de submissão: 25/07/2020*

**Vera Lúcia Godinho Carneiro**

UCB – Universidade Católica de Brasília -  
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em  
Educação  
Brasília – DF  
<http://lattes.cnpq.br/8839573446015827>

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo verificar a interação dos professores de Língua Portuguesa da Secretaria de Estado de Educação de Distrito Federal em curso de aperfeiçoamento ministrado pela EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do DF), com o objetivo de identificar por meio do discurso, se esses docentes estão tendo uma formação continuada que seja capaz de promover mudanças com relação seus métodos de ensino da Língua Portuguesa. Os dados analisados neste trabalho são parciais, por se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso; Ensino; Formação continuada.

### SOCIO-INTERACTIONAL STUDY OF THE SPEECH OF PORTUGUESE TEACHERS FROM THE PUBLIC NETWORK OF EDUCATION IN THE DF IN CONTINUING TRAINING COURSE

**ABSTRACT:** This work intends to verify the interaction of the Portuguese Language teachers

of the State Secretariat of Education of the Federal District in an improvement course given by EAPE (School of Improvement of Education Professionals in DF), with the objective of identifying through the discourse, if these teachers are having a continuous formation that is capable of promote changes regarding their methods of teaching the Portuguese language. The data analyzed in this work are partial because it is a research in progress.

**KEYWORDS:** Discourse; Teaching; Continuing formation.

## 1 | INTRODUÇÃO

Proporcionar uma metodologia de ensino que seja capaz de conciliar as diversidades linguísticas com o ensino da norma-padrão tem sido um grande desafio para os professores de Língua Portuguesa. Para gerar essa mudança em suas práticas pedagógicas os docentes devem buscar mais conhecimento, aperfeiçoar a parte teórica em relação aos conhecimentos acumulados da Linguística, principalmente da Sociolinguística interacional, isto é, buscar formação continuada.

Para desenvolver nos alunos as habilidades cognitivas necessárias a uma aprendizagem mais ampla, sem separar a língua portuguesa do seu contexto social, é preciso empregar metodologias que interagem o português e o conhecimento cultural do educando. Oferecer uma metodologia de ensino que seja capaz de conciliar as diversidades

linguísticas com o ensino da norma-padrão tem sido um grande desafio para os professores de Língua Portuguesa.

Apesar das mudanças que vêm ocorrendo nas práticas pedagógicas, nos últimos anos, permanece a recusa em aceitar a heterogeneidade da língua, e o modelo de ensino tradicional continua sendo praticado nas escolas.

Neste cenário, a Sociolinguística contribui para a proposição de uma metodologia de ensino da Língua Portuguesa que favoreça uma abordagem que realmente envolva a diversidade linguística com o ensino da norma-padrão, tendo em vista que a formação continuada pode promover atualizações na parte teórica do educador com os novos métodos de letramento.

## **2 | SOCIOLINGUÍSTICA**

Foi com o engajamento das teorias da Linguística e da Sociolinguística que muitos pesquisadores, em meados da década de 1980, começaram a perceber que a concepção de língua e variação deveria estar aplicada à educação, ou seja, ao ensino da Língua Portuguesa.

A Sociolinguística Interacional é uma vertente da Sociolinguística e seu surgimento veio após a vertente variacionista. Sua análise de estudo concentra-se na interação face a face dentro de um determinado contexto social. Para Bortoni-Ricardo (2014), a interação humana não se constitui de frases desconexas – pelo contrário, obedece a princípios de coerência interna e é a teoria da sociolinguística interacional que procura normatizar o processo de interação.

Segundo Bortoni-Ricardo (2005), um dos recursos mais poderosos à disposição do falante é sem dúvida, o apoio do contexto situacional em que se encaixa a comunicação. Contudo, esse contexto não pode ser estabelecido como um construto estático, referente ao ambiente físico, visto que as línguas naturais são por natureza, um fenômeno sensível ao contexto. Mas os eventos de fala variam muito em relação à dependência contextual.

Conforme Velasco e Sousa (2007) a concepção sociointeracionista de linguagem vale-se das contribuições de todas as correntes da linguagem, inclusive estudo tradicionalista, prioriza o texto como unidade de estudo, sem excluir a sentença, os fonemas e os morfemas da língua. Por ser a mais apropriada para o estudo das línguas, atualmente a concepção sociointeracionista esta sendo adotada no mundo e no Brasil conforme se constata nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), do Ministério da Educação e do Desporto - MEC.

## **3 | ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA**

A interação entre as pessoas é estabelecida pela linguagem, a qual é feita através

do discurso, seja ele falado ou escrito. O discurso não é visto apenas como objeto da fala, ele também envolve interação e descreve a prática social. Fairclough (1992a e b, 1995a, 1995b) apud Caldas-Couthard (2008).

A análise do discurso é uma prática muito estudada no campo da linguística, sendo a fala o seu principal instrumento de pesquisa. A linguagem é uma das capacidades cognitivas mais flexíveis e de fácil adaptação às mudanças comportamentais. Ela é a responsável pela disseminação das constantes transformações sociais, políticas e culturais geradas pela criatividade do ser humano. Através dela é feita a investigação das questões sociais e ideológicas que estão subentendidas no discurso, partindo do pressuposto que o discurso é construído na sociedade. Para Van Dijk (2010, pg. 12):

“O discurso não é analisado apenas como objeto “verbal” autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política. Assim, em vez de simplesmente analisar uma conversa entre vizinhos talvez seja necessário fazer um trabalho de campo em uma vizinhança, observar como as pessoas falam em bares e lugares públicos e descrever muitos outros aspectos desses eventos comunicativos...”.

O propósito da Análise do Discurso (ADC) é o debate teórico e metodológico do discurso. Esta disciplina estuda texto e eventos em diversas práticas sociais, propondo uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto sócio histórico. Essas práticas trazem como consequências demonstrações de poder, valores sociais, entre outros. Portanto, a ADC oferece uma valiosa contribuição de linguistas para o debate de questões ligadas a diferentes tipos de discriminação como racismo, a identidade de gênero e a exclusão social.

O discurso não reflete uma situação, ele é a situação, uma enunciação que torna possível considerar o desempenho da voz que o anuncia e, mais do que isso, ele é o contexto social em que é anunciado. Alguns autores defendem que o momento do discurso é um instante de práticas sociais.

Assim, a Análise do Discurso Crítica defende que toda análise parte de um problema, parte da identificação de um obstáculo, pois só assim é possível chegar à solução do problema. Segundo a teoria social do discurso existem três elementos que devem ser analisados: a prática social, o texto e a prática discursiva.

## **4 | FORMAÇÃO CONTINUADA**

Quando o professor escolhe por não considerar as variações linguísticas no momento de ministrar aulas, as consequências negativas surgem na aprendizagem da língua materna. As aulas passam a ser vinculadas somente à gramática normativa, seguindo os conceitos de “certo” ou “errado” e o conteúdo trabalhado é baseado no que deve ou não ser aceito na linguagem.

Para desenvolver nos alunos as habilidades cognitivas necessárias a uma aprendizagem mais ampla, sem separar a língua portuguesa do seu contexto social, é preciso empregar metodologias que interagem o português e o conhecimento cultural do educando.

Os docentes devem buscar mais conhecimento, aperfeiçoar a parte teórica em relação à Linguística Interacional, buscar uma formação continuada para gerar essa mudança em suas práticas pedagógicas.

Guimarães (2005) afirma que a busca pelos processos de formação inicial e continuada contribui para a construção de novas práticas compreendidas para além dos limites da transmissão de conhecimentos e das habilidades e desempenhos imediatamente visíveis.

Como é incumbida ao professor à tarefa de facilitar a aprendizagem dos alunos, cabe a ele ir à busca por atualizações em suas metodologias que sejam capazes de promover mudanças em seus métodos de ensino em sala de aula.

## 5 | ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa teve abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender a realidade do ambiente escolar e facilitar a interação entre teoria e prática, uma vez que estas são essenciais na construção da aprendizagem e deve fazer parte de todo trabalho que se espera obter resultados eficientes.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2008, p. 34),

[...] Na pesquisa qualitativa, não se procura observar a influência de uma variável em outra. O pesquisador está interessado em um processo que ocorre em determinado ambiente e quer saber com os atores sociais envolvidos nesse processo o percebem, ou seja: como o interpretam.

A pesquisa qualitativa diferencia-se das outras, porque ela não generaliza o elemento a ser analisado, seu principal objetivo é sempre compreender os fenômenos e não explicá-los, buscando o objeto na sua natureza sem modificá-lo.

### 5.1 Pesquisa 1

Conforme pesquisa realizada em um Centro de Ensino que integra a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal localizado na cidade do Gama/DF, tendo como sujeitos colaboradores alunos das séries finais do Ensino Fundamental e professores de Língua Portuguesa, é possível mostrar como os docentes vêm conciliando a diversidade linguística e as práticas pedagógicas empregadas em sala de aula. Foram feitas gravações de aulas regidas por 02 professores. Utilizou-se a letra “A” para a fala dos alunos e pseudônimo para os professores, os quais foram nomeados como sendo Cecília Meireles e Olavo Bilac.

## Professora Cecília Meireles

Cecília Meireles é gramaticista, desenvolve seu trabalho com base nos conceitos de certo para o que está de acordo com a gramática, e errado para as manifestações da língua que não correspondem às normas gramaticais.

### Excerto 1

109. Cecília: tá bom (), de formas que. Isso político gosta de falar muito. De formas QUE achando que tá falando difícil, rebuscado, e aí ele começa a falar desse jeito né, mas qual que é a forma correta, não tem essa letra s. É de forma que. Agora o representante de turma passa adiante, pra próxima. Maneiras que fica a mesma coisa forma que, maneira que, fala-se assim mais é errado...

A professora explica aos alunos que às vezes a pessoas tentam se adequar à norma-padrão para ganhar credibilidade e serem respeitadas, só que o resultado é desastroso por elas não possuírem domínio dessa linguagem. Também enfatizou que a expressão utilizada é comum entres os falantes, mas a classificou com errada. Mussalim e Bentes (2007, p. 42) afirma que,

(...) A intolerância linguística é um dos comportamentos sociais mais facilmente observáveis seja na mídia, nas relações cotidianas, nos espaços institucionais etc. a rejeição a certas variedades linguísticas, concretizada na desqualificação de pronúncias, de construções gramaticais e usos de vocabulários é compartilhada sem maiores conflitos pelos não especialistas em linguagem. O senso comum opera com a ideia de que existe uma língua – o bem social a disposição de todos – que é adquirida distintivamente, em condições diversas, pelos falantes. Na realidade, existe sempre um conjunto de variedades linguísticas em circulação no meio social. Aprende-se a variedade que se é exposto, e não há nada de errado com essas variedades (...)

Nessa linha de reflexão, nota-se que o problema está em ensinar a língua portuguesa rejeitando as variedades linguísticas. Abordar a língua de forma homogênea é criar barreiras que dificultam a aprendizagem, pois em uma sala de aula, vai haver diversos modos de falar tentando se adequar a uma norma-padrão que não corresponde em nada com a realidade vivida por esses alunos.

## Professor Olavo Bilac

O modo de agir desse professor é diferente dos gramaticistas tradicionais, e essa dissemelhança se deve ao fato de que Olavo possui formação em linguística, o que explica também certos procedimentos pedagógicos empregados para lecionar, como o fato dele não corrigir o aluno quando este se expressar usando a língua- não- padrão e os vários textos utilizados em suas aulas. O turno conversacional abaixo evidencia bem a utilização desses textos pelo professor.

## Excerto 1

52 ...()Bem fizemos um apanhado da água...() fizemos um apanhado né, alguém que apanhó...() o apanhado da água é o seguinte...() não é uma dessa que eu queria não... () bem eu quero que um aluno.... que gosta de ler assim como eu gosto, adoro leitura. A leitura é uma emoção indescritível né, mas eu quero um jovem leitor para fazer uma leitura de um texto, e o restante vai ouvi né, você vai ouvir a leitura...() pelo colega. Nós vamos ouvi a leitura, com muita atenção, com muito carinho, com muita emoção, só não pode chorar...() e enquanto isso, você deixa seu caderno aberto, porque assim que ela terminar, ela terminar a leitura né, você vai passar para o caderno com suas palavras, as ideias, o assunto...() do seu jeito.

Como pode ser observado, o professor usa textos, porém essa abordagem é feita de maneira equivocada, visto que Olavo os emprega mais como leituras adicionais, ou seja, como pretexto, pois ele não trabalha a gramática dentro dos textos e no momento de abordar esses conteúdos o professor utiliza uma apostila que contém só exercícios descontextualizados. Além disso, ele não explica os gêneros textuais contidos nessas leituras. De acordo com Bagno (2007, p.138),

(...) Essa é uma forma muito sutil de preconceito linguístico: abordar a variação linguística, mostrar que a língua é heterogênea para no final, insistir na preservação de um modelo idealizador de língua, de um padrão normativo extremamente rígido e conservador.

Essa atitude adotada por Olavo condiz perfeitamente com a afirmação de Bagno, pois ele modificou alguns pontos em sua maneira de lecionar, introduziu textos, mas somente é feita a leitura e não comenta nada sobre o gênero textual trabalhado. Isso mostra que as características predominantes em sala de aula ainda são de um professor que não conseguiu se adaptar as mudanças nas práticas pedagógicas. O professor optou em mesclar as práticas de ensino sugeridas pela linguística com as tradicionais, as quais ele já fazia uso, mas não consegue ainda trabalhar os dois lados: mostrar as variantes, compará-las com a norma padrão e mostrar em quais situações os alunos devem usar uma ou outra.

Por ser um educador que passou parte de sua vida envolvido com uma metodologia que é mais impositiva que interativa, Olavo acaba se equivocando ao tentar mudar sua linha de trabalho. Portanto, a abordagem linguística que o professor acredita estar utilizando não contribui para o conhecimento do aluno, porque o trabalho é desenvolvido com muito texto, contudo a leitura não está vinculada com os conteúdos gramaticais, e esse método empregado dessa forma não agrega conhecimentos aos educandos. Não basta afirmar que conhece e que aplica os saberes da linguística, se não relaciona o conhecimento obtido dentro da metodologia correta.



## 5.2 Entre a teoria e a prática dos Professores Colaboradores: Uma Reflexão

Ao fazer um comparativo das observações e gravações, fica bem nítido que a teoria não corresponde com as práticas utilizadas em sala de aula. Destaca-se que em nenhum momento esses professores envolveram a diversidade linguística nas práticas pedagógicas utilizadas.

Percebe-se claramente que a formação desses professores foi estruturalista devido ao tempo que eles lecionam, pois ambos estão para aposentar-se. Então, torna-se difícil para esses educadores abandonar completamente uma metodologia, pois essa maneira de ensinar está arraigada em seus conhecimentos pedagógicos, pois foi dessa forma que seus professores os ensinaram. Compreender a Variação Linguística e reformular seu modo de ensinar será um grande desafio para esses professores, principalmente para Cecília que não possui formação na área da Linguística.

## 5.3 Pesquisa 2

A pesquisa foi realizada em escolas que integram a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e particulares, localizadas na cidade do Gama/DF, e escolas que integram a Rede Pública de Ensino do Goiás, localizadas na cidade de Valparaíso/GO, tendo como sujeitos colaboradores Professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Os dados gerados mostram como os docentes têm trabalhado a norma padrão, não padrão e a variação linguística dentro de sala de aula.

A coleta de dados alcançados nesta pesquisa foi através de um questionário aplicado aos professores colaboradores, os quais serão identificados como: Ana a docente que leciona em turmas de 1º ao 3º ano nível médio em uma escola pública de Goiás, a pergunta sobre a sua formação acadêmica não foi respondida. Celia ensina em turmas do 1º ao 3º ano do nível médio em uma escola pública do Distrito Federal possui formação em letras, direito e especialização em direito público. Joana tem formação em letras e trabalha em turmas 5º ao 9º em uma escola pública do Distrito Federal. Maria é formada em letras-português, respondeu que possui especialização, mas não informo em qual área, leciona em turmas do 5º ao 9º ano e Rita não respondeu a questão sobre sua formação acadêmica, ela trabalha com turmas do 5º ao 9º ano, ambas lecionam em escolas particulares do DF.

O questionário apostado aos docentes suscitou os dados abaixo que serão analisados e interpretados

### 1 - QUAL SUA CONCEPÇÃO DE LÍNGUA?

O objetivo de fazer esta questão foi compreender o que os professores entendiam por língua e se o conceito de língua deles abrangiam também os conceitos sociolinguísticos e se estes alcançariam a prática pedagógica utilizada por eles em sala de aula.

**Ana:** É o meio, um canal que determinados povos utilizam para se comunicarem por intermédio da fala ou da escrita.

**Célia:** A língua é essencial para que aconteça a comunicação, para que as pessoas possam interagir umas com as outras.

**Joana:** Conjunto de palavras e expressões usadas por uma nação.

**Maria:** A prática diária da leitura e a escrita, mediadas pelo professor, são fundamentos quando se considera a linguagem como forma de interação social.

**Rita:** A priori, um conjunto de regras e expressões como forma de comunicação usada em diferentes oportunidades.

Observou-se que todos os professores descreveram um conceito de língua muito aquém do esperado, pois não entenderam o conceito de língua como um fenômeno social. Para Oliveira (2010), ter consciência de qual concepção de língua dá suporte a sua prática tem uma importância muito grande para professor, visto que o modo como o docente vê a língua determina a maneira como ele ensina português.

A partir do momento em que o professor não vê a língua como um fenômeno social, fica difícil para ele desenvolver uma metodologia que envolva questões de variações linguísticas. Provavelmente a gramática normativa será o foco de suas aulas.

## 2 - O QUE VOCÊ ENTENDE POR NORMA CULTA, NORMA PADRÃO E NORMA NÃO PADRÃO?

Foi percebido que os 05 professores ainda não compreendem esta distinção entre língua padrão e língua culta. Para eles a diferença do padrão e não padrão só está relacionado à variação de estilo formal e informal e não a questões sociais como classe social, grau de letramento, que é muito importante. Segundo Bagno (2007), "...Língua e sociedade estão indissolúvelmente entrelaçadas, entremeadas, uma influenciando a outra, uma construindo a outra..."

**Ana:** Norma culta é falada e escrita em situações mais formais e por pessoas com mais escolaridade. As normas padrões se estabelecem ao longo de tempo/ convivências com outros.

**Célia:** Norma Culta é a utilizada de maneira formal; e, a não norma é a utilizada no dia a dia de maneira informal, visando apenas a comunicação; ou melhor, "o fazer entender-se".

**Joana:** Padrão (culto) é a falada e escrita em situações mais formais por pessoas de maior instrução e escolaridade. Na linguagem culta há maior preocupação com a pronúncia das palavras, marcas da concordância, etc.

**Maria:** A norma culta está relacionada à gramática, no qual o falante pronuncia de forma correta. A norma não padrão, o falante usa uma linguagem mais simples de acordo com o seu meio social (linguística).

**Rita:** A norma culta infere-se de uma sociedade de nível sócio-cultural elevado como meios de veiculação; por conseguinte a forma padrão dar-se pelo modelo culto usado na escrita, que se abstem da forma não padrão de maneira simples (coloquial).

Os educadores revelam em seus discursos ter entendimento somente sobre o que é norma padrão e não padrão, e ainda foi possível observar o equívoco por partes deles ao acreditarem que norma padrão e norma culta são a mesma coisa. A norma culta é aquela utilizada, inclusive oralmente, por uma parcela da população pertencente a uma determinada classe social, a qual é detentora de um grau elevado de estudos. Ela não é a gramática pura, mas é falada em um contexto formal que representa um status social. Contudo, percebe-se o desconhecimento do conceito de norma não padrão no cotidiano dos docentes.

### 3 - VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE DISCUTIR A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM SALA DE AULA PARA QUE O ALUNO APRENDA OS DIFERENTES REGISTROS DA LÍNGUA? POR QUÊ?

O objetivo desta questão foi compreender a opinião dos professores sobre a importância de trabalhar a variação linguística, ou seja, seu posicionamento sobre o tratamento deste assunto em sala de aula. Todos responderam afirmativamente a pergunta, dizendo que consideram importante a discussão da variação linguística na sala de aula, contudo, esses docentes transmitiram uma visão muito minimizada do que é variação linguística, eles demonstram não ter um conhecimento geral de todos os tipos de variação.

**Ana:** Claro que sim. O aluno é um ser atuante na sociedade e deve além de conhecer, praticar seus conhecimentos linguísticos adequadamente.

**Celia:** Sim, porque o aluno precisa saber como se comunicar em qualquer lugar, respeitando as diferentes línguas, as diferentes; e, valorizando as potencialidades.

**Joana:** Certamente que sim, o aluno precisa saber que dentro de seu país existem as diferentes formas de falar, por exemplo, “mandioca” no nordeste é chamada de “aipim”, “macaxeira”. Há também nos diferentes sotaques das regiões como o “r” no nordeste é mais puxado.

**Maria:** Sim. Ele deve saber que nem todas as pessoas possuem um bom nível de escolaridade. Mesmo pronunciado inadequadamente, é preciso valorizar a comunicação desses falantes. Como diz Marcos Bagno: “desde que haja comunicação na fala, não há problema”.

**Rita:** Sim, e sempre que possível, de modo geral apresentar-lhes as diferenças, valorizando a cultura de cada um. Assim, os mesmos além de aprender sobre as diferenças regionalistas, colocam em prática o princípio da democrática.

Ao analisar as respostas dos docentes percebe-se o quanto eles confundem o termo “variação regionalista” com o de “variação linguística”. Suas respostas revelam pouco entendimento sobre o assunto. A professora Joana comentou sobre a variação diatópica, mas não houve um aprofundamento que demonstrasse um conhecimento mais abrangente sobre o tema. Também se compreende na resposta da professora Maria uma visão errônea sobre as obras de Bagno, revelando uma característica de leitores que tiveram contatos superficiais sobre Linguística e que não aprofundaram seus estudos nesta área.

## 6 | CONCLUSÃO

As percepções alcançadas na Pesquisa 1 revelaram que é preciso aperfeiçoar a parte teórica do educador em relação à Sociolinguística Interacional para que ele possa efetuar mudanças nas metodologias empregadas para ensinar a Língua Portuguesa, que favoreçam uma abordagem que realmente envolva a diversidade linguística no ensino da norma padrão, pois a forma como vem sendo utilizada não tem agregado conhecimento aos alunos.

Os resultados da Pesquisa 2 mostraram que não está ocorrendo à conciliação do ensino da norma padrão com a variação linguística, devido a carência de conhecimento por parte dos professores de língua portuguesa no que concerne à área de linguística, o que faz com que eles tenham muitas dificuldades no momento desenvolver seu trabalho pautado em uma metodologia que seja capaz de ensinar gramática normativa, mas sem ignorar as variações linguísticas presente no contexto social de cada aluno. A grande dificuldade encontrada na visão desses docentes é a compreensão do uso formal e informal da língua. A análise revelou que os docentes percebem a necessidade de modificações em suas práticas pedagógicas, talvez baseado em comum, pois não sabem como colocar em prática essa nova metodologia.

Por meio da análise dos dados gerados pode-se concluir, ao menos no que diz respeito ao *lôcus* destas pesquisas, que é preciso aperfeiçoar a parte teórica do educador em relação à Sociolinguística Interacional para que ele efetue as mudanças metodológicas necessárias a fim de que possa ensinar a Língua Portuguesa envolvendo tanto a diversidade linguística quanto o ensino da norma-padrão.

Após a análise dos dados gerados nas duas pesquisas, que resultou neste artigo, surgiu o interesse em investigar como a interação dos professores de Língua Portuguesa da Secretaria de Estado de Educação de Distrito Federal em curso de aperfeiçoamento ministrado pela EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do DF), com o curso de formação continuada, podem transformar a prática de ensino de Língua Portuguesa em sala de aula.

As conclusões deste trabalho poderão ser ampliadas posteriormente, por se tratar de uma pesquisa em andamento.

## REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Nada na Língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BORTONI-RICADO Stella Maris. **Nós Chegemos na escola, e agora? Sociolinguística & educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_ **Educação em Língua Materna: a sociolinguística em sala de aula.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_ **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_ **Manual de sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2014.

COULTHARD-CALDAS, Carmen Rosa, SCLIAR-CABRAL, Leonor. (organizadoras) - **Desvendando discursos: conceitos básicos** - Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança-** Brasília: Editora da Universidade de Brasília - UnB, 2008.

GUIMARÃES, V.S. **Formação de professores** – saberes, identidade e profissão. 3ª. ed. Campinas: Papyrus Editora, 2005.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça, **A inter-ação pela Linguagem.** São Paulo: Contexto, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio, **Análise da conversação.** São Paulo: Ática, 2000.

MOLLICA, Maria Cecília. **Da Linguagem coloquial à escrita padrão.** Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2003.

MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina, **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras.** São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Luciano Amaral, 1964-**Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática.** Luciano Amaral Oliveira. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica para alunos de graduação e pós - graduação.** São Paulo: Loiola, 3ª ed., 2005.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder.** São Paulo: Contexto, 2010.

VELLASCO, Ana Maria de Moraes Sarmiento e SOUSA, Rosineide Magalhães de. **Pedagogia - Módulo III: Educação e Língua Materna II.** Brasília: Universidade de Brasília - UnB, 2007.

# CAPÍTULO 7

## APONTAMENTOS SOBRE PATRIARCADO, MOVIMENTOS FEMINISTAS E DIREITOS DAS MULHERES CUBANAS PÓS-REVOLUÇÃO

*Data de aceite: 01/10/2020*

*Data de submissão: 03/08/2020*

### **Rita de Cassia Krieger Gattiboni**

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI),  
Santo Ângelo/RS.  
<http://lattes.cnpq.br/1499486033051405>

### **Rosângela Angelin**

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI),  
<http://lattes.cnpq.br/9033434255071231>

**RESUMO :** As histórias das lutas e conquistas de direitos das mulheres sempre estiveram envolvidas em muitos aspectos, sobre tudo, as relações de poder que envolvem a ideologia patriarcal nas diversas sociedades. Assim, por meio de um estudo hipotético dedutivo, a pesquisa volta-se para a Revolução Cubana que acabou trazendo muitas mudanças na forma de vida e organização social de Cuba, diante da implementação de um sistema de transição socialista, alterando as relações humanas, significativamente. Para conduzir o estudo, lança-se o seguinte questionamento: Em que medida os ideais socialistas da Revolução Cubana conseguiram alterar as ideologias patriarcais promovendo a emancipação das mulheres e criando direitos para estas a fim de atingir a igualdade material? Qual foi a participação dos Movimentos Feministas e/ou ideias Feministas neste processo? A pesquisa aponta para o fato de que não há como negar que o processo revolucionário em Cuba criou

uma nova forma de organização da vida e das relações sociais neste país. A reforma agrária, a estatização das empresas estrangeiras, a distribuição da propriedade, sistemas de transporte, saúde, educação, moradias gratuitos, nos primórdios da Revolução, gerou um nível mais igualitário nas condições de vida de seus habitantes e, com isso, um empoderamento de camadas sociais que antes se encontravam à margem e excluídos da sociedade. No caso das mulheres, a Revolução Cubana garantiu reconhecimento social e econômico, bem como as inseriu na sociedade de forma mais participativa, garantindo-lhe direitos até então negados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Emancipação Feminina. Direitos das Mulheres. Movimentos Feministas. Patriarcado. Revolução Cubana.

### **NOTES ON PATRIARCHY, FEMINIST MOVEMENTS AND THE RIGHTS OF CUBAN WOMEN POST-REVOLUTION**

**ABSTRACT:** The stories of women's rights struggles and conquests have always been involved in many aspects, above all, the power relations that involve patriarchal ideology in different societies. Thus, through a hypothetical deductive study, the research turns to the Cuban Revolution that ended up bringing many changes in the way of life and social organization of Cuba, in face of the implementation of a socialist transition system, altering human relations, significantly. To conduct the study, the following question arises: To what extent did the socialist ideals of the Cuban Revolution manage to change

patriarchal ideologies by promoting the emancipation of women and creating rights for them in order to achieve material equality? What was the participation of Feminist Movements and / or Feminist ideas in this process? The research points to the fact that there is no denying that the revolutionary process in Cuba created a new way of organizing life and social relations in this country. Agrarian reform, the nationalization of foreign companies, the distribution of property, transportation systems, health, education, free housing, at the beginning of the Revolution, generated a more equal level in the living conditions of its inhabitants and, with that, an empowerment social strata that were previously on the margins and excluded from society. In the case of women, the Cuban Revolution guaranteed social and economic recognition, as well as inserting them into society in a more participatory manner, guaranteeing rights that had been denied until then.

**KEYWORDS:** Female emancipation. Women's Rights. Feminist movements. Patriarchate. Cuban Revolution.

## 1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O sistema patriarcal é um dos entraves que impedem o avanço de uma agenda democrática que garanta os direitos humanos. Este sistema produz inúmeros tipos de violência contra mulheres. A violência sexista é endossada cotidianamente pela cultura que age de forma transversal em todos os campos da sociedade, desde o âmbito privado até o âmbito público. Apesar dessa ideologia dominante as mulheres exerceram resistência em vários períodos históricos e, mais recentemente, através de movimentos feministas que intervieram criando mudanças culturais e jurídicas no seio da sociedade envolvente.

Nesse contexto envolvendo o patriarcado e as lutas por emancipação feminina no mundo, pretende-se olhar para a Revolução Cubana que acabou trazendo muitas mudanças na forma de vida e organização social de Cuba, que optou por um sistema de transição socialista, fazendo com que as relações humanas fossem sendo alteradas significativamente. Diante disso, como linha condutora desse trabalho, lança-se o seguinte questionamento: Em que medida os ideais socialistas da Revolução Cubana conseguiram alterar as ideologias patriarcais promovendo a emancipação das mulheres e criando direitos para estas a fim de atingir a igualdade material? Qual foi a participação dos Movimentos Feministas e/ou ideias Feministas neste processo?

Para isso, o estudo que adotou a metodologia hipotética dedutiva e consulta em bibliografias sobre os temas, será dividido em duas partes: num primeiro momento será efetuada uma breve investigação sobre o patriarcado, para, então, ater-se aos movimentos feministas e as influências dos direitos humanos no Estado cubano pós Revolução,

## 2 | O PATRIARCADO COMO PROPULSOR DE DESIGUALDADES DE GÊNERO

A discriminação da mulher tem seu ápice com a violência física, mas antes de chegar a esta situação um longo caminho é percorrido. É o caminho da construção social

com base na desigualdade dos gêneros. A desigualdade não é somente um entrave para o pleno desenvolvimento social, econômico, emocional, psicológico das mulheres, mas também para a democracia, enquanto sistema que, por óbvio, deveria representar todos e todas paritariamente, garantindo igual acesso às decisões, às participações políticas, aos bens em geral, uma vez que a democracia tem como princípio fundante consertar as desigualdades sociais, proporcionando vida boa para todas e todos. Por isso, é de fundamental importância compreender como, quando e porque essa desigualdade se instaura.

Simone de Beauvoir (1980) no livro *O Segundo Sexo*, volume 2, defendeu a tese, atualmente aceita pelos movimentos feministas, que não se nasce mulher, se torna mulher. O que significa que ser mulher ou ser homem é uma construção social. Portanto, não é um destino. Meninas recebem um tipo de educação, meninos, outro, influenciando na constituição de identidade desiguais. A Psicanalista Maria Rita Kell (1998) no livro *O Deslocamento do Feminino*, explica o movimento que as mulheres fizeram, no sentido de se deslocarem do mundo privado para o público, desde o século XIX até o momento atual. Mesmo percorrendo este caminho e terem alcançado muitos avanços, a exemplo das mulheres brasileiras diante dos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988, as mulheres ainda estão em posição de desigualdade em relação aos homens, mormente quando se trata de espaço público. Basta examinar o número de mulheres no Parlamento e no Poder Executivo, espaços que demandaram uma competição, inicialmente exclusiva para homens. Nota-se que as mulheres somente adquiriram direito ao voto no Brasil, no ano de 1932, sendo que a República foi proclamada em 1889.

O que sustenta a desigualdade da mulher no espaço público é a mesma ideologia que sustenta a violência contra a mulher, isto é, a hierarquização dos sexos, que atribui determinadas características às mulheres e outras aos homens. Marcela Lagarde y de los Ríos (2011) no seu livro *Los Cautiverios de Las Mujeres* frisa que as mulheres foram submetidas a vários tipos de cativerios criados pelo patriarcado, o que as prendem em identidades e culturas criadas de forma nada ingênua. Por isso muitas mulheres não reagem à violência física porque interiorizaram a ideologia dominante de que são muito mais fracas que os homens, mesmo que em casos específicos não sejam. Assim como está interiorizado, tanto nas mulheres quanto nos homens que o mundo público é para homens.

Percebe-se, então, que a ideologia patriarcal é também perpassada pelas mulheres. Logo, não significa que ser mulher é ter consciência do que é ser mulher. O que significa que para uma mulher, ser mulher não passa pela consciência. É uma situação que nem sempre é questionada pelas mulheres. Nem sempre elas percebem cativerios que as prendem por acreditarem que esta situação é algo natural. Por isso, que esse nem sempre é um processo consciente. É necessário construir uma vontade política e teórica para historicizar o que nos constitui como natural (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2011). Pode-se encontrar homens que tenham consciência do quanto o patriarcado atravança a democracia plena e



pode-se encontrar mulheres que não tenham essa consciência.

As reformas que foram implementadas desde o século XIX até o momento – século XXI, que contribuíram para a emancipação das mulheres, desde o direito ao voto e a ser votada até - como em alguns países (ex. Cuba), o direito ao aborto são reformas que ocorreram e ocorrem dentro do patriarcado. Ainda, não se conseguiu ultrapassar ou transformar o sistema patriarcal em sua totalidade. Conforme Gerda Lerner (2019), o patriarcado somente funciona com a cooperação das mulheres, o que é assegurado por vários meios, entre eles, a doutrinação de gênero, a falta de uma educação voltada para a igualdade, mas pela concessão de privilégios de classe às mulheres que “obedecem”, às mulheres que de uma forma ou outra pensam se beneficiar do patriarcado. Nesse sentido, o feminismo liberal fracassou, pois não conseguiu abolir o patriarcado e nem mesmo abalar as estruturas que o sustentam.<sup>1</sup>

Patriarcado, literalmente, significa o que é governado por homem, chefe da unidade social, como a família. Esse termo foi utilizado no decorrer do século XX pelas feministas que referiam ao sistema de dominação masculina sobre as mulheres. O termo enfrentou muitas críticas na década de 1980, do século passado, não tanto pela sua definição, mas pelo seu uso, que muitas vezes foi considerado de caráter universal (explicava a subordinação das mulheres em todos os tipos de sociedade); caráter a-histórico (era aplicado para distintos tempos e período históricos); caráter reducionista (reduzia o problema da subordinação das mulheres à uma única dimensão: o problema das relações de poder entre mulheres e homens). Em razão dessas questões, atualmente o patriarcado é analisado entrelaçado com o capitalismo. O que se estabelece como Teoria Dual – Capitalismo/Patriarcado: dois sistemas de opressão estrutural que se beneficiam da subordinação da mulher, por meio da divisão sexual do trabalho. (INTRODUCCIÓN... 2019).

Assim, problematizar o patriarcado é questionar a sua base de sustentação, que é a divisão sexual do trabalho. O machismo, fenômeno cultural que se baseia na exageração das características masculinas e na crença da superioridade dos homens com valores como o uso da violência; crença que as mulheres são propriedades dos homens; virilidade; apego à heteronormatividade, e o sexismo, considerado como práticas e atitudes que promovem um trato diferenciado em razão do sexo biológico, do qual se assumem características e comportamentos, são manifestações em decorrências do patriarcado. (ANGELIN; HAHN, 2019).

Quando se utiliza o vocábulo ‘homem’ para se referir a ambos os gêneros – mulher e homem – reforça-se o mito e a ideologia da complementariedade e paridade na relação simbólica mulher-homem, que não se cumpre nas relações reais, mas ao ser pensada,

---

<sup>1</sup> Entende-se por feminismo liberal, aquele localizado no Norte global, voltado para a ‘quebra do telhado de vidro’, isto é, a ascensão das mulheres no mundo empresarial, nas forças armadas e naqueles lugares que não podiam adentrar, tendo como base uma visão de igualdade com base no mercado, recusando-se a questionar as restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para a ampla maioria das mulheres, consoante esclarecem Cinzia Arruza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser no livro *Feminismo para os 99% - um manifesto* (2019).

escrita, legislada e enunciada, se presume que são práticas sociais. Marcela Lagarde y de los Ríos (2011) reafirma sempre a necessidade de construir a real igualdade entre mulheres e homens, por meio de direitos concretos e de normas sociais que a assegurem na prática e na vida social, bem como, a necessidade de atualização simbólica do imaginário, na linguagem e nos valores. No *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 1999, p. 156) a primeira definição de *antropo* é homem. O fato de que o termo *antropo* que é relativo a homem abarque a mulher, causa incômodo. Pois, na cultura dominante o conceito de homem não é neutro, mas claramente sexuado e indica o gênero masculino.

Vale destacar que todos aqueles que possuam características sexuais masculinas, são considerados homens e entram no sistema de classificação sob o termo homens. O termo homem tem tido um duplo sentido de homens-homens e de seres humanos homens. A situação se torna complexa porque no Ocidente o conceito de homem tem, de forma simultânea outro significado: ou seja, a concepção que engloba toda a humanidade. O problema semântico – ideológico – ocorre porque o caráter patriarcal da sociedade e das concepções de mundo dá ao termo homem o primeiro significado de homem e não o de ser humano. A questão está que o patriarcado ideológico faz com que se apague o sentido geral e predomine o sentido de homem-homem. O significado que permite construir uma verdadeira categoria geral como *antropos* não é homem e sim ser humano. Portanto, a palavra ‘homem’ não engloba a palavra ‘mulher’ (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2011).

Desde as primeiras feministas, entre elas – Mary Wollstonecraft (1759-1797) os direitos das mulheres avançaram muito, mas como já escrito, sempre dentro da ordem legal do patriarcado considerando a relação do patriarcado com a conjuntura histórica. O feminismo pode, em um primeiro momento, ser conceituado como a luta pela igualdade entre mulheres e homens, seres genericamente humanos. Todavia, como anotado acima, as mulheres, a priori, foram pensadas e se pensaram a partir da ordem patriarcal. Dentro disso, contemporaneamente, pautar o patriarcado não se resume a lutar pelos direitos que homens usufruem, como fizeram as feministas da Ilustração, mas também trazer à tona o machismo, a heteronormatividade, o sexismo e a própria abolição da ordem patriarcal, bem como a transformação das relações socioeconômicas que embasam essa ordem. Martha Moia (1981, p. 231) define o patriarcado como “Un orden social caracterizado por relaciones de dominación y opresión establecidas por unos hombres sobre otros y sobre todas las mujeres y criaturas. Los varones dominan la esfera pública (gobierno, religión, etcétera) y la privada (hogar)”. De acordo com Marcela Lagarde y de los Ríos,

Las mujeres están en el Estado opresivamente: en una situación de subordinación, de dependencia, de discriminación: están en el Estado en la desigualdad objetiva frente a una supuesta igualdad jurídica, están como minoría política, a pesar de su mayoría social. Las mujeres están en el Estado en sus instituciones políticas y jurídicas, y en sus redes de reproducción, de manera independiente de las concepciones de la realidad y de que sena o no mujeres las que desempeñen cargos burocráticos en los aparatos del Estado (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2011, p. 98).

É de fundamental importância ao trabalho o espaço público, por ser o trabalho um dos vieses que permite caracterizar a mulher na sua dimensão histórica. Para Engels (s.a.) o trabalho era a condição básica de toda a vida humana. O trabalho é um dos espaços diferenciados por gênero, a partir de características sexuais. Homens e mulheres têm sido definidos de maneira decisiva frente ao trabalho. Ademais, as formas históricas de masculinidade e feminilidade se constituem em torno do trabalho. O fato de que homens e mulheres nas mais diferentes sociedades realizem trabalhos excludentes e se dediquem a diferentes atividades, há sido entendido como inerente à diferença sexual. É relacionado com a presença natural e com a ausência natural de qualidades físicas, intelectuais, emocionais, e com aspectos específicos para cada sexo. O feminismo foi a primeira concepção que deixou de caracterizar o trabalho como um atributo sexual masculino e que, pelo contrário, o definiu como trabalho social. O que se percebe é que valores patriarcais que atingem os corpos e as existências das pessoas perpassam períodos históricos, como apontam Angelin e Hahn:

Estes valores perduram por muitos milênios na história da humanidade, e foram alicerçados, em especial, pela ideologia patriarcal, onde o poder está baseado no sexo. Por isso, é importante destacar que os corpos humanos não são caracterizados apenas como produtos biológicos, mas são corpos que recebem intervenções sociais para atingir seus objetivos. (ANGELIN; HAHN, 2019, p. 77).

Essas influências patriarcais na vida de toda a sociedade é exercida por vários espaços de poder, seja ele, a família, a escola, as instituições religiosas e a sociedade envolvente acabam por gerar um *status quo* de hierarquia social entre o sexo masculino e feminino, sendo o segundo oprimido e, vivendo, por conseguinte, em situação de subcidadania e expostos as mais variadas violências. Diante dessa situação, que não é natural, muitas mulheres, organizadas em movimentos sociais se rebelaram e forjaram espaços de luta na sociedade, reivindicando dignidade e reconhecimento de sua existência, de seu trabalho e de seres humanas. As principais organizações que pautaram e seguem pautando essas lutas são os movimentos feministas, que assumem correntes bastante distintas, mas que tem, como linha mestra, a emancipação das mulheres.

### **3 | MOVIMENTOS FEMINISTAS NOS CENÁRIOS DE LUTAS POR RECONHECIMENTO**

Os Movimentos Feministas buscam libertar as mulheres dos cativos. Ademais, têm como pauta buscar a igualdade das mulheres no meio das relações públicas e também privadas, bem como denunciam as relações patriarcais, conquistando, desta forma, muitos dos direitos humanos para as mulheres, procurando desmitificar a submissão das mulheres baseadas em questões biológicas, e investigar o papel da emancipação das mulheres na construção e concretização da justiça social. Ou seja, investigar-se-á como a

paridade entre mulheres e homens na sociedade contribui para a democracia participativa, substancial e qualitativa. Para isso, utilizar-se-á as teorias da Redistribuição Econômica e do Reconhecimento Identitário, defendidas por Nancy Fraser e Axel Honneth. Conforme Rosângela Angelin (2016, p. 1587), Nancy Fraser pondera acerca da necessidade das mulheres buscarem, através dos movimentos feministas e, principalmente nesse caso do ecofeminismo, a alteração de seu *status* social através da redistribuição, para que o grupo possa participar integral e paritariamente na vida da sociedade, interagindo com os demais membros, a fim de que seja desinstitucionalizados os modelos que elidem a paridade de participação e os substituem por modelos que a possibilitem. (FRASER, 2007a). Axel Honneth vislumbra a busca do reconhecimento da identidade individual das mulheres, justificando-se que a mesma precisa entender-se como mulher nas condições em que se encontra, buscando o reconhecimento do outro para a efetivação de sua integridade humana, necessitando, portanto, de reciprocidade, princípio esse também defendido pelo ecofeminismo. (ANGELIN, 2014, p.1591).

Na busca pela concretização dos direitos das mulheres a transversalidade é um dos principais elementos, ou seja, o fim da discriminação de gênero tem que acontecer em todos os campos. Desde a transformação na linguagem e da cultura até a legislação punitiva à violência contra a mulher. A prática de tratar a questão de maneira setorializada, impede a compreensão e ao mesmo tempo corrobora para a manutenção e aprofundamento da sociedade patriarcal. A partir dos ensinamentos de Honneth (2003), sabe-se que as diferenças identitárias não podem servir para oprimir. Por isso, se busca, a partir do conflito, insatisfação da situação encontrada, buscar um reconhecimento igualitário das identidades das mulheres e dos homens. Homem e mulher têm sido sempre sexualmente diferentes. Em um processo complexo e longo, se separaram até desconhecerem-se. Os gêneros foram conformados por atribuições de qualidades sociais e culturais diferentes para cada sexo, e pela especialização e confinamento exclusivo do gênero feminino na sexualidade concebida como natureza, frente à característica social atribuída ao homem.

Em um duplo processo – permanente e inconcluso – a mulher é reduzida à sexualidade e esta é vista como natural e, por isso, desvalorizada. Em decorrência desta redução, a enorme diversidade de atividades, trabalhos, sentimentos e formas de vida das mulheres têm sido definidos historicamente como produtos de suas qualidades naturais, biológicas (EISLER, 2007). Dessa forma, compreender o que impede a participação paritária da mulher nos espaços de poder e controle é contribuir para o desfazimento de diferenças de gênero construídas pela cultura patriarcal. E, principalmente, contribuir para a desconstrução da ideologia dominante que ainda impede a participação com igualdade da mulher no espaço público, por reafirmar cotidianamente que a mulher tem de cumprir com o destino determinado pela natureza e este, segundo esta concepção, não é o espaço público (LAGARDE Y DE LOS RIOS, 2001; FRASER, 2007b).

Dentro disso, reforça-se que os seres humanos não são apenas seres que carregam

diferenças sexuais e de composição do organismo, mas sim produtos de processos históricos envolvendo a cultura e relações de poder. As desigualdades de gênero não são algo natural, e sim construído historicamente, é possível de ser elidida, sendo assim como todas as formas de discriminação, preconceitos e exclusões com base em classe, raça, deficiências. Para legitimar a mulher no espaço público é importante que sejam ressaltadas, descobertas e divulgadas as formas e maneiras com as quais as mulheres atuam na construção desse espaço, principalmente àquelas que se diferenciam do poder calcado no domínio e na força, formas próprias do patriarcado. Para isso, é preciso compreender como os movimentos feministas na busca por igualdade possibilitaram ocupações dos espaços públicos de poder e de controle, com base em outras formas que não àquelas próprias do patriarcado, questionando para isso, se as dificuldades para a igualdade nestes espaços estariam no fato de que quando se luta por igualdade, se luta dentro do modelo do patriarcado?

Não há dúvidas que as mulheres compartilham, como gênero, a mesma condição genérica, mas diferem em suas situações de vida e nos graus e níveis da opressão. Há muitas mulheres que atuam no espaço público, como líderes comunitárias (um exemplo), que muitas vezes suprem ações eminentemente públicas, que estão invisíveis. Vislumbrando outro cenário que não o do homem, que ocupa altos cargos, ver-se-á que há muitas ações acontecendo e contribuindo para a Administração Pública. Este cenário foi construído desta maneira, porque na cultura patriarcal a mulher é definida pela natureza/sexualidade e o homem pelo trabalho. Então, caso se queira efetivar na prática o princípio constitucional de igualdade entre homem e mulher, deve-se começar a construir um espaço público paritário, um espaço público que a mulher deixe de ser invisível e passe a ser reconhecida como sujeita atuante.

Não se quer, com isso, que o homem deixe de ser considerado, mas que este sistema que atravanca a participação da mulher seja revertido a favor dos dois sexos. A importância de des-cobrir as mulheres que atuam no espaço público e o que as impede de participar é a contribuição na busca da eliminação da desigualdade de gênero. É comum entender que a relação entre natureza/sexualidade e cultura/trabalho é uma relação entre inferior e superior, entre o natural e o civilizado, o animal frente o progresso humano. Para romper esta dualidade, que acaba situando a mulher como inferior e o homem como superior, o primeiro passo, é desmitificá-la. A mulher, como o homem, também se constrói historicamente. A partir do feminismo ocorre uma fratura na concepção filosófica do mundo: o ser mulher é produto da história concreta; é diferente, é distinto e não o oposto de ser homem. Isto é, a mulher não se constrói como oposição simétrica do homem: existe uma diferenciação genérica entre os seres humanos, baseada no sexo, na idade, e juntamente antagonismos de classe e de todas as formas de agrupamento excludente e opressivo.

## 4 I MOVIMENTOS FEMINISTAS E MULHERES CUBANAS PÓS-REVOLUÇÃO

Portanto, como forma de contribuir para estabelecer na prática a igualdade entre os sexos, bem como, acompanhar a crescente participação da mulher no espaço público, propõe-se identificar as contribuições dos movimentos feministas na conquista destes espaços de poder e controle no principal País da América Latina – Cuba, que ousou romper com a estrutura secular de exploração imposta pelos colonizadores modernos e posteriormente pelos países ricos desenvolvidos. Por fim, pretende-se demonstrar a importância dos movimentos feministas no já conquistado pelas mulheres, mesmo que muitas vezes as próprias mulheres que usufruem dessas conquistas não reconheçam os movimentos. Todavia, apesar dos avanços não se pode negar que são muitos os desafios. Como ensinou Simone de Beauvoir (2002), a igualdade não se dá somente em determinados lugares ou espaços, pois esta quando concretizada dar-se-á em qualquer lugar; logo, se não estamos nos espaços de poder ou se estamos em número inferior, induz-se que a igualdade não está concretizada.

No início do século XX, a feminista, intelectual e militante política soviética Alexandra Kolontai (2011) pensava que a transformação da sociedade capitalista em sociedade socialista ou pelo menos a transição de uma sociedade para a outra resolveria muitas das desigualdades entre os sexos. No entanto, no que tange à presença da mulher no espaço público, se se voltar um pouco antes da década de 80 do século XX e analisar a ex-URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, perceber-se-á que foram muito poucas mulheres que estiveram presente neste espaço de poder. O que já é um indício que a questão não foi resolvida como Alexandra Kolontai pensava e afirmava. O patriarcado não é somente uma das marcas do capitalismo, mas o ultrapassa, vai além.

No caso das mulheres cubanas, inicialmente, é de conhecimento público, que estas participaram ativamente da Revolução, pegando em armas e acompanhando o exército revolucionário, suscitando, inicialmente a ideia de que já se encontravam num processo de conscientização de seu importante papel na sociedade iniciado em 1896, quando foi criado o “Club Revolucionário Esperanza del Valle”, de Cienfuegos, o qual reivindicava o direito ao sufrágio. Mais adiante, em 1912 foi criado o “Partido Nacional Feminista”, tendo em sua pauta reivindicações voltadas para os direitos das mulheres trabalhadoras, ressaltando que as mulheres daquela época possuíam uma elevada consciência de classe. No processo da Revolução Cubana a ideia era que, se a revolução se encarregasse de garantir a igualdade entre as mulheres, não seria preciso mais se falar em feminismo (LÓPEZ-CABRALES).

María Elena Calderín, uma importante estudiosa cubana, posiciona-se sobre o que foi o Movimento Feminista em Cuba, afirmando que as mulheres cubanas já eram revolucionárias antes mesmo da própria Revolução:

El movimiento feminista en Cuba, nacido en las primeras décadas del siglo pasado, cumplió un papel revolucionario al permitir la obtención de

importantes reivindicações em fechas muy tempranas, tales como la Ley de la Patria Potestad (1917), La ley del Divorcio (1918) y la Ley del Sufragio Femenino (1934). [...] Otras conquistas han logrado las mujeres cubanas en todos los ámbitos de la vida nacional a partir del triunfo de la Revolución (1959). Durante el octavo congreso de la Federación de Mujeres Cubanas [...] la labor fundamental de sus casi cuatro millones de afiliadas dista mucho de aquellos reclamos de principios del siglo pasado. Ahora su labor primordial es perfeccionar el trabajo de dirección a los niveles de base, involucrar en cada una de sus metas a las jovencitas, que serán, en definitiva, las continuadoras de aquella pléyade de valientes cubanas que se enfrentaron a las retrógradas ideas de su época e hicieron una Revolución. La Federación Nacional de Mujeres Cubanas, presidida, desde su nacimiento por la desaparecida Vilma Espín, no es más que el legado y la continuación de aquellas ideas por la reivindicación de la mujer (CALDERIN *apud* LÓPZ-CABRALES).

Desde 1960 existe em Cuba a Federação de Mulheres Cubanas que foi criada com o objetivo principal a incorporação da mulher na sociedade e nos espaços de emprego, bem como foi parceira nas mudanças econômicas e sociais de Cuba no período pós-revolução, contando atualmente com mais de quatro milhões de membros, alcançando um protagonismo muito significativo no estado cubano.

El propósito fue agrupar a todas sus integrantes en una sola federación, con el objetivo de incorporarlas al programa de cambios políticos y socioeconómicos emprendidos a raíz del triunfo de la Revolución, el 1 de enero de 1959. La organización agrupa a más de cuatro millones de miembros --89 por ciento de las mujeres mayores de 14 años-- y promueve diferentes programas e iniciativas a través de las cuales las mujeres han ganado papeles cada vez más destacados en el espacio público (TELESUR, 20015).

O processo revolucionário em Cuba foi gestado com a participação efetiva das mulheres que já se encontravam organizadas em Movimentos Sociais e Feministas. A Revolução criou uma nova forma de organização da vida e das relações sociais neste país. Certo é que a redistribuição de renda gerou um nível mais igualitário nas condições de vida de seus habitantes e, com isso, um empoderamento de camadas sociais que antes se encontravam à margem da sociedade. No caso das mulheres, a Revolução Cubana garantiu reconhecimento social e econômico, bem como as inseriu na sociedade de forma mais participativa, garantindo-lhes direitos até então negados.

Apesar do acima exposto, não se pode afirmar se a Revolução propiciou transformações significativas nas relações entre os sexos, no sentido de alterar a lógica patriarcal inserida no paradigma cultural que estabelece o que é ser homem e o que é ser mulher, principalmente no que tange aos papéis desempenhados por ambos na estrutura familiar e nos espaços públicos. É certo que o fato do aborto ser permitido e propiciado às mulheres é um avanço importante no domínio do próprio corpo pelas mulheres e diminuiu significativamente o controle sobre os corpos femininos. Mas para se verificar a abolição da ordem patriarcal seriam necessários outros dados, como a questão da participação

masculina nas tarefas domésticas.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patriarcado não é somente um sistema de organização das relações humanas e da relação entre os sexos para cada qual foi idealizado um gênero, mas uma forma de organização do mundo que decorreu de um processo longínquo anterior à antiguidade clássica e que, praticamente, se tornou homogênea na modernidade. Não há como negar que o processo revolucionário em Cuba criou uma nova forma de organização da vida e das relações sociais neste país. A reforma agrária, a estatização das empresas estrangeiras, a distribuição da propriedade, sistemas de transporte, saúde, educação, moradias gratuitos, nos primórdios da Revolução, gerou um nível mais igualitário nas condições de vida de seus habitantes e, com isso, um empoderamento de camadas sociais que antes se encontravam à margem e excluídos da sociedade. No caso das mulheres, a Revolução Cubana garantiu reconhecimento social e econômico, bem como as inseriu na sociedade de forma mais participativa, garantindo-lhe direitos até então negados.

Ocorre que, apesar do exposto, o patriarcado e suas ideologias foram e são uma construção cultural incrustada no paradigma ocidental moderno, permanecendo com muita força mesmo dentro do modo de produção dito socialista e emancipador. Dentro disso, deve de ser considerado que apesar do caráter emancipatório do socialismo e de suas conquistas, fundamentalmente a Revolução Cubana, há muito ainda para avançar. É primordial ser desconstruído e abolido o paradigma antropocêntrico, etnocêntrico, controlador, ocidental, patriarcal e falocêntrico. E o feminismo é o mote que possibilita essa desconstrução, pois propõe uma nova ética e novas relações socioeconômicas pautadas no bem comum e para, além disso, no fim das diferenças sexuais como base de sustentação de todas as formas de desigualdades.

## REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela; HAHN, Noli Bernardo. **Movimentos Feministas e a vida das mulheres: (re) construindo possibilidades emancipatórias**. Curitiba: CRV, 2019.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento **sustentável** diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da Univali, Itajaí, v. 9, n. 3, 3º quadrimestre de 2014.

ARRUZA, Cinzia, BHATTACHARYA, Tithi e FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.



EISLER, Riane. **O cálice e a espada**: nosso passado, nosso futuro. Tradução Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2007.

ENGELS, Federico. El Papel del Trabajo en la Transformación del Mono en Hombre. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escogidas**. Moscou: Progreso, s.a.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Nova edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? **Revista Lua Nova**. São Paulo, 70, p. 101-138, 2007a.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15 (2): 291-308, maio/ago. 2007b.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Luiz Repa. Apresentação Marcos Nobre. 2. ed. 2009, 1ª reimpressão 2011. São Paulo: Ed. 34, 2003.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino** – a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

KOLONTAI, Alexandra. **A Nova Mulher e a Moral Sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres**: madresposas, monjas, putas, presas y locas. Madrid: Romanyà Vakks, 2011.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado**. História da Opressão das Mulheres Pelos Homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LÓPEZ-CABRALES, María del Mar. La mujer revolucionaria antes de la Revolución cubana: logros y vicisitudes. Centro Virtual Cervantes. Disponível em: [http://cvc.cervantes.es/literatura/mujer\\_independencias/lopez.htm](http://cvc.cervantes.es/literatura/mujer_independencias/lopez.htm). Acesso em: 17 Mai. 2020.  
Sociología. Habana: Editorial Científico-Técnica, 2014.

**PALESTRA**. INTRODUCCIÓN A LAS TEORIAS FEMINISTAS II. Universidad de Chile, 2019.

TELESUR. Celebra Federación de Mujeres Cubanas aniversario 56 de fundada. Notícias da América Latina, 2015. Disponível em: <http://www.telesurtv.net/news/Celebra-Federacion-de-Mujeres-Cubanas-aniversario-56-de-fundada-20160823-0005.html>. Acesso em: 17 Jul. 2020.

# CAPÍTULO 8

## SAÚDE E SABERES DAS MULHERES EM CONTEXTO RIBEIRINHO

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 02/07/2020

### Priscila Freire Rodrigues

Universidade do Estado do Amazonas - UEA  
Manaus – Amazonas  
<http://lattes.cnpq.br/1220838182266315>

### Lúgia Costa de Sousa Nogueira Martins

Secretaria Municipal de Educação - SEMED  
Manaus – Amazonas  
<http://lattes.cnpq.br/7112949659558629>

**RESUMO:** O artigo aborda o tema da saúde da mulher em contexto ribeirinho na Amazônia brasileira. O objetivo analisa as condições de acesso à saúde por mulheres moradoras da comunidade de Santa Rosa, área ribeirinha do Município de Humaitá, na região sul do Estado do Amazonas. Analisa, desse modo, sobre as dificuldades de acesso à medicina formal ou oficial e, ao mesmo tempo, as estratégias relacionadas às práticas socioculturais da medicina popular. Os resultados dão conta de que a situação da saúde da mulher na comunidade de Santa Rosa envolve diversos aspectos sociais, culturais e econômicos. As mulheres não têm assistência à saúde de forma integral; elas encontram inúmeras dificuldades para conseguir atendimento médico hospitalar. Mas, de outro modo, as mulheres desenvolvem práticas locais de autocuidado. Constata-se, portanto, o uso de remédios caseiros para curar suas enfermidades e, também, como estratégia

sociocultural e econômica na ausência de assistência médica.

**PALAVRAS-CHAVE:** feminino, enfermidade, plantas medicinais, saúde.

### WOMEN'S HEALTH AND KNOWLEDGE IN RIVER CONTEXT

**ABSTRACT:** The article addresses the issue of women's health in a riverside context in the Brazilian Amazon. The objective analyzes the conditions of access to health care for women living in the community of Santa Rosa, a riverside area in the municipality of Humaitá, in the southern region of the State of Amazonas. In this way, it analyzes the difficulties of access to formal or official medicine and, at the same time, the strategies related to the sociocultural practices of popular medicine. The results show that the situation of women's health in the community of Santa Rosa involves several social, cultural and economic aspects. Women do not have comprehensive health care; they find numerous difficulties in obtaining hospital medical care. But, otherwise, women develop local self-care practices. Therefore, there is evidence of the use of home remedies to cure their illnesses and, also, as a socio-cultural and economic strategy in the absence of medical assistance.

**KEYWORDS:** female, illness, medicinal plants, health.

### 1 | INTRODUÇÃO

A saúde da mulher como um problema social surge nas abordagens de gênero ao

longo das discussões e análises dos processos sociais no que tange o biológico e o social. A perspectiva de gênero possibilitou o questionamento das diferenças biológicas como não justificadoras de desigualdades sexuais (SCAVONE, 2004). Nos anos 1960, conforme Scavone (2004, p. 45), a questão da saúde da mulher é posta em relação ao conhecimento e (re)apropriação do próprio corpo, e significou fazer do corpo um sujeito político. O tema desse artigo reflete assim, questões que problematizam o campo da saúde, o corpo e a sexualidade feminina.

O interesse pela saúde da mulher em contexto ribeirinho como uma problemática social ainda é muito insipiente na região amazônica. A atenção para tal contexto nos instiga a conhecer uma realidade pouco ou nada visibilizada das condições de acesso à saúde e suas estratégias a fim de compreender as especificidades das mulheres. Buscamos conferir assim, um recorte das vivências amazônicas a partir da perspectiva de gênero como um problema social.

O aporte teórico no qual embasamos nossa análise apreende a perspectiva de estudos sobre mulheres e gênero e da sociologia da saúde e da doença, com o conceito sociológico de gênero e do modelo de significação cultural da saúde e da doença. Na intersecção de ambos os campos teóricos utilizamos a compreensão de saúde reprodutiva e cultura somática feminina de Scavone (2004), e a análise em ciências humanas que envolve o corpo e a sexualidade nas questões de saúde da mulher. A especificidade do contexto ribeirinho faz emergir ainda a questão dos saberes tradicionais de maneira mais evidente, como uma estratégia para lidar com as enfermidades com o uso de plantas medicinais. Assim, o conceito de tradição foi pautado na perspectiva histórica de Hobsbawn, do mesmo modo que abrange uma perspectiva socioantropológica.

O objetivo desse artigo analisa as estratégias de acesso à saúde de mulheres moradoras na comunidade Santa Rosa no município de Humaitá/AM. Para tanto, especificamente é analisado os meios de acesso à saúde formal a partir de um quadro da saúde e doença que as mulheres da comunidade apresentam; e as estratégias de saúde provenientes dos saberes tradicionais. A abordagem é de cunho qualitativo com o intuito de compreender a partir das falas das mulheres o modo como elas próprias concebem sobre a saúde e a doença no ambiente que elas vivem. As entrevistas abertas e semiestruturadas compreenderam um perfil sociocultural e em relação às experiências das condições de saúde e doenças enfrentadas.

A partir desse estudo, a questão é evidenciar o quadro atual da situação de saúde de mulheres moradoras de áreas ribeirinhas em face do contexto de acesso formal ao atendimento médico. Neste, a atenção às necessidades dessas mulheres geralmente já se encontra em um campo de exclusão, assim, um aspecto relevante é a estratégia na socialização dos saberes populares que são predominantemente dinamizados por elas.

A saúde da mulher representa um tema importante das reivindicações feministas, evidenciando o corpo em uma dimensão não apenas dos direitos individuais, mas

principalmente no sentido de “questionar profundamente as relações de gênero que perpassam o conjunto das relações sociais” (SCAVONE, 2004, p. 45). Nessa perspectiva, o conceito de saúde reprodutiva é incorporado às questões sociais mais amplas na sociedade. Nesse contexto, emerge o questionamento ao determinismo biológico que afirmava sobre as diferenças sexuais, mas sem negar as diferenças biológicas entre os gêneros. A questão era desconstruir uma visão negativa que se impunha à identidade feminina construída pela medicina oficial e fazer emergir a valorização da subjetividade e vivências das mulheres em relação à saúde. Em termos práticos, como afirma Scavone (2004, p. 46), significou um avanço no conhecimento sobre a sexualidade, o corpo e a reprodução como estratégico para a liberdade, cada vez mais política, das mulheres na sociedade.

Em nossa análise sobre as condições, estratégias e acesso à saúde de mulheres em uma comunidade no interior do Amazonas os aspectos político e teórico do conceito de saúde reprodutiva, do ponto de vista feminista, possibilitam questões críticas de como a atenção à saúde tem sido precária nessa região. Por um lado, a ausência de uma infraestrutura técnica e profissional da medicina formal não sensível ao gênero e, por outro, a não valorização e o não reconhecimento do saber popular relacionado à saúde/doença.

Paradoxalmente a atenção da saúde se dá quando da atenção à doença. Em nossa sociedade o saber médico é reconhecido como o discurso oficial para os males do corpo, entendido hegemonicamente apenas como organismo. No questionamento a esta perspectiva Morais e Jorge (2003) analisam que o conceito de medicina popular ao estar relacionado ao sentido desta medicina oficial não apreende o sentido mais amplo que o termo denota. A questão é assim, o distanciamento que a medicina formal impõe às pessoas, tanto simbólico, pela legitimidade que opera nas mentalidades, quanto físico, porque seu acesso é mais precário pelas classes populares e por moradores(as) de áreas ribeirinhas, nesse caso em específico. A ênfase sobre a saúde da mulher em contexto ribeirinho em face das dificuldades de acesso ao saber médico e da prática dos saberes populares que elas desenvolvem como conhecimentos singulares é o de como lidar com a doença, a saúde, o se sentir saudável, entre outros.

O se sentir ou estar doente ou com saúde pode ocorrer em um amplo contexto não apenas ligados à percepção e interpretação das reações do organismo, está também relacionado aos aspectos socioculturais quanto às diferenciações de gênero, pois são as mulheres que passam a agregar mais “funções” sociais que os homens nas atribuições de papéis sociais relacionados ao cuidado. De acordo com Scavone (2004, p. 128 e ss.) a ligação especial das mulheres com a saúde está intimamente relacionada com os cuidados da vida, o de ser mãe. Com o saber das mulheres constituído historicamente, principalmente as parteiras, quanto aos nascimentos, a contracepção, a interrupção da gravidez, tratamentos ginecológicos etc., que implica uma relação direta com a saúde, foi cada vez mais inferiorizado pelo crescimento da legitimação da medicina oficial. Certamente ocorreram erros de parteiras e curandeiras, mas estes foram superestimados pela

medicina científica depreciando a prática das mulheres no campo da saúde.

A experiência observada por Scavone (2004) é um modo de conhecimento rico que guarda especificidades de situações, fatos e ainda memórias que são repassadas como um capital cultural feminino. Como afirmam Zimmermann e Medeiros (2004) com a reconstrução da memória pelas próprias mulheres o contexto histórico de uma vida, a do indivíduo, não emerge apenas enquanto subjetividade, mas principalmente enquanto um olhar histórico singular. A mulher, como sujeito de conhecimento no âmbito privado da vida “*simples*”, e a vivência das mulheres em contextos específicos da sociedade revelam também a especificidade na percepção do indivíduo na realidade sociocultural.

Nesse sentido, interessa em nossa abordagem as dificuldades e as estratégias de saúde das mulheres em áreas ribeirinhas para apreender um recorte da realidade no Amazonas a partir do Município de Humaitá. Em pesquisa na área urbana do município, Torres (2007, p. 118-119) mostra que 59% da população de sua amostra procuram o hospital e ainda há 19% de pessoas que fazem uso de remédio caseiro. Constata assim, o hospital como referência de saúde para a população local. No caso da saúde materna, 75% da amostra afirmou ter realizado acompanhamento pré-natal e 68% realizaram o parto no hospital; 8,8% utilizaram o próprio domicílio. Estas últimas “afirmaram que isso decorria da ausência de hospitais na localidade onde residiam” (TORRES, p. 121-122). Tais dados nos apontam para a relevância de uma análise sobre a situação da saúde em municípios do interior do Estado do Amazonas em face de todos os problemas de falta de infraestrutura física e humana que esses lugares enfrentam. Do mesmo modo, o dado acima que as mulheres afirmam da ausência do atendimento médico formal nos aponta para o fato de que essas pessoas são obrigadas a sair das áreas ribeirinhas em busca de atendimento médico na cidade. A comunidade de Santa Rosa, às margens do rio Madeira, representa um lócus significativo dessa realidade na medida em que seus moradores e moradoras precisam se deslocar para a área urbana quando da necessidade de atendimento médico. Santa Rosa corresponde à zona rural do Município de Humaitá e está localizada a 15 quilômetros de distância da área urbana e o seu acesso é somente pelo rio Madeira.

Teixeira (2001, p. 57) afirma que no contexto do cuidar cotidiano de saúde entre ribeirinhos, eles e elas selecionam saberes e fazeres ao percorrerem as múltiplas vias desse cuidar e agregam aos conhecimentos repassados de geração a geração, corrigem práticas diante de inquietações, constroem novos saberes e fazeres, enfim, “traduzem um complexo acervo de estímulos captados pelos sentidos e pelas interações que estabelecem nas múltiplas vias do cuidar cotidiano de saúde”. Nesses lugares, a presença do uso de remédios de plantas, os remédios caseiros, ainda é muito presente para as necessidades quanto à saúde da família. Nessa prática, é observável que as mulheres geralmente são predominantes na dinamização e socialização desse conhecimento. Historicamente, as mulheres constituíram um saber desenvolvido pelas parteiras, principalmente por lidarem diretamente com a maternidade, mas também em um sentido amplo com saúde,

“acumulando uma experiência terapêutica peculiar” (SCAVONE, 2004, p. 131). Lucila Scavone (2004, p.132), a partir do conceito de cultura somática de Boltanski (2004), designa como cultura somática feminina “a forma pela qual as mulheres aprenderam – ou aprendem – a receber os sinais que seus corpos emitem na doença e na saúde, criando uma quase linguagem corporal feminina”. Para além de uma questão de saber científico ou saber tradicional o que interessa à questão da saúde das mulheres é a forma como estes saberes serão aplicados (SCAVONE, 2004, p. 137). Assim, nos é interessante saber o que é experienciado e como é experienciado por cada mulher, particularmente, e em interação com o meio em que interage. A primazia do aspecto cultural para Adam e Herzlich (2001, p. 70 e ss.) é que “a pertença a uma cultura fornece ao indivíduo os limites dentro dos quais se operam [as] interpretações relativas aos fenômenos corporais e, em particular, a doença e seus sintomas”. Adam e Herzlich (2001) expõem um modelo de significação cultural que se caracteriza pela experiência da dor, a discriminação dos sintomas e o que é definido como doença. Na observação desses aspectos a cultura e a sociedade do indivíduo são o que confere a forma como a doença ou a saúde é percebida em relação às percepções corporais. A definição de doença, mas também de saúde, pode ser compreendida a partir de modelos explicativos em dada sociedade. Adam e Herzlich (2001, p. 73-74), com referência em Byron Good e Marie-Jo Delvechio-Good, afirmam que é preciso “compreender as relações entre cultura e fenômenos orgânicos”, pois “a atividade médica é sempre interpretação (...) conforme as categorias do saber médico” (...) já o doente, também tem um “modelo explicativo” do seu estado de saúde que em parte é individual, mas proveniente da cultura a qual compartilha. Portanto, na perspectiva antropológica “a significação da doença faz parte da própria realidade e a modela”.

A significação cultural da doença nos é assim interessante na medida em que o fenômeno cultural possibilita uma visão compreensiva do modo como homens e mulheres podem expressar “seus modelos explicativos” também enquanto uma percepção de gênero. O gênero enquanto um conceito, de acordo com Costa (2005, p. 26) é “uma categoria social produzida culturalmente, no decorrer dos relacionamentos e processos sociais, face às estruturas de poder que proibem, omitem ou permitem determinadas formas de atuação e expressão”.

O corpo e a saúde da mulher são assim socialmente imbricados a partir das experiências acumuladas ao longo da história, onde se observa um saber cultural predominante entre as mulheres, passado de geração a geração, sobre formas tradicionais de lidar com o corpo e a doença. Dentre os saberes populares os conhecimentos tradicionais de plantas medicinais apresentam expressões singulares no cuidar da saúde. Muitas pesquisas no âmbito das ciências sociais apontam para diferentes aspectos ao se considerar a medicina formal e a medicina popular, onde apontam para a importância da interação entre ambas.

Diferentemente do nível institucional, ao considerarmos os conhecimentos tradicionais sobre o uso de plantas medicinais é possível perceber que nesta prática cultural, dentre

os modos de existir na Amazônia, a compreensão das pessoas demonstra uma ampla visão da saúde. No domínio desses conhecimentos tradicionais veem a saúde como um todo e lançam mão de uma visão complexa que não se limita ao sentido material do sentir doente ou com saúde, pois o simbólico é indissociável dessa cultura de saúde. Tal aspecto simbólico se desvela no perceber o próprio corpo com relação a restrições culturais, bem como na manipulação da natureza em estratégias de sobrevivência para sanar suas enfermidades. A intenção ainda de uma análise que aproxime a questão dos conhecimentos tradicionais sobre o uso de plantas medicinais passa diretamente pela situação da saúde da mulher, mas de maneira ampla é uma questão política a ser pensada no âmbito das relações de gênero, ciência e saúde de forma mais acessível às pessoas. Nesse sentido, acreditamos em uma contribuição importante da ótica sociológica na medida em que a saúde da mulher, na região amazônica, suscita questões de ordem reflexiva e prática para um maior conhecimento das vivências socioculturais.

## **2 | O PERFIL SOCIOCULTURAL DAS MULHERES EM SANTA ROSA**

As mulheres participantes da pesquisa (N=18) são em sua maioria jovens que se encontram em maior proporção na faixa etária dos 20 aos 30 anos, em seguida, em menor proporção, mulheres entre os 40 e 50 anos. Mas suas aparências físicas não correspondem com a idade, pois nos deparamos com tal constatação em que todas as mulheres aparentam sempre ter mais anos do que informam, com os traços do tempo físico-biológico marcados no corpo em uma visível expressão facial “mais acelerada de tempo vivido”. O que as marcas do corpo falam da vida? O que a aparência dessas mulheres revela de suas experiências? Quais contingências tão hegemônicas sob a vida dessas mulheres que lhe acelera o tempo físico do corpo? Seriam muitas as perguntas que permeiam nosso imaginário sobre essas mulheres que muito os seus corpos nos instigam a pensar em suas vidas como sujeitos de suas histórias. Mulheres que apresentam um percurso escolar baixo, pois 22,22% das entrevistadas possuem até o quarto ano do ensino fundamental, e a escolarização mais alta apresenta até o primeiro ano do ensino médio. O que nos permite afirmar de uma permanência no lugar, pois a escola da comunidade só oferece até o quarto ano primário, e do fato de que na mesma proporção, essas mulheres são nascidas em Santa Rosa ou no Lago das Piraíbas, uma comunidade das proximidades, sendo que 33,32% nunca moraram em outro lugar que não fosse Santa Rosa. Assim, ao que parece, há uma acomodação ao lugar ou de viver, no sentido de estruturar-se a vida enquanto uma interação social de pertencimento ao ambiente histórico e cultural. Em relação ao estado civil, em sua maioria são casadas, 38,9%, e 33,3% são amigadas, bem como todas têm filhos/as, sendo que a maioria tem mais de cinco filhos/as. Quanto à crença religiosa, responderam que são de religião católica (77,78%). Vemos assim, certa homogeneidade de expressão social dessa comunidade de mulheres jovens, mães e

com baixa escolaridade, o que aponta para alguns aspectos sempre emblemáticos em contextos ribeirinhos. A precariedade na educação é mais um reflexo do descaso que sofre as populações do interior da cidade e com implicações em outros setores da vida social como no aspecto econômico, político e cultural e gera limitações sociais e o não acesso a muitos direitos fundamentais.

No que diz respeito ao trabalho as mulheres são em sua grande maioria agricultoras/ produtoras rurais além da ocupação como dona de casa, apesar de que nem todas percebem o serviço de casa como trabalho. Assim, 16,67% além de trabalhar no campo também cuidam dos afazeres domésticos. Da amostra coletada, 88,89% faz os trabalhos domésticos, pois, ao ser questionado quanto às atividades que são realizadas em casa, essa grande maioria citou que quando não faz todas, sempre tem alguma responsabilidade de seu encargo. Também podemos observar em suas falas que essas mulheres têm esses trabalhos como sua obrigação, tirando assim a responsabilidade de seus companheiros de compartilhar nos trabalhos domésticos, posto que há uma divisão sexual do trabalho muito demarcada. Afirmam, nesse sentido, que gostam dos trabalhos domésticos mesmo em momentos de descanso ou é simplesmente o que fazem quando afirmam sobre o próprio lazer, e somente 44,44% disseram que gostam de descansar, comer e ouvir música e/ou assistir a TV. Desse modo, apenas cinco mulheres afirmam que não tem nenhuma atividade de lazer, enquanto que a maioria 66,67% das mulheres tem algum tipo de atividade que consideram como diversão e/ou descanso, pois, umas participam de festas e festejos religiosos, outras ainda afirmam passear na casa dos vizinhos ou brincar com os/as filhos/as, entre outras atividades para sair da rotina do dia-a-dia. Vemos assim, que o espaço privado é predominante na vida dessas mulheres. O perfil sociocultural das mulheres em Santa Rosa, se por um lado nos mostra um “quadro”, em termos, bastante comum, por outro, nos revela que há a necessidade de um maior aprofundamento do conhecimento das mulheres em contexto ribeirinho enquanto sujeitos sociais. Suas aparências cansadas e envelhecidas de uma vida social de muito trabalho acumulando uma jornada diária de trabalhos domésticos, na agricultura e com os/as filhos/as parece não dar muito espaço para que percebam a si próprias como sujeito, que têm direitos e poderiam ter escolhas se estas não lhes parecessem em um horizonte tão distante. O que é possível perceber quando das respostas silenciosas em diferentes momentos da pesquisa.

Sujeitos da vida social ribeirinha, portanto, ainda jovens, mas com aparência envelhecida, e mães, casadas, agricultoras e trabalhadoras do lar, religiosas e de baixa escolaridade, também nos impõe a pensar como é a relação destas mulheres com a saúde de seu corpo. Como elas fazem para conseguir atendimento médico? E a assistência à saúde prestada pelo município é adequada? Se não, o que deveria ser feito para melhorar? E o que as mulheres da comunidade de Santa Rosa pensam sobre o assunto?



### 3 I SAÚDE E DOENÇA: O MODELO DE SIGNIFICADO CULTURAL DO PONTO DE VISTA DAS MULHERES

A sociedade “medicalizada” (ADAM e HERZLICH, 2001) é característica do modo como à medicina moderna passou a exercer o seu papel no cuidado das doenças. Nesse sentido, o desenvolvimento da medicina ocidental influenciou a várias mudanças nas maneiras das pessoas lidarem com o próprio corpo e a se perceberem como doentes ou saudáveis. Assim, o que chamamos aqui de saúde formal diz respeito à medicina científica (BOLTANSKI, 2004; ADAM e HERZLICH, 2001) em que o/a médico/a possui a autorização para o cuidado e tratamento dos/as doentes. Mas outro aspecto ainda, é o fato de que tal acesso se concentra nas áreas urbanas e dessa maneira são dados corriqueiros que em lugares como Santa Rosa não possuam médicos/as, nem mesmo posto de saúde, e nesse caso, o lugar mais próximo para conseguir uma consulta médica é o município de Humaitá. A pessoa agente de saúde é quem cumpre o papel “imediate” de acompanhamento médico formal. No entanto, a experiência de saúde e doença não é estritamente da esfera formal da medicina, a sua compreensão perpassa um contexto mais amplo do modo como às pessoas reelaboram os discursos dos médicos e sentem as experiências no próprio corpo. Assim, as mulheres em Santa Rosa nos demonstram uma dimensão particular da saúde e da doença um pouco distanciadas do discurso formal.

No que diz respeito ao o que é se sentir com saúde as mulheres em Santa Rosa nos falam quase que em uma mesma expressão o de se sentir bem como a linguagem de saúde. Assim, 72,2% das entrevistadas responderam que se sentir com saúde é estar “bem”. Mas o que significa estar bem? As respostas das entrevistadas nos mostram que as mulheres da comunidade de Santa Rosa têm visões parecidas sobre o que é saúde. No entanto, o “estar bem” de suas falas nos revelam, para efeito de análise, três dimensões significativas do modo como percebem o corpo em relação à sua saúde.

É possível perceber o estar bem em uma dimensão psicológica, em uma dimensão psicossocial e em uma dimensão físico-biológica como os aspectos predominantes em suas falas. Assim, “*estar bem consigo mesmo*”, “*é uma felicidade*” e “*ativa, alegre, com bem estar*” nos revelam que se sentir com saúde é também uma questão de autoestima, bem como, “*se sentir com coragem e estar bem*”, “*se sentir alegre, animada, com disposição*” e “*se sentir à vontade, alegre em paz, sem problemas nenhum*” são expressões da linguagem social do corpo dessas mulheres que refletem antes a maneira como a própria vida social, como um todo, é o que influencia no se sentir com saúde. Quanto a uma linguagem mais orgânica do corpo social as expressões revelam que a saúde reflete uma identidade social dessas mulheres, assim se sentir com saúde é “*bem para fazer as coisas*”, “*estar bem e ter disposição para cuidar da casa e dos filhos*” e “*é bom, pois tenho prazer em fazer as coisas*”. A saúde emerge assim como o modo que essas mulheres vivenciam diferentes experiências com os seus corpos, mas o corpo no sentido

de percebê-lo, como afirma Bragança de Miranda (2000), “que o mundo está ‘circunscrito’ ao ‘corpo’”, um aspecto importante a considerar na medida em que se põe uma questão de liberação da imagem estritamente física do corpo. É possível observar, portanto, que a expressão “estar bem” compreende muitas dimensões da percepção de saúde que as mulheres têm e de si próprias, e ainda do modo como os processos culturais e orgânicos refletem a internalização de um papel social que o meio lhe impõe. Como afirmam Adam e Herzlich (2001, p. 73) é necessário compreender a complexidade da interação entre processos culturais e orgânicos “como a reação orgânica e psíquica de um indivíduo a pressões e exigências sociais, reação modelada e específica dentro de uma sociedade e de uma cultura”. Nesse sentido, a maneira como as mulheres se percebem saudáveis ou doentes revelam uma modelação cultural do contexto social no qual vivem. O modo de se perceberem pessoas saudáveis aponta, por um lado, para uma autopercepção corporal e, por outro lado, para a ausência de doença. Assim, ser saudável é “*porque se cuida, e ativa*” e “*sim, por me sentir bem*” ou “*sim, porque estou normal*”, “*sim, porque quase não fico doente*”, “*porque estou bem sem problema de saúde*”, “*difícil é eu pegar doença*” e desse modo à maioria delas se percebe como mulheres saudáveis. Do contrário, é a experiência da dor que evidencia mais o fenômeno orgânico, assim “*não, porque possuo uma dor de cabeça muito forte, direto e constante*”, “*não, porque desde que fui operada de hérnia, há dois anos, sinto dor na espinha, às vezes não consigo andar*”, “*porque me sinto ruim, com tontura e dor no corpo*”, “*porque sinto dor de cabeça e dores de estômago de vez em quando*”, “*não, porque sempre sinto algumas dores*”. Como percebemos, a experiência da dor parece ser mais uma reação físico-biológica em um primeiro momento, mas quando de suas percepções de como é se sentir doente, esta revela “uma linguagem do indivíduo em relação com a sociedade” (ADAM e HERZLICH, 2001, p. 77). Desse modo, a significação da doença faz parte da própria realidade e a modela, pois para as mulheres entrevistadas se sentir doente é “*indisposta, com falta de vontade de fazer as coisas*”, “*sem coragem, com dores, sem vontade de fazer nada*”, “*ficar com dor de cabeça, tonteira, não poder fazer as coisas, nada*”, “*sentir dor, estar ruim, estar deitada*”, “*estar ruim e não poder fazer nada*”, “*vontade de não fazer nada*”. Portanto, o modelo explicativo de doença aparece relacionado com a interrupção da disposição para o trabalho, o “*fazer as coisas*” da vida cotidiana. A discriminação dos sintomas que emergem nas expressões “*ruim*”, “*indisposta*” e “*com dor*” demonstra que a doença é algo que afeta o organismo, mas também é um estado de espírito e de maneira evidente, pois “*é não ter coragem, se sentir ruim, desacomodada, com dor*”, “*se sentir triste*”, “*ficar ruim, mas tenho que fazer as coisas*”. O que essa linguagem pode assim nos revelar como uma cultura somática feminina? Talvez, poderíamos afirmar que o modelo de explicação da saúde e da doença que nos fazem refletir ao apontarem o “*fazer as coisas*” sob o aspecto da vida social possa ser antes uma espécie de fuga. Se realmente ocorre aqui uma experiência singular do ponto de vista do feminino e de mulheres sob condições sociais, culturais e econômicas determinadas daquele meio,

nos remete a pensar que, em suas falas, de maneira latente, a saúde pode representar aspirações da vida social sob diversos aspectos e não meramente só orgânicos.

#### **4 | AS DOENÇAS E O ACESSO À MEDICINA FORMAL**

A cidade ainda é a referência para o acesso à medicina formal, como elas afirmaram, Humaitá é o lugar mais próximo para conseguir uma consulta médica e o modo de deslocamento até o município é predominantemente de rabetá própria ou ainda alugada ou emprestada. A rabetá é um motor que possui quatro níveis de potência (5,5; 8; 11 e 13) em uma embarcação de madeira muito comum nos rios da região amazônica, e o deslocamento de 15KM até a cidade corresponde em média duas horas. O que demonstra um aspecto comum da realidade social vivenciada pelos ribeirinhos na Amazônia.

O quadro de saúde e doença que observamos perpassa pela alimentação do dia a dia, e vemos que, do ponto de vista nutricional, é pobre em relação a vários nutrientes presentes em verduras e frutas, por exemplo, já que com exceção de uma entrevistada não foram citadas. A alimentação é assim muito rica em carboidratos como beju, bolacha, macaxeira, pão, arroz, feijão, batata, macarrão, farinha e, também, em peixe e carne. A fruta mais comum é banana e a comem comumente frita. Do ponto de vista socioantropológico a alimentação diz muito do lugar em que vivem, em parte sob o aspecto econômico, em parte da característica cultural, e em parte dos hábitos sociais da maneira como o tipo de comida corresponde a uma avaliação de suas necessidades de sobrevivência. Nas falas das mulheres a alimentação aparece ainda relacionada com o se sentir saudável e nenhuma doença é apontada diretamente relacionada com hábitos alimentares. Contudo, a situação da saúde da mulher nesta comunidade ribeirinha envolve diversos aspectos da vida social, como a relação com o meio ambiente, o lazer, a alimentação e as condições de trabalho, moradia e renda entre outros.

A população que reside em áreas ribeirinhas geralmente vive à margem dos centros urbanos e, conseqüentemente, dos serviços públicos de saúde, restando a ela a construção de estratégias para chegar aos serviços e receber um atendimento de saúde necessário. Porém, nem sempre este atendimento acontece, ficando assim a população ribeirinha sem recursos e assistência médica hospitalar. As doenças que as mulheres da pesquisa apresentaram são: enxaqueca, bronquite, infecção, reumatismo, dor nos rins, febre, colesterol, irritação no coração, anemia, infecção de urina, dengue, catapora, caxumba, pneumonia, dor no corpo e as mais comuns e predominantes são a gripe e a malária. As mulheres responderam ainda em relação a doenças que acometeram os membros de suas famílias, como a asma, gastrite, malária, caxumba, catapora, febre, pneumonia, hepatite, colesterol alto, infecção, dor nas pernas, diarreia, dengue, câncer, infecção de urina e gripe. Percebemos que as mais comuns têm relação direta com a região por ser área

ribeirinha com incidência do mosquito que causa a malária. Mas também apresentam um quadro de doenças que podem ser ocasionadas por diferentes fatores, de modo que a grande maioria desconhece as suas causas. No entanto, há sim uma observação particular apresentada por algumas entrevistadas que revelam dos seus conhecimentos comuns sobre as doenças, como o fato de ter gripe é *“por estar muito exposta ao clima, sol, chuva”*, e o de ter bronquite é porque *“trabalho dia e noite, no sol, sereno, chuva”* e a dor de cabeça é *“o estresse”*. Essas respostas nos levam a pensar na afirmação de Rory Williams apud Adam e Herzlich (2001, p. 80) de que *“ao descrever e explicar suas moléstias, os indivíduos apoiam-se em visões de mundo subjacentes, quanto ao caráter ‘produtor de saúde’ ou ‘destruidor de saúde’ de seu ambiente social”*, pois o que as falas das mulheres revelam diz respeito a um estilo de vida que levam, de muito trabalho. Contudo, essas mesmas entrevistadas apontam tanto o caráter positivo quanto o negativo ao ressaltarem o trabalho em suas falas também para o modo de como buscam ser pessoas saudáveis, assim *“praticando esporte, mais ativa, esperta, trabalhando”*, e *“sim, ativa no trabalho; trabalhando em garimpo, ativa”* e também outra afirmando que *“sim, com as atividades domésticas, trabalho”*. De outro modo, responderam outras mulheres que *“caminho bastante, tenho higiene”*, *“cuida, tenho uma boa alimentação”*, ou ainda, outras demonstram uma expressão mais do ponto vista da medicalização, quando afirmam que *“sempre que sinto alguma coisa, procuro logo tomar remédio para melhorar”*, *“procuro remédio para ficar boa”* e *“procuro o hospital, fazendo exames, cuidando da saúde”*. Mas houve também respostas apenas como *“não”*, não se consideram pessoas saudáveis. E o que uma resposta, supostamente, lacônica poderia nos estar dizendo, aponta para a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sob diferentes aspectos que possam aí estar subentendidos, pois, como afirma uma das entrevistadas sobre como busca ser saudável diz: *“nem todas às vezes, pois não temos muito meios para isso ou não os busco”*. O quadro de saúde e doença que apresentam é assim característico de enfermidades não apenas físico-biológicas, e o modo como o percebem refletem as próprias experiências de vida. As dificuldades ao acesso a medicina formal vão além da distância a ser percorrida (dificuldade geográfica) e institucional (atendimento nos postos médicos, horários etc.), também passa por dificuldades de acesso cultural, pois muitas vezes as diferenças culturais das mulheres ribeirinhas não são aceitas ou respeitadas. Como afirmam Adam e Herzlich (2001, p.85) “[...] a atual valorização da saúde, tal como se vê na mídia, não se encontra uniformemente distribuída pelas camadas sociais”.

A medicação, como os remédios de farmácia, elas conseguem somente indo comprá-los na cidade e, às vezes, consegue no posto ou ainda com o/a agente de saúde. Como afirma uma entrevistada: *“compro em Humaitá, com o agente de saúde, de São Miguel, é difícil vir, e difícil trazer remédio. Ele vem pra pesar as crianças, pergunta se tem alguém doente e só”* e outra também afirma que *“em Humaitá compro ou consigo no posto. Não é fácil conseguir consulta e às vezes não se consegue às vezes só se passar o dia todo no hospital”*. Desse modo, vemos como a cidade representa uma necessidade de acesso à

saúde formal, mas que significa ainda um acesso difícil. Assim, as mulheres entrevistadas apontaram que as maiores dificuldades sobre a saúde em Santa Rosa diz respeito à falta de um posto de saúde e a falta de um transporte no caso da necessidade de deslocamento até a cidade, pois *“tem agente de saúde, porém uma vez por mês ele vem”* e *“quando adoecer tem que ir à cidade. E ainda na cidade nem sempre é atendido quando se chega atrasada”*. Bem como, aponta uma entrevistada, que a falta de um/a ginecologista é uma das maiores dificuldades, pois, evidentemente as mulheres necessitam de atendimento médico em todas as fases de sua vida, mas o que ocorre é a atenção voltada somente para o momento da reprodução, o que é inclusive, internalizado por elas, como é possível perceber quando uma entrevistada afirma ser uma pessoa saudável lembrando que *“a última vez que fui ao médico foi em 2011 para ter nenê”*. Esse aspecto se confirma com os dados estatísticos do Hospital de Humaitá que demonstra a concentração de atendimentos referentes ao pré-natal e parto. Outras afirmações quanto às dificuldades nos apontam que as necessidades de acesso à saúde são diversas, *“vem o agente de saúde, de São Miguel, uma vez por mês, às vezes dá remédio paracetamol, soro, dipirona, pesa as crianças e adultos, mede a pressão; falam, mas não vêem médico”* e o que poderia existir diante de suas necessidades de saúde *“alguém para atender numa emergência”*.

O acesso à saúde formal, portanto, não se limita ao fato de o deslocamento ser difícil por estar na cidade, mas, do mesmo modo ser as condições de fato sócio-históricas de suas vidas como uma condição sob as outras limitações. O meio ribeirinho é o contexto geralmente da ausência de acessos básicos a vários direitos sociais e fundamentais como a saúde, mas o que as mulheres da pesquisa revelam é que não é a falta pela falta apenas, é uma atenção de fato humanizada de cuidado, em face de uma realidade sociocultural em que elas carregam uma obrigação por demasiado árdua da vida social. Contudo, a vida cotidiana exige o seu modo de sobrevivência e, em face das diversas dificuldades de acesso à saúde formal, as mulheres buscam estratégias de cuidado ou tratamento para as enfermidades que lhe acometem o corpo (em sua percepção ampla como o receptor de todas as dimensões do se sentir doente). Para além da medicina científica o conhecimento comum é um aspecto cultural sempre presente nos contextos ribeirinhos a partir do uso de remédios caseiros, em sua maioria, provenientes de plantas medicinais. Nesse sentido, a medicina alternativa é no contexto da pesquisa uma resposta presente para lidar com a saúde e a doença. Mas como se revelam tais estratégias para lidar com as dificuldades?

## **5 | REMÉDIOS CASEIROS: ESTRATÉGIAS RELACIONADAS ÀS PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS DA MEDICINA POPULAR**

O repertório de plantas medicinais no Brasil é muito grande. A medicina popular e o conhecimento específico sobre o uso de plantas são o resultado de uma série de influências culturais, como a dos povos indígenas, dos povos africanos e dos colonizadores europeus. Em Santa Rosa observamos essa prática sociocultural e as mulheres, em

sua maioria, são detentoras dos conhecimentos tradicionais de plantas medicinais, bem como observamos a coexistência de valores culturais. Assim, é a permanência da tradição que resiste como uma identidade social, mas também, a necessidade do ponto de vista das exigências do meio social que se impõem à realidade. Como é apontado dentre as entrevistadas, o uso de remédios caseiros não é resultado exclusivamente de uma escolha, mas às vezes o único recurso disponível para tratar as enfermidades desta população. As práticas não convencionais de saúde, apesar de muitas vezes rejeitadas pela medicina oficial, não foram contidas pelo saber científico, exatamente porque podem oferecer respostas às enfermidades e sofrimentos vividos pelas pessoas em seu cotidiano. Assim, 72,2% das mulheres entrevistadas em nossa pesquisa usam remédios caseiros.

A tradição move-se numa trajetória histórica específica ou mesmo singular (HOBSBAWN, 1997). Pode-se dizer assim que cada cultura tem a sua tradição. O que faz todo sentido afirmar da tradição suas peculiaridades inventivas e criativas, bem como ser a herança de saberes dinamizada pelas mulheres que revelam tais singularidades. Desse modo, constatamos que 55,6% das entrevistadas aprenderam a fazer os remédios caseiros com a mãe, e 16,7% aprendeu com a avó. Neste processo em que se instaura uma transmissão e socialização de um saber constitui um sistema sociocultural de relações sociais que estão manipulando conhecimento adquirido, onde são estabelecidas relações de encontros também históricos, posto que ocorram preponderantemente entre as gerações diferentes no seio familiar e/ou externo também, “*com a mãe e pessoas mais velhas, aprendendo conforme precisava e por informações*”, ou mesmo por “*acaso*”, “*conversando com as pessoas*”. Estas mulheres começaram a preparar os remédios caseiros ainda muito jovem 77,8% aprenderam a fazer remédios caseiros entre 10 e 22 anos de idade. Apenas uma senhora informou que veio se preocupar em aprender a preparar os remédios caseiros com 45 anos. Dentre os porquês desse aprendizado 38,9% responderam que foi “*por necessidade*”, ou seja, o uso dessa estratégia pode ser a partir do aspecto econômico ou apenas por ter sido algo que precisou ser feito pela exigência da vida social, “*por ser mais acessível*”. Certamente que é algo que faz parte do cotidiano delas dentre alguns aspectos comuns, mas também com singularidades que emergem como na resposta da senhora de 52 anos que diz: “*porque precisei aprender para fazer para meus filhos*”. É como observa Scavone (2004) sobre a ligação das mulheres com a saúde estar relacionado ao cuidado de outros. De outro modo, as mulheres apontaram ainda para a relação saúde e doença como um motivo importante para saber dos benefícios dos remédios caseiros. Assim, “*porque serve para tratar doenças*” e “*porque as pessoas que tomaram se sentiam bem, diziam que era bom e passou a tomar também; de fato faz efeito*”. A eficácia confere assim uma resposta às enfermidades, “*pois algumas doenças podem ser curadas em casa mesmo, como a gripe*” e “*por causa das dores e a minha mãe diz que é bom pra dores*”. Desse modo, a preferência por remédios caseiros foi expressa por 61,1% das entrevistadas, segundo elas os remédios caseiros fazem mais efeito que os de farmácia,

a fé também é um dos motivos para que estas mulheres usem esses medicamentos. E 11,1% das entrevistadas preferem os remédios de farmácia. Para conseguir os remédios caseiros 61,1% das entrevistadas cultivam plantas medicinais, como o crajiru, o mastruz, catinga da mulata, dentre outras espécies.

A maioria dos remédios caseiros é feito em forma de chá, e ainda em forma de xaropes ou banhos. Como nos ensina uma das mulheres que para inflamação: *“a folha de algodão roxo com marcela tem que ferver as folhas em meio copo de água, em seguida amassa as folhas pra fazer o sumo, cõa e toma a metade na hora que faz e quatro horas depois, toma o resto”*. Já a raiz de açaí com crajirú: *“serve para a anemia e infecção”, “põe numa vasilha, mistura a folha com a raiz e põe pra ferver”*. A *“folha de pião pra passar a dor de cabeça; a folha da favaca, para infecção de urina ou a coirama (também chamam de folha de pirarucu)”*... O repertório é assim rico de saberes, como afirma Ramírez (1996, p. 258) *“El examen de esa red y su funcionamiento permite finalmente afirmar que la selva no sólo produce plantas medicinales sino también cultura y, en particular, cultura de salud”*.

Neste contexto, portanto, podemos perceber que o remédio caseiro é uma forma que as mulheres da comunidade de Santa Rosa têm para tratar suas enfermidades, além disso, é uma estratégia para suprir suas necessidades de saúde. Tradicionalmente o uso de remédios caseiros é passado de mãe para filha, e como em sua realidade é o remédio que mais conhecem, também é no que mais confiam. Preferem assim os remédios de plantas feitos em casa a aqueles comprados nas farmácias, receitados frequentemente pelos médicos. Desse modo, afirmam preferir os *“caseiros, porque os remédios de farmácia não fazem mais efeito quanto os medicinais”* e também *“porque a gente faz e dar certo, é melhor”* ou ainda por ser mesmo mais acessível *“porque é mais fácil de conseguir e é realmente bom”* e *“porque é melhor e não precisa comprar”*. A percepção de que os remédios caseiros fazem mais efeito e são melhores do que os de farmácia conferem o modo como esta prática sociocultural tem respondido às suas experiências corporais em face das doenças. Mas também, se por um lado demonstra a permanência de uma cultura singular, por outro, releva a ressignificação dessa prática, pois dentre as entrevistadas respondem que os dois remédios, caseiros de plantas e os de farmácia, são preferidos, *“porque um ajuda o outro, os dois são bons”* e *“muitos remédios caseiros são bons, os da farmácia também”*, assim *“os dois são importantes”*. Como afirma Boltanski (2004, p. 16) *“a prática médica oficial que se manifesta pelo recurso ao médico e pela observação de seus conselhos e prescrições, e a prática médica familiar, (...), não se excluem mutuamente; pelo contrário, parecem ser essencialmente complementares”*. Assim, as mulheres de famílias ribeirinhas têm o domínio do conhecimento sobre a manipulação das plantas medicinais no tratamento de doenças e no cuidar da saúde e conciliam tano o uso de remédios de plantas medicinais quanto os provenientes da medicina oficial.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vivências em contextos ribeirinhos demandam dos mesmos direitos sociais que toda população em qualquer contexto urbano necessita. A vida em povoados à beira dos rios, como em Santa Rosa, mostra um pouco da dureza e da resistência humana em rincões da Amazônia brasileira. As mulheres, especificamente, figuram nessa paisagem como sujeitos de resistência em meio à natureza. Dar atenção à questão da saúde nesse âmbito, para além de apontar suas necessidades e problemas, consiste ainda em registrar a existência daquelas mulheres como sujeito histórico que manipula saberes.

Em suas falas, aqui abordadas, embora recortadas, nos lançaram algumas dimensões de suas vidas, para além da saúde do corpo físico e biológico, inclusive este não foi citado ou descrito como tal para falar da saúde ou da doença. Esse corpo silencioso se demonstrou para nós enquanto experiências da vida no se sentir bem ou mesmo na curta resposta do *não*, e não se falava mais com palavras, guardando para si a sua memória. Mas nos instigando a querer explorar mais a realidade por outro modo de buscar conhecê-la.

A saúde da mulher, em contexto ribeirinho, é um campo a ser explorado sob vários e diferentes aspectos sociais feministas, principalmente em face de uma visão ainda hegemônica de atenção ao corpo físico-biológico ainda ser fragmentada do ponto de vista médico hospitalar. Esperamos nesse trabalho termos insistido um pouco mais na ótica de que tal perspectiva seja alargada no sentido de que a atenção à saúde seja dada ao corpo-sujeito.

## REFERÊNCIAS

ADAM, P.; HERZLICH, C. **Sociologia da doença e da medicina**. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

BOLTANSKI, L. **As classes sociais e o corpo**. Tradução de Regina A. Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BRAGANÇA DE MIRANDA, J. A. Corpo Utópico. In.: LOPES, M. M. (org<sup>a</sup>.) **Gênero, Ciências, História**. Cadernos Pagu (15) Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

COSTA, A. M.; SILVESTRE, R. M. “Uma reflexão sobre poder, mulher e saúde: dilemas para a saúde reprodutiva”. In: VENTURI, G.; RECAMAN, M.; OLIVEIRA, S. (orgs.) **A Mulher Brasileira nos Espaços Públicos e Privados**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

HOBSBAWN, E. & RANGER, T. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MORAIS, R. G.; JORGE, S. da S. Etnobotânica e Plantas Mediciniais: Um enfoque sobre medicina tradicional. In: COELHO, M. B.; JÚNIOR, P. C.; DOMBROSKI, J. L. D. (orgs.) **Diversos Olhares em Etnobiologia, Etnoecologia e Plantas Mediciniais: anais do I Seminário Matrogrossense de Etnobiologia e Etnoecologia e II Seminário Centro-Oeste de Plantas Mediciniais**. Cuiabá: UNICEN, 2003.



RAMÍREZ, G. Z. La Selva: Una Gran Planta Medicinal. In: PAVAN, C. (org.). **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia**. Brasília: MMA; São Paulo: Memorial, 1996.

SCAVONE, L. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TEIXEIRA, E. A complexidade do cuidar cotidiano de saúde entre ribeirinhos, desafios às políticas de saúde. In: COELHO, M. C. et al. (orgs.) **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: CEJUP, UFPA-NAEA, 2001.

TORRES, I. C. **Humaitá: ecos de um povo**. Manaus: Editora UFAM/Editora INPA, 2007.

# CAPÍTULO 9

## NÓS - TEATRO DAS OPRIMIDAS E A (DES) NATURALIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 07/07/2020

**Michelle dos Santos Lomba**

UNESPAR/ FACULDADE DE ARTES DO  
PARANÁ/ PPGARTES  
<http://lattes.cnpq.br/0219153022060081>

**RESUMO:** Este artigo se propõe a revisitar o processo criativo da intervenção urbana *Nós*, bem como sua trajetória artística iniciada em dois mil e seis no CEU - Complexo Educacional Unificado Inácio Monteiro, durante as orientações em teatro para jovens e adultos moradoras do extremo leste da cidade de São Paulo, região com altos índices de vulnerabilidade social e feminicídio. As criadoras intérpretes participantes do Programa Vocacional da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, sob a orientação de Michelle Lomba, realizaram diversas performances em diferentes contextos sociais e formatos artísticos até meados de dois mil e dezenove. Essa pesquisa artística política pedagógica tem por objetivo colaborar para o combate das violências contra as mulheres e elucidar práticas da pedagogia teatral, através da Estética do Oprimido criado por Augusto Boal, o Teatro das Oprimidas sistematizado por Bárbara Santos e Alessandra Vannucci, os jogos do arsenal do Teatro do Oprimido, improvisações cênicas a partir da técnica de Teatro Imagem, conceitos em performance e teatro de rua como arte pública. Fizeram parte do processo criativo as narrativas

personais de relacionamentos abusivos, estudos sobre gênero e feminismo interseccional atrelado as desigualdades de gênero, raça e classe. A partir da intervenção urbana *Nós*, conclui-se que estéticas feministas realizadas no espaço urbano, contribuem para a desestabilização de discursos e desnaturalização de violências contra as mulheres, a fim de denunciar através de corpos femininos na cena, as violências simbólicas, psicológicas, físicas, patrimoniais e sexuais, além de romper com o silenciamento e invisibilidade dessas violências presentes cotidianamente na sociedade contemporânea.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pedagogia do Teatro; Teatro das Oprimidas.

### WE – THEATER OF THE OPPRESSED AND (DE) NATURALIZATION OF VIOLENCES AGAINST WOMEN

**ABSTRACT:** This article is revised creatively by the urban intervention *We*, as well as its artistic trajectory started in two thousand and six the Inácio Monteiro Unified Educational Complex, during theater orientations for young women living in the far east of the city of São Paulo, a region with high indices of social vulnerability and femicide. As performers participating in the Vocational Program of the Municipal Secretary of Culture of São Paulo, under the guidance of Michelle Lomba, performed several several performances changes in different social contexts and artistic formats up to two thousand and nineteen. This artist pedagogical aims to collaborate to combat violations against women and had as theoretical reference the Aesthetics Oprimido created by Augusto Boal, the Theater

of the Oppressed Women systematized by Bárbara Santos and Alessandra Vannucci, the games in the arsenal of Teatro Oprimido, scenic improvisations from of the Image Theater technique, concepts in performance and street theater as public art. They were part of the creative process as personal narratives of sexual abuse, studies on gender and intersectional feminism linked to inequalities of gender, race and class. From the urban intervention *We*, we concluded that feminist aesthetics executed in the urban space, contribute to the destabilization of discourses and denaturalization of violations against women, through the female body in the scene, denounce violence symbolic, psychological, patrimonial violations and sexual, addition to breaking with the silencing and invisibility of these violence present daily in contemporary society.

**KEYWORDS:** Theater's Pedagogy; Theater of the oppressed woman.

O presente artigo foi elaborado com vistas a ampliar as reflexões acerca do ensino do teatro às práticas artísticas performativas realizadas no espaço urbano (ruas/praças) e espaços alternativos, bem como, gerar visibilidade ao combate as violências contra as mulheres, explicitados nas cenas apresentadas *Marias Silenciadas, Vidas e Vidas, Cultura do Estupro* e na intervenção urbana *Nós*.

Esta investigação artística pedagógica associou os estudos de gênero, feminismo interseccional e a pedagogia teatral, aos processos cênicos colaborativos que culminaram na criação da intervenção urbana *Nós*. A criação desta obra iniciou-se em dois mil e seis no CEU - Complexo Educacional Unificado Inácio Monteiro, a partir de encontros de orientação teatral propostos pela artista docente Michelle Lomba, a jovens e adultos moradores do extremo leste da cidade de São Paulo, participantes do Programa Vocacional da Secretaria Municipal de Cultura.

Os temas das pesquisas artísticas, seus desdobramentos, opções estéticas e formatos de apresentações desenvolvidas no Programa Vocacional, segundo o material norteador que rege as ações do programa público, devem emergir coletivamente do desejo das (s) artistas vocacionadas (os), como são chamadas (os) as (os) participantes do projeto. Sendo assim, a vontade de abordar questões relacionadas às violências contra as mulheres, partiu de questionamentos como: Como transformar idéias, posicionamentos, discursos em ações cênicas? Sobre o que tenho vontade de comunicar na cena? Porque fazer teatro? Para quem fazer teatro?

Esses questionamentos, somados ao desejo pessoal da artista orientadora Michelle Lomba, em trazer à tona as desigualdades de gênero, que atravessam cotidianamente vidas de mulheres, fazendo-se presente nas narrativas das jovens participantes das orientações teatrais, e, associada aos crescentes índices de feminicídio no país, foi decidido coletivamente que essas questões seriam materializadas em ações cênicas, “um processo em que a fome de teatro seja despertada pelo próprio prazer da experiência” (DESGRANGES, 2017, p. 159).

Cabe ressaltar, a pluralidade de mulheres que fizeram parte da pesquisa em questão,

sendo, mulheres heterossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais, mulheres brancas, negras e pardas, pois é necessário reconhecer as opressões multifacetadas oriundas de demarcadores sociais de gênero, raça e classe.

Sabemos que todas as sociedades se movem através de estruturas conflitantes: como poderíamos nós, então, assumir uma virginal posição isenta diante de conflitos dos quais, queiramos ou não, fazemos parte? Seremos sempre aliados dos oprimidos... ou cúmplices dos opressores. Fazer Teatro do Oprimido já é o resultado de uma escolha ética, já significa tomar partido dos oprimidos. (BOAL, 2008, p.25).

Logo, essas opressões foram evidenciadas durante o processo criativo, tanto nas rodas de conversas, a partir do compartilhamento de histórias pessoais, quanto nas análises críticas das cenas apresentadas e na participação do público em contato com a obra.

NÓ Sobre Nós

Quantos nós, mulheres há em nós?

Quantas de Nós, mulheres, temos nós para serem desatados?

Quantos nós desatamos, emaranhados engolimos

em nossas casas, família, trabalho,

transporte público, ruas e praças?

Quantos nós, mulheres,

Somos violentadas e assediadas diariamente?

Ah, mais ela mereceu! A culpa é Dela! Saiu com essa roupa!

Quantos nós, nossas crianças não aprenderam a desatar?

Se comporta menina! Seja uma boa moça!

Você é uma princesa!

Quantas de Nós, somos silenciadas, abusadas, estupradas

Mortas sem desatar os nós que há em Nós?

(LOMBA, 2019, p. 11,12)

Durante as orientações teatrais, emergiram diversas performances relacionadas às violências contra as mulheres, que foram apresentadas em diferentes contextos sociais e formatos artísticos até meados de dois mil e dezenove.

O ensino do teatro compreendido como formação cidadã, que contribui para o exercício permanente da sensibilidade, reflexão, reconhecimento da própria realidade social, a fim de, produzir arte, em especial, o teatro, de forma libertária e ampliar as possibilidades de ser, estar e viver em sociedade, transformando-se afetivamente de forma a gerar empoderamento e tomada de decisões conscientes, visto que, as práticas em Teatro do/as Oprimidos/as, são “marcadamente coletivas, carregadas de matrizes culturais que se caracterizam pela natureza comunitária de seus processos de aprendizagem, criação, produção e realização de suas formas estéticas” (TURLE, 2014, p. 16).

Para tanto, praticou-se Teatro dos/as Oprimidos/as criado por Augusto Boal, jogos teatrais, improvisações cênicas, exercícios de escrita dramática, rodas de conversas sobre feminismo, opressões de gênero, a Lei Maria da Penha, debates acerca dos temas levantados pelos participantes, como racismo, homofobia, machismo, desigualdades sociais, entre outros, e, assistências de espetáculos teatrais como, por exemplo, o espetáculo *Carne da Cia Kiwi* e, sobretudo espetáculos de grupos de teatro de rua, como a *Cia Humbalada* (SP), a *Tribo de Atuadores Ói Nós Aqui Traveiz* (RS), o *Tá na Rua* (RJ), o *EITA! Ação Cultural* (SP), além de ações culturais vivenciadas ao longo de um ano de encontros.

A arte é especial por sua capacidade de influenciar tanto sentimentos como conhecimento [...] A arte progressista pode ajudar as pessoas a aprender não apenas sobre as forças objetivas em ação na sociedade em que vivem, mas também sobre o caráter intensamente social de suas vidas interiores. Em última análise, ela pode incitar as pessoas no sentido da emancipação social. (DAVIS, 2017. p. 166).

Sendo assim, a experiência teatral além de ampliar repertórios culturais dos indivíduos, desperta para percepções de mundo, além de provocar reflexões profundas geradas através da assistência de espetáculos, bem como, da vivência de estar na cena, pois o teatro pode vir a transgredir espaços, relações e instituições hierarquizadas, sexistas e classistas, mediante a evidências de novas construções imaginárias, a fim de gerar questionamentos a naturalização das violências sociais.

As orientações cênicas propostas, tiveram como objetivo cultivar o pensamento em rede, as aprendizagens colaborativas que visa provocar mais perguntas do que respostas, a fim de valorizar as criações artísticas autorais e a problematização de lógicas instauradas, já que a confiabilidade na formação artística sucede-se nas fissuras e no pertencimento identitário em relação com o território.

Fruto dessas experiências teatrais emancipatórias, nasce à cena intitulada *Marias Silenciadas*, onde uma personagem de gênero feminino é assediada por um grupo de

garotos que a abordam de forma violenta, verbalizando xingamentos que a inferiorizam, e, cometem violências físicas, como passadas de mãos em seu corpo, tentativas de beijos forçados, puxões na blusa e na saia, até que a garota violentada, finaliza a cena destruindo um bicho de pelúcia e grita silenciosamente, ou seja, sem emitir o som do grito.



Figura 1: Artistas vocacionados na cena *Marias Silenciadas*, apresentada no CEU Jambeiro, São Paulo, 2016. Fotografia Michelle Lomba.

Participaram da construção da cena, jovens de gênero masculino e feminino e foi possível identificar o quanto os homens cometem violências como explicitadas na cena, porém, não reconhecem como prática abusiva, enquanto que as mulheres participantes demonstram conhecimento em relação à condição de vulnerabilidades dos corpos femininos e aos canais de denúncia como o 180, mas alegam não denunciar e romper com o silêncio, devido à falta de apoio familiar, escolar e a ausência de políticas públicas, assim como, a existência de mais delegacias da mulher na cidade.

Que dia é hoje?

1h? 503 mulheres brasileiras AGREDIDAS.

10 minutos? Uma mulher ESTUPRADA.

1 dia? 164 estupros denunciados.

15 MULHERES mortas.

2017 ou Idade Média?

500 mil estupros por ano.

Brasil? 500 anos de invasão portuguesa

Estupros indígenas

Escravas sexuais africanas

5º país do mundo que mais MATA mulheres.

*Cada 4 mulheres. Uma já foi violentada.*

*Agressor? Marido, ex-marido, Noivo, ex-noivo,*

*Namorado, ex-namorado*

*Quer casar comigo?*

(LOMBA, 2019, p. 22, 23)

No Brasil, graças à atuação do movimento feminista, a Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, assim chamada em homenagem à farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, uma das vítimas da violência doméstica, representa um grande avanço no combate as violências contra as mulheres, a fim de assegurar-lhes o exercício dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, dentre outros direitos fundamentais previstos na Constituição Brasileira. A Lei garante atendimento especializado em Delegacias das Mulheres, bem como, abrigos para as vítimas de violências, medidas protetivas para manter o agressor longe da vítima e prevê penas de reclusão social.

A Lei Maria da Penha é um microssistema legislativo que alberga normas dos diversos ramos do Direito, tais quais: Direito Penal, Direito Trabalhista, Direito Civil e Direito Administrativo, percebendo a violência contra a mulher e sua superação como fenômeno multidisciplinar, regulando a criação de juizados específicos para julgamento das causas e a intervenção de equipe formada por profissionais de diversas especialidades com vistas à superação da violência. (SILVA, et al, 2010, p.48).

Esta Lei, prestes a completar quatorze anos de execução, tem contribuído de forma significativa para os avanços na erradicação das violências de gênero, porém as participantes julgam a lei insuficiente, embora as mulheres declarem conhecê-la. Para Conrado (2000) infere que a criação da Delegacia da Mulher contribuiu para que o fenômeno do espancamento e outras agressões, incluindo-se a violência sexual, conquistassem uma maior visibilidade no cenário público.

A cena *Marias Silenciadas* foi apresentada por seis vezes em diferentes equipamentos públicos culturais localizados no extremo leste da cidade de São Paulo, para um público estimado de duzentas pessoas, em sua maioria, jovens, que após as apresentações, participavam do debate proposto pelo grupo e dialogaram sobre a Lei Maria da Penha.

Tantas Marias

Marias silenciadas

Marias que não estão nas ruas

Marias ocupadas em suas casas com tarefas domésticas

Marias que cuidam dxs filhxs, irmãos, pais, avós, tixs

Marias proibidas de sair nas ruas da quebrada

sozinhas na madrugada

Marias que saem sozinhas

sentem muito medo por serem Marias

Marias que saem e são estupradas

Marias que namoram e não são respeitadas

Marias que gostam de Marias

Não podem contar para as suas famílias

Marias que fazem o que querem

São desrespeitadas por outras Marias

Marias mães de filhxs que os pais abortaram

Marias julgadas pela maternidade solo

Marias que falam, ensinam, choram, gritam

invisibilizadas são as Marias.

Marias artistas, estudantes, educadoras, manicures, diaristas

Marias que sonham, lutam, são iludidas, exploradas, enganadas

desejam não ser mais Marias.

Marias que sofrem todos os dias por serem Marias

Marias que não perceberam tantas coisas

que acontecem por serem Marias

Silenciadas sempre são as Marias.

(LOMBA, 2019, p. 62, 63)



De acordo com Martins (2009), o teatro concorre para os processos de constituição da estudante-cidadã e, por isso mesmo, amplia a sua capacidade de compreensão e intervenção na realidade dentro de uma perspectiva autônoma e democrática, já que, esta linguagem artística tem o potencial de borrar na cena da vida cotidiana.

Outra cena criada, como desdobramento e continuidade das reflexões acerca da temática abordada, foi *Vidas em Vidas* que apresentava a relação entre um casal heterossexual, onde uma personagem de gênero masculino, esposo opressor permanece na frente da TV, assistindo o jogo de futebol, enquanto a esposa realiza tarefas domésticas como cozinhar, varrer, lavar roupas, estender roupas, passar pano na casa e mesmo executando as tarefas sozinhas, é interrompida pelo esposo diversas vezes, que grita pedindo a cerveja, em seguida, grita solicitando as refeições, e após um dia de violências simbólicas, psicológicas e verbais, ao anoitecer, a esposa é forçada a ter relacionamento sexual e ele, o esposo, afirma que essa é a obrigação de uma mulher casada, a de satisfazer os desejos sexuais masculinos, além de servi-lo, já que é para isso que as mulheres servem.



Figura 2: Cena *Vidas em Vidas*, apresentada no CEU Inácio Monteiro, São Paulo, 2016.  
Fotografia Michelle Lomba.

Esta cena demonstra a naturalização das violências domésticas e afirma a função social que a mulher ocupa, de mantenedora dos cuidados com o lar e a família, justificada por fatores biológicos, porém a personagem finaliza a cena pedindo a separação e anuncia a sua partida da casa já que ela percebe-se inserida em um relacionamento abusivo que precisa ser rompido, sendo assim, “o teatro do oprimido quer ser um espelho mágico onde possamos de forma

organizada, politizada, transformar a nossa e todas as imagens de opressão que o espelho reflete” (BOAL, 2008, p.190).

Na cena *Cultura do Estupro*, pautada em partituras corporais realizadas por garotas brutalmente violentadas sexualmente, que demonstram a fuga, o espancamento, puxadas pelo cabelo e o estupro. As mulheres na cena estão de batom vermelho, para após a

violência sexual sofrida, borrar o batom na boca, tirando-o enquanto verbalizam nomes de mulheres violentadas presentes em matérias de jornais estudadas durante o processo criativo, assim como, de mulheres conhecidas pelas interpretes criadoras que já sofreram algum tipo de violência relatada.

Palavra de uma mulher que acusa um homem de estupro, é, antes de tudo, uma palavra da qual duvidamos. Por fim, acabei por admitir: estupros acontecem o tempo todo. Eis aqui um ato aglutinador, que conecta todas as classes sociais, idades, corpos e personalidades. (DESPENTES, 2016, p. 29)

Neste sentido, o trabalho sobre as relações de gênero deve ter como ponto de partida o combate de relações autoritárias e o questionamento dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres. A fim de praticar um fazer teatral voltado para a valorização da troca de experiências e o encontro com a diversidade de corpos, considerados essenciais no desenvolvimento das capacidades expressivas, da socialização e da sensibilidade das pessoas envolvidas no processo cênico, a fim de garantir o desempenho das potencialidades do sujeito como cidadão político social, capaz de torna-se sujeito artista, logo, artista vocacionada, criadora da própria obra cênica.



Figura 3 e 4: Cena *Cultura do Estupro* apresentada no CEU Inácio Monteiro, São Paulo, 2016.

Fotografia Michelle Lomba.

A feitura do Teatro do/a Oprimidos/as, entendida como instrumento de intervenção política e social, assegurada em uma estrutura democrática, do diálogo entre todas (os) envolvidas (os) na busca de alternativas para conflitos interpessoais sociais e de um processo coletivo para a construção de novos saberes, visto que, a pedagogia teatral promove descobertas pessoais e coletivas de caminhos a serem trilhados, podendo assim, contribuir para ampliar os espaços de problematização de modelos opressores.

A pedagogia teatral de Boal foi denominada por ele mesmo de teatro do oprimido, tomando emprestada a expressão utilizada por Paulo Freire para designar sua radical proposta educativa (pedagogia do oprimido). O teatro do oprimido consiste, basicamente, num conjunto de procedimentos de atuação teatral improvisada, com o objetivo de, em suas origens, transformar as tradicionais relações de produção material nas sociedades capitalistas pela conscientização política do público. (JAPIASSU, 2001, 37).

Neste contexto, após os experimentos cênicos das cenas relatadas acima, as artistas vocacionadas Leticia Viturianna, Thainá Gonçalves e Victória Barros, sob a orientação de Michelle Lomba, desdobram a pesquisa artística na intervenção urbana *Nós*, no intuito de aprofundar esteticamente a temática abordada. Trata-se da continuidade da criação de uma performance para rua, praças, espaços não convencionais e tem como premissa, dialogar diretamente com os transeuntes sobre as violências contra as mulheres.

A partir deste momento, em meados de dois mil e sete até o ano de dois mil e nove, a laboração de *Nós*, passa por diferentes roteiros de ações performativas, que elucidam as vulnerabilidades das mulheres, tratadas como, “*Corpo objeto. Corpo ridicularizado. Corpo materno. Corpo plastificado. Corpo amputado. Corpo queimado. Corpo jogado. Corpo casado. Corpo caçado. Corpo cansado. Corpo abortado. Corpo estuprado. Corpo silenciado*”. (Lomba, 2019, p. 20).

Estes roteiros, dialogam com a arte da performance, que acontece na presença com o público considerado parte integrante da obra, relacionando-se com o espaço urbano ocupado, pois, não se trata de um espetáculo formatado com cenas determinadas, já que os roteiros de ações performáticas são fluidos, impactados, afetados, alterados no mesmo tempo e espaço conforme as relações humanas estabelecidas, pois “cada indivíduo é um performer em potencial e cada situação de vida cotidiana, a possibilidade de oferecer uma pequena performance. A teatralidade nas interações da vida cotidiana. (Turle, 2014, p. 98).

Observe o roteiro de ações cênicas:

Mulheres em cena com figurino/roupa pessoal que gosta de usar e frequentemente é assediada quando está usando. Portar um batom vermelho preso ao sutiã e pequenos papéis na mão com as frases impressas, para serem entregues ao público.

AÇÃO 1 – Em silêncio, espalhadas entre as pessoas, distribuir papéis pequenos dobrados para as pessoas na rua. (nos papéis estará escrito “Abra” e “Fale em Voz Alta – puta, vadia, vagabunda, piranha, vaca, filha da puta, safada).

AÇÃO 2 – Parar entre as pessoas e escrever pelo corpo com batom vermelho os xingamentos ditos e por último passar batom vermelho na boca.

AÇÃO 3 – Diálogos.

Mulher: Olha aquela roupa! (em direção a mulheres de saia). Isso é cumprimento de saia! Tá pedindo né?

Todas: Tá pedindo né?

Mulher: Olha aquele decote? Os peitos tudo de fora!

Todas: Tá pedindo né?

Mulher: É aquela ali? Isso é jeito de sair na rua?

Todas: Tá pedindo né?

Mulher: Mulher decente não anda assim!

Todas: Tá pedindo né?

Mulher: Ah, isso é jeito de mulher falar?

Todas: Tá pedindo né?

Mulher: Senta direito, mulher! Nem parece uma menina.

Todas: Tá pedindo né?

AÇÃO 4 – Tirar o batom da boca falando nome de mulheres importantes na sua vida, enquanto uma mulher fala dados reais de violências contra as mulheres.

Mulher: A cada onze minutos uma mulher é agredida no Brasil. A cada dez mulheres brasileiras, oito já foram agredidas. Uma mulher é violentada sexualmente a cada quatro minutos. Estima-se que no Brasil, a cada ano, há casos de meio milhão de vítimas de estupros por ano, mais esse número é ainda mais alto considerando as mulheres que envergonhadas não denunciam. As principais vítimas de violência sexual são meninas de nove a quatorze anos e os estupradores geralmente são conhecidos da vítima. Ao contrário do que dizem, os estupros ocorrem com maior frequência entre os períodos da manhã e da tarde.

Todas: Nós não estamos pedindo! Não queremos ser assediadas, violentadas, agredidas e mortas por sermos mulheres.

AÇÃO 5 - Ir embora, se perder na multidão.

A opção estética pelo xingamento, marcadas nos corpos com batom vermelho, tirou do imperceptível as violências simbólicas e verbais, e, trouxe à tona, como molas propulsoras, a denúncia, de outras formas de violências como a física e a sexual.

A maioria das mulheres mortas já sofria algum tipo de violência cotidiana, às vezes sutil ou psicológica, e que acabou em homicídio. Esses crimes se diferenciam de outros crimes, como roubo ou mortes em brigas de trânsito e de bar. A diferença é que as mulheres mortas em situação de violência doméstica são mortas pelo fato de serem mulheres. Trata-se de violência de gênero. (AUAD, 2003, p.79).

Após três intervenções realizadas nesse formato, optou-se coletivamente por eliminar os papéis e perguntar intimamente, aproximando-se de cada transeunte de gênero feminino: “Você já foi xingada por um homem?”, e para transeuntes de gênero masculino: “Você já xingou uma mulher?”. Após várias respostas, era escrito os xingamentos nos corpos das performers e/ou era oferecido o batom vermelho, para que a própria pessoa escrevesse em alguma parte do corpo escolhida por ela.

Depois de ter o corpo preenchido, os xingamentos eram tirados com esfregões pessoais, acompanhado pela pronúncia de nomes de mulheres. Mulheres transeuntes

também colaboraram com a retirada dos xingamentos dos corpos, além de, oferecer panos, abraços, olhares atentos, lágrimas, carinhos no cabelo, no rosto, palavras de agradecimento e incentivo para as artistas da cena, demonstrando um encontro de empatia, reconhecimento e irmandade entre distintas mulheres que partilharam no acontecimento teatral.



Figura 5 e 6 - *Nós*, intervenção urbana apresentada no Encontro Esqueçam as flores na praça da Escola Livre de Teatro de Santo André, 2017. Na cena, Leticia Viturianna e Thainá Gonçalves. Fotografia Manuela Alves.

Foi possível perceber que esse novo formato, impactava e aproximava mais o público da performance, pois era escutado os diversos relatos de agressões e abusos sexuais, tanto depoimentos de homens agressores, como de mulheres agredidas. Um dos depoimentos foi de uma mulher, mãe de dois filhos pequenos que estava a anos sendo violentada fisicamente pelo esposo e tinha vontade de se separar e voltar para Bahia, para casa de familiares, porém ela dizia ter muito medo de ser morta por ele, e, perguntava a performer Michelle Lomba, se ela deveria contar para família. A resposta foi sim, atrelada a informações sobre a Lei Maria da Pena e o disque 180.

Relato como esse, aproxima-se do entendimento da “pedagogia do oprimido, que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica – a dos oprimidos por si mesmo e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestações da desumanização”. Essas experiências, geram reverberações na presença cênica, já que o corpo inevitavelmente era afetado pelos depoimentos proferidos, logo, emoções, como culpas, dores, medos, angústias, inseguranças, revoltas, incertezas e arrependimentos, expunha feridas não cicatrizadas, que foram traduzidas em estéticas artísticas.

A escolha pela rua como espaço cênico se dá porque é no espaço público e

democrático, torna-se viável as aproximações com pessoas de diferentes faixas etárias, classes, raças e gêneros, historicamente excluídas de espaços convencionais destinados as manifestações artísticas, visto que, “apropria-se do espaço urbano entendendo que a arte pública de rua está calcada em espaços de compartilhamento de idéias e desejos, sobretudo por espaços de trocas de experiências e pelo bem comum” (GOMES, 2016, p.152).

Logo, o teatro solicita a presença total dos seus jogadores/criadores possibilitando a integração do indivíduo consigo, assim como, o deslocamento do eu para com o outro, em um exercício de alteridade, sobretudo pelo estabelecimento de parcerias, quando todos têm a oportunidade de pensar, realizar, avaliar e redefinir juntos os objetivos a serem atingidos. Por esta razão, a pedagogia teatral é de suma relevância em propostas pedagógicas como esta, comprometida com a apreciação estética da realidade. Para Boal (2007), o debate, o conflito de idéias, a dialética, a argumentação e a contra-argumentação - elementos comuns em um processo cênico-criativo – estimulam, aquecem, enriquecem e preparam os sujeitos nele envolvidos para atuarem na vida em sociedade.

Para tanto, soma-se ao processo, saberes de outras linguagens artísticas, como a dança, a fotografia e a poesia, “a expressão registrada no papel ou no movimento revela os enfrentamentos vivenciados pelo corpo. A perspectiva pessoal encontra a análise coletiva” (SANTOS, 2019, p.79), materializada na publicação do livro de fotos poemas *Pele para nossos CORPOS* e na intervenção urbana *Nós*, realizada em diferentes cidades, como São Paulo, Santo André, Guarulhos e Salvador.

[...] ser professora é parte do meu projeto artístico. [...] Como professora-performer meu trabalho é propor e vivenciar experiências. Tais experiências visam o desenvolvimento e a integração das capacidades orgânicas, criativas e comunicacionais do atuante (performer, cidadão, sujeito histórico, vivente) e visam seu fortalecimento por meio do aumento da agilidade, flexibilidade e disponibilidade. Considero a sala de aula um dos mais interessantes espaços performativos, pois que estabelecemos, de antemão, um pacto colaborativo. Trata-se de um espaço de criação e experimentação, um microcosmo político a ser poeticamente e pedagogicamente explorado (FABIÃO, 2009, p. 66).

Cabe salientar, que através da Arte, foram constatadas as estruturas machistas, racistas e classistas, onde predomina a dominação masculina, a branquitude e o discurso da classe dominante, que gera um sistema perverso de opressões complexas e multifacetadas que adquire diversas roupagens conforme o contexto, portanto, “o chamado da performance é justamente este: posicione-se já, aqui e agora” (FABIÃO, 2009, p. 70), assim como, nas práticas em Teatro dos/as Oprimidos/as.

Sendo assim, *Nós*, instaura memórias, desnaturaliza violências contra as mulheres, provoca reflexões dialógicas e celebra corpos femininos vivos na cena, que demonstram resistência. Corpos marcados pela coragem de mulheres que permanecem em luta na cena da vida cotidiana, para garantir o direito ao voto, ao trabalho remunerado, ao divórcio, a

guarda das (os) filhas (os), aos estudos, a fim de, exercer o direito a voz e a vida digna. Vozes poetizadas em corpos performativos em defesa da igualdade, equidade, representatividade de gênero, raça e classe, pelo fim das violências contra as mulheres.

## REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

\_\_\_\_\_. **Jogos para atores e não atores**. 4° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **A estética do oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CONRRADO, Mônica Prates. **A fala de vítimas e indiciados em uma delegacia da mulher**. In: Diálogos: Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Maringá: 2000. V. 04 – N. 04 – 2000 – Anual/ ISSN 1415-9945.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. Trad. Márcia Bechara. São Paulo: n.1 Edições, 2016.

DESGRANGES, Flávio. **Pedagogia do teatro: provocações e dialogismo**. 4° Ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

FABIÃO, Eleonora. **Performance, Teatro e Ensino: poéticas e políticas da interdisciplinaridade**. In: TELLES, Narciso; FLORENTINO, Adilson (Org.). **Cartografias do Ensino do Teatro**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2009. (p. 61-72).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17° ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JAPIASSU, Ricardo. **Metodologia do ensino de teatro**. São Paulo: Papyrus, 2001.

MARTINS, Guaraci da Silva Lopes. **“Encontro Marcado”: um trabalho pedagógico com performances teatrais para a discussão das sexualidades**. Salvador/BA. Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, UFBA, 2009. Tese (Doutorado em Artes Cênicas).

LOMBA, Michelle dos Santos. **Pele para nossos CORPOS**. São Paulo: Ed. Me Parió, 2019.

SANTOS, Bárbara. **Teatro das Oprimidas**. Rio de Janeiro: Casa Philos, 2019.

SILVA, Luciana Santos, *et al.* **O que queres tu mulher? Manifestações de gênero no debate de constitucionalidade da ‘Lei Maria da Penha’**. In: 5° Prêmio - construindo a igualdade de gênero: redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

TURLE, Licko. **Teatro do Oprimido e negritude: a utilização do teatro-fórum na questão racial**. 1º edição. Rio de Janeiro: E- papers. Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

TURLE, Licko; TRINDADE, Jussara; GOMES, Vanéssia (org). **TEATRO DE RUA – Discursos, Pensamentos e Memórias em Rede**. Fortaleza: Aldeia Casa Viva, 2016.



# CAPÍTULO 10

## O MUNDO ÍNTIMO DOS ARTISTAS: SANIDADE OU LOUCURA SOB O VIÉS JUNGUIANO

Data de aceite: 01/10/2020

Data da submissão: 05/08/2020

### Andréa Hammini Pires da Silva Avila Franchetto

Universidade Estadual do Norte Fluminense  
Darcy Ribeiro  
Campos dos Goytacazes / Rio de Janeiro  
orcid.org/0000-0003-1954-1790

### Carla Barcelos Nogueira Soares

Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy  
Ribeiro  
Campos dos Goytacazes / Rio de Janeiro  
orcid.org/0000-0003-2340-8722

### João Carlos de Aquino Almeida

Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy  
Ribeiro  
Campos dos Goytacazes / Rio de Janeiro  
<http://lattes.cnpq.br/3061079332211219>

**RESUMO:** O olhar interior liberta e o exterior aprisiona. O presente estudo pretende discorrer sobre a teoria do Psiquiatra suíço Carl Gustav Jung que apresenta o inconsciente sob duas vertentes: pessoal e coletivo. Visa ponderar sobre arte pictórica de Pablo Picasso, a obra *Ulisses* de James Joyce a fim de comentá-las sob o viés da psicologia analítica como um processo arquetípico. Será feito um breve esboço em relação a psique artística e a criatividade, assim como, a saúde mental e a loucura que envolvem o processo da dinâmica da criação da arte em seus respectivos artistas. O resultado da pesquisa

apresenta um mundo “íntimo” que afeta o artista de maneira invisível e inimaginável (Jung, 2017), percebendo o seu aspecto de criação e desmitificando o estigma de insanidade mental que paira na imagem do artista. Corroborando para que se possa compreender a psique do artista por meio de suas obras. Por meio da pesquisa bibliográfica foi possível perceber que o artista está a serviço do inconsciente coletivo por meio das imagens arquetípicas para um bem maior: expressar sua arte de modo de transcenda a sua subjetividade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inconsciente Coletivo, Arquétipos, Artes.

### THE INTIMATE WORLD OF ARTISTS: SANITY OR MADNESS UNDER JUNGUIAN BIAS

**ABSTRACT:** The inner gaze frees and the outside imprisons. The present study intends to discuss the theory of the Swiss Psychiatrist Carl Gustav Jung that presents the unconscious in two aspects: personal and collective. It purposes to ponder on Pablo Picasso’s pictorial art, the composition *Ulisses* by James Joyce in order to comment on them from the perspective of analytical psychology as an archetypal process. A brief outline will be made in relation to the artistic psyche and creativity, as well as mental health and madness that involve the process of the dynamics of art creation in their respective artists. The result of the research presents an “intimate” world that affects the artist in an invisible and unimaginable way (Jung, 2017), realizing his aspect of creation and demystifying the stigma of mental insanity that hangs in the

artist's image. Corroborating so that one can understand the artist's psyche through his works. Through bibliographic research it was possible to perceive that the artist is at the service of the collective unconscious through archetypal images for a greater good: expressing his art in a way that transcends his subjectivity.

**KEYWORDS:** Unconscious collective, Archetypes, Symbols, Plastic Arts

## 1 | INTRODUÇÃO

Analisar o ponto de vista de Jung em relação à arte e à psicologia analítica/arquetípica constitui o fito deste trabalho. Para Bonaventure, Carl Gustav Jung é um dos fundadores da psicologia moderna além de ter sido um dos percussores para uma nova era (MAIA, 2014). Já no que diz respeito à arte, Nise da Silveira declara que Jung possuía uma casa de campo em Bollingen (S. Gall) bem rente ao lago. Jung trabalhava sobre pedra, esculpindo ou cinzelando inscrições e pintava murais inspirados nas suas imagens interiores. (SILVEIRA, 1992, p. 21).

Além de ter se envolvido com as artes, mesmo sem intenção de ser reconhecido como artista, Jung escreveu um ensaio de Picasso e também fez referência a James Joyce em um livro intitulado *O espírito da arte na ciência*, obras completas volume 15. Jung escreveu, também, artigos que versavam sobre a psicologia e a arte.

Desse modo, a tela de Pablo Picasso *A Vida* e o livro *Ulisses* de James Joyce serão apresentados com o intento de falar da psique do artista por meio das representações arquetípicas/simbólicas na perspectiva dos comentários feitos por Jung a respeito da psicologia e da arte.

## 2 | CARL GUSTAV JUNG: A ARTE DE UMA VIDA A PROCURA DA ARQUEOLOGIA DA ALMA

Carl Gustav Jung (1875-1961) nasceu a 26 de julho, em Kesswil, aldeia pertencente ao cantão da Turgovia, Suíça. Seu pai, Paul Achilles Jung, exercia a função de pastor protestante. O menino Carl Gustav tinha quatro anos quando o pai foi transferido para Klein Huningen, nos arredores de Basileia, lá Jung inicia seus estudos e segue até o término do curso de medicina (SILVEIRA, 1992, p. 1). Durante sua vida, sentia-se atraído pela arqueologia e pela medicina. Nas palavras de Silveira (1992):

A arqueologia o atraía e simultaneamente as ciências naturais. Por fim decidiu-se pela medicina. Seu pai obteve que a Universidade concedesse ao jovem estudante uma bolsa, pois a família era demasiado pobre para enfrentar as despesas de um curso superior (SILVEIRA, 1992, p. 65).

A alma irrequieta e paixão pela filosofia fizeram com que Carl mudasse o rumo da especialização, tornando-se psiquiatra. Silveira (1992) aponta que:

[...] conceitos que o atingiram em cheio, abrindo-a inesperada perspectiva de que, na psiquiatria, seus interesses pela filosofia, pelas ciências naturais e médicas, poderiam encontrar um foco vivo de convergência. Imediatamente, para surpresa geral. Escolheu a psiquiatria (SILVEIRA, 1992, p. 9).

Em referência à teoria Junguiana, Raffaelli (2002) considera que Jung teve influência platônica e plotiniana na construção dos seus conceitos teóricos sobre a psicologia analítica. Platão que nasceu em Atenas provavelmente em 427 antes de Cristo e morreu em 347 antes de Cristo foi aluno de Sócrates e professor de Aristóteles, este filósofo ateniense influenciou no pensamento da teoria dos arquétipos de Jung que será mencionado ao adentrar no conceito de arquétipo.

Stein (2006) declara que após alguns anos de profunda autoanálise, Jung elaborou sua própria e distinta teoria psicológica – denominada de psicologia analítica – que, com a publicação do seu primeiro livro *Tipos Psicológicos* em 1921, Jung apresenta a teoria ao mundo. Sobre a teoria junguiana von Franz (1995) explicita que com nesta obra:

Ele distinguiu dois tipos de atitudes: a extrovertida e a introvertida. Na atitude extrovertida, a libido consciente flui normalmente na direção do objeto, mas há uma reação contrária, secreta, inconsciente voltada para o sujeito. No caso da atitude introvertida ocorre o oposto; a pessoa tem a impressão de que um objeto opressor quer constantemente afetá-la, objeto do qual ela deve afastar-se de maneira contínua. Tudo se abate sobre a pessoa que é constantemente oprimida por impressões, embora não perceba que secretamente está tomando energia psíquica do objeto e passando-a a ele através da sua extroversão inconsciente (von FRANZ, 1995, p.11).

Ainda de acordo com von Franz 1995, existem quatro funções – percepção, pensamento, sentimento e intuição – que podem ser extrovertidas ou introvertidas, produzem oito tipos: pensativo extrovertido, pensativo introvertido, sentimental extrovertido, sentimental introvertido, etc. Esta teoria foi apenas citada, uma vez que este artigo tem a intenção de se debruçar no inconsciente coletivo para compreender as imagens arquetípicas e suas implicações na obra dos artistas.

### **3 I INCONSCIENTE COLETIVO E SEUS ASPECTOS: A CAMADA MAIS PROFUNDA DA PSIQUE**

Na definição de Jung (2000), o inconsciente coletivo se apresenta na camada mais profunda da psique, sendo formado de materiais herdados culturalmente da humanidade. Nessa camada, há os traços funcionais como se representassem as imagens originais, comum a todos os seres humanos e disponíveis para serem vivenciadas através das experiências cotidianas reais. Ainda segundo Jung (2000):

O inconsciente coletivo é uma parte da psique que pode distinguir-se do inconsciente pessoal pelo fato de que não deve sua existência a experiência pessoal, não sendo portanto na aquisição pessoal. Enquanto o inconsciente pessoal é constituído essencialmente de conteúdos que já foram conscientes

e, no entanto, desapareceram da consciência por terem sido esquecidos ou reprimidos, o conteúdo do inconsciente coletivo nunca estiveram na consciência e portanto não foram adquiridos individualmente, mas devem sua existência apenas a hereditariedade. Enquanto o inconsciente pessoal consiste em sua maior parte de complexos, no conteúdo do inconsciente coletivo é constituído essencialmente de arquétipos (JUNG, 2000, p.53).

Assim, na esfera do inconsciente coletivo, somos todos semelhantes. Por serem aptidões aparentes, a existência do inconsciente coletivo independe de experiências individuais, diferente do inconsciente pessoal, no entanto, seu material necessita das experiências reais para expressar-se. Tais traços funcionais do inconsciente coletivo são considerados de arquétipos que, na visão de Jacobi (2016), representam um profundo enigma que supera nossa capacidade de apreensão racional. Ainda nas palavras de Jacobi, para Jung o que um conteúdo arquetípico sempre expressa é, antes de tudo, uma metáfora. Jacobi pondera que o arquétipo:

contém sempre algo que permanece desconhecido e in formulável. Por isso, toda a interpretação, necessariamente, não poderá ir além do “como se...” Não se pode diretamente responder de onde vem o arquétipo se ele foi adquirido ou não (JACOBI, 2016 p.43).

Para expressar com mais clareza a ideia de arquétipo, nos apropriaremos das palavras de Jung, mencionadas por Jacobi (2016):

Os arquétipos são, por definição, fatores e temas que ordenam elementos psíquicos, formando determinadas imagens (a ser designadas como arquetípicas) mas de uma maneira que só podem ser reconhecidos pelos efeitos que produzem. Eles existem pré-consciente e, supostamente, formam os dominantes estruturais da psique em geral [...]. Como condições a priori, os arquétipos representam o caso especial psíquico do “padrão de comportamento” familiar ao biológico e que empresta a todos os seres vivos seu tipo específico. Assim como as manifestações desse plano básico biológico podem se alterar no curso do desenvolvimento, as do arquétipo também o podem. Empiricamente, contudo, o arquétipo nunca surgiu dentro do alcance da vida orgânica. Ele entra em cena com a vida (JACOBI, 2016, p.44).

Nas palavras de Whitmont (1987, p. 46), de acordo com a teoria de Jung, o inconsciente como um todo está longe de ser apenas um remanescente do consciente. Assim, na visão de Jung, o inconsciente é mais amplo, tendo como teoria o inconsciente pessoal e o inconsciente coletivo, abrange todos os conteúdos herdados por meio dos tempos sob o viés da cultura e da religião. Ante ao exposto, Jung (2006) afirma que:

O conceito de arquétipo que constitui um correlato indispensável do inconsciente coletivo, indica a existência de determinadas formas na psique que estão presentes em todo o tempo e em todo lugar. [...] Na psicologia dos primitivos elas correspondem ao conceito de représentations collectives de LEVY-BRÜHL e no campo das religiões comparadas foram definidas

como “categorias da imaginação” por HUBERT e MAUS. ADOLF BASTIAN designou-as bem antes como “pensamentos elementares” ou “primordiais” (JUNG, 2006, p. 53).

Vale elucidar, ainda, que na teoria de Jung:

à diferença da natureza pessoal da psique consciente, existe um segundo sistema psíquico, de caráter coletivo, não-pessoal, ao lado no nosso consciente, que por sua vez é de natureza inteiramente pessoal e que – mesmo quando lhe acrescentamos como apêndice, o inconsciente pessoal – consideramos a única psique passível de experiência. O inconsciente coletivo não se desenvolve individualmente, mas é herdado. Ele consiste de formas preexistentes, arquétipos, que só secundariamente podem tornar-se conscientes, conferindo uma forma definida aos conteúdos da consciência (JUNG, 2006, p. 54).

Em resumo, o inconsciente coletivo, de acordo com a teoria de Jung (2000), é uma parte da psique que pode distinguir-se de um inconsciente pessoal pelo fato de não fazer parte da existência do indivíduo, não sendo portanto uma aquisição pessoal (Jung, 2000, p. 53).

#### **4 | AS ARTES DE PICASSO, JOYCE SOB A ÉGIDE DE CARL GUSTAV JUNG**

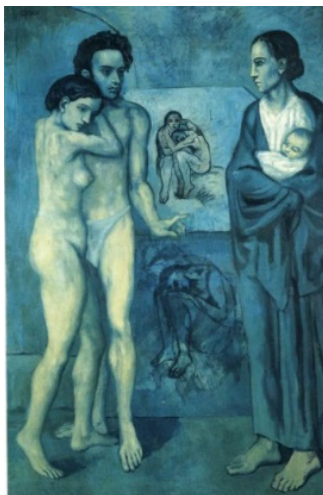
O pintor, escultor e desenhista Pablo Ruiz Picasso (1881-1973) foi um dos principais artistas plásticos do século XX (NICOLA, 2008). Na infância, pintava cenas de touradas. Anos mais tarde, representou sua difícil relação com a mulher pintando “A morte da mulher destacada e fútil”, tela que apresentava simultaneamente vários aspectos que estavam sendo retratados no movimento intitulado cubismo (NICOLA, 2008, p. 215). Porém, sob o prisma de Jung (2017) na obra de Picasso parece não existir correspondência com a experiência externa, devido a sua aparência diferente Jung (2017) apregoa que:

pela ordem cronológica percebe-se em suas obras um crescente afastamento do objeto empírico e um aumento daqueles elementos que não correspondem mais a nenhuma experiência externa, mas surgem de um “íntimo” que se encontra atrás da consciência; em todo caso, atrás daquela consciência que está voltado para o mundo exterior (Jung, 2017, p. 139).

Para Santana (2015), Picasso usava o desenho para exprimir seus sentimentos desde cedo, na história de Picasso, seu envolvimento com as mulheres e sua produção artística estão intrinsecamente ligados, e a cada novo relacionamento ele começa a trilhar uma vereda artística renovada.

Jung (2017) elucidava que os elementos pictóricos não correspondem a nenhum lado externo devem provir do “íntimo”. Santana (2015) concorda com Jung ao afirmar que durante a carreira de Picasso, as obras representam seu estado de alma. Importa salientar que as suas obras são divididas em fase azul (1901 a 1905) e fase rosa (1905 -1906). O azul, uma cor classificada como fria, transmite sensação de frio, distanciamento e impessoalidade

(Freitas, 2007). Nessa fase, Picasso pintou a solidão, a morte e o abandono. Como a melancolia invadiu sua vida devido ao suicídio de seu melhor amigo Casagemas, o artista a representou por meio das telas que predominam tons de azul. A tela “A vida” emana dos símbolos que estão carregados de conteúdos arquetípicos que serão trabalhados sob a ótica do analista Carl Gustav Jung (1875-1961).



A Vida (1903)

Fonte: <https://www.culturagenial.com/>

Jung comenta a fase azul de Pablo Picasso com perplexidade por perceber que em 1932 o azul era predominante em suas telas. Para esse autor:

Picasso começa a pintar os quatro objetivos em azul, o azul da noite, do luar, e da água, o azul - Tuat do mundo inferior do Egito. Ele morre e sua alma cavalga para o além. A vida diurna agarra-se a ele e uma mulher com a criança chega a ele, advertindo-o. Assim como o dia para ele é mulher, assim também é a noite e isto, em linguagem psicológica, significa a alma luminosa e a alma obscura (anima). A alma obscura aguarda-o sentada e o espera no crepúsculo azulado, despertando pressentimentos patológicos. Com a mudança das cores, entramos no mundo inferior. A objetividade é marcada pela morte, expressa na obra prima horripilante das prostitutas adolescentes, sífilíticas e tuberculosas. O motivo das prostitutas começa com a entrada no mundo do além onde “ele”, como alma desencarnada, associa-se a um grande número das mesmas. Quando digo “ele”, refiro-me aquela personalidade em Picasso que compartilha o destino do mundo inferior, aquele homem que impelido pelo destino não se dirige ao mundo da luz, do dia, mas ao mundo da escuridão; aquele que não segue o ideal já reconhecido do belo e do bom, mas a força demoníaca da atração pelo feio e pelo mal (JUNG, 2016, p. 142).

A fase azul de Picasso entra em declínio quando ele se apaixona de Fernande Olivier, os tons de azul são substituídos por rosa. As cores predominantes são rosa e vermelho e suas obras ganham uma conotação lírica, há presença de acrobatas, dançarinos, arlequins, artistas de circo, o mundo do circo.

Quanto a James Augustine Aloysius Joyce, Pinheiro (2010) afirma que o artista nasceu em 2 de fevereiro de 1882 na cidade de Dublin, Irlanda. Devido à educação jesuíta, a infância e a juventude foram modestas. Mudou-se para Paris aos 20 anos de idade e exerceu a profissão de professor e jornalista. Conhecido como romancista, contista e poeta da Irlanda, por ter escrito obras literárias como *Dublinenses (1914)*, *Um Retrato do Artista Quando Jovem (1916)*, e, ainda, *Ulisses (1922)* e *Finnegans Wake (1939)*. Em 1902, Joyce forma-se em um curso de licenciatura elementar em letras (Bachelor of Arts in Modern Languages) e resolve matricular-se em medicina. Sua linguagem de acordo com Pinheiro (2010), a tradutora da obra *Ulisses*:

possui inovações estilísticas, que incluem o uso extenso do monólogo interior, do fluxo de consciência e de uma complexa rede de referências simbólicas emprestadas à mitologia, à história e à literatura, além de um vocabulário peculiar feito de palavras inventadas, trocadilhos e alusões (JOYCE, 2010, p.6).

Com esta característica vocabular, Joyce parece ter a intenção de escrever não somente o seu mundo particular, mas algo que seja comum a todos. Para Stafuzza (2009):

É visível, portanto, a preocupação de Joyce em falar sobre si, mas falar fora de si, na condição do outro. Por certo, podemos pensar em uma estratégia autobiográfica em que o autor não assume na própria literatura ser o objeto de narração; Joyce parte, portanto, de questões pessoais pretendendo chegar a temas universais (STAFUZZA, 2009, p.123).

O romance *Ulisses (1922)*, sobre a ótica de Jung, remete à teoria do inconsciente pessoal no primeiro momento e o inconsciente coletivo quando se refere aos temas universais. Dessa maneira o arquétipo se apresenta no quesito universal. De acordo com Barone (2014, p. 11), para Jung as imagens arquetípicas associam-se ao impulso criativo do inconsciente que combina com algo já existente, traduzindo essas imagens para a linguagem atual.

## **5 | OS ARTISTAS E SUAS CRIATIVIDADES A SERVIÇO DOS ARQUÉTIPOS: SANIDADE OU LOUCURA?**

As perspectivas analíticas da criatividade remetem a uma singularidade referente ao comportamento dos artistas de forma geral, que são debatidas entre outros analistas junguianos que se debruçaram diante da temática para compreender melhor este legado da arte e a expressão desta no viés artístico. O próprio Jung mostrou interesse por este

assunto que é abordado no livro *O espírito na arte e na ciência*, também Lachman (2012) em um capítulo de seu livro menciona o interesse de Jung em compreender a nova cultura (a arte moderna) que estava se inscrevendo nas primeiras décadas do século XX na Europa. Ademais, Dunne (2012) relata as expedições de Jung a territórios em que a língua europeia não era falada com a intenção de ver a cultura europeia de fora de seu território.

Dessa forma, é visível na trajetória de Jung seu interesse pela arte para verificar as imagens simbólicas que manifestam por meio dos arquétipos que estão no inconsciente coletivo. Assim de acordo com Dunne (2012, p.89), para Jung “Os arquétipos [...] não são inventados intelectualmente. Eles estão sempre lá e geram certos processos no inconsciente [...]” Fazendo uma analogia entre o padrão arquetípico e o padrão biológico, o arquétipo é para o inconsciente exatamente o que os processos biológicos são para o corpo. Juntos os arquétipos constituem a estrutura do inconsciente coletivo (DUNNE, 2012, p. 91).

Quanto à arte, Jung destacou interesse pela psicologia da arte de Pablo Picasso e não pela sua estética, assim se restringe a psicologia que serve de base para esse tipo de criatividade artística (JUNG, 2017). O analista se preocupou por décadas em observar a psicologia da representação pictórica de processos mentais e a obra de Picasso tem um aspecto diferenciado. Segundo Jung (2017, p. 139) o objeto de Picasso, no entanto, tem aparência diferente da que corresponde à expectativa geral, aliás, tão diferente, que já nem tem objetos da experiência externa.

Correa menciona em seu artigo *A produção criativa na arte e na doença*, publicado na revista *Symbolon*, existem dois tipos de arte: uma que está a serviço do inconsciente pessoal e outra que está a serviço do inconsciente coletivo. Enquanto primeira tem a função de exercer um tratamento para as neuroses do artista e com o tempo acaba caindo no esquecimento; a segunda pertence ao inconsciente coletivo, possuindo uma carga energética que transpõe o próprio artista e manifestando uma criatividade que perpetua através das imagens simbólicas expostas. Ainda de acordo com essa autora, para Jung “a neurose não cria arte. Ela é não criativa e inimiga da vida. Ela é o fracasso e a não realização” (JUNG 2001, p. 331).

Ao escrever a respeito da arte, Jung percebeu que poderia aproximá-la da terapia analítica, respeitando sua incomensurabilidade, uma vez que a arte está além do artista podendo ser, somente, apreciada. Assim, cabe ao analista dialogar com a psicologia da arte e não com sua expressão genuína. Jung afirma que:

Apenas aquele aspecto da arte que existe no processo de criação artística pode ser objeto da psicologia, não aquele que constitui o próprio ser da arte. Nessa segunda parte, ou seja, a pergunta sobre o que é a arte em si, não pode ser objeto de considerações psicológicas, mas apenas estético-artísticas (JUNG, 2017, p. 65).

O interesse de Jung estava voltado com mais afinco para a arte com símbolos universais cujo conteúdo provém do inconsciente coletivo (JUNG, 2017). Como os



conteúdos que dão origem a essa arte não passou pela consciência, tais imagens são arquetípicas, por serem consideradas comuns a todos e, portanto, o artista está a serviço da humanidade. Quando a arte está ligada ao inconsciente pessoal, se torna frágil e vulnerável não deixando marcas a posteriori. Assim, a obra artística moderna lembra uma insanidade/esquizofrenia, no entanto, não cabe ao analista fazer juízo de valores a respeito da pessoa do artista e sim de suas representações arquetípicas, Jung (2017) elucida que a arte moderna não é uma doença por mais que possa remeter a este pensamento.

## 6 | CONSIDERAIS FINAIS

Das várias temáticas fomentadas neste estudo apoiadas na psicologia analítica, é possível elucidar que a arte sob o viés do analista Carl Gustav Jung versa sobre o inconsciente pessoal e coletivo, o que a diferencia de outras teorias. Jung afirmou que os traços funcionais do inconsciente coletivo são considerados conteúdos arquetípos que sempre se expressam por meio da arte. Assim, a visão dos artistas sobre o mundo é singular e, por meio de suas obras, eles expõem seus sentimentos e aflições que estão no inconsciente pessoal e que fazem parte do inconsciente coletivo.

Para haver criação, é necessário que o homem esteja sob a constelação da Anima (imagem da alma feminina no homem). Quando está possuído pelo arquétipo da Anima negativa, ele adentra em caminhos que o levam para a mais profunda escuridão e este comportamento reflete em sua obra artística, a fase azul de Picasso exemplifica esta possessão. No entanto, se o arquétipo da Anima está sob o polo positivo, o artista consegue atingir o ápice da sua criatividade na luz, e suas produções possuem expressões como a fase rosa de Picasso.

Na obra *Ulisses* de James Joyce há um monólogo interior que apresenta questões ligadas ao inconsciente pessoal e coletivo, desta forma o autor sofre a influência da sua Anima pela criatividade que se expressa em seus personagens em polos opostos, ou seja, ora positivo, ora negativo. Escrevendo não somente o particular, mas também o universal.

Ante ao exposto, pode-se ressaltar que como a Anima está presente na psique masculina sendo sua parceira invisível costura a alma do homem aos seus desejos mais íntimos ora se expressando na forma negativa, ora na forma positiva sendo impossível livrar-se dela. A leitura analítica da obra de arte não pode ser estigmatizada sob o viés da loucura, uma vez que foi possível perceber que a criatividade, a arte, a loucura e a sanidade se expressam no arquétipo da Anima. Assim, o analista não tem o direito de fazer juízo de valores a respeito da pessoa do artista e sim de suas representações arquetípicas. Percebendo que, por mais espelhada que possa parecer a arte e as patologias, ambas ocupam lugares íntimos e misteriosos na psique humana.

## REFERÊNCIAS

**ABAURRE, Maria Luiza. Português: língua e literatura. Volume único. 2ª ed. Moderna, São Paulo, 2003.**

ANDRADE, Liomar Quinto de. **Terapias Expressivas**. São Paulo: Vetor, 2000.

BAIR, Deirdre. **Jung uma biografia**, volume I; Tradução, Helena Londres. Editora Globo. São Paulo, 2006.

BARCELLOS, Gustavo. **Jung, junguianos e arte: uma breve apreciação**. Pro-Posições. v. 15, n. 1 (43) - jan./abr. 2004

**BRITO, Carla. Lesdemoiselles d'Avignon, de Pablo Picasso. Disponível em:** <<http://estoriasdahistoria12.blogspot.com/2013/10/les-demoiselles-davignon-de-pablo.html>>

CAMPBELL, J. (1990). **O Poder do mito**. São Paulo: Palas Atena.

CAMPBELL, J. (1992). **As Máscaras de Deus: mitologia primitiva**. São Paulo: Palas Athena.

CEREJA, Willian Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: linguagens**. São Paulo, SP: Atual, 2003.

CHEVALIER, J., & Gheerbrant, A. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

CORDEIRO, Everton Fernandes. **O inconsciente em Sigmund Freud. Portal dos psicólogos**. Unileste. Minas Gerais. p.1-9, 2010.

D'ALESSANDRO, Eliana Angélica Péres. **Visualidade e história em Guernica**. Dissertação apresentada à Pós Graduação Stricto Sensu da Universidade Estadual Paulista, Área de Concentração: Artes. 131 páginas, São Paulo, 2006.

DE NICOLA, José. **Português: ensino médio**, volume 3, Scipione, São Paulo, 2005.

DUNNE, Claire. **Carl Jung: curador ferido de almas**. Alaúde Editorial. 1ª ed. São Paulo, 2012.

DURAND, G. (1998). **A Imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix e EDUSP.

ELIADE, M. (1977). **Tratado da história das religiões**. Lisboa: Ed. Cosmos.

ELIADE, M. (1991). **Mito e Realidade**. São Paulo: Perspectiva.

FRANCISCHELLI, Leonardo A. Cem anos de resistência. Revista Brasileira de Psicanálise Rev. bras. psicanál vol.44 no.1 São Paulo 2010.

FREITAS, Ana Karina Miranda de. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. Revista NUCOM, ano 4, nº 12, páginas 1-18 Limeira/São Paulo, 2007.

HILLMAN, J. (1981). **Estudos de psicologia arquetípica**. Rio de Janeiro: Achiamé .

HILLMAN, J. (1992). **Psicologia arquetípica**. São Paulo: Cultrix.

JUNG, C. G. (1985a). **A Energia psíquica**. Petrópolis: Vozes. (Originalmente publicado em 1927).

JUNG, C. G. (1985b). **Mysterium coniunctionis**. Petrópolis: Vozes. (Originalmente publicado em 1954).

JUNG, C. G. (1986). **Símbolos da transformação**. Petrópolis: Vozes. (Originalmente publicado em 1924).

JUNG, C. G. (1991). **Tipos Psicológicos**. Petrópolis: Vozes. (Originalmente publicado em 1949).

JUNG, C. G. (2000). **Arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: Vozes. (Originalmente publicado em 1951).

JUNG, Carl Gustav. **O livro vermelho: LiberNovus**. Editado por SonuShamdasani. Ia reimpressão; Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Os objetivos da psicoterapia**. In: A prática da psicoterapia. 10. ed.; Rio de Janeiro: Vozes, 2007 (vol. 16/1).

\_\_\_\_\_. **Relação da psicologia analítica com a obra de arte poética**. In: O espírito na arte e na ciência. 7. Ed.; Petrópolis, Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. O espírito na arte e na ciência. 8ª ed. Petropolis, Vozes, 2013.

LEME, Odilon Soares. **Linguagem Literatura Redação**. São Paulo, SP: Ática, 2004.

**MAIA, Denise Maia. Perspectivas psicológicas de Jung sobre as ciências e a arte. Self Revista do Instituto Junguiano de São Paulo, 2014.**

*MOURA, Gabriela Costa Moura; FIGUEIREDO, Marianna Lima de Rolemborg*. Do conceito à prática: a associação livre como regra fundamental da clínica de referencial psicanalítico. Grupo Tiradentes. Portal de Periódicos. volume. 2, número. 3, p. 157 -172 maio 2015

**Pedacin de kada. Disponível em:** <<http://pedacindekada.blogspot.com/2013/04/pablo-picasso-e-obras.html>>

RAFFAELLI, Rafael. **Imagem e self em Plotino e Jung: confluências**. Estudos de Psicologia. Campinas, volume19, número 1, p. 23-36, 2002.

SILVA, André Luiz Picoli. **Eros, arte e desejo: compreensões sobre a obra de Pablo Picasso**. Junho 2017, 214 páginas, tese de doutorado, Departamento de Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

**SANTANA, Ana Lucia. Pablo Picasso. Disponível em:** <<https://biloka.wordpress.com/2015/05/04/pablo-picasso/>> acesso em 07/07/2018.

SARMENTO, Leila Lauar; TUFANO, Douglas. **Português: literatura, gramática, produção de texto**. 1ª ed. Moderna, São Pulo, 2000.

SIQUEIRA, Sabrina Pereira. **Identidades fragmentadas: representações de violência e desejo em Dublinenses**. 91 páginas. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes e Letras Programa de Pós graduação em Letras , RS, 2015.

STAFUZZA, Grenissa Bonvino. **O discurso da crítica literária universitária: sobre James Joyce e Ulysses**. 2009, 274 páginas. Tese de Doutorado. Área de Concentração Linguística e Língua Portuguesa. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 2009.

STEIN, Murray. **Jung: o mapa da alma uma introdução**. 5ª ed. Cultrix, São Paulo, 2006

SOUZA, Victor Augusto de. Ulysses: os 90 anos de um clássico moderno. *Jornal do Campus*. Em 19 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2012/09/ulysses-os-90-anos-de-um-classico-moderno/>

TERRA, Ernani; NICOLA, José de. **Gramática e Literatura**. Scipione, São Paulo, 2000. CDD-469.07

# CAPÍTULO 11

## QUESTÕES DE (DES)GOSTO: NOTAS REFLEXIVAS SOBRE MASCULINIDADE, NEGRITUDE, HOMOSSEXUALIDADE E AFETO

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 07/07/2020

**Vinicius Luis Pires Queiroz**

UNESP- Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC).  
Marília- São Paulo.  
<http://lattes.cnpq.br/0173403026835208>

**RESUMO:** O presente artigo, fruto de um projeto de iniciação científica apresentado no XXXI Congresso de Iniciação Científica, busca trazer reflexões iniciais de caráter antropológico acerca das possibilidades explicativas para a trajetória afetiva-sexual que homens gays negros possuem, para descrever e/ou interpretar em quais contextos sociais são construídas suas percepções enquanto “sujeitos”. Suas formas de sentir, ser e estar na sociedade, são demonstradas a partir de seus (des)caminhos no que diz respeito à constituição de parcerias afetivas-sexuais. O intuito deste artigo é trazer notas sobre uma reflexão inicial baseada na Antropologia das Emoções, de como indivíduos que tem seus corpos racializados enquanto seres sociais, além de não pertencentes aos valores tidos como “legítimos” na sociedade contemporânea, vivenciam as contradições e conflitos da realidade social.

**PALAVRAS - CHAVE:** Antropologia; Afeto; Masculinidade; Negritude; Homossexualidade.

**DISGUST MATTERS: REFLEXIVE NOTES REGARDING MASCULINITY, HOMOSEXUALITY, NEGRITUDE AND AFFECTION.**

**ABSTRACT:** The present article is the outcome of a scientific initiation project, presented at the XXXI Scientific Initiation Congress, and intends to bring out initial reflections from anthropological nature concerning the explanatory possibilities that the affective-sexual trajectory of black gay men have, to describe or comprehend in which social contexts are built their own perceptions as “individuals”. Their ways of feeling, being and participating in society are manifested from their deep disappointment regarding the constitution of affective-sexual relationships. The main intention of this project is to bring some light upon an initial reflection based on the “Anthropology of Emotions” of how individuals that have their bodies “racialized” as social beings, in addition to not belonging to the “legitimate values” considered by the contemporary society, experience and deal with the contradictions and conflicts of social reality.

**KEYWORDS:** Anthropology; Affection; Masculinities; Blackness; Homosexuality.

### INTRODUÇÃO

A sexualidade humana, assim como a identidade étnico racial e as problemáticas provenientes de seus conflitos, não são de maneira alguma universo inexplorado pelas ciências sociais em especial pela antropologia. Já existe uma série de debates teóricos que

resultou em consideráveis conceitos que nos apontam argumentos intelectualmente promissores sobre a categoria sexualidade, tanto sobre a categoria étnico racial como chaves de compreensão acerca da realidade social. Além de possibilidades de como empregar interpretações, partindo ou incorporando estas categorias.

Sobre a categoria da sexualidade e sua importância para as Ciências Sociais, a antropóloga Verena Stolckes (1991), apesar de colocar ênfase no conceito analítico de gênero e seus pontos de contato e divergências com o sexo (no sentido biológico que define a diferença entre macho e fêmea) em sua análise, nos traz uma descrição que substancia a categoria sexualidade, além de distinguir outras categorias que coabitam esse universo temático:

O conceito analítico de "gênero" se destina a desafiar a máxima essencialista e universalista de que a "biologia é o destino". Ele transcende o reducionismo biológico, interpretando as relações entre homens e mulheres como formulações culturais resultantes da imposição de significados sociais, culturais e psicológicos sobre as identidades sexuais. Em consequência, tornou-se necessário distinguir "gênero" como criação simbólica, "sexo", que se refere ao fato biológico da pessoa ser fêmea ou macho, e "sexualidade", que tem a ver com preferências e comportamentos sexuais [...]. Para explicar essas variações transculturais nas relações entre mulheres e homens, era preciso buscar as raízes históricas e sociais dessas variações. (STOLCKES, 1991, p. 103)

Lançar um olhar sociológico (BOZON, 2004, p.13) possibilita caminhos para que desnaturalizemos processos pré-concebidos como naturais e normativos, para assim extrair de um aspecto particular da vida social reflexões acerca da estrutura, processos ou signos sociais aos quais essa mesma sociedade está circunscrita. Nas palavras do autor, esse olhar sociológico:

[...] mostra que a construção social tem um papel central na elaboração da sexualidade humana. Enquanto a programação biológica continua sendo predominante na sexualidade animal, os homens, como "animais desnaturados" que se tornaram, já não sabem mais se comportar sexualmente por instinto. Eles não só necessitam de um aprendizado social para saber de que maneira, quando e com quem agir sexualmente, como não conseguem agir sem dar um sentido aos seus atos. E, como construção social, a sexualidade humana implica, de maneira inevitável, a coordenação de uma atividade mental como uma atividade corporal, aprendidas ambas através da cultura. A sexualidade humana não é um dado da natureza, Construída socialmente pelo contexto cultural em que está inscrita, essa sexualidade extrai sua importância política daquilo que contribui, em retorno, para estruturar as relações culturais da qual depende, na medida em que as "incorpora" e representa. Assim, na maioria das sociedades a sexualidade tem um papel importante não apenas na legitimação da ordem estabelecida entre os sexos, como também na representação da ordem das gerações (BOZON, 2004, p.13,14).

Sobre os conceitos pertencentes à categoria analítica étnico racial, Stolckes (1991) traz considerações pertinentes para uma melhor compreensão, a primeira delas é a

diferente definição de etnicidade e raça:

A mudança do uso de “raça” para “eticidade” teve pelo menos duas consequenciais. De um lado, tendia a minimizar ou evitar o racismo prevalecente, ou seja, discriminações e exclusões ideologicamente justificadas, como resultados de supostas deficiências morais ou intelectuais realmente existentes e, portanto hereditárias. Por outro lado, a “raça”, sendo relegada a natureza, e contraste com a “eticidade”, compreendida como identidade cultural, era paradoxalmente reificada como fenômeno distinto [...]. A disputa quanto a se “eticidade” e “raça” são fenômenos interligados ou se referem a sistemas distintos de classificação social parece análoga aos enigmas sobre se as diferenças de sexo constituem a base natural a partir da qual se constroem as relações de gênero. (STOLCKES, 1991, p.107)

Realmente, é inegável que o processo de construção do “Eu” e do “Outro” a partir da ótica do colonizado tenciona os hiatos entre a realidade social, representação psicológica e uma suposta universalidade da consciência nos moldes Iluministas (FANON, 2008). Esse movimento de esmiuçar de forma crítica conceitos postulados nos paradigmas clássicos abriu margem para o questionamento de uma espécie de autoridade etnográfica como conhecimento neutro e sem intencionalidade (CLIFFORD,1998). Sobre o impacto epistêmico que os estudos coloniais e neocoloniais trouxeram para as Ciências Sociais, James Clifford (1998) sintetiza de forma precisa que:

O dilema atual está associado à desintegração e à redistribuição do poder colonial nas décadas posteriores a 1950, e as repercussões das teorias culturais radicais dos anos 60 e 70. Após a reversão do olhar europeu em decorrência do movimento da “negritude”, após a crise de consciência da antropologia em relação a seu status liberal no contexto da ordem imperialista, e agora que o Ocidente não pode mais se apresentar como único provedor de conhecimento antropológico sobre o outro, tornou-se necessário imaginar um mundo de etnografia generalizada [...] Este mundo ambíguo, multivocal, torna cada vez mais difícil conceber a diversidade humana como culturas independentes, delimitadas e inscritas. (CLIFFORD, 1998, p. 18-19)

Um ponto importante a se destacar, é que os conceitos de etnia e racialidade são idiossincráticos. Para poder instrumentalizar os conceitos de raça e etnia e, afim de evitar algumas confusões sobre ambos, Stolckes (1991) argumenta que:

[...] “raça” como categoria biológica de diferença social sistemática não existe. De maneira inversa, nem sempre eticidade é necessariamente concebida como atributo de grupo puramente cultural, não naturalizado. Entretanto, as categorias classificatórias não são um fenômeno independente. Para serem entendidas adequadamente, não é possível divorciá-las do contexto sócio-político mais amplo, em que são usadas, pois é este que lhes dá seu significado. (STOLCKES, 1991, p 110)

Dimensionar essas questões é de fundamental importância para que se possa instrumentalizar a categoria étnico racial e interpretar a realidade social brasileira, tendo em vista que os conflitos étnicos raciais se desdobraram em uma expressão peculiar de

racismo no contexto brasileiro, onde a aparência (fenótipos) marca o sujeito com estigmas na medida em que se aproxima de fenótipos tidos como “negros” (OLIVEIRA, 2000).

Descritas esses conceitos em linhas gerais, partimos então para a análise da sexualidade e da identidade étnico racial. Entendo que, por serem categorias de análises sociais, podemos articular essas categorias a processos, ou fenômenos sociais das mais diversas naturezas. Podemos fazer (como muitos estudos fizeram), uma análise que parta do fenômeno econômico, que é as disparidades étnico raciais e de gênero quando se diz respeito à renda econômica desses sujeitos, ou quais são os postos de trabalho comumente assumidos por pessoas não heterossexuais, e por consequência delinear um perfil do/a trabalhador/a não heterossexual. Ou ainda, dando um recorte histórico hipotético, poderíamos analisar o surgimento de espaços de entretenimento voltados para gays, lésbicas, bissexuais pessoas trans e travestis, entre outros sujeitos que não se enquadram na heterossexualidade e ou na cisgenericidade (LGBT's) surgiram em um local do Brasil também hipotético.

Desenvolvendo uma pesquisa que parte dos fenômenos “tempo” e “espaço”, as possibilidades são inumeráveis. Dito isso, evidencio que o fenômeno pelo qual pretendo refletir sobre as categorias da sexualidade e da identidade étnico racial, são as emoções como produto das relações sociais. Mas afinal de contas, o que seriam as emoções para as Ciências Sociais? E teriam as emoções uma validade científica?

Como nos aponta Lindner:

Emoções e conflitos se encontram profundamente inscritos na mesma transição histórica. [...] As emoções foram usadas como ferramentas secreta na dinâmica de poder do passado. Quem está no poder manipula as emoções para vencer conflitos preventivamente, antes que eles possam entrar abertamente em erupção. O poderoso, assim como os “sucessivamente enganados”, sem poder, tem grandes dificuldades de compreender essa manipulação, principalmente porque, como mencionado anteriormente, ela é secreta e se é normalmente cego para esse tipo de manipulação. Todo mundo é, até certo ponto, vítima, os sem poder tanto quanto os poderosos nasceram em contextos culturais e sociais preexistentes deles. (LINDNER, 2013, p. 856)

Exposto isso, partimos então para os “porquês” de se eleger homens gays negros como sujeitos interlocutores na interpretação sobre esse processo que articula poder e representação social a partir do prisma das emoções, buscamos compreender os arranjos que socializam a subjetividade e constroem a percepção desse indivíduo duplamente marginalizado, além de compreender onde os efeitos dessa marginalização afetam a subjetividade desses sujeitos de forma nociva ou negativa (VEIGA, 2018).

## **DESENVOLVIMENTO**

Para entender os efeitos do racismo e da homofobia na subjetividade de homens gays negros, temos antes que entender como homossexualidade e negritude foram



construídas como “qualidades negativas” em nossa sociedade. De acordo com Goffman (2008), a construção do conceito de estigma tem origem grega e refere-se: “[...] a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa extraordinária ou mau sobre o status moral de quem os apresenta” (p. 11).

O autor segue argumentando que no estigma:

[...], encontram-se as mesmas características sociológica: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto. (GOFFMAN, 2008, p. 14)

Goffman também descreve que o(s) estigma(s) tem genealogias distintas, manifestando-se de formas diferentes. O autor ainda caracteriza três tipos de estigma, sendo eles o estigma de “abominações do corpo”, “culpas de caráter” e o estigma “tribal de raça” (2008, p. 14).

Dito isso, podemos supor que homens gays negros se encontram numa dupla estigmatização, já que a homossexualidade é apontada por Goffman como um estigma de “culpa de caráter” (2008, p. 14) e o racismo como resultado do estigma “tribal de raça” (2008, p. 14).

Mas cada uma dessas categorias sociais de percepção da diferença carregam consigo especificidades históricas singulares ao seu processo, que as fazem ser estigma independentes e por si só problemáticas sociológicas diferenciadas. Então como explicar suas origens, e principalmente, seus pontos de convergência em termos de opressão além da sua materialização no cotidiano prático dos sujeitos observados?

De acordo com Ferreira e Caminha, ao refletirem acerca dos discursos midiáticos e seus impactos, os autores concluem que:

A grande mídia é eficiente em categorizar os sujeitos e estigmatizar aqueles que são excêntricos as suas imposições de normalidade. No caso do negro, a falta de representatividade causa a impressão de que ‘ele nunca saiu da senzala’, e a repetição dos paradigmas eurocêntricos dá mais força ao sentimento de inferioridade, naturalizando a baixa estima em toda a raça. Mas, e quando racismo se entrelaça com homofobia? Se a ‘sexualidade exemplar’ é a do homem branco – a heterossexualidade -, ser negro e homossexual é estar no fogo cruzado dos dois lados de não pertencimento. (20017, p. 164)

Os autores ainda seguem descrevendo que:

Ser gay e negro é ser preterido em favor do branco, pela cor de sua pele, e ser tido como traidor da masculinidade, pelo seu grupo étnico. Afinal, no Brasil, enquanto o mestiço é exótico e erótico, o corpo do homem negro é hipersexualizado e razão de seus traços particulares, Logo as representações midiáticas tendem a reforçar o estereótipo do ‘ganhão’ negro libidinoso. (FERREIRA;CAMINHA, 2017, p.164-165)

Dando continuidade ao argumento da citação acima:

No momento em que raça vai de encontro com à homossexualidade, o produto resultante é depreciado pelos mass media como sendo uma imitação cômica da imperfeição (ser negro) e da perversão (ser gay). Alguns personagens da ficção são interpretados de modo exagerado e agressivo, como criaturas patéticas, inúteis e afetadas à beira da incivilidade. Mas, ao contrário do racismo, o alvo preferência de um discurso homofóbico não é um grupo étnico, mas o indivíduo isolado [...]. Em outras palavras, o ataque ao negro homossexual, transformando-o em vítima da intolerância da sociedade e de sua raça. (FERREIRA;CAMINHA, 2017, p.165)

A materialização desses discursos midiáticos causam grandes impactos na percepção de indivíduo dos homens gays negros, limitando sua atuação enquanto sujeito social, visto que o mesmo está preso a estereótipos acerca da sua performance de gênero, simbioticamente relacionados à sua identidade étnico racial. A hipersexualização do corpo negro e a animalização de sua sexualidade resultou numa concepção generalizada de que um corpo negro masculino necessariamente deve exercer uma hipermasculinidade, marcada pela exacerbada virilidade além de uma constante necessidade sexual. Logo, qualquer outra expressão ou performance de masculinidade que não corresponda à noção generalizada, frequentemente causa a homens gays negros, em diferentes graus, um sentimento de rejeição vindo de seu(s) grupo(s) de sociabilidade. Sobre essa questão, a pesquisa sobre o aplicativo Grindr<sup>1</sup> feita por Vinicius de Paiva Costa e João Lucio Mariano (2018), apontam importantes considerações. Os autores extraem de seu “campo” as seguintes questões:

Nesse sentido, a partir dos hábitos do aplicativo, pode-se verificar o reforço da construção de uma sociedade machista, patriarcal, racista e eurocêntrica, na qual o padrão de beleza se resume a um homem masculinizado, que tenha pele branca, e de preferência, não seja de classe social baixa. No mesmo pacote, na outra ponta, sendo vítimas do fetichismo, tem-se os homens negros, que são procurados, na maioria dos casos, com a expectativa de que sejam fortes, viris ou que tenham um pênis grande e que sejam capazes de satisfazer todos os desejos do companheiro. (DE PAIVA COSTA; CRUZ, 2018, p. 11)

Os autores chegam a conclusão que:

Além do racismo observado nesta análise inicial, justificada por falas como “procuro caras brancos” e “negros não me atraem” que podem ser encontradas nas bios do aplicativo, homens gays que também não seguem a lógica binária do comportamento normativo- na qual homens precisam ser masculinos e mulheres feminilizadas – também sofrem exclusão dentro do aplicativo, o corriqueiro “não sou e não curto afeminados”. (DE PAIVA COSTA; CRUZ, 2018, p 13)

---

<sup>1</sup> Grindr é um aplicativo para smartphone de relacionamentos e interação, voltado especialmente para homens homoafetivos, onde, por meio de um dispositivo de geolocalização os usuários conseguem interagir entre si através de mensagens e troca de mídias (fotos, áudios, vídeos, etc.), além de ver sua distância geográfica entre outros usuários.

Outro sentimento que aparentemente se mostra recorrente na trajetória afetiva de homens gays negros é o sentimento de não pertencimento, que consiste basicamente numa mescla da sensação de preterimento, nas mais variadas situações sociais, somada à sensação de uma impossibilidade de integração plena nos espaços de sociabilidade em que se habita. Um conceito que exprime essa ideia emoção, é o conceito de “afeto diáspora” (VEIGA, 2018, p. 80). Tal conceito é definido pelo autor da seguinte maneira:

É próprio da negritude, com todas as intersecções que a ela podemos relacionar, o “afeto diáspora” como sendo a sensação permanente de estar fora de casa, fora da possibilidade de ser integrado e genuinamente acolhido onde se vive. A subjetividade negra é diaspórica, por trazer em sua memória corporal e genealógica a saída de seu lar, de seu espaço de segurança e de afirmação de si e da cosmologia de seu povo (VEIGA, 2018, p. 80)

Ainda sobre a sensação do preterimento, como dito antes, ele se manifesta nas mais variadas relações sociais, sendo que, entretanto, é na trajetória afetiva desses sujeitos que ele se torna mais intermitente na medida em que os homens gays negros são enquadrados e limitados por arquétipos (ou estereótipos) culturais resultantes das estruturas e processos sociais. Sobre isso, Veiga (2018) descreve como esses arquétipos (ou estereótipos) internalizam violências de ordem simbólica na psique de homens gays negros. Chamados aqui pelo autor como bixas pretas, mas não no sentido pejorativo, como insulto vulgar frequente no cotidiano de homens gays negros, mas sim como ressignificação de uma identidade, a partir de uma espécie de sarcasmo político que nega a percepção senso comum da homossexualidade e da negritude como estigma e reafirma uma positividade nesses marcadores da diferença na constituição da identidade (PRECIADO, 2014). Feita essa ressalva, seguimos com a referida citação:

Com a autoestima enfraquecida, a bixa preta tende a lidar com a solidão e com o desejo de ser amada, ainda que por vezes creia, inconscientemente, que não mereça receber amor [...] Sua imagem não é representada, seu corpo quando aparece é, quase sempre, em posição de subalterna ou de modo pejorativo. Sendo os diversos dispositivos midiáticos um dos principais vetores de produção do desejo e estando a bixa preta numa condição de rejeição dentro desses dispositivos, o lugar que lhe é relegado na economia é um não-lugar. Ser vista como exótica e ser constantemente fetichizada pelas bixas brancas são marcações desse não lugar. Há uma redução de sua humanidade, da sua integridade como pessoa, que inclui sua personalidade, sua história, seus desejos, seu modo de ver e de estar no mundo a uma dimensão corporal. O não-lugar da bixa preta na economia do desejo é o lugar de um corpo, por vezes animalizado, em que a fantasia em torno do tamanho do pênis e de sua performance sexual preenche o imaginário da bixa branca, deixando pouco espaço para que a bixa preta possa entrar na economia do desejo como sujeito que tem um corpo e não apenas um corpo. (VEIGA, 2018, p. 84-85)

Tendo em vista o que foi explanado de maneira geral, a partir do que os autores até agora aqui trabalhados discorrem, podemos perceber que a estigmatização da identidade (homo)sexual e étnico racial de homens gays negros decorrem em conflitos que em

diferentes graus estruturam suas experiências emocionais e, de maneira geral, sugere que alguns sentimentos são mais intermitentes (CASTRO, 1993) nas suas trajetórias que outros, e em comparação a outros grupos sociais. Entretanto, por se tratar de sujeitos que não estão “engessados” nas estruturas sociais e culturais, os mesmos procuram explorar as possibilidades de tais estruturas, inclusive seus pontos de fragilidade, contradição e rupturas.

Um olhar somente pelas aparências talvez nos faça recair a uma noção generalizada e pulverizada acerca das trajetórias afetivas desses sujeitos, tidos aqui como uma identidade social, ou seja, constituída por mais de um indivíduo. Descrever trajetórias afetivas individuais de sujeitos que compartilham dos mesmos estigmas não garante que será possível refletir sobre aspectos gerais sobre essa identidade, pois esses sujeitos, mesmo compartilhando dessas condições que o estigmatizam, não vivem o estigma de maneiras iguais. Outros fatores ou variáveis influenciam esse processo, e apesar da aparência na superfície das narrativas que irão surgir, os pontos de convergência não estão somente aí. Essa descrição, além de contar com a experiência de mais de um sujeito, deve ser submetida a uma série de questionamentos, comparações, análises e interpretações profundas sobre seu significado mais particular (individual) ao mais amplo (coletiva), o que Geertz (2008) nos aponta como um fazer etnográfico que se proponha a uma “*descrição densa*” (p.4). Ainda, sobre essa articulação das emoções como objeto antropológico, Ana Lemos Pacheco (2013) pontua que, a escolha de falar de emoções num sentido antropológico deve explicitar as preferências pré-concebidas presentes no imaginário social e cultural de nossa sociedade (PACHECO, 2013), na premissa construída pela autora: “*a experiência emocional informaria sobre a estrutura social, relações de poder, as noções de corpo e outras formas culturais*” (2013, p. 44).

Afim de compreender a importância da etnografia como uma técnica de pesquisa, a definição de Clifford a expressa de forma coesa o ponto de vista adotado aqui:

Podemos contribuir para uma reflexão prática sobre a representação intercultural fazendo um inventário das melhores, ainda que imperfeitas, abordagens disponíveis. Destas, o trabalho de campo etnográfico permanece como um método notavelmente sensível. A observação participante obriga seus praticantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais, as vicissitudes da tradução. Ela requer um árduo aprendizado linguístico, algum grau de envolvimento e conversação, e frequentemente, um “desarranjo” das expectativas pessoais e culturais. É claro que há um mito do trabalho de campo. A experiência real, cercada como é pelas contingências, raramente sobrevive a esse ideal; mas como meio de produzir conhecimento a partir de um intenso envolvimento intersubjetivo, a prática da etnografia mantém um certo status exemplar. Além disso, se o trabalho de campo foi durante algum tempo identificado com uma disciplina singularmente ocidental e uma ciência totalizante, a “Antropologia”, tais associações não são necessariamente permanentes. Os atuais estilos de descrição cultural são historicamente limitados e estão vivendo importantes metamorfoses. (CLIFFORD, 1998, p.20)

Outra técnica que se deriva da etnografia, muito como o outro lado da moeda dessa técnica, é a Auto Etnografia. Em linhas gerais, esse método consiste em manter a etnografia como “orientação metodológica”, porém atrelando a autobiografia como “orientação de conteúdo” num movimento comparativo entre as experiências do/a autor/a com as experiências coletadas em campo, para assim construir uma “orientação cultural” baseada na interpretação (SANTOS, 2017, pg. 218). De forma mais detalhada o autor define que:

Assim posto, o que caracteriza a especificidade do método autoetnográfico é o reconhecimento e a inclusão da experiência do sujeito pesquisador tanto na definição do que será pesquisado quanto no desenvolvimento da pesquisa (recursos como memória, autobiografia e histórias de vida, por exemplo) e os fatores relacionais que surgem no decorrer da investigação (a experiência de outros sujeitos, barreiras por existir uma maior ou menor proximidade com o tema escolhido, etc.). Dito de outra maneira, o que se destaca nesse método é a importância da narrativa pessoal e das experiências dos sujeitos e autores das pesquisas, o fato de pensar o papel político do autor em relação ao tema, a influência desse autor nas escolhas e direcionamentos investigativos e seus possíveis avanços. Tudo isso tem uma conexão direta com o reconhecimento do caráter político e transformador que tal método assume ao “dar voz para quem fala” e em “favor de quem se fala” (Reed-Danahay, 1997, p.3) – basta pensarmos nos estudos queer, sobre o feminismo, o black feminism e a questão racial. (SANTOS, 2017, p. 219-220. Apud. REED-DANAHAY, 1997, p. 3).

Apesar de ser destoante da noção de que o pesquisador deve manter um distanciamento do sujeito-objeto de pesquisa, postulada pelas teorias clássicas das ciências sociais, o processo de observar e examinar a sociedade em que se está inserido é de válida importância reflexiva. Gilberto Velho (1987) já vinha ressaltando essa importância ao descrever o processo de observar o entorno da sociedade brasileira. O autor descreve que:

[...] O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações. O estudo de conflitos, disputas, acusações, momentos de descontinuidade em geral é particularmente útil, pois, ao se focalizarem situações de drama social, podem-se registrar os contornos de diferentes grupos, ideologias, interesses, subculturas etc., permitindo remapeamentos da sociedade. O estudo do rompimento e da rejeição do cotidiano por parte de grupos ou indivíduos desviantes ajuda-nos a iluminar, como casos limites, a rotina e os mecanismos de conservações e dominação existentes (VELHO, 1987, p. 131-132)

Em síntese, a escolha por elencar essas técnicas para serem minimamente exploradas no presente texto, repousam, fundamentalmente, na premissa de que:

“A relação sujeito objeto não condiz com os pressupostos positivistas de uma separação radical e nem com os pressupostos relativistas exagerados que pressupõem um distanciamento entre investigador e investigado” (PACHECO, 2013, p. 38-39)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de chegar a uma conclusão para o que tentei apontar ao longo deste texto, devo indicar de que local social, enquanto autor, eu falo. Ou seja, onde me encontro em termos de identificação com o “*objeto de estudo*”. E sobre isso devo anunciar que, quem vos fala, é uma bixa negra. E o que isso significa? Significa que me encontro em total identificação com os sujeitos observados, ou até mesmo, eu sou o sujeito estudado. Poderia eu ser uma das pessoas convidadas a dar uma entrevista e participar da pesquisa como informante e ter meus comportamentos afetivos-sexuais como motriz reflexivo deste artigo, caso não fosse eu o autor do mesmo.

Mas é válido ressaltar que minha experiência, vista em sua individualidade, não exprime de maneira alguma a totalidade e complexidade de relações, meandros, símbolos e estruturas criadas por este grupo social, elegido aqui, grupo focal da pesquisa. Entretanto, ela cumpre um papel de extrema importância reflexiva, no que diz respeito à capacidade de “*estranhar o familiar*” (VELHO 1987, p. 132), processo que como vimos é constitutivo do fazer antropológico que se propõe a explicar a realidade social em que está inserida para além das aparências, na medida em que faz a/o pesquisador refletir de forma crítica e constante sua relação com os sujeitos pesquisados e sua posição como pesquisador/a de forma íntima. Em outras palavras:

[...] Todavia, mesmo sendo parte do que tomo como objeto-sujeito de estudo, mesmo eu sendo meu próprio objeto de estudo, compreendo, [...] que a experiência biográfica que apresento aqui, esse strip-tease, deve ser, antes, considerada como um instrumento de reflexão, não como um objeto de reflexão. (LOPES, 2016, p. 12)

Sobre o que motiva essas reflexões iniciais, tomo emprestado a seguinte descrição:

Somente podemos sentir a precarização de nossas vidas como homens negros se acreditarmos que existe apenas a masculinidade patriarcal, heterossexual e branca do mundo perfeito ou talvez existem dilemas que abrigam elementos negativos que as masculinidades negras precisam enfrentar a partir delas mesmas? Masculinidades racializadas devem começar a ser vistas como experiências que articulam em torno dos sujeitos que as vivenciam um conjunto de fragilidades afetivas e de sofrimento emocionais, uma série de contradições psicológicas e de paradoxos políticos. Masculinidades racializadas não estão acopladas nos corpos de homens negros, pois elas não nascem nesses corpos, são colocadas, forçosamente, nesses corpos. (RIBEIRO, 2019, p. 105).

Dito isso, só resta reafirmar que o texto presente buscou refletir sobre o conjunto de questões apresentadas, na tentativa de trazer de volta a humanidade historicamente negada aos corpos negros, já marcados pelo racismo presente nas estruturas sociais brasileiras (VEIGA, 2018), que ousaram questionar a normatividade sexual no país com os maiores índices de assassinato de pessoas trans no mundo, além de ser o 68º país no

ranking que elenca a segurança proporcionada pelos países para ser LGBT<sup>2</sup>.

## REFERÊNCIAS

BOZON, Michel. **Sociologia Da Sexualidade**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2004. p. 11-161.

CAMINHA, Tibério; FERREIRA, Dina Maria Martins. PIGMENTOCRACIA E A EXPERIÊNCIA DO PRETERIMENTO NA HOMOSSEXUALIDADE NEGRA. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, DF, v. 18, n. 2, p. 156-174, jun./2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/5796>. Acesso em: 7 jul. 2020.

CASTRO, Celso. Homo Solitarius : notas sobre a gênese da solidão moderna. **Cadernos de Campo**, São Paulo, SP, v. 4, n. 4, p. 71-80, mar./1994. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50684>. Acesso em: 7 jul. 2020.

CLIFFORD, James. Sobre a Autoridade Etnográfica. In: CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século xx**. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 1998. Cap. 1. p. 17-63. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1861905/mod\\_resource/content/1/A%20Experi%C3%Aancia%20Etnogr%C3%A1fica\\_Antropologia%20e%20Leitura%20no%20S%C3%A9c.%20XX\\_Sobre%20a%20Autoridade%20Etnogr%C3%A1fica%20-%20James%20Clifford.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1861905/mod_resource/content/1/A%20Experi%C3%Aancia%20Etnogr%C3%A1fica_Antropologia%20e%20Leitura%20no%20S%C3%A9c.%20XX_Sobre%20a%20Autoridade%20Etnogr%C3%A1fica%20-%20James%20Clifford.pdf). Acesso em: 25 set. 2020.

CRUZ, V. D. P. C. J. L. M. Gaydárpio: : Estigmatização de Corpos no Aplicativo Grindr. **Anais do XX CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE**, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 1-15, jun./2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2018/resumos/R61-0283-1.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. . 1. ed. Salvador, BA: EDUFBA, 2008. p. 1-191.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro, R.J: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 2008. p. 3-215.

GOFFMAN, Erving. Estigma e Identidade Social: Noções Preliminares. In: GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 2008. Cap. 1. p. 11-28.

LINDNER, Evelin Gerda. O que são emoções? . **RBSE**, João Pessoa, PA, v. 12, n. 36, p. 854-883, dez./2013. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/RBSEv12n36dez2013completoword.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2020.

PACHECO, Ana Lemos. **Mulher negra:: afetividade e solidão**. 1. ed. Salvador, BA: EDUFBA, 2013. p. 17-381.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual** : Praticas subversivas de identidade sexual. 1. ed. São Paulo, SP: N-1 Edições, 2014. p. 9-223.

REED-DANAWAY, Deborah. "Introduction." In: REED-Danahay, Deborah. **Auto/Ethnography: Rewriting the Self and the Social**, New York: Berg, 1997.

---

2 Sobre essa questão ver o relatório elaborado pela Associação Nacional de Travestis de Transexuais (ANTRA): <https://antrabrasil.org/category/violencia/>

RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. **COMO MATAR LENTAMENTE A SI MESMO E CONTINUAR VIVENDO?**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 11, n. 30, nov. 2019. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/788>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

SANTOS, S. M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural**, São Paulo, SP, v. 24, n. 1, p. 214-241, ago./2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/113972>. Acesso em: 7 jul. 2020.

SOUZA LOPES, Joyce. **Autoetnografia, Geopolítica e Corpo-Política do Conhecimento: por uma teoria antropológica descolonial sobre raça no Brasil**. In: VI Seminário do Programa da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGCS/UFRB), 2016, Cachoeira. Anais do VI Seminário do PPGCS: Poder e Cultura: discursos e contradições, 2016. Disponível em: < [https://www3.ufrb.edu.br/sppgcs2016/images/ARTIGO\\_COMPLETO\\_-\\_Joyce\\_Souza\\_Lopes.pdf](https://www3.ufrb.edu.br/sppgcs2016/images/ARTIGO_COMPLETO_-_Joyce_Souza_Lopes.pdf)>. Acesso em: 06 jul. 2020.

STOLCKES, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade.. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, RJ, v. 20, n. 20, p. 101-119, jun./1991. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2057891/mod\\_resource/content/0/Stolcke.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2057891/mod_resource/content/0/Stolcke.pdf). Acesso em: 7 jul. 2020.

VEIGA, Lucas. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. **Tabuleiro de Letras**, São Luís, BA, v. 12, n. 1, p. 77-88, 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/5176>>. Acesso em: 7 jul. 2020.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura sociológica: objetividade, paixão, imprevisto e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 1 – 13.



# CAPÍTULO 12

## A EUGENIA NA CIDADE DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS DE 1988-1990 ATRAVÉS DO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO”

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 20/07/2020

**Bolají Alves Matos de Paula Xavier**

Universidade Estadual Paulista - “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Assis –  
Departamento de História  
<http://lattes.cnpq.br/4646021845459130>

Trabalho desenvolvido sob orientação da Dr<sup>a</sup> Prof. Lúcia Helena Oliveira Silva. Docente da Universidade Estadual Paulista - “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Assis - Departamento de História

**RESUMO:** Este artigo aponta como o processo de embranquecimento da população brasileira teve seus desdobramentos em São Paulo através da perpetuação de uma visão estereotipada e pejorativa dos negros que viviam na cidade. O objeto de pesquisa usado foi o Jornal “Folha de São Paulo” que, durante o período estudado, explicitou a face racista da intelectualidade branca e liberal e a falsa representatividade em momentos de agitação política. Foram analisadas as edições da semana dos dias 13 de maio, dia do aniversário da abolição da escravização no Brasil, e 20 de novembro, dia reivindicado pelo Movimento Negro para ser o Dia da Consciência Negra como forma de visibilizar a luta antirracista. Assim, as edições do jornal teriam, em tese, maior protagonismo negro em cadernos não convencionais, como nos “Esportes” e no “Ilustrada” (caderno de entretenimento), além

de performar histórias e manchetes que não reforçassem a negatividade e marginalização desses corpos. O projeto tem como resultado, tabelas que apontam quais foram os cadernos e manchetes que tiveram destaque negro, exceto o caderno de “Esportes” tendo em vista que, em todas as edições analisadas, haviam notícias sobre esportistas negros e masculinos, o que aponta a dupla marginalização do corpo da mulher negra. O trabalho revela os pontos centrais que cercam o jornalismo paulistano e mostra que até mesmo seus jornais tradicionais mais liberais são máquinas reprodutoras do racismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Eugenia; Folha de São Paulo; periódicos; jornalismo; racismo

### THE EUGENICS ON SÃO PAULO CITY AMONG THE YEARS OF 1988-1990 THROUGH THE NEWSPAPER “FOLHA DE SÃO PAULO”

**ABSTRACT:** This article points out how the whitening process of the Brazilian population had deployment in São Paulo through the perpetuation of a stereotyped and pejorative approach of black people who lived in the city. Based on the newspaper “Folha de São Paulo” as a research object, the period studied show the racist face of white and liberal intellectuality and a false representation in moments of political unrest. It was analyzed the weeklong editions of May 13th, date that marks the anniversary of the Abolishment of Slavery in Brazil, and November 20th, the day claimed by the Black Movement for Black Consciousness Day to visibility the anti-

racist struggle. Thus, such newspaper would have greater black protagonism in unconventional sections of the newspaper, like in “Esportes” and “Ilustrada” sections, besides performing stories and headlines that don’t reinforce the negativity and marginalization of these bodies. As a result, the project has charts that indicate sections and headlines with black protagonism, except the section “Esportes”, given that, in all editions analyzed had news about black and male athletes, which points to the double marginalization of the black woman’s body. Thereby, this article explains central points that surround the São Paulo journalism showing that even their most liberal traditional newspapers are reproductive machines of racism.

**KEYWORDS:** Eugenics; Newspaper; periodicals; journalism; racism

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a política de defesa do desenvolvimento vem com um acordo entre as esferas econômica-social-cultural-política do torrão brasileiro. Após 1888, com a abolição da escravidão, o país via com o problema pouco resolvido pela historiografia nacional, o predomínio de negros nas cidades ocupando grandes centros. O crescimento da população de cor nas cidades somado à estagnação nacional perante o mercado estrangeiro constituiu na abertura para uma nova vertente científica que surgia na Europa com o intuito de seleção natural de melhores indivíduos humanos, a Eugênia, e a instituição brasileira foi apresentada à uma solução para o problema que estava posto: “o que fazer com as pessoas de cor remanescentes?”. Como coloca Lilia Schwarcz (2011) em seu artigo “Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco”, o médico José Batista de Lacerda, em 1911, no Congresso Internacional das Raças, em Londres, afirmara que o Brasil possuía um plano de, no prazo de 100 anos, acabar com qualquer indício de que o país era formado por uma política escravista, apagando da história brasileira os processos de sequestro e de escravização das populações negra e indígena, e de resistência cultural e social dessas populações antes e depois de 1888. Ou seja, a proposta era a construção de um novo país sem as marcas de escravização de povos e exploração indiscriminada de recursos naturais, o que possibilitaria bons olhares estrangeiros. Assim, foi-se moldado a Eugênia brasileira, fazendo com que aparatos do Estado levassem a segregação de pessoas inaptas (pessoas não-brancas, com deficiências e pobres) para melhoramento social do torrão, além da intensificação europeia para abastecer o Brasil de pessoas aptas para habitar as cidades.

Um desses aparatos estatais para a disseminação de segregação racial para o bem social foi a imprensa, que atuou como divulgadora e intensificadora dessa divisão. No início do século XX, os periódicos que fortaleciam a gentrificação<sup>1</sup>, a perseguição em bairros

1 Segundo Valter Roberto Silvério: “O termo gentrificação (*gentrification*) designa um processo de enobrecimento de um determinado espaço da cidade, marcado pela valorização imobiliária, atração da população residente e usuária de maior renda e expulsão da população e atividades de baixa renda. [...] paralelamente ao entendimento classista, na maioria dos países há uma forte relação entre raça-classe-gentrificação. As cidades latino-americanas formadas ou atravessadas pelo processo colonial, em sua fase escravista, foram desde o início e sobretudo racialmente estruturadas, o que significa que o desenvolvimento social e as interações delas derivadas foram radicalizados, caracterizando a própria distribuição populacional no espaço urbano.” (2019, p.28)

centrais e a punição de indivíduos foram amaciados e deleitados pelos leitores. O combate à essa exposição de corpos acêntricos<sup>2</sup> ocorriam com jornais negros como o “Voz da Raça” e o “Quilombo”, apontando os projetos do movimento negro para maior destaque social, bem como denunciando as abordagens agressivas por parte dos aparatos de Estado (como o sistema carcerário, a polícia, as escolas). Entretanto, muitos não duraram até o fim do século pela falta de instrumentos e incentivos financeiros para sua continuidade. A imprensa tradicional, incumbida de projetar os fatos e dados pertencentes à sociedade, seleciona os acontecimentos relevantes que fiquem de acordo com as partes dominantes das esferas política-econômica-cultural-social. Tal forma de comunicação é denominada, por Laan M. de Barros e Solon B. Veloso Neto, como violência midiática, definida como “um tipo de violência cultural praticada pela omissão da mídia ou pela criação de estereótipos que reforçam violências diretas e estruturais de uma sociedade.” (2016, p. 311)

Como forma de analisar as proporções do projeto eugenista retratado na imprensa tradicional, o periódico *Jornal Folha de S. Paulo* o estudo aborda os anos de 1988 (época que marca o centenário da abolição da escravidão) até 1990, onde a meta de José Baptista de Lacerda ainda não via o prazo final, portanto, ainda sendo efetiva tal sentença.

## OBJETIVOS

Como objetivos centrais tem-se a necessidade de expor como a violência midiática atinge grupos acêntricos, especificando-se à populações negras com a excessiva exposição dos corpos negros em cadernos como o “Esportes”, que exalta as habilidades físicas dos esportistas, ou o “Ilustrada”, que enfatiza o lado cômico e descontraído de cantores e atores, enquanto não há informações ditas como específicas quando se trata de cadernos como o “Economia” e o “Classificados”, em que é necessário um conhecimento intelectual mais focado no mercado financeiro. Dessa forma, verifica-se a supervalorização do corpo do negro ao passo que há uma supervalorização do intelecto do branco, esquematizando o que é visto na historiografia brasileira desde seu primeiro interprete, Varnhagen, a elevação mental do branco perante a força brutal – compreendida como animalésca – do negro. A partir desse fenômeno, a pesquisa buscou identificar, na redação, uma parcela de cumplicidade na perpetuação do Darwinismo Social na sociedade brasileira, tendo em vista que, a perspectiva de melhoramento social através do embranquecimento da nação só aconteceria com dois fatores fundamentais: o primeiro, a não junção de brancos e negros nos mesmos espaços através da segregação monetária; e o segundo, a intensificação do mito do negro enquanto predador sexual, vadio, feiticeiro, mal feitor, que causava o isolamento social compulsório. As populações negras que não cabiam nos centros foram se acomodando nas periferias e morros das cidades e, a partir das construções sociais

2 Corpos acêntricos são todos aqueles que não estão à frente das discussões político-social-cultural-econômico-administrativas e, através disso, pouco são comunicados para melhorias de políticas públicas e precisam combater o epistemicídio, ou seja, a segregação e exclusão de comunidades não-brancas, vigentes na mentalidade eurocêntrica da sociedade atual.

entre si, fortaleceram-se e fizeram frente contra às investidas estatais de extermínio. Tal construção é tida, segundo Beatriz do Nascimento (1979), como Quilombo Urbano, servindo de abastecimento da força vital, com base nos preceitos oriundos de África que, no Brasil, se manifestou em estilos musicais, danças e manifestações culturais e religiosas que propuseram a investida política em prol dessas populações negras.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização da pesquisa, foram utilizados os periódicos do jornal “A Folha de São Paulo”, com um recorte da semana de 13 de maio e da semana de 20 de novembro, nos anos de 1888-1890, para apontar quais os posicionamentos que os colonistas tomaram com relação às datas da abolição à escravatura e da Consciência Negra, postulado pelo Movimento Negro Unificado, como demonstração da perspectiva popular perante o centenário da abolição, da nova formulação da constituinte e das políticas públicas estabelecidas para as populações acêntricas<sup>3</sup> e das críticas da sociedade já introduzida na mentalidade capitalista moderna. A forma com que houve a esquematização dos periódicos buscou atender as expectativas da pesquisa, analisando todo o jornal nas semanas do dia 13 de maio e do dia 20 de novembro para que a comparação entre uma data outorgada e uma data reivindicada fosse concreta e, possivelmente, discrepante. Os periódicos foram analisados no *site*<sup>4</sup> oficial do Jornal Folha de S. Paulo, por meio das cópias feitas dos periódicos, que podem ser acessados gratuitamente.

## DISCUSSÃO

Para iniciarmos as considerações sobre o Jornal, é necessário começar com suas raízes nos anos 20, quando o país passava por uma reestruturação tanto econômica quanto cultural. No Brasil, a crise do sistema agrícola focado na exportação do café regrediu com os papéis do Estado oligárquico conduzido pela política “Café com Leite”, e as investidas nos maquinários das cidades modernizadas, inclusive São Paulo, foram determinando as formas políticas, sociais e econômicas nacionais. Na esfera política, a decadência do sistema oligárquico a partir da eleição de Washington Luís, presidente eleito por São Paulo contra a rotatividade de poder de Minas Gerais, que indicara Nilo Peçanha, constituiu uma nova era de manifestações político-sociais, como a criação de novos partidos políticos, a constituição do tenentismo – um movimento militar que reivindicava maiores participações políticas para as baixas e médias patentes do exército brasileiro. Já na esfera econômica, a construção da modernização das grandes cidades fez com que a dinamização dos centros, o alto fluxo de imigrantes, as propulsões de produtos industrializados e de transportes

3 Populações acêntricas são aquelas que, como diz Ricardo Alexino Ferreira (2015): “[...] independente da quantidade, têm pouca representação social, política e econômica (inserção no mercado de trabalho, ocupação de cargos de poder e outros) e tem como equivalentes históricos as expressões “grupos minoritários” ou “grupos minorizados”.

4 Para mais, acessar o link <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>

mais rápidos conectassem informações, pessoas e mercadorias, e a nova esfera cultural necessitava de novas interpretações sobre a realidade nacional. A Semana de Arte Moderna, em 1922, foi essencial para repaginar as estruturas artísticas, como o “Movimento Antropofágico”. Nesse cenário de reformas das diversas camadas da sociedade, o Jornal “Folha de São Paulo”, originalmente chamado de *Folha da Noite*, foi lançado no ano de 1921 em São Paulo. Como aponta Gisela Taschner (1992) em “Folhas ao vento: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil”, o jornal foi estreado após o fim do jornal vespertino do periódico “O Estado de S. Paulo”, chamado *Estadinho* como forma de reestabelecer os lucros perdidos durante a queda de assinaturas em decorrência dos impactos econômicos da Primeira Guerra. Segundo a autora:

a própria equipe de redação de *O Estado de S. Paulo* propôs-se a fundar um novo órgão de imprensa que, em princípio, não concorreria de modo imediato com ele, pois iria ser um vespertino. Os proprietários do *O Estado de S. Paulo* não estavam, naquele momento, interessados em ter um vespertino, pois tinham acabado de fechar o que possuíam [...] é curioso que dois jornais, independentes um do outro, viessem a ser feitos pela mesma equipe, que trabalhava num como empregada e noutra como proprietária, tendo a própria direção do primeiro jornal dado o apoio financeiro e material inicial, mantendo ainda toda esta equipe como empregada regular de seu próprio jornal. (1992, p.38-39)

Algo que é importante destacar é a elevação de páginas e cadernos para atingirem um público mais heterogêneo, com cadernos de Esportes e seções ditas femininas. Taschner (1992) aponta que até o fim da Primeira República, a redação do periódico destacava, aleatoriamente, mais ou menos seções, mantendo fixa apenas o caderno de “Últimas Notícias”, que agrupava as notícias mais recentes sem mais filtros ou ordens de exibição.

Em 1930, a edição das Folhas foi para Rubens do Amaral e foi renomeada para “Empresa Folha da Manhã Ltda.”, tornando-se mais ligado à defesa da Divisão Internacional do Trabalho, conduzindo a amenização do Liberalismo na redação. Como colocado por Gisela (1992), a Folha tornou-se antipopular, além de anticomunista e antipopulista, tornando-se palanque da direita brasileira e aceita pelo governo até 1945. A partir desse período, com o início da Era Vargas, a redação ficou sob responsabilidade de José Nabantino Ramos, que permanece até 1962, guiando o periódico à um viés menos agrário e mais popular. Como colocado por Laercio Arruda:

Para Nabantino era importante a identificação com o leitor e, conseqüentemente, representar dignamente a ideologia dos interesses das classes médias urbanas de São Paulo, na linha editorial das Folhas, as campanhas ganharam espaço e os temas variavam desde a luta pela melhoria dos transportes nos subúrbios paulistanos até a defesa do meio ambiente do Estado. (2007, p.29)

Em 13 de agosto de 1962, a empresa foi comprada por Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, aumentando os números de produtos para baratear as produções dos periódicos, sendo eles não concorrentes, atingiriam um maior público e aumentariam os lucros. Assim, é formado o conglomerado, segundo Gisela, viabilizando

mudanças tecnológicas que permitiram à empresa ter maior controle sobre o processo de trabalho – através de sua degradação, mecanização e parcial informatização – e possibilitaram a confecção de produtos mais competitivos, do ponto de vista de sua qualidade gráfica. A empresa conseguiu também realizar a distribuição simultânea de seus produtos e antecipa-la. Com tudo isso, ampliaram-se as condições para expandir o mercado de leitores e anunciantes. (1992, p.197)

Com a introdução do Manual da Redação, em 1984, a redação torna-se incumbida de ser um jornal pluralista, apertado, crítico e moderno, e, com a unificação definitiva das ações nas mãos de Frias, a “Folha de S. Paulo” consegue avanços nas impressões, que se tornam coloridas, e consolidam o jornal como mais circulado no estado.

Nos períodos de destaque da pesquisa, anos de 1988-1990, é importante analisar que, apesar das reestruturações na redação, a linha editorial se torna complacente à sociedade comum que, pelas entranhas racializadas e dispostas à estabelecer o desenvolvimento social, a escolha, mesmo que inconsciente, de retratar o corpo acêntrico como um aparato puramente físico e artístico, que não precisa ser levado à sério, é parte do pensamento epistemológico em que Brasil foi estruturado. Dessa forma, é possível analisar, através da catalogação dos periódicos, as faltas de corpos negros e representatividade em cadernos que não sejam exaltando os dotes físicos nos Esportes, atuações cômicas na Ilustrada e corpos violentos no Últimas Notícias. O recorte temporal é na semana do dia 13 de maio, constituindo o centenário do Dia da Abolição em 1988, e a semana de 20 de novembro, como forma de analisar as manifestações jornalísticas do dia instituído pelo MNU (Movimento Negro Unificado), do mesmo ano. O recorte temporal vai até 1990, como forma de analisar a continuidade ou inferioridade da quantidade de explanação dos movimentos e dos corpos negros. O catálogo colocado posteriormente aponta as edições, artigos, cadernos e redator responsável das matérias dos anos 1988-1990, sob direção-geral de Otavio Frias Filho.

Por meio da análise das tabelas, percebe-se que, com relação ao ano de 1988, a participação de personagens negros, na semana do centenário (13 de maio), foi utilizado para reproduzir o pensamento de Princesa Isabel benfeitora da população negra, sendo que há artigos sobre seus pertences sendo vendidos e a indignação de seus parentes perante a desconsideração de que era a persona de Isabel. Com relação à Semana de Consciência Negra (20 de novembro) de 1988, a falta de entendimento da reivindicação da data como empoderada e importante para a comunidade negra pela redação do jornal é explicitada e consolidada pela falta de artigos e representatividade nas fotos e na redação.

É importante destacar que, em 1955, o estado de Alagoas, território em que Zumbi nasceu, foi o primeiro estado brasileiro a instituir o feriado como estadual, enfatizando a data como sendo um dia de luta e conquistas de direitos.

Para o ano de 1989, tem-se a total falta de notícias racializadas no dia 13 de maio, algo que é de se esperar, já que não é considerado um dia de luta, mas sim, uma data outorgada e com o propósito real de solidificar a imagem do mito da benevolência perante as populações violentadas. Entretanto, pouco se fala na semana de 20 de novembro, com uma nota sobre manifestações em São Paulo que reivindicava a oficialização da data como feriado, uma manchete sobre o astro do futebol Pelé, valorizando o interesse puramente físico do personagem e ao enfatizar que os comportamentos da cantora Tracy Chapman eram irritantes e pouco atrativos para o público, abordagens que animalizavam e inferiorizavam a imagem da mulher negra.

No último ano de análise, as manchetes em torno da semana de 13 de maio são enfatizando as manifestações culturais da cidade. Ao noticiar as festividades italianas no bairro do Bexiga, o bairro é desconfigurado como descendente de resistência de ex-escravizados e consolida-se como bairro ítalo-brasileiro, o que representa mais uma forma da epistemologia para melhoramento da sociedade brasileira. À semana de Consciência Negra, pouco se estipula pelas manifestações políticas, destacando os filmes e os shows de negros estadunidenses. Isso se dá, possivelmente, pela necessidade de uma representação negra, mas que não fosse envolvida diretamente com a militância efervescente na conjuntura brasileira. Assim, reduziu-se a participação à cota de conteúdo negro nos jornais.

Esse epistemicídio é resultado da campanha de melhoria social, como posto anteriormente, apresentada pelo médico José Baptista de Lacerda em 1911. O melhoramento social, chamado Eugenia, é definido por Pietra Diwan como “Purificar a raça. Aperfeiçoar o homem. Evoluir a cada geração. Se superar. Ser saudável. Ser belo. Ser forte.” (2007, p. 21). Como aponta a autora, essa ideologia surge na Inglaterra com a burguesia apavorada por dividir espaço geográfico com os imigrantes chamados pelas Revoluções Industriais. Essa teoria de melhoramento social vem após o evolucionismo de Lamarck e Darwin que se constatou que, haviam modificações genéticas e fisiológicas que adaptavam a fauna e a flora aos ambientes externos. Lamarck aponta que, com as modificações externas, há uma evolução genética que capacita os indivíduos a se tornarem aptos para o meio em que vivem. Já Darwin analisa que, o meio em que o indivíduo vive seleciona os mais aptos ou não e, através de mutações geracionais, há a adaptação e sobrevivência das espécies. Essas duas linhas, sendo a de Darwin tida como mais próxima à realidade, formataram o pensamento eugenista de mutação para a adaptação. Quando a ideia, já transformada em ciência, foi espalhada pelo restante do mundo, os cientistas do continente americano determinaram duas formas de melhoramento: eugenia positiva e eugenia negativa. A primeira sendo a junção de seres humanos mais aptos para a evolução

social e a segunda como a privação de reprodução de seres inaptos. Assim, os projetos de esterilização e higienização de bairros e cidades se deu, como forma de auxiliar na privação de reprodução<sup>5</sup>.

No Brasil, com as grandes populações negras transitando em grandes centros, a possibilidade de reclusão e de esterilização não seriam suficientes para exterminar os inaptos que inundara o país com os “graves inconvenientes: abusos, crueldades quanto ao vestiário, comida e bebida” (REIS, 2007, p. 43). Assim, seria necessária uma nova forma de embranquecimento social – a miscigenação. Dessa forma, os indivíduos mais aptos de ambas as ‘raças’ teriam o resultado mais próximo ao ideal e caminhariam para uma evolução racial. Como colocado por Lilia Schwarcz, os eugenistas brasileiros entendiam o mestiço como resultado da capacidade intelectual do branco com a força física do negro e, dependendo do ambiente desse indivíduo, ele reproduziria “um ou outro” lado genético. Com isso, além de mais claro, o indivíduo seria mais parecido com o branco e deixaria a “brutalidade excessiva” do negro, fazendo-o ser mais evoluído e apto a viver na sociedade brasileira. Esse projeto de miscigenação, somado à higienização de grandes centros, à epistemologia estrutural, à exclusão social e ao apagamento cultural, exterminaram o projeto de “100 anos” de Lacerda de que, até 2011, não existiriam rastros de que houve escravização negra ou indígena, bem como nenhum rastro cultural de ambos os grupos étnico-raciais.

Xavier e Xavier (2002) apontam que o Jornal, apesar de ter um público mais republicano, diverso e liberal, os conceitos racistas e eurocêntricos fizeram escola e perpetuam na redação. Os pesquisadores colocam que:

Apesar do discurso institucional de modernidade da Folha de S.Paulo, o jornal reedita a imagem dos africanos e afrodescendentes esculpida e divulgada pelo pensamento conservador e racista do século XIX. [...] A mecânica interna dessa engrenagem aponta para a naturalização das desigualdades políticas, econômicas e sociais dos afrodescendentes. O racismo é naturalizado. A crítica contra o preconceito e a marinalização perde-se no emaranhado da “trilha do círculo vicioso” (Santos, s.d.): O negro é pobre porque não se capacita e não se capacita porque é pobre. (2002, p.112)

Como visto através do IBGE de 2015<sup>6</sup>, ainda há descendentes de populações negras e indígenas no Brasil, mas as violências contra esses grupos ainda estão vigentes porque as bases políticas-sociais foram construídas com o ideal de exclusão de grupos não brancos e normativos. A violência midiática, como apontam de Barros e Veloso Neto:

quando se estabelece relações de superioridade e inferioridade entre as

---

5 Como experimento de análise, foi-se utilizado o filme “Homo Sapiens 1900” (1998) de Peter Cohen que analisa o surgimento da ciência na Inglaterra e como a mesma foi utilizada no continente americano (nos Estados Unidos, como forma de segregação racial) e em regimes totalitários (Na África do Sul, durante o *Apartheid*, na Alemanha nazista e na U.R.S.S. comunista)

6 Segundo o estudo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2015 aponta que, a população negra (composta pelos grupos étnico-raciais de pretos e pardos) chegou aos 53,92% de autodeclarados.



peças, o preconceito e a violência se justificam e são praticadas como se isso fosse natural. Se entendemos a comunicação como experiência de compartilhamento, de diálogo entre diferentes, é preciso questionar o uso da mídia como instrumento de manutenção de preconceitos e difusão de violência. E são frequentes os discursos midiáticos que só fazem perpetuar e naturalizar os preconceitos já tão enraizados na sociedade brasileira. (2016, p. 311)

Segundo Xavier e Xavier (2002), os Meios de Comunicação em Massa reproduzem os preconceitos e estereótipos contra africanos e afrodescendentes, e são cúmplices das instituições de manutenção das forças do Estado que expulsam os não-brancos dos espaços sociais, como forma de continuar a ideia de higienização da população. Além de prender homens negros, submetem as mulheres negras à trabalhos informais e, muitas vezes, análogos aos tempos de escravização (como empregadas domésticas que dormem nas casas de seus patrões para cuidar integralmente do lar de terceiros). Somado à isso, tem-se, com a ajuda da mídia, a compreensão de que o corpo negro só serve para manutenção de entretenimento do branco, como esportes e música, sendo esses ocorrendo por intermédio da intelectualidade do branco. Os pesquisadores explicitam que, a população negra está fadada à encontrar-se, com imagens positivas, nos cadernos de “Esporte” e “Entretenimento”: “A imagem projetada e reelaborada no imaginário social é o estereótipo de um ‘ser destituído da racionalidade e incapaz de formulações políticas, econômicas e sociais’.” (2002, p.110)

Ou seja, a participação da mídia para adoçar e perpetuar as ações de violência categoriza-se como parte da estrutura racista da sociedade brasileira, que oculta e deslegitima fatos e notícias para não alcançar públicos coniventes com a manutenção do *status quo* racial brasileiro. Com isso, os periódicos da imprensa tradicional perpassam gerações com a propagação de uma política que vai contra grupos acêntricos e, a partir disso, compactua com a violação dos corpos.

## RESULTADOS

Em 1988, a Semana do Centenário da Abolição da Escravização teve, no dia 13 de maio, oito (8) matérias localizadas no “Primeiro Caderno”, com reportagens apontando como, mesmo após 100 anos de Abolição, o passado escravista brasileiro ainda persiste e condena as pessoas negras, focando na política em que tem-se embates ideológicos e construídos a partir do imaginário coletivo racista, de enxergar o negro como inferior.

Há um destaque para a música como mecanismo de denúncia do racismo, apontando que artistas se conectam com a comunidade dessa forma política; No dia 15 de maio, uma manchete falando sobre a capoeira sendo vista por uma revista britânica; No dia 16, tem-se três (3) matérias sobre música negra, sendo uma abordando a usurpação da cultura dos negros pelos brancos; e, nos dias 17, 18 e 19 de maio, manchetes apontando

como os embates políticos entre governantes e a população negra se dão. Com relação à Semana de Consciência Negra, tem-se um versículo falando sobre como o movimento negro reivindica o dia 20 de novembro para real composição política de visibilidade negra; nos dias 21 e 22, notícias falando sobre como o governo de Erundina destacava-se nas áreas sociais e apontando que as favelas reivindicam a voz política e administrativa; e, no dia 25 de novembro, aponta, no caderno “Cidades”, a violência no município que atinge pobres e pretos, em sua maioria.

Em 1989, na Semana de 13 de maio não foram identificadas notícias ou manchetes sobre a população negra, tirando, como apontado no início do artigo, os cadernos “Esportes” e “Ilustrada” que constituem, cotidianamente, feitos de homens negros, em sua maioria. Na semana da Consciência Negra, tem-se, no dia 19 de novembro, a explicitação de que novembro é o mês correto para a visibilidade da luta política da População Negra, além de fazer um especial, no caderno “Folha D”, sobre o jogador de futebol, Pelé, apontando sua negritude e suas habilidades futebolísticas. Após esse jornal, apenas, no dia 22 de novembro, foi identificada uma matéria sobre pessoas negras. Foi uma matéria do caderno “Ilustrada” que, apesar de não se contabilizar para a pesquisa, aponta a fúria e animalização da mulher negra quando a Reportagem Local aponta que a cantora Tracy Chapman “volta mais brava e mais chata” aos palcos. Esse posicionamento da redação aponta que, o cantor negro não palatável para a ética e moral brancas está fadado ao fracasso e a inferiorização.

Em 1990, na Semana de 13 de maio, há uma matéria que não fala diretamente sobre a população negra mas evidencia seu apagamento histórico e econômico, mesmo que não em âmbito quantitativo. A matéria do caderno de “Turismo” aponta que “A Itália de hoje nada tem a ver com o Bixiga”, mostrando o processo de ocupação territorial de descendentes de italianos no bairro historicamente negro, o Bixiga. Esse apagamento é comprovado quando anunciam as festas de santas e massas em um bairro que tem uma escola de samba preta e resistente, o Vai-Vai. Na Semana de Consciência Negra, não há matérias e notícias sobre a população negra, retomando que os cadernos de “Esportes” e “Ilustrada” foram retirados da pesquisa.

## CONCLUSÕES

A partir do trabalho é possível identificar a perpetuação do projeto de ocultação das manifestações culturais e políticas da população negra, levando em consideração que as mídias têm, após a redemocratização, um posicionamento contra a população e contra o governo, favorecendo apenas os ideais liberais, cooperativistas e a cultura elitizada do Estado de São Paulo. Desta forma, o papel da imprensa, originalmente de ser o difusor dos acontecimentos da sociedade como forma de substituir a disseminação oral da informação, auxilia na propagação dos preconceitos da sociedade e traz a falta de imparcialidade, sempre favorecendo as classes pagantes.

## REFERÊNCIAS

A eugenia e sua genética histórica: A gênese de uma pseudociência. *In*. DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. Editora Contexto, 2007.

ARRUDA, Laercio Pires de et al. **NABANTINO RAMOS O MODERNIZADOR DA IMPRENSA PAULISTA**. 2007.

ATTS, Alecsandro JP. **Eu sou Atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2002. 129 p. RIBEIRO, Matilde. Relações raciais nas pesquisas e nos processos sociais: em busca de visibilidade para as mulheres negras. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*, v. 1, p. 87-105, 2012.

DE BARROS, Laan Mendes; NETO, Solon Barbosa Veloso. Claros e escuros. **REU-Revista de Estudos Universitários**, v. 42, n. 2, p. 299-316, 2016.

FERREIRA, Ricardo Alexino. **Etnomidialogia: diversidade e sua interseção com a difusão científica**. 2010. Jornal “Folha de S.Paulo”

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. FGV editora, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco**. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar.

\_\_\_\_\_. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993  
2011, p.225-242.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Uma releitura do “lugar de negro” e dos “lugares de gente negra” nas cidades**. *In*. BARONE, Ana; RIOS, Flavia. *Negros nas Cidades Brasileiras (1890-1950)*. FAPESP. 2019.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1976

TASCHER, Gisela. **Folhas ao vento: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

XAVIER, JT de P.; XAVIER, PA de M. **A invenção e a reinvenção do estereótipo dos afrodescendentes: o papel da ciência, dos cientistas e dos meios de comunicação na formação e articulação do discurso da intolerância**. *In*. *Mídia e tolerância: a ciência construindo caminhos de liberdade*. São Paulo: Edusp, p. 109–117, 2002.

# CAPÍTULO 13

## O CANTO DAS SEREIAS: IMAGENS DO HABITAR NA CIDADE DE SÃO PAULO SOB O CAPITALISMO FINANCEIRO

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 01/07/2020

### **Maria Fernanda Andrade Saiani Vegro**

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da  
Universidade de São Paulo (IAU USP)  
São Carlos/SP.

<http://lattes.cnpq.br/1184257607396182>

### **Fábio Lopes de Souza Santos**

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da  
Universidade de São Paulo (IAU USP)  
São Carlos/SP

<http://lattes.cnpq.br/3856682353780970>

**RESUMO:** Este artigo propõe prolongar o pensamento de Henri Lefebvre e desvelar sua potência para o século XXI com o objetivo de iluminar a dimensão do consumo do habitar na cotidianidade da cidade de São Paulo, com imagens que povoam o imaginário social, por meio de um aparelho econômico-ideológico que cria o senso comum, sob o contexto do neoliberalismo e da financeirização. Na esteira de Henri Lefebvre nossa intenção é tecer teoria e prática para instigar uma reflexão crítica para o século XXI do habitar na cidade de São Paulo. A adoção dessa metodologia pressupõe a construção de uma periodização do tempo histórico apta a identificar discontinuidades no conceito de consumidor e na gestão das incorporadoras, ao mesmo tempo, que parte imersão dos autores na realidade urbana para a seleção dos objetos empíricos que

serão utilizados nesse artigo: o lançamento imobiliário Square Ipiranga da incorporadora Gafisa, o lançamento Jardim das Perdizes da incorporadora Tecnisa e o conceito de tempo<sup>2</sup> desenvolvido pela incorporadora Vitacon. Partimos do seguinte problema: de que forma as imagens do habitar aderidas aos valores do mercado incentivam a produção da alienação do direito à cidade? Assim, nossa hipótese é que o marketing, atualmente, representa a essência do empreendimento imobiliário, pois por sua capacidade de fixar sentidos e ideologias, atua tanto na formação de opinião pública como no imaginário social. Refletir criticamente sobre o papel das imagens do habitar na contemporaneidade torna-se relevante, pois, aponta para a perda da experiência concreta do homem no mundo. No livro *A presença e a ausência*, Lefebvre estabelece uma crítica às representações, sobretudo quando assumem o lugar do vivido promovendo a produção da alienação. Então, confrontar essas imagens é tarefa para os arquitetos, assim como, construir lugares de presença, onde o mundo das representações se impõe como “real”.

**PALAVRAS-CHAVE:** representações, consumo, habitar, alienação.

### THE SIRENS SONG: IMAGES OF HOUSING IN SÃO PAULO CITY UNDER FINANCIAL CAPITALISM

**ABSTRACT:** This article proposes to prolong the thought of Henri Lefebvre and unveil its power for the 21st century with the aim of illuminating the consumption dimension of housing in daily life in São Paulo city, with images that populate the

social imaginary, through an economic-ideological apparatus that creates common sense, under the context of neoliberalism and financialization. At Henri Lefebvre's wake our intention is to weave theory and practice to instigate a critical reflection for the 21st century of housing in São Paulo city. The adoption of this methodology presupposes the construction of a historical periodization able to identify discontinuities in the concept of consumer and in the management of real estate companies, at the same time, which starts immersion of the authors in the urban reality for the selection of empirical objects that will be used in this article: the real estate launch Square Ipiranga of the developer Gafisa, the launch Jardim das Perdizes of the developer Tecnisa and the concept of time<sup>2</sup> developed by the developer Vitaracon. We start from the following problem: how do the images of the dwelling adhered to the market values encourage the production of the alienation of the right to the city? Thus, our hypothesis is that marketing currently represents the essence of real estate enterprise, because due to its ability to fix meanings and ideologies, it acts both in the formation of public opinion and in the social imaginary. Reflecting critically on the role of images of living in contemporaneity becomes relevant, because it points to the loss of the concrete experience of man in the world. In the book *The presence and absence*, Lefebvre establishes a critique of representations, especially when they take the place of the lived promoting the production of alienation. Thus, confronting these images is a task for architects, as well as building places of presence, where the world of representations imposes itself as "real".

**KEYWORDS:** representations, consumption, living, alienation.

## 1 | INTRODUÇÃO

Despertar desejos em determinado público-alvo, revestindo a mercadoria habitacional com roupagem intangível, diz respeito às estratégias de mobilização e convocação dos consumidores que não são ingênuas, mas racionalmente programadas. Essas estratégias comunicam significados forjados pelo mercado imobiliário para grupos cada vez mais segmentados, com o objetivo de acelerar o circuito de realização do capital para as empresas do setor. A produção desses significados vincula-se ao investimento em inovação e *branding* nas incorporadoras, desenhando um cotidiano "programado pela convergência de representações" que velam as contradições e os conflitos sociais.

Para que as necessidades possam ser suscitadas, com o objetivo de tornarem-se rentáveis, "modelos culturais" se aderem a um cotidiano programado e determinado pela publicidade (LEFEBVRE, 2006, p. 223). Na obra *A vida cotidiana no mundo moderno* (1966) Henri Lefebvre afirma que a legitimação oficial da sociedade industrial é a "satisfação" que engendra um processo rápido de saturação, no momento em que o vazio delimitado pelas necessidades é preenchido pelo consumo e pelo consumidor. Desse modo, novas necessidades são criadas, mas, paira no ar um "mal estar", um vazio de sentido. (LEFEBVRE, 1991, p.89). Para o autor, esse "mal estar", também se torna um fato cultural.

No entanto, a moradia, não pode ser consumida instantaneamente, devido ao seu alto custo. Na maioria das vezes, o consumidor realiza a compra da mercadoria habitacional uma única vez durante a sua vida, principalmente, quando perceber o "valor agregado"

aos benefícios funcionais que um empreendimento oferece diante de seus concorrentes. Por outro lado, no momento em que se torna proprietário de uma habitação, o posterior sentimento de “mal-estar”, talvez envolva a constatação de seu endividamento perpétuo, muitas vezes, as privações dos prazeres da vida, com exceção das classes de renda mais elevada, que representam minoria no Brasil.

Na contemporaneidade, nos lançamentos imobiliários na cidade de São Paulo, a habitação “livre” de sua forma material é negociada por meio de signos, imagens e representações, pois, a esfera do consumo antecede a esfera da sua produção. Nesse sentido, rituais de consumo com o emprego da “cultura” que se metamorfoseou em “cultura de consumo” contam com imagens do habitar, veiculadas numa explosão de novas mídias, muito longe da mídia impressa que caracterizou os anúncios do mercado imobiliário durante muitas décadas. Nota-se também, uma transformação na relação do consumidor com a mercadoria habitacional favorecida pela subsunção da “cultura” ao capital e pelas transformações tecnológicas que alargaram sensivelmente o universo das representações do habitar e modificaram o estatuto do consumidor. Essas mutações se refletem também, na gestão das incorporadoras, que deslocaram o foco do “produto habitacional” para o foco no “consumidor”, investindo em pesquisas, mapeando necessidades e desejos e com esses dados, criando produtos habitacionais, novas técnicas de vendas, etc.

A partir daí, a denominação “sociedade burocrática de consumo dirigido”, proposta por Henri Lefebvre para caracterizar a sociedade que incitava o fascínio pelos objetos industrializados, com seu principal produto: “a apropriação do cotidiano” (LEFEBVRE, passim, 1991) revela-se surpreendentemente atual para a compreensão do cotidiano programado pelo marketing imobiliário na cidade de São Paulo. Embora, necessite ajustes para configurar o momento presente do capitalismo.

Nesse cenário, o valor de uso do imóvel perde força frente ao consumo devorador de signos e imagens. Na fantasmagoria do valor de troca situa-se outra imagem poderosa, muito valorizada pelo setor imobiliário, com os novos desenvolvimentos do capital: a imagem da marca.

Para compreendermos a dimensão do consumo da moradia, torna-se necessário inicialmente, nos aproximar da dinâmica do marketing imobiliário que tomou novos rumos a partir dos anos 1990, sob o advento do neoliberalismo e da financeirização econômica.

## **2 | O PROTAGONISMO DO MARKETING IMOBILIÁRIO A PARTIR DOS ANOS 1990**

De acordo com sociólogo Geràrd Lagneau, a origem da palavra marketing é inglesa e designa a racionalização das práticas comerciais em função do mercado. Após a grande depressão, nos Estados Unidos ocorreu uma mutação no “capitalismo dos engenheiros”, preocupados com o progresso técnico e a organização da produção, para um “capitalismo

de distribuição”, “tão ou mesmo mais interessado em vender do que em produzir”. Então, à ideologia produtivista recua frente à valorização da figura do consumidor, conferindo novo estatuto ao marketing (LAUGNEAU, 1981, p.19).

Na definição da American marketing Association (AMA) “marketing é a atividade, conjunto de instituições e processos para criar, comunicar, distribuir, e efetuar a troca de ofertas que tenham valor para os consumidores, clientes, parceiros e a sociedade como um todo”<sup>1</sup>.

Comumente, a palavra marketing é erroneamente confundida somente com ações de comunicação, campanhas de publicidade e propaganda, mas, o marketing envolve um amplo guarda-chuva de atividades, como por exemplo: a gestão de processos, o desenvolvimento de um modelo e de um roteiro de administração voltados para a máxima integração de uma empresa, considerando o mercado consumidor e seu mercado fornecedor, com o fim último de garantir o consumo de produtos e bens de serviço (YAMAZE, et al, 2007, p.17). Desse modo, as necessidades dos consumidores são balizadas, formatadas sob o conceito de “estrutura integradora do marketing”, “o qual retrata uma organização onde todos os departamentos estão voltados para o processo de atrair e manter o cliente” (MADRUGA, et al., 2011 p.36). Tal quadro, requisita da gestão de marketing um planejamento minucioso da relação produto-mercado, ao mesmo tempo, que “pressupõe um compromisso de investimentos internos e externos e a previsão de seu retorno” (YANASE, 2007, p. 8).

Os caminhos que levam ao estreitamento da relação do cliente com as empresas são árduos e complexos, há que se desbravarem e exigem do profissional de marketing o planejamento, a elaboração de modelos de análise para a inserção de um novo produto no mercado, identificar e conhecer a concorrência na busca por vantagens competitivas, identificar grupos de consumidores semelhantes ou segmentos de mercado, assim como os meios para atrair o consumidor, “os quais, a publicidade veiculará a propaganda do produto” (VARGAS apud ORNELAS e BASTOS, 2014, p.55).

Os pilares básicos do marketing encontram-se na teoria dos “4Ps” desenvolvida nos Estados Unidos, pelo professor Jeremy McCarthy, em seu livro *Basic marketing* (1960) e propagada por Philip Kotler nos anos seguintes, são eles: produto, preço, ponto de venda e promoção.

Logo, sob o ponto de vista do mercado imobiliário, o marketing “é um conjunto de processos que envolvem desde o desenvolvimento imobiliário, definição do projeto, processo de incorporação, estratégias de comunicação, até o pós-venda e relacionamentos com os clientes” (LESSA, 2015, p.7).

Foi a partir dos anos 1990 que o marketing imobiliário adquiriu relevância nas grandes incorporadoras paulistas, principalmente, com a extinção do BNH (Banco Nacional de Habituação) e sua política de financiamento em 1986, quando o setor imobiliário paulistano

1 “Marketing is the activity, set of institutions, and processes for creating, communicating, delivering, and exchanging offerings that have value for customers, clients, partners, and society at large”. Disponível em: <<https://www.ama.org/AboutAMA/Pages/Definition-of-Marketing.aspx>>. Acesso em: 05/10/2018.

passou a sobreviver de vendas diretas junto aos consumidores.

No ano de 1990, durante o governo de Fernando Collor o mercado imobiliário encontrava-se numa crise que parecia penetrar cada vez mais na escuridão da recessão, devido ao grau de intervenção do governo na economia com o Plano Collor. Utilizando-se de severas medidas econômicas para estabilizar a inflação que substituíam o cruzado novo pelo cruzeiro, os objetivos do plano eram o congelamento dos preços e o bloqueio das aplicações financeiras conversíveis para a nova moeda em parcelas liberadas após um ano e meio, com juros de 6% ao ano (BELLUZO, et.al., 2002, pp.287,288).

Nesse período, havia ausência de crédito e financiamento para a aquisição de imóveis. Com o afastamento do presidente Collor do governo, em setembro de 1992, sem o cumprimento do controle da inflação desejado e a inexistência de um crescimento econômico sólido, somente a partir do '1994 a inflação foi controlada com a instituição do Plano Real, que trouxe em sua bagagem muito otimismo para o setor imobiliário.

De acordo com a matéria “Plano Real deu primeiro respiro ao setor”, veiculada no jornal o Estado de São Paulo, em março de 2013, o Plano Real é considerado o primeiro marco analítico para as transformações no setor imobiliário brasileiro. A inflação que era de 50.75% um mês antes do plano, passou para 6,95% no mês seguinte e em dois anos estabilizava-se em 1,31% (PLANO, 2013, p.71). O primeiro semestre de 1991 foi o pior período enfrentado pelo mercado imobiliário<sup>2</sup> devido “à desorganização do setor produtivo, o bloqueio do capital de giro e a falta de financiamento para a produção – todos tendo como estopim os planos econômicos decretados pelo governo” (SILVA, 1991, p.4).

Nesse momento, de crise econômica, a verba publicitária foi drasticamente reduzida. No final dos anos 1980, tornam-se claros os esforços do marketing para a compreensão da figura do consumidor, depois do fim do sonho do milagre econômico. Pesquisas apontavam que o novo consumidor era mais exigente e preocupado com preços e não havia mais ingenuidade.

No primeiro ano do prêmio “Top Imobiliário”, realizado pelo jornal Estado de São Paulo em parceria com a Empresa Brasileira de estudos de Patrimônio (Embraesp), em março de 1993, concebido para premiar os destaques do mercado imobiliário do ano de 1992, José Paim de Andrade Junior, diretor superintendente da Rossi Residencial, empresa premiada de construção e incorporação, afirmou que “desde sua criação (1980), a empresa sempre se caracterizou por ter um marketing muito mais voltado para o consumidor” e a criação do “Plano 100” (pagamento do imóvel em cem parcelas fixas), promoção criada em setembro de 1992, concentrou 47% das vendas, naquele mês na cidade de São Paulo (INOVAÇÃO, 1993, p.51).

O marketing imobiliário, com o foco no consumidor, em suas necessidades e desejos, criou estratégias de precificação, de financiamentos e de confiabilidade na qualidade do

---

<sup>2</sup> Segundo dados do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de imóveis residenciais e Comerciais de São Paulo (SECOVI). Meio e Mensagem n°473, 02 de setembro, 1991, p.4.



negócio imobiliário. Segundo Luiz Antônio Pompéia<sup>3</sup>, essas estratégias para comercializar os produtos imobiliários, utilizaram-se de “liquidações’ de imóveis (‘preço de banana’, ‘galinha morta’, ‘cheque fantasma’) bem como representaram iniciativas corajosamente criativas, da qual o ‘Plano 100’ constitui excelente exemplo”. (Ibidem).

Com a intensificação das pesquisas, nos anos 1990, realizadas junto aos consumidores, mais especificamente, da classe média paulistana que “não dá tanto valor para detalhes requintados”, as construtoras promoveram alterações nos projetos arquitetônicos, “inclusive na distribuição e dimensão dos cômodos” dos apartamentos. Essa importante demanda, procura projetos mais flexíveis, mas releva o conforto (CRUZ, 1994, p. 64.).

A comunicação, também, tornou-se mais persuasiva e controlada pelas pesquisas de mercado com o acirramento da competição entre as empresas, a partir da instauração no Brasil da agenda neoliberal.

Carlos Valladão, presidente da Eugênio Marketing Imobiliário afirma que até o final dos anos 1980, na cidade de São Paulo, “a estratégia de marketing era muito rudimentar” e o estande de vendas imobiliárias poderia ser descrito como “um caixote branco, no meio de um terreno, sem muito *glamour* ou atratividade”, porém, um novo investimento no ponto de venda tornou-se obrigatório, com o aumento da complexidade dos produtos e da demanda. Segundo Valladão, o estande precisava “transmitir a qualidade do produto”, pois mostrar um estande “mais ou menos” implicava numa associação despretensiosa com o imóvel, por parte do consumidor. Por isso, maquetes e apartamentos luxuosamente decorados, “raros ou coadjuvantes tornaram-se tão importantes” (VENDA, 2013, p.51).

Ricardo yazbek, vice-presidente dos assuntos legislativos e urbanismo metropolitano do Sindicato de habitação (Secovi/SP) considera fator determinante para a guinada do mercado imobiliário, principalmente a partir do ano de 1997 a aprovação da Lei 95.44/97 no Congresso Nacional que criou um marco regulatório para o setor, com a criação do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) e instituiu para o crédito a garantia da alienação fiduciária que conferiu agilidade à retomada judicial dos imóveis. Segundo o vice-presidente da imobiliária Fernandez Mera, Vinícius Leite, ao longo dos anos, sobretudo até o ano de 2004, todo o arcabouço jurídico com a finalidade de conferir segurança aos financiamentos imobiliários foi criado, como por exemplo: o Patrimônio de Afetação que confere a cada empreendimento certa independência financeira e jurídica da sua incorporadora<sup>4</sup>, a nova

3 Luiz Antônio Pompéia é diretor da Empresa Brasileira de estudos de patrimônio (Embraesp).

4 Vale lembrar o caso da falência da construtora Encol, em março de 1999. Em seu auge durante os anos 1980 e 1990 a empresa fora a maior e mais importante construtora do país, faturava quase 2 bilhões de reais por ano (em valores atualizados), empregava 23 mil pessoas e construiu mais de 100 mil apartamentos. Sua falência foi o mais duro golpe na credibilidade do mercado imobiliário brasileiro devido ao abandono à própria sorte de 42 mil clientes que estavam pagando e aguardando por seus apartamentos. O modelo de administração da Encol foi apelidado por muitos economistas como ‘bicicleta’, pois os novos empreendimentos financiavam os anteriores. A empresa não poderia parar de pedalar nunca. Para continuar a vender seus apartamentos à empresa chegava a garantir a recompra do apartamento vendido, pagando inclusive os juros corrigidos. A regulamentação do regime da afetação patrimonial se deu pela necessidade de resgatar a confiança dos consumidores no mercado imobiliário, abalado por grave crise de credibilidade

Lei do Inquilinato instituída para facilitar as ações de despejo e a Lei do Incontroverso que obriga o pagamento de juros em juízo nos casos de disputas judiciais. Vinícius afirma que “antes os bancos não sabiam como se livrar do mau pagador. A partir de 2004, os financiamentos começaram a ocorrer, passaram para 30 anos e a parcela caiu de valor” (PLANO, 2013, p.71). Esses instrumentos legais, que incentivaram a concessão de empréstimo habitacional, sintonizados com a reforma neoliberal do Estado e aliados ao crescimento da renda *per capita*, do emprego e taxas baixas de inflação, criaram um ambiente fértil para o mercado imobiliário.

Diante dessa perspectiva, podemos afirmar que os anos 1990 e a primeira década dos anos 2000 representaram um marco analítico (em especial a partir do Plano Real), para o setor imobiliário a partir da inflexão na gestão das incorporadoras brasileiras, favorecendo o aumento da racionalização dos processos administrativos, a valorização do marketing com foco no consumidor, a maximização dos investimentos em pesquisas para a redução dos riscos nos negócios. Também, porque muitas dessas empresas, nesse momento, passaram a realizar atividades simultâneas de incorporação, construção e vendas, muitas vezes incluindo a realização do projeto arquitetônico (VARGAS, 2014, p.161).

A partir do ano de 2005, outro ponto de inflexão no mercado imobiliário nacional foi à abertura de capital das incorporadoras, grande parte delas sediadas na cidade de São Paulo, na bolsa de valores. Nessa ocasião, as incorporadoras passaram a financiar o investimento com recurso ao mercado de capitais, aproveitando a ampliação significativa do crédito habitacional no governo do presidente Lula, para a expansão de suas receitas e lucros, em um curto período de tempo. Entretanto, o aumento rápido do investimento não poderia ser financiado com o acesso ao financiamento bancário, pois os bancos possuíam limite de crédito para um mesmo devedor ou com recursos próprios. Então, o acesso ao mercado de capitais com a emissão de ações e debêntures representou uma oportunidade para as empresas que precisavam de um volume grande de capital para ser investido na compra de terrenos. Também, a área de atuação das incorporadoras, se expandiu geograficamente para outras regiões, com o objetivo de cumprir metas estabelecidas pelos investidores financeiros.

Frente à lógica financeira, os investidores internacionais, ávidos por obter uma fatia dos rendimentos gerados no âmbito dos negócios imobiliários, exigiam um posicionamento mais agressivo das incorporadoras no mercado referente aumento do volume dos lançamentos e a busca por altos VGVs.<sup>5</sup>

Após período de crise no setor imobiliário, como foram os anos 1980 e o início dos anos 1990, momento da criação de estratégias de preços e financiamentos, a gestão de marketing exercerá o papel de realizar cada vez mais pesquisas, controlar dados, segmentar

---

e assegurar direitos aos adquirentes de unidades autônomas de edifício em construção no caso de falência ou insolvência civil do incorporador.

5 VGV é o Valor Geral de Vendas. Um valor calculado pela soma do valor potencial de venda de todas as unidades de um lançamento imobiliário. A lógica dos grandes condomínios se insere na busca por altos VGVs

o público-alvo, nutrir possíveis consumidores, criar estratégias persuasivas ancoradas em dados, compartimentar desejos e necessidades. Entretanto, após a abertura de capital das incorporadoras na bolsa de valores, as empresas têm apostado num marketing renovado que tem assumido grande protagonismo sintonizado com a gestão de *branding* e a gestão da inovação.

Mesmo com o declínio do mercado imobiliário no ano de 2015, com acentuada redução da demanda e um número significativo de distratos, o investimento em marketing torna-se central para desovar estoques e impulsionar vendas, já que existem muitos produtos e poucos clientes. Nessa cena, as estratégias de diferenciação dos produtos constituem-se essenciais para a comercialização da habitação.

A partir dos anos 2000, outro aspecto que também, merece destaque e afetou decisivamente a racionalização das práticas administrativas de marketing no setor imobiliário, foi à revolução tecnológica. A partir daí, deflagra-se um novo consumidor, que interage organicamente com as empresas no meio digital, transformando-se até mesmo num “influenciador digital” ou divulgador das marcas com as quais, seu “eu” e seus “valores” encontram ressonância. Conjuntamente, o volume de dados coletados nos canais digitais das empresas aumentou substancialmente, bem como, a agilidade nos processos administrativos.

Consequentemente, as representações do habitar sofrem uma visível mutação com o uso da computação gráfica e a criação de novos algoritmos que criam imagens 3D e a simulação dos produtos, dispensando a mediação do “objeto real” como o ato de fotografar exigia. O avanço tecnológico favorece também, o investimento constante e sempre renovado das incorporadoras na construção de seus ambientes digitais como: sites, blogs, redes sociais, etc. que alargaram exponencialmente seus pontos de contato com os clientes.

Por outro lado, intensificam-se os investimentos do setor imobiliário em eventos de lançamentos que funcionam como “iscas de atratividade” à visitação do estande, contando com shows, alimentação, compras, sorteios, brincadeiras para as crianças, etc. Nessa trama complexa de interação comunicacional qualquer pequenina ação como: o café servido no estande, o oferecimento de presentes, o atendimento diferenciado do corretor, faz parte de um todo meticulosamente programado com o propósito de gerar associações positivas na mente do consumidor. Essas são novas representações do habitar, veiculadas numa diversidade de mídias, distantes agora da mídia impressa, principalmente do jornal, que caracterizou os anúncios do mercado imobiliário por décadas na cidade de São Paulo.

À luz dessas questões, podemos concluir que os aspectos invisíveis que sustentam as representações do habitar na contemporaneidade, envolvem a imbricação do *branding* com a gestão de inovação nas empresas imobiliárias alicerçados num investimento significativo em pesquisas por parte das incorporadoras, e no emprego de profissionais competentes para ordenar e interpretar esses dados. Sem dúvida, todas essas iniciativas

convergem para conferir força e valor às marcas das incorporadoras paulistanas, como veremos a seguir.

### **3 | O VALOR AGREGADO AO PRODUTO: INOVAÇÃO E BRANDING NO MERCADO IMOBILIÁRIO**

A partir do final dos anos 1990, nota-se nas empresas imobiliárias paulistanas a preocupação na gestão de suas marcas. O diretor de marketing e inovação da incorporadora Tecnisa, Romeu Busarello afirma que o mercado imobiliário "é um dos que mais investe em marca no Brasil", porém, na busca frenética por diferenciais competitivos, torna-se necessário "renovar e inovar o tempo todo" (BUSARELLO, 2015, p.9).

O *branding* e a gestão de inovação se inter-relacionam, pois, ambos atuam na busca de respostas positivas por parte do consumidor com a finalidade de influenciar suas escolhas (BREXENDORF, BAYUS, KELLER, *passim*, 2015).

A busca por vantagens competitivas impõe para as empresas o desenvolvendo do espírito criativo entre os seus colaboradores, o investimento contínuo em capacitação profissional, em tecnologia e principalmente, na formação de uma cultura para a inovação. Pode-se inferir que quanto mais rápida as vendas num lançamento imobiliário, maior a percepção do cliente em relação aos diferenciais do produto e da empresa.

Tornar atraente a mercadoria habitacional é um exercício perpétuo por parte da gestão de inovação na criação de novas necessidades para o consumidor, enquanto as antigas, ainda não tiveram tempo de envelhecer. Assim, a empresa pode vir ocupar posição de destaque no mercado, muitos passos a frente de seus concorrentes. Entretanto, a inovação há que ser compreendida em sentido amplo, como por exemplo: no uso de novas tecnologias, sistemas construtivos, no desenvolvimento do projeto, na adoção de diretrizes de sustentabilidade para os empreendimentos, nas ações de comunicação e relacionamento com o cliente e também na gestão das empresas.

A gestão da inovação está intimamente relacionada com a gestão de *branding*, observadas nas experiências propostas pelas incorporadoras que cobrem desde o primeiro contato do cliente no ambiente digital das empresas, sua visita ao estande de vendas até as ações de comunicação no pós-venda. A identificação da marca com o produto habitacional (que não existe em sua forma material nos lançamentos imobiliários) confere ao modo como ele é comercializado, grande ênfase na transmissão de valores. Segundo Philip Kotler, a "arte do marketing é, em grande parte a arte de construir marcas. Algo que não tenha marca será provavelmente considerado uma *comodity*, um produto ou serviço genérico". Conferir valor à imagem institucional e aos produtos cabe à imagem de uma marca forte cuja característica é gerar receitas contínuas para as empresas com o objetivo último de fidelizar o consumidor (KOTLER, 1999, p.86).

Ao administrador de marketing cabe a função de desenvolver a profundidade da

marca, pois o valor da marca não se encontra em seu nome, mas, nos seus propósitos e na riqueza de associações promovida na mente do consumidor, como por exemplo: seu valor líquido (valor financeiro), sua identidade (significado projetado pela marca), posicionamento (os benefícios na mente do consumidor), personalidade (características humanas incorporadas à marca), caráter (aspectos éticos) e imagem (modo como a marca é vista pelo mercado). Se o consumidor reconhece a intenção da marca em comunicar tais propósitos sua relação com ela será mais emocional do que racional (YANAZE, 2007, p.279).

Na celebração dos 30 anos do prêmio marketing Best (2017), que referencia os grandes êxitos da atividade mercadológica no Brasil, 40 *cases* foram selecionados pela Academia Brasileira de Marketing (Abramark). Dentre as empresas premiadas, a incorporadora Gafisa representava o setor imobiliário. Em entrevista para a revista Marketing, Luiz Chagas Pereira, gerente de marketing institucional da empresa, defende um marketing renovado, adaptado ao novo consumidor em busca de marcas com propósito. De acordo com Pereira, o “processo de *branding* é natural e já faz parte da cultura de nossos negócios. A maioria de nossas ações de *branding* e *branded content*<sup>6</sup> é realizada com histórias reais e *cases* de clientes” (PEREIRA, 2017, p.43). Esses *cases*, de cunho emocional, podem ser observados nas diferentes plataformas digitais da incorporadora Gafisa e representam experiências memoráveis dos clientes, muitas delas, envolvendo estratégias de fidelização da marca, que servem de testemunho e conferem solidez para os novos negócios da empresa. Certamente, eles ilustram um deslocamento da antiga estratégia verbal de recomendação “boca-a-boca” da marca, que limitava o universo social das empresas, para estratégias que captam imagens do justo momento da emoção do cliente, quando surpreendido ou lisonjeado, veiculadas no ambiente digital, alargando enormemente o espaço de exposição da marca das incorporadoras.

Conseqüentemente, torna-se vital para a saúde das empresas o casamento entre a gestão de inovação e gestão da marca, porque influenciar a decisão de compra, não se trata de simplesmente oferecer um produto, mas, valores, propósitos, experiências memoráveis, novos conceitos de morar, conteúdos relevantes para os clientes que só uma marca forte pode oferecer.

Para configurarmos essas questões utilizaremos três exemplos extraídos da realidade social, a partir do trabalho de campo que realizamos na cidade de São Paulo, são eles: o lançamento do Square Ipiranga da incorporadora Gafisa, o lançamento do Jardim das Perdizes da incorporadora Tecnisa e o conceito do tempo<sup>2</sup> desenvolvido pela incorporadora Vitacon.

---

6 O *branded content* trata de oferecer conteúdos e informações relevantes para os clientes em diferentes formatos e mídias com o objetivo de estreitar os laços entre o consumidor e a empresa.

## 4 | A ARTE DE CONSUMIR A MERCADORIA HABITACIONAL NA CIDADE DE SÃO PAULO NO SÉCULO XXI

Como vimos, na contemporaneidade, o modo como à mercadoria habitacional é ofertada ao mercado, impõe a necessidade constante das empresas repensarem o relacionamento com seus clientes e suas marcas utilizando-se de ações inovadoras, principalmente, para a conquista do ponto de equilíbrio entre o mundo “real” e o ambiente “digital” onde seus consumidores potenciais orbitam, promovendo uma experiência holística com suas marcas.

Com a entrada das incorporadoras na bolsa de valores a partir de 2005, a competição entre as empresas tornou-se mais acirrada devido à necessidade iminente do cumprimento das exigências dos investidores internacionais, quanto ao volume de lançamentos. Sob a lógica dos altos VGVs, o cotidiano passa a ser cada vez mais planejado, então, ele “não é mais o lugar em que se confrontavam a miséria e a grandeza da condição humana” (LEFEBVRE, 1991, pp..81,82), mas, o lugar da organização e prática social do espetáculo do consumo, que antecede a esfera da produção da mercadoria habitacional. É o que veremos a seguir, a partir da realidade social vivenciada por nós, na cotidianidade da cidade de São Paulo.

Em nossa visita ao estande de vendas do lançamento das duas torres residenciais do condomínio Square Ipiranga, da incorporadora Gafisa (2017), havia uma grande festa com um show intimista da cantora Paula Lima, um espaço de brincadeiras reservado para as crianças, um setor de alimentação e uma sala ampla, denominada de “Museu Tecnológico” que nos chamou muita atenção, por representar de fato, um artifício inovador dentre as estratégias de comunicação utilizadas pelo setor imobiliário na cidade de São Paulo. Aqui nos situamos diante do conceito renovado de “Indústria Cultural”<sup>7</sup>, expressão e manifestação do *zeitgeist*.

O museu contava com inúmeras telas de vídeo nas paredes, com fones de ouvidos e uma maquete gigantesca iluminada no centro da sala, ao redor da qual circulávamos. Em algumas telas dispostas nas paredes, filmes narravam à história do bairro do Ipiranga com depoimentos das pessoas que cresceram no bairro. Com um tom de voz emocional, os moradores do bairro discorriam sobre o passado, o presente e suas esperanças no futuro, construindo significados para o consumidor. Em outras telas podíamos escolher livros, com conteúdos relevantes sobre o bairro e o museu do Ipiranga. Segundo o catálogo do museu, os livros eram narrados através de um sensor que captava ondas de rádio. Numa tela, na forma de um grande portal, sensores assimilavam cada movimento, assim, com o toque de nossos dedos podíamos adiantar e controlar o tempo ou retrocedê-lo, num desfile de imagens que se iniciavam com a Independência do Brasil. Também, a fachada do Square

---

7 O conceito de “indústria cultural” é amplamente discutido no livro de Theodor Adorno e Max Horkheimer *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos* (1947). Esse conceito representa o momento em que a cultura, a arte, são capturadas pelo mercado para estimular o consumo de massa, utilizadas com o fim do lucro, no capitalismo industrial.

Ipiranga estava representada em uma tela vertical de grande proporção, com o manuseio de um botão conseguíamos monitorar e controlar sua iluminação desde o amanhecer até o pôr do sol. Havia no espaço do museu, uma projeção de imagens, segundo o catálogo do museu, elas retratavam: “o melhor do lazer, sofisticação e conforto com toda a segurança”<sup>8</sup> do futuro empreendimento.

Quando saímos do museu percebemos que essa viagem no tempo havia impactado nossos sentidos, devido a nossa interação com o bairro, com a grandiosidade da maquete iluminada no centro da sala e com a luminosidade da fachada que podíamos controlar escolhendo diferentes nuances de luz, conferindo-lhe um ar estético. A penumbra do ambiente do museu nos proporcionou um acolhimento, uma sensação de bem estar.

Outra visita que realizamos foi ao lançamento do Jardim das Perdizes<sup>9</sup> (2013) da incorporadora Tecnisa, na zona oeste da cidade. Surpreendidos com o gigantesco estande de vendas, fomos recebidos por um corretor numa enorme sala de vendas que nos questionou a respeito de nossas necessidades e desejos. O empreendimento Jardim das Perdizes está situado num terreno de 250.000 m<sup>2</sup>, com 50.000m<sup>2</sup> de área verde, conta com infraestrutura hoteleira, corporativa, residencial, de conveniência e um parque, com a previsão da construção de 28 torres, caracterizando um bairro planejado com baixíssima densidade demográfica.

Após a conversa, o café, iniciamos nosso tour no estande de vendas. Em uma sala, destacavam-se duas maquetes iluminadas, em grandes proporções, sobre as paredes inúmeros painéis fotográficos explicavam o projeto e as vantagens de morar num bairro planejado. Outra sala abrigava um cinema com a exibição de um filme que narrava às virtuosidades da empresa e os atributos tangíveis e intangíveis do bairro planejado, com imagens espetaculares tecidas com trilha sonora, numa escalada de emoções. Nos apartamentos-tipo luxuosamente decorados, havia telas em vários compartimentos, exibindo filmes que retratavam a trajetória de sucesso da incorporadora. No estande, um grande terraço dava para o parque. Na área reservada ao parque havia uma feira com comidas. Nas palavras do Diretor de marketing da incorporadora Tecnisa, Romeu Busarello, no lançamento dos Jardins das Perdizes, a principal mídia utilizada foi uma Feirinha Gastronômica, “foi à mídia que mais gerou visitação no stand de vendas: foram 497 visitas em 75 dias”. A saber, nesse lançamento foram utilizadas 147 mídias, como por exemplo: “links patrocinados, banner na página do UOL, post na página do *facebook* do Palmeiras (o estádio está localizado na mesma região do empreendimento), anúncio de jornal, *drones*, *Google Glass*, Feira Gastronômica, anúncios nos sites de mercado homoafetivo, etc.” (BUSARELLO, 2015, p.9). Para Busarello, mesmo a corrida de uber, que

---

8 Segundo catálogo do museu distribuído aos visitantes.

9 “O projeto é propriedade da sociedade de propósito específico Windsor Investimentos Imobiliários Ltda. (Windsor), na qual Tecnisa detém participação de 68,90%, a PDG 25%, por meio da Agra Empreendimentos Imobiliários S.A., e a BVEP 6,10%”. Disponível em: <<https://www.tecnisa.com.br/blog/institucional/tecnisa-lanca-hoje-o-jardim-das-perdizes-bairro-planejado-mais-moderno-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 25/10/2018.

a empresa paga ao cliente que deseja visitar o lançamento, é considerada mídia.

Essa explosão de mídias, utilizada como suporte material para divulgação da marca da incorporadora, demonstra o esforço por parte do marketing em enriquecer a experiência do cliente, na busca por vantagens competitivas. Por outro lado, a cidade resume-se na proximidade do condomínio com grandes vias de acesso aos principais pontos de interesse da capital paulistana, sob a lógica do automóvel.

Em nossa participação no congresso Conecta Imobi, em setembro de 2018, na cidade de São Paulo, na palestra de Alexandre Frankel, sócio fundador da incorporadora Vitacon, percebemos a potência da criação de um “conceito” para a mercadoria habitacional sob o imperativo da “qualidade de vida”, quando o espaço “em si” da moradia não é considerado um atrativo para o consumidor. A Vitacon pretende revolucionar a forma como as pessoas vivem na cidade. Na contramão da migração da classe média paulistana para bairros planejados, da reprodução da vida nos condomínios-clubes a incorporadora propõe a relação salutar do consumidor com a cidade. Assim, caminhar num bairro consolidado, apreciar a paisagem, trabalhar, divertir-se, estudar perto de casa, representam as necessidades e desejos contemporâneos. A tendência por espaços cada vez menores, onde o valor da terra urbana é alto, justifica o lançamento da Vitacon do menor apartamento das Américas de 10m<sup>2</sup>, situado no bairro do Higienópolis. Segundo Alexandre, as pessoas não querem mais serviços domésticos, pagar condomínios e impostos caros, mas tempo para usufruir a vida em família, cuidar da saúde, interagir com a cidade, socializar.

Outra questão abordada com veemência, pelo palestrante foi a da economia compartilhada. Para quê possuímos coisas sem uso constante? Devemos compartilhar ferramentas, carros, bicicletas, motos, lavanderia, cozinha, horta e até mesmo o próprio apartamento, locando-o quando estiver sem uso como um quarto de hotel. A empresa possui uma plataforma que disponibiliza as unidades vazias e sua locação é realizada 100% *online*. Assim, nas palavras de Alexandre, há que se combater o comportamento insano nas grandes cidades, no momento em tudo se torna difícil, e investir no compartilhamento, na mobilidade urbana, na socialização, para uma vida plena. A política de compartilhamento adotada pela empresa é justificada também, na questão sustentabilidade do planeta. Se a cidade é tão aclamada, nas propostas da Vitacon, sem dúvida, sua vocação para a diversidade encontra-se totalmente obscurecida, o compartilhamento convoca apenas seus pares.

Por sua vez, sufocado pelo conceito, o espaço, especificidade e labor do arquiteto, torna-se inexistente. Por fim, Alexandre, encerra sua palestra afirmando categoricamente<sup>10</sup>: “nós não comercializamos metro<sup>2</sup>, mas tempo<sup>2</sup>”.

---

10 Palestra Alexandre Frankel no Congresso Conecta Imobi, setembro 2018. O Conecta Imobi é o maior evento da América Latina destinado ao marketing imobiliário. Em setembro de 2018 contou com a participação de 4500 pessoas, dentre elas, corretores de imóveis, profissionais de marketing e incorporadores do Brasil e de outros países.



## 51 CONCLUSÃO

Para Henri Lefebvre, a publicidade não se constitui somente como ideologia de consumo, ela “se baseia também na existência imaginária das coisas, da qual ela é a instância. Ela implica a retórica, a poesia, sobrepostas ao ato de consumir, inerentes às representações”. Consumir para o autor é um ato fictício, por isso há uma fronteira móvel entre o consumo imaginário e o real, quer dizer, a habitação constitui-se uma mercadoria, ou um bem porque é afetada por signos, “mas também o grande consumo conduz aos signos dos ‘bens’ sem esses bens” (LEFEBVRE, 1991, p.100).

Confirmando esse prenúncio de Lefebvre para os dias atuais, na dimensão do “grande consumo” que caracteriza a compra da moradia nos lançamentos imobiliários, podemos sugerir um deslocamento semântico do campo da publicidade, para o campo do marketing imobiliário em função da diversidade de suas atividades, principalmente, o planejamento e controle das imagens do habitar e de cada ponto de contato do cliente com as empresas e suas marcas.

A partir dos três exemplos acima, assistimos à apropriação da “cultura” pelo mercado imobiliário, não mais a cultura dita “erudita” ou a “cultura de massa”, produto da indústria cultural criticada por Adorno e Horkheimer nos anos 1940, mas a cultura segmentada para grupos específicos, presente no dia a dia das pessoas. Essa “cultura” fatiada em inúmeros pedaços implica a compreensão apurada por parte do marketing das transformações na sociedade, o entendimento das novas gerações, suas aspirações, hábitos e gostos com o uso de pesquisas, levantamento e interpretação de dados.

Como vimos, na dimensão do “grande consumo” não se trata simplesmente do consumo da moradia, mas de seus valores simbólicos, então, a cultura caracteriza-se como “peça central na máquina reprodutiva do capitalismo, a sua mola propulsora” (ARANTES, 1998, p.153). Logo, a escolha do *show* musical, do cardápio da alimentação, das imagens, dos conteúdos, das estratégias no meio digital, da decoração do apartamento-tipo, de produtos das marcas dos parceiros das incorporadoras, baseia-se no perfil do público-alvo de interesse das incorporadoras.

Nosso problema no desenvolvimento deste artigo foi compreender de que forma as imagens do habitar aderidas aos valores do mercado incentivam a produção da alienação do direito à cidade. Certamente, poderíamos conferir à inflação de imagens no consumo da moradia ou mais precisamente, à “experiência da marca” que envolve um conjunto de respostas subjetivas por parte do consumidor e incluem aspectos sensoriais, afetivos, cognitivos e sociais relacionados à sua identidade, um sentido de alienação. Tal quadro desvela a cotidianidade racionalmente programada pelo marketing imobiliário, e sua força em oferecer um modelo totalizante de realidade social.

Se, como afirmam Schultz e Barnes (2001, p. 22) “a marca é o ativo principal da organização de marketing no mercado do século XXI”, o investimento significativo das

empresas imobiliárias em marca e na capitalização de seu valor em longo prazo, encontra justificativa plausível.

Assim, confirmamos nossa hipótese referente ao protagonismo do marketing imobiliário nos dias atuais, pois, na busca por uma resposta diferencial por parte do consumidor a empresa maximiza o processo de fidelização à marca e pode vir a praticar margens mais elevadas de preços assegurando vantagens competitivas, em períodos de crise do setor.

Na esteira de Lefebvre, o ato do consumo da moradia vincula-se ao aparelho econômico-ideológico que integra hoje imagens, sistemas simbólicos e experiências que convergem para a marca das grandes incorporadoras brasileiras, assim, o quê se consome é a ideologia associada à mercadoria habitacional, atenuada e naturalizada na justificativa da criação de propósitos para o consumidor.

Nesse cenário, como críticos, nossa função social é iluminar campos cegos, instigar discussões, e em estado de vigília permanente, percebermos lacunas, nos modelos totalizantes de “realidade social” fornecidos pelo mercado, com representações convincentes que mascaram os conflitos, e as contradições no cotidiano e assim, não nos entregarmos inconscientemente à sedução do canto das sereias.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Otilia. **Urbanismo em fim de linha: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. São Paulo: EDUSP, 1998.

BELLUZO, Luiz G. & ALMEIDA, Júlio G. **Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BUSARELLO, Romeu. A importância de se reinventar no mercado imobiliário. **Revista Portal VGV**, v 1, nº 1, p 8-10, 2015.

BREXENDORF, T. O., BAYUS, B., KELLER, K. L. (2015). Understanding the interplay between brand and innovation management: findings and future research directions. **Journal of the Academy of Marketing Science**, p. 1-10.

CRUZ, Ana C. Planta interna dos apartamentos também mudou. **Acervo O Estado de São Paulo**, 10 de julho, 1994, p.64. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19940710-36789-nac-0064-imo-i9-not>>. Acesso em: 10 de setembro, 2018.

INOVAÇÃO no plano de pagamento. **Acervo O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 de março, 1993, Imóveis, p.51. Disponível: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19930314-36306-nac-0051-imo-5-not>>. Acesso em: 08 de agosto, 2018.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

\_\_\_\_\_. **Marketing para o Século XXI**. São Paulo: Futura, 1999.

LAGNEAU, Gérard. **A sociologia da publicidade**. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática S. A., 1991.

\_\_\_\_\_. **La presencia y la ausência: contribución a la teoria de las representaciones**. México: Fundo de Cultura Económica, 2006.

LESSA, Bruno. Afinal, o que é o marketing imobiliário? In **Revista Portal VGV**, Ed. 1, ano1, p. 6-7, outubro de 2015.

MADRUGA, Roberto; et al. **Administração de Marketing no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

PEREIRA, Luiz C. Gafisa. **Revista Marketing**, v. 51, n. 506, p. 43, 2017.

PLANO Real deu o primeiro respiro ao setor. **Acervo O Estado de S. Paulo**, 10 de março, 2013, p.71. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130310-43608-nac-71-imo-ci5-not>>. Acesso em: 10 de set, 2018.

SCHULTZ, Don E; BARNES, B. E. **Campanhas estratégicas de comunicação de marca**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

SILVA, Altair. Mercado imobiliário prevê pequena recuperação nos últimos meses do ano. **Meio e Mensagem**, V 13, n. 473, p. 4, 2 de set., 1991.

VARGAS, Heliana C. Publicidade imobiliária: o que se está vendendo? In **Arquitetura e mercado imobiliário**. Org. Vargas, Heliana, Araujo, Cristina P. Barueri, SP: Manole, 2014, p.52-71.

VARGAS, Heliana C.; ARAUJO, Cristina P. Habitação e dinâmica imobiliária em São Paulo: 1870-2010. In **Arquitetura e mercado imobiliário**. Org. Vargas, Heliana, Araujo, Cristina P. Barueri, SP: Manole, 2014, p. 127-171.

VENDA evoluiu para atender exigências. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 de março, 1993, Imóveis, p.51. Disponível: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19930314-36306-nac-0051-imo-5-not>>. Acesso em: 08 de agosto, 2018.

YANAZE, Mitsuru H. **Gestão de Marketing e Comunicação: avanços e aplicações**. São Paulo: Saraiva, 2007.

# CAPÍTULO 14

## O GARI E O CATADOR COMO TRABALHADORES *OUTSIDERS* E A ESTIGMA SOCIAL

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 07/07/2020

### Kayo Henrique Duarte Gameleira

UERN

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte,  
PPGCISH-UERN,  
Mossoró-RN

<http://lattes.cnpq.br/8446307096758889>

### Thallys Emanoell Pimenta de Freitas

UERN

UNP

PPGCISH

Mossoró-RN

<http://lattes.cnpq.br/7385039469373247>

### Ailton Siqueira de Sousa Fonseca

UERN

PPGCISH-UERN,

Mossoró-RN

<http://lattes.cnpq.br/4878147595860938>

**RESUMO:** O presente artigo faz uma abordagem acerca do trabalho dos garis e catadores de lixo, sujeitos que exercem diariamente suas atribuições com manuseio de lixo e objetos coletados destes. As reflexões partem dos depoimentos destes trabalhadores extraídos a partir de estudos etnográficos realizados com garis da Universidade de São Paulo, da cidade de Governador Valadares-MG e os catadores de lixo reciclável da cidade de Campina Grande-PB, bem como, dos relatos contidos no documentário Lixo Extraordinário, de Vik Muniz, onde buscaremos

demonstrar como atitudes corriqueiras praticadas por outros trabalhadores colocam os garis e catadores em situação de inferioridade social, preconceitos e desvalorização humana. Essa realidade será analisada e compreendida à luz das ideias de autores tais como Norberto Elias e John L. Scotson dentre outros. Assim, buscaremos demonstrar a caracterização destes trabalhadores como *outsiders* e a questão da estigmatização social que se encontra impregnada a estes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Garis. Catadores. Estabelecidos. *Outsiders*. Estigma.

### THE GARI AND THE COLLECTOR AS WORKERS *OUTSIDERS* AND THE SOCIAL STIGMA

**ABSTRACT:** The present article approaches the work of garbage collectors and garbage collectors, subjects who daily perform their duties with handling garbage and objects collected from them. The reflections start from the testimonies of these workers extracted from ethnographic studies carried out with street sweepers from the University of São Paulo, from the city of Governador Valadares-MG and the recyclable garbage collectors from the city of Campina Grande-PB, as well as from the reports contained in the documentary Lixo Extraordinário, by Vik Muniz, where we will try to demonstrate how common attitudes practiced by other workers put the street sweepers and waste pickers in a situation of social inferiority, prejudice and human devaluation. This reality will be analyzed and understood in the light of the ideas of authors such as Norberto Elias and John L. Scotson,

among others. Thus, we will seek to demonstrate the characterization of these workers as outsiders and the issue of social stigmatization that is impregnated with them.

**KEYWORDS:** Garis. Collectors. Settled down. Outsiders. Stigma.

## 1 | INTRODUÇÃO

Há situações que vivenciamos ao longo da nossa vida que passam despercebidas e consideramos isso normal e corriqueiro. Outras ficam adormecidas e surgem como objeto de pesquisa. Digo isto, porquanto, em idos de 1990, quando tinha pouco mais de sete anos era comum ver o consumo de produtos industrializados pela sociedade e, ao final, por ainda não se ter a cultura de reciclar, ver tais recipientes, objetos do descarte do consumo, ser guardados, a exemplo dos “copos” de requeijão, azeitonas e geleias.

Tais copos posteriormente eram “doados” de forma paulatina. Na medida em que soava o barulho no portão decorrente da batida ocasionada por pessoas que, sem ambição e sem vergonha aparentes, mas sequiosas para saciar a sede, respondiam à indiferente pergunta do “quem é?” com um distante e penoso “me dê um copo d’água, por favor!”.

Após cada evento, vivenciado nos mais diversos lares, era recorrente ver a prática da dação – ou eufemisticamente, doação - dos copos pelos moradores em favor dos pedintes. Esses, em sua grande maioria, eram pessoas que corriam pelas ruas pegando sacolas postas nas calçadas e, em movimento único, jogando-as dentro de grandes carros que naquela época não identificada como “carro de lixo”. Observava, com certa frequência, a pouca sorte do saco rasgar no menor esforço de alavanca feito pelos garis e tudo que nele continha ser espalhado no chão, aumentando o tempo de ter que limpar toda aquela sujeira.

Logo se observava o esforço e a habilidade com as mãos para coletar toda aquela imundice assentada nas calçadas e fazer com que elas desaparecessem no fundo da compactadora do caminhão. O trabalho repetitivo e exaustivo realizado pelos garis para deixar as ruas das cidades prontas para nova enxurrada de lixo, assemelha-se aos esforços realizados pelos estivadores descritos por João do Rio, pseudônimo utilizado pelo criador da crônica social moderna, Paulo Barreto (2012, p. 128), quando descreve a atividade destes, dizendo:

À Beira desse cais, saveiros enormes esperavam mercadorias; e, em cima, formando um círculo ininterrupto, homens de braços nus saíam a correr de dentro da casa, ativaram o saco no saveiro, davam a volta à disparada, tornavam a sair a galope com outro saco, sem cessar, contínuos como a correia de uma grande máquina. [...] A cara escorrendo suor. Os pobres surgiam do armazém como flechas, como flechas voltavam.

Mais tarde passamos a ter a percepção de que aquele grupo de pessoas, geralmente três ou quatro, corriam toda a extensão da rua, e de várias delas ao longo do dia. O sol escaldante da cidade que fazia o suor escorrer pelos seus corpos, era o mesmo que fazia

evaporar cada pingo do suor fazendo, em seguida, com que outros surgissem para, assim, manterem a umidade do corpo daqueles trabalhadores responsáveis pela coleta de lixo da cidade: os garis.

O mais estranho é que aquelas pessoas que geralmente se viam com alguma frequência, no mínimo uma vez por semana, em que pese tivéssemos a consciência de que passavam em média de duas a três vezes por semana, uma vez que ajudávamos a colocar os depósitos de lixo para fora de casa, mas apesar da habitualidade não se sabia o nome de qualquer deles. Todas as pessoas que via e convivia, ainda que não as conhecessem, eram reconhecidas pelo nome, mas aqueles homens corretores eram simplesmente os garis.

O fato é que permaneceram durante vários anos exercendo suas funções, e possivelmente até o mesmo grupo, e nunca me dei conta do nome de qualquer deles. Ou se sabia, agora memória acerca destes já não tenho. Assim, para todos os efeitos, eram sempre referenciados pela profissão e não pela identidade que adquiriram ao nascer: o nome.

O homem ordinário, no desempenho da sua profissão, frequentemente é lembrado pelo que exerce e não por quem é. Devo esclarecer que a concepção de homem ordinário a qual me reporto não tem a conotação pejorativa que usualmente é empregada, mas sim aquela utilizada por Michel de Certeau para caracterizar o homem das “práticas comuns”, das “maneiras de fazer”, aquele vivente da “cultura ordinária”, o “herói anônimo”, o “murmúrio da sociedade”, a quem dedicou parte de sua obra:

Este ensaio é dedicado ao homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável. Invocando, no liminar de seus relatos, o ausente que lhes dá princípio e necessidade, interrogo-me sobre o desejo cujo objetivo impossível ele representa. A este oráculo que se confunde com o rumor da história, o que é que pedimos para nos fazer crer ou autorizar-nos a dizer quando lhe dedicamos a escrita que outrora se oferecia em homenagem aos deuses ou às musas inspiradoras? (Certeau, 2014, p. 55)

Atento e inquieto diante desta realidade, tive a oportunidade, por sugestão de um professor, de assistir ao documentário *Lixo Extraordinário*, de *Vik Muniz*. No documentário é feita uma abordagem acerca dos catadores de lixo que atuavam no aterro sanitário do Jardim Gramacho, periferia de Duque de Caxias-RJ, o maior aterro sanitário aberto da América Latina então existente. É importante frisar que mesmo se tratando de trabalhadores que exercem suas profissões de sobrevivências trabalhando com materiais descartados, não podemos confundir com os garis, uma vez que este, em resumo, é o responsável pela limpeza urbana, ao instante em que aquele desenvolve seu trabalho fazendo a coleta seletiva de materiais encontrados no lixo.

Todos eles estão sujeitos às condições precárias de trabalho, o que traz prejuízos à saúde do trabalhador. Segundo estudo realizado com os garis do município do Rio de

Janeiro-RJ por Velosso, Santos e Anjos (1997) a partir do instante em que trabalham ao ar livre os garis ficam expostos às condições climáticas que causam prejuízos à saúde, sendo esta agravada ruídos produzidos nas ruas e carro do lixo, bem como, a exposição a agentes químicos e biológicos e a objetos perfurocortantes. Além destes malefícios podemos citar a perda do olfato e doenças de pele.

Entretanto, não são estes os únicos e piores males aos quais estão sujeitos os garis. Há, ainda, aqueles que afetam o íntimo de tais trabalhadores, a sua existência, a sua condição humana e, porque não dizer, a sua alma. Neste cenário é que se exterioriza a forma preconceituosa com a qual a sociedade olha, quiçá sem enxergar, tais trabalhadores como cidadão, dignos, estigmatizando-os.

O tratamento diferenciado à categoria fica patente quando recordamos que antigamente, em métodos pedagógicos não usuais, os pais e professores, como forma de incentivar os filhos e alunos a estudarem, vociferavam que “Vai estudar ou quer virar gari?”.

Ainda que de forma, possivelmente, despreziosa, a interrogação formulada como forma de incentivar o filho ou aluno ao estudo, vinha carregada de preconceito e desmerecimento, denotando, de forma clara, que o exercício de tal profissão seria um “castigo”, um estigma para os menos afortunados e uma penitência àqueles relapsos com o estudo.

Já não basta o tempo. Não quero ter essa dívida em não permitir que as pessoas enxerguem a forma como, quiçá desapercivelmente, tratam tais trabalhadores. Urge uma reflexão não só quanto a importância destes, mas também em relação a forma como os enxergamos; se é que o fazemos.

Não buscarei, com isso, exercer a hercúlea tarefa de querer fazer com que a sociedade enxergue tais trabalhadores, tornando-os visíveis diante da sua necessária “paridade participativa”, expressão utilizada por Nancy Fraser (2007) para nos alertar da necessidade de dispensarmos tratamento igualitário entre todos, mas se conseguir trazer inquietação no contexto social quanto a relevância do gari já me dou por satisfeito. Pode parecer pequena a pretensão, mas já considero um salto na miopia social.

Dito isto, devo esclarecer que no presente estudo farei uma abordagem tomando como parâmetro, não os garis da cidade de Mossoró-RN, os quais me fizeram despertar interesse na temática e aos quais reservo uma investigação maior, mas buscarei analisar a caracterização dos garis e catadores como *outsiders* e a questão da estigma social que se encontra impregnada à estes. Para tanto, tomo como referência a obra de Norbert Elias e John L. Scotson, *Os Estabelecidos e os Outsiders*. O objeto desta reflexão é, portanto, os garis e catadores do documentário Lixo Extraordinário e de estudos etnográficos realizados em três territórios distintos, entre os garis da Universidade de São Paulo, com os garis da cidade de Governador Valadares-MG e os catadores de lixo reciclável da cidade de Campina Grande-PB.

Com isto buscarei demonstrar como atitudes corriqueiras praticadas por outros

trabalhadores e relatadas pelos próprios garis colocam estes em situação de inferioridade, quando distinção aparente alguma há entre eles. O ar de soberba no tratamento que alguns trabalhadores dispensam aos garis e catadores é o tema deste estudo.

## 2 | O GARI E O CATADOR: *OUTSIDERS* E O ESTIGMA SOCIAL

A estratificação das sociedades é fato inegável, o que tem levado às mais diversas particularidades para inserção do cidadão em uma ou outra categoria ou grupo, o que enseja um distanciamento entre os seres da mesma espécie. Neste particular, é válido destacar o pensamento de Edgar Morin (2002, p. 57) no sentido de que:

As sociedades são extremamente diversas. [...]. A estruturação em castas e classes determina tipos humanos particulares. Ricos e pobres, dominantes e dominados, privilegiados e proletários, têm idéias, concepções, comportamentos que os tornam estranhos uns aos outros, como se não pertencessem à mesma espécie.

Robert Castel (2013, p. 600) faz uma precisa análise quanto ao encaixe em classes da sociedade partido da sua ocupação enquanto trabalhador ao afirmar que:

O mundo do trabalho na sociedade salarial não forma, para falar em termos exatos, uma sociedade de indivíduos, mas, sobretudo, um encaixe hierárquico de coletividades constituídas na base da divisão do trabalho e reconhecidas pelo Direito.

É neste contexto de categorização de tipos humanos que proponho a presente investigação. Impõe destacar que a obra adotada como parâmetro – *Os Estabelecidos e os Outsiders* – de Norbert Elias e John L. Scotson aborda um estudo etnográfico realizado no povoado industrial próximo a “Leicester, no fim da década de 1950 e início da de 1960” (2000, p. 13) ao qual foi atribuído o nome fictício de Winston Parva, onde inicialmente os pesquisadores pretendiam analisar a questão da delinquência, mas a convivência com os moradores fez com que deixassem tal abordagem para pesquisar “o problema mais geral da relação entre diferentes zonas de uma mesma comunidade” (2000, p. 15).

No estudo citado, que segundo os autores serve como “uma espécie de paradigma empírico” (2000, p. 21) para investigações correlatas, adota-se as palavras *establishment*, *establishede* estabelecidos para designar “grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder” e que tal grupo “se autopercebe e que é reconhecido como uma ‘boa sociedade’”, ao instante em que os *outsiders* são “os não membros da ‘boa sociedade’”, mas os estabelecidos e os *outsiders* “estão, ao mesmo tempo, separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependência”, como destaca Federico Neiburg na apresentação da obra (2000, p. 7-8).

Isto posto, aproprio-me da ideia lançada no livro para tentar demonstrar que os trabalhadores garis e os catadores, em comparação aos demais trabalhadores, podem ser



considerados como *outsiders*, a partir do instante em que os outros se comportam como estabelecidos, com pompa de superioridade, e que tal situação acaba estigmatizando-os, apresentando a obra de Elias e Scotson (2000, p. 9) caminhos para “criticar e reformular algumas das questões que organizam a agenda da ciência social contemporânea em torno de expressões como ‘exclusão’ ou ‘violência’”.

Independente da nomenclatura que se atribua ou da função que os caracterizem, todos serão considerados como membros pertencentes a um mesmo gênero: trabalhadores. Assim, desde já, soa inconcebível a existência de qualquer discriminação entre trabalhadores pelo fato de exercer uma ou outra profissão/ocupação, porquanto todos têm um ponto em comum indissociável, qual seja, retiram do esforço próprio o valor necessário para a sua subsistência.

Neste particular, surge o primeiro ponto de toque da investigação ora proposta com a obra adotada como paradigma: não há motivos aparentes para existir uma superioridade de uma profissão em relação a outra, ou seja, não devem os trabalhadores que exercem a função de gari, ou de catadores ser tratados como pessoas inferiores em relação aos demais trabalhadores, que ora os tenho como estabelecidos, assim como não existiam razões para a inferiorização de parte da população de Winston Parva – Os *Outsiders* – por àqueles que se achavam superiores, seres supremos e absolutos nas razões – Os Estabelecidos, o que nesta situação se fincavam no fato, principalmente, de estarem naquela localidade há mais tempo.

A existência desta diferenciação causa surpresa em Elias e Scotson (2000, p.21), porquanto não se justificava a diferenciação, quando destacam que:

Mesmo examinando essa questão mais de perto, era surpreendente, a princípio, que os moradores de uma área tivessem a necessidade e a possibilidade de tratar os da outra como inferiores a eles e, até certo ponto, conseguissem fazê-los sentirem-se inferiores. Não havia diferenças de nacionalidade, ascendência étnica, “cor” ou “raça” entre os residentes das duas áreas, e eles tampouco diferiam quanto a seu tipo de ocupação, sua renda e seu nível educacional – em suma, quanto a sua classe social. As duas eram áreas de trabalhadores.

A inferiorização do gari e dos catadores em relação aos demais fica por demais clara no depoimento da catadora Magna, observado no documentário *Lixo Extraordinário*, de Vik Muniz, a qual ao entrar num ônibus após um dia de trabalho, questiona a outra ocupante do transporte: “Tá me olhando assim por quê? Tou fedendo, chegando em casa tomo banho e fica melhor” (MUNIZ, 2010).

Ora, no contexto narrado, o odor exalado pela catadora foi motivo de repulsa por outros ocupantes da condução, em comportamento desrespeitoso ainda mais enquanto bípedes descendentes de um ancestral comum, o macaco, que gosta, como diz Boris Cyrulnik em sua obra *O nascimento do sentido* (1995, p. 86), “de cheirar odores inconfessáveis”. Diz ele:

O olfacto, que nos aproxima do meu cão e nos classifica entre os mamíferos osmáticos, desencadeia, pelo contrário, em nós uma impressão de nojo, até mesmo de vergonha. Desde que não se saiba que <<descendemos do macaco>>, e que gostamos de cheirar odores inconfessáveis!

A ojeriza que se tem ao odor exalado pelo outro, em especial nestas situações reportadas nesta pesquisa, enquadra-se naquilo que Cynulnik (1995, p. 88) chamou de “racismo olfativo”, o qual se acentua quando a exalação é feita por um homem ordinário, dizendo ele que:

O racismo olfativo é um velho valor ocidental; já Voltaire dizia que podia reconhecer facilmente um judeu pelo mau cheiro; hoje, ainda é fácil insular alguém dizendo-lhe que cheira mal ou que não se pode suportar. Em suma, os sub-homens têm um mau odor e só os seres <<bem-cheirosos>> escapam à animalidade.

A utilização de palavras e gestos direcionados a tal classe trabalhadora, em algumas situações, vem carregada de termos que estigmatizam, cuja finalidade de menosprezo ao outro – neste caso ao gari e aos catadores – vai depender da consciência do destinatário, como destacam Elias e Scotson (2000, p. 27), porquanto,

seu poder de ferir depende da consciência que tenham o usuário e o destinatário de que a humilhação almejada por seu emprego tem o aval de um poderoso grupo estabelecido, em relação ao qual o destinatário é um grupo outsider, com menores fontes de poder.

Ainda podemos demonstrar essa áurea de superioridade dos trabalhadores estabelecidos em relação aos *outsiders* a partir do relato do catador da cidade de Campina Grande-PB, em estudo etnográfico realizado por Josilene Barbosa do Nascimento (2016, p. 16), quando destaca que “Só ocorre quando eu tô catando, porque a partir do momento que você tira a farda que você tá, bota uma roupa no corpo, já não é a mesma pessoa”.

Essa superioridade que os estabelecidos sustentam deságua em falta de atenção e até a ausência do olhar em relação aos *outsiders*, fazendo com que estes não se sintam valorizados e ausente a sua realidade humana, porquanto o ser humano tem necessidade de ser reconhecido pelo outro para que sua vida passe a ter sentido, como destaca Frantz Fanon (2008, p. 180):

O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a um outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece o tema de sua ação. É deste outro, do reconhecimento por este outro que dependem seu valor e sua realidade humana. É neste outro que se condensa o sentido de sua vida.

Em igual sentido entende Todorov (1996, p. 89) ao mencionar que “É reconhecimento que determina mais do que qualquer outra ação, a entrada do indivíduo na existência especificamente humana”, apontando a importância do reconhecimento profissional que

traz consequências na vida pessoal, pois “Tenho necessidade de receber reconhecimento tanto no plano profissional como em minhas relações pessoais no amor e na amizade” (1996, p. 90) para então concluir que “Toda coexistência é um reconhecimento” (1996, p. 90).

De igual sorte, Nancy Fraser (2007, p. 111) aponta o reconhecimento pelo próximo como pré-condição a construção da subjetividade e, por conseguinte, ao pleno desenvolvimento humano, sustentando que:

Ser reconhecido por um outro sujeito é uma condição necessária para a formação de uma subjetividade integral e não distorcida. Negar a alguém o reconhecimento é privá-la(o) dos pré-requisitos fundamentais para o pleno desenvolvimento humano.

No estudo realizado em Winston Parva, os pesquisadores registraram (2000, p. 29) que os estabelecidos tinham como prática comum apontar os *outsiders* “como não sendo particularmente limpos” ao instante em que aqueles “orgulham-se de ser mais limpos, nos sentidos literal e figurado”. Assim, os estabelecidos tinham o sentimento difundido de que “o contato com os membros dos grupos *outsiders* contamina, observado nos grupos estabelecidos, refere-se à contaminação pela anomia e pela sujeira, misturados numa coisa só”.

Uma vez mais denota-se o contato desta obra com os trabalhadores garis e catadores, porquanto é corriqueiro notar esse, quiçá, receio que os estabelecidos têm ao manter contato com os *outsiders*, a exemplo da emblemática situação da dação do copo, após o mesmo ser utilizado pelo gari. Tal situação foi relatada pelos garis em estudo etnográfico realizado na cidade de Governador Valadares, como destaca Miranda (2017, p. 98) que:

Em outra ocasião, um dos fiscais me contou que em alguns locais onde as profissionais pedem água, as pessoas servem a água e em seguida doam a elas o copo após o uso. Segundo o fiscal, elas agem assim por nojo de pegar o recipiente de volta.

O morador que faz o gesto simbólico de doar o copo ao gari deve se achar superior, quem sabe mais humano ou mais digno que os garis e catadores. Cabe destacar, entretanto, que a dação do copo não caracteriza, neste cenário, um ato humano ou até mesmo um gesto de cordialidade ou, quiçá, gratidão, mas sim, longe destes, um ato de repulsa, enojamento, porquanto aqueles moradores não querem ou não aceitam compartilhar do mesmo copo que foi utilizado pelos, segundo àqueles, sujos garis e catadores. Assim, Elias e Scotson (2000, p. 19) reforçam a superioridade reinante entre os estabelecidos quando diz que o

grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior – o carisma grupal distintivo – que o grupo dominante atribuía a si mesmo.

Ademais, não é comum de se observar, sendo fato raro de se ver, um gari ou um catador ser cumprimentado por trabalhadores que se julgam estabelecidos, sendo mais incomum ainda constatar um aperto de mão entre estes. Tal fato possivelmente ocorre em razão da repulsa que os estabelecidos têm de sentir a mão daqueles que a utilizam para pegar em lixo, porquanto se julgam seres superiores e não podem ser “contaminados” pelo lixo que eles mesmos produzem. Ao enxergar os garis e os catadores como uma profissão menos digna e como sujeitos inferiores, os estabelecidos evitam manter contato para que não se sintam rebaixados. Norbert Elias e Scotson (2000, p. 26) constataram tal evitação social ao destacar:

Ao mesmo tempo, a evitação de qualquer contato social mais estreito com os membros do grupo outsider tem todas as características emocionais do que, num outro contexto, aprendeu-se chamar de 'medo da poluição'. Como os outsiders são tidos como anômicos, o contato íntimo com eles faz pairar sobre os membros do grupo estabelecido a ameaça de uma 'infecção anômica': esses membros poder ficar sob a suspeita de estarem rompendo as normas e tabus de seu grupo; a rigor, estariam rompendo essas normas pela simples associação com membro do grupo outsider. Assim, o contato com os outsiders ameaça o 'inserido' de ter se status rebaixado dentro do grupo estabelecido. Ele pode perder a consideração dos membros deste – talvez não mais pareça compartilhar do valor humano superior que os estabelecidos atribuem a si mesmos.

A esta altura me fez recordar o depoimento do catador Valter Santos, extraído do documentário de Vik Muniz (2010) quando afirmou que “A luta é grande, companheiro, mas a vitória é certa. Ser pobre não é ruim; ruim é ser um rico, no mais alto degrau da fama com a moral coberta de lama”. Decerto, é mais digno ter a mão suja pelo meio do qual retira o sustento, do que ter uma moral coberta de lama ao evitar ter contato com tais trabalhadores, se julgar superior e pensar que pode discriminar o próximo. Cada trabalhador é singular no exercício do seu mister, mas ao final são todos iguais, porquanto além de humanos são trabalhadores. Como diria Morin (2002, p. 59) “Cada indivíduo vive e experimenta-se como, sujeito singular; essa subjetividade singular, que diferencia cada um, é comum a todos”.

O modelo paradigmático que a obra de Elias e Scotson (2000, p. 21) representa e a possibilidade de utilizá-la para análise da questão dos garis e catadores fica ainda mais evidente quando os citados pesquisadores trazem a cotejo a situação dos, podemos assim dizer, garis japoneses ou Burakumin. Em tradução livre, Burakumin que dizer “repleto de imundície”, os quais faziam parte da casta mais baixa da hierarquia social, trabalhando nas funções tidas como impuras, dentre elas a de gari. Tais trabalhadores “comumente tidos como sujos e quase inumanos” eram tratados com ojeriza pelos estabelecidos, em que pese não existir razões justificadoras de tamanha distinção no tratamento – se é que razões há para subsidiar qualquer tratamento discriminatório – inexistindo, inclusive, qualquer diferenciação física, veja-se:

Essas pessoas têm moradias piores, são menos instruídas, têm empregos mais árduos e mal remuneradas e são mais propensas a enveredar pelo caminho do crime do que os japoneses comuns. Poucos japoneses comuns dispõem-se conscientemente a ter um convívio social com elas. Um número ainda menos deixaria que um filho ou uma filha se casasse com um membro de uma família de párias.

No entanto, o mais extraordinário é que não há nenhuma diferença física essencial entre os descendentes dos párias e os demais japoneses...

Séculos de discriminação, sendo tratados como sub-humanos e levados a crer que, em sua condição de burakumin, eles não eram suficientemente bons para fazer parte da vida dos japoneses comuns, deixaram cicatrizes na mente dos burakumin...

Ora, se à semelhança dos moradores de Winston Parva, não podemos observar qualquer distinção entre os garis e catadores com os demais trabalhadores, por que haveria de existir a distinção de tratamento? Por que os estabelecidos lançam olhar de preconceito ou de repulsa ao se deparar com aqui tratado como *outsiders*? Pondere-se que tal questionamento também foi suscitado pelos pesquisadores (2000, p. 20) quando interpelaram:

De que modo os membros de um grupo mantêm entre si a crença de que são não apenas mais poderosos, mas também seres humanos melhores do que os de outro? Que meios utilizam eles para impor crença em sua superioridade humana aos que são menos poderosos?

A ausência de reconhecimento que os estabelecidos impõem aos *outsiders* é, em verdade, a maneira que àqueles utilizam para se manter e se sentirem pessoas superiores, excluindo-os do seu convívio social, porquanto segundo Norbert Elias e Scotson (2000, p. 22),

a exclusão e a estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar.

A estigmatização do gari e dos catadores, sem sombra de dúvida, está atrelada ao modo como e onde desempenham suas atribuições, mas deve ser levado em consideração, também, o padrão salarial destes, cuja monetarização é levada em consideração pelos estabelecidos enquanto meio de valoração da condição humana do *outsider*.

Neste cenário, podemos concluir que a estigma lançada em relação aos trabalhadores em questão não diz respeito às suas qualidades pessoais, mas sim ao fato de se encontrarem implicados e vinculados a um grupo de trabalhadores que desempenham suas funções no manuseio do lixo. Aliás, tal constatação, de que a estigmatização é grupal foi observada em Winston Parva, quando os autores assentaram que (2000, p. 23):

Na atualidade, é comum não se distinguir a estigmatização grupal e o preconceito individual e não relacioná-los entre si. Em Winston parva, como em outros lugares, viam-se membros de um grupo estigmatizando os de outro, não por suas qualidades individuais como pessoas, mas por eles pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente e inferior ao próprio grupo.

Os trabalhadores estabelecidos como forma de demonstrar, quiçá, pertencimento social e se apresentar como trabalhadores mais poderosos e, por conseguinte, dignos, passam a desmerecer os trabalhadores *outsiders* e a “afixar o rótulo de ‘valor humano inferior’ a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social” (2000, p. 23-24).

Tal modo de pensar e agir, contribuindo para negação da existência e reconhecimento do próximo, acaba estigmatizando uma classe de trabalhadores tão digna quanto qualquer outra, ensejando um imerecido separatismo e enclausuramento, quando a bem da verdade e do bom convívio, deveriam coexistir com paridade de participação, como destaca Nancy Fraser (2007, p. 109) “ao enfatizar a igualdade de *status* no sentido da paridade de participação, ele valoriza a interação entre os grupos, em oposição ao separatismo e ao enclausuramento”.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado pelo homem, ainda que não possua um fim em si mesmo, é uma das formas utilizadas para se sentir pertencido ao meio do qual faz parte. Entretanto, não necessariamente, todos que exercem um ofício de forma digna tem o devido reconhecimento social.

Há trabalhadores que se assenhorando de um reconhecimento que impõe, julgam-se superiores aos demais, como se sua condição humana fosse além dos demais, sendo mais dignos e mais humanos. A partir desta avocação superlativa da condição humana, tais trabalhadores tidos como estabelecidos passam a inferiorizar, desmerecer e ter como indignos aqueles que julgam não ser tão iguais quanto os seres superiores, os quais aqui reportamos como *outsiders*.

Em que pese essa segregação realizada pelos estabelecidos, não se observa qualquer motivo justificador para tanto – se é que razão possa existir para infirmar a dignidade de outrem – porquanto, quer os estabelecidos, quer os *outsiders* são membros de uma mesma classe, trabalhadores, e através da disposição da sua mão de obra salvaguardam o sustento próprio através da percepção do salário. Assim, a diferença que há entre eles reside no fato de que os *outsiders* para cumprir o seu mister são compelidos a manusear e ter contato com o lixo, cujo descartes, inclusive, também é produzido pelos estabelecidos.

A partir dos relatos extraídos dos trabalhadores analisados neste artigo podemos observar algumas formas de exteriorização do estigma social que recai sobre os

trabalhadores que exercem suas atribuições dedicados à limpeza pública, com manuseio diário do lixo. O enojamento que se tem aos *outsiders* fica patente quando tal trabalhador adentra no ônibus após um dia de trabalho e tem sobre si lançado olhares de desdém e nojo, ou quando entram em lojas trajando o seu uniforme, sendo identificados quer pela roupa, quer pelo cheiro produzido após um dia de trabalho, e são tratados de forma preconceituosa.

Ainda fica mais claro o tratamento que os estabelecidos dispensam aos *outsiders* quando se negam a compartilhar do mesmo copo que julgam estar contaminado pela imundice, impureza e inferioridade dos garis.

Não obstante estas condutas rotineiras que vem sendo praticadas em desfavor dos garis e catadores, em algumas situações até de forma, quiçá, imperceptível, porquanto ainda devemos crer que há algo de humano dentro destes seres (“estabelecidos”), devemos sempre reforçar a necessidade óbvia de dispensar tratamento digno a qualquer pessoa, ainda mais quando diferença alguma há que justifique tratamento diverso.

Em que pese a estigma social ter sido perceptível em todos os territórios analisados neste artigo, é imprescindível a constante análise de tal situação, não só para entender e constatar as formas que ocorrem, como também, e talvez seja esta de maior relevância, para apresentar para sociedade comportamentos que ela vem se utilizando, às vezes até de forma desinteressada, para desmerecer, inferiorizar e estigmatizar o próximo, neste caso, os garis e catadores.

## REFERÊNCIAS

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. Ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CYRULNIK, Bóris. **O nascimento do sentido**. Instituto Piaget. 1995.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade/Norbert Elias e Joha L. Scotson; tradução, Vera Ribeiro; tradução do pós-fácio à edição alemã, Pedro Sússekind; apresentação e revisão técnica, Frederico Neiburg – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** Lua Nova, 70. 101-138, 2007.

MORIN, Edgar. **O método 5**: a humanidade da humanidade. Tradução Juremir Machado da Silva. 5. ed. – Porto Alegre: Sulina, 2012.

NASCIMENTO, Josilene Barbosa do. **Burros sem rabo**: invisibilidade e consumo. 1. ed. – Curitiba: Appris, 2016.

Lixo Extraordinário. Vik Muniz. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-IG67j1Lkg> Acesso em: 01 out 2018.

MIRANDA, Camila de Almeida. **Mulheres gari**: relatos da invisibilidade pública e violência simbólica. – 1. ed. – Curitiba: Appris, 2017.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Goiânia: Grupo Educart, 2012.

TODOROV, Tzvetan. **A vida em comum**: Ensaio de antropologia geral; tradução Denise Bottmann e Eleonora Bottmann. Campinas, SP. Papirus, 1996.

VELLOSO, M. P.; SANTOS, E. M.; ANJOS, L. A. **Processo de trabalho e acidentes de trabalho em coletores de lixo domiciliar na cidade do Rio de Janeiro, Brasil**. Centro de Saúde Germano Sinval Faria, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. Rua Leopoldo Bulhões 1480, Rio de Janeiro, RJ 21041-210, Brasil. Disponível em <https://www.scielo.org/article/csp/1997.v13n4/693-700/>



## REFUGIADOS NA AMÉRICA LATINA: REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL

*Data de aceite: 01/10/2020*

*Data de submissão: 06/07/2020*

### **Lucelaine dos Santos Weiss Wandscheer**

Universidade de Marília (UNIMAR).  
Universidade Presbiteriana Mackenzie.  
Faculdade Educacional de Medianeira/UDC  
Medianeira/PR.  
<http://lattes.cnpq.br/7132099303820313>.

### **Flávia Candido da Silva**

Universidade de Marília (UNIMAR).  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de  
Mesquita Filho” (UNESP).  
Instituto Federal do Paraná (IFPR),  
Palmas/PR.  
<http://lattes.cnpq.br/9170505142179450>.

Artigo publicado originalmente no V Seminário Internacional da Tríplice Fronteira, sob o título “Refugiados na América Latina: Brasil e os Desafios no Acolhimento dos Venezuelanos”, em 2018.

**RESUMO:** A presente pesquisa versa sobre os refugiados na América Latina. Muito embora, tal fenômeno tenha amplitude global, delimita-se o objeto de pesquisa no âmbito latino-americano. Inicialmente, parte-se da delimitação conceitual de refugiados e os seus reflexos, estudo realizado à luz da Convenção dos Refugiados de 1951 e do Protocolo de 1967. No plano interno, estudo da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que trata sobre os refugiados, e a mais recente Lei brasileira (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017), que

versa sobre migração. E, mais especificamente, pesquisa sobre o emblemático caso da Venezuela, país com linha limítrofe localizada na região norte do Brasil. De acordo com dados da Polícia Federal, o estado brasileiro de Roraima, já recebeu mais de 40.000 (quarenta mil) venezuelanos nos últimos anos, e é considerada a principal porta de entrada daqueles que fogem da crise de abastecimento de alimentos, do colapso dos serviços públicos, em especial na saúde, e de uma inflação que atinge a cifra de 700% (setecentos por cento). Como hipótese de pesquisa, analisar-se-á as causas da crise venezuelana, além das medidas adotadas pelo governo brasileiro em resposta à crise migratória, e, se tais medidas têm minimizado a situação de risco dos venezuelanos no Brasil. Para tanto, realizar-se-á pesquisa exploratória e descritiva, com base bibliográfica e legislativa. Conclui-se que há uma crise no país vizinho, que pode ser classificada como crise humanitária e as causas são político-econômicas que foram agravadas pelos embargos econômicos aplicados pelos EUA e países aliados à Venezuela, causando um aumento em termos percentuais da população vulnerável que está abaixo da linha de pobreza ou na extrema pobreza, como os dados no decorrer da pesquisa apontam, e que coincidiram com o despreparo do governo de Nicolás Maduro em sustentar os avanços conquistados pelo seu antecessor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Refugiados; América Latina; Venezuelanos; Movimento migratório.

## REFUGEES IN LATIN AMERICA: REFLECTIONS ON THE MIGRATORY MOVEMENT OF THE VENEZUELANOS TO BRAZIL

**ABSTRACT:** This research deals with refugees in Latin America. Although this phenomenon has a global scope, the research object is delimited in the Latin American. Initially, it starts from the conceptual delimitation of refugees and their reflexes, a study carried out in the light of the 1951 Refugee Convention and the 1967 Protocol. Internally, a study of Law No. 9,474, of July 22, 1997, which deals with on refugees, and the most recent Brazilian Law (Law No. 13,445, of May 24, 2017), which deals with migration. And, more specifically, research on the emblematic case of Venezuela, a country with a borderline located in the northern region of Brazil. According to data from the Federal Police, the Brazilian state of Roraima has already received more than 40,000 (forty thousand) Venezuelans in recent years, and is considered the main gateway for those fleeing the food supply crisis, the collapse of public services, especially in health, and inflation reaching 700% (seven hundred percent). As a research hypothesis, the causes of the Venezuelan crisis will be analyzed, in addition to the measures adopted by the Brazilian government in response to the migratory crisis, and, if such measures have minimized the risk situation of Venezuelans in Brazil. To this end, exploratory and descriptive research will be carried out, with a bibliographic and legislative basis. It is concluded that there is a crisis in the neighboring country, which can be classified as a humanitarian crisis and the causes are political and economic that were aggravated by the economic embargoes applied by the USA and allied countries against Venezuela, causing an increase in percentage terms of the vulnerable population that it is below the poverty line or in extreme poverty, as the data in the course of the research point out, and which coincided with the unpreparedness of Nicolás Maduro's government in sustaining the advances achieved by his predecessor.

**KEYWORDS:** Refugees; Latin America; Venezuelans; Migratory Movement.

### 1 | INTRODUÇÃO

O fluxo migratório tem sido objeto de preocupação constante das Nações Unidas nos últimos tempos. As crises de ordem política e econômica, além de guerras em alguns casos, têm sido apontadas como alguns dos fatores de mobilidade humana. Os migrantes avolumam-se em diferentes países do globo, e como consequência da “invasão de estrangeiros” há na mesma proporção o aumento da xenofobia (intolerância) nos países receptores, e na América Latina, não é diferente, são constantes os fluxos migratórios entre países vizinhos, e as preocupações são as mesmas.

O Brasil tem recebido inúmeros imigrantes, recentemente o principal fluxo migratório está concentrado na região norte do Brasil, no estado de Roraima, que já recebeu mais de 40 mil venezuelanos, segundo dados oficiais da Polícia Federal, e os vizinhos não param de chegar, impulsionados pela crise inflacionária, embargos econômicos que causam o desabastecimento de alimentos e medicamentos, além da saída de inúmeros profissionais da saúde daquele país.

Os meios de comunicação nacionais e internacionais retratam uma crise humanitária

sem precedentes, esta seria a ideia central desse trabalho, porém como entender a crise sem buscar novos elementos para compreensão desse quebra-cabeça? A partir dessa inquietação, e munidos de alguns dados sobre aquele país é possível desenhar um retrato um tanto distinto da visão midiática geral.

A Venezuela realmente está em crise? Para tal constatação bastaria ler os jornais, certo? O que pretende-se com a presente pesquisa é desenvolver um raciocínio diverso daquele encontrado usualmente no noticiário. Quais são as causas da crise? Qual a atual situação da Venezuela?

Para o advogado e historiador norte-americano Alfred de Zayas, especialista independente da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Promoção da Ordem Internacional Democrática e Equitativa, a Venezuela está sofrendo com os embargos econômicos impostos especialmente pelos Estados Unidos, e que vem causando a atual crise de abastecimento, que justificaria a intervenção americana e a consequente derrubada do governo de Nicolás Maduro.

Com a queda do preço do petróleo em 2014, além dos referidos embargos a Venezuela tem sido atingida por um furacão externo, ditado pela ordem econômica global. Como um dos maiores produtores de hidrocarbonetos do mundo foi levado à atual situação? Essa é uma das questões postas por essa pesquisa.

## **2 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O TEMA REFUGIADOS**

Com o fim da Segunda Guerra Mundial intensificou-se a discussão sobre a situação dos refugiados. A partir daí, tornou-se necessário a elaboração de um novo instrumento internacional que versasse sobre a condição jurídica do refugiado. Optou-se por um instrumento único com a definição dos casos de pessoas em situação de refúgio. A Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados adotada em 28 de julho de 1951, mais conhecida por Convenção de 1951, entrou em vigor na data de 21 de abril de 1954. Diante do surgimento de novos casos de refúgio na década de 1960, a Convenção tornou-se insuficiente, motivando a elaboração de um protocolo complementar. Esse Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados entrou em vigor em 04 de outubro de 1967 (ACNUR, Manual, p. 13-14).

Além da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, a Assembléia Geral das Nações Unidas criou em 1º de janeiro de 1951, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Em seu Estatuto, o Alto Comissariado tem a função de garantir, por exemplo, a proteção internacional dos refugiados, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU) (ACNUR, Manual, p. 15).

Assim, se caracterizado a situação de refugiado é possível invocar a proteção da Organização das Nações Unidas por intermédio do ACNUR. E, o mais importante, tal proteção ocorre independentemente da pessoa encontrar-se em um país signatário da

Convenção de 1951, e do Protocolo de 1967. Nesse caso específico uma vez reconhecido pelo ACNUR a condição de refugiado considera-se refugiado sob mandato (ACNUR, Manual, p.15).

A definição geral de refugiado está previsto no parágrafo 2º, do art. 1(A), da Convenção de 1951, *in verbis*:

O termo "refugiado" aplica-se a qualquer pessoa que: "Em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha a sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele." (ACNUR, Manual, p. 19).

No Brasil a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, foi responsável pela recepção da Convenção dos Refugiados de 1951, definindo mecanismos para implementação do referido dispositivo em território nacional. A lei mencionada apresenta em seu art. 1º, o conceito de refugiado, nestes termos:

Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Nos últimos anos o Brasil tem recebido inúmeros refugiados. Em 2017 um total de 33.866 (trinta e três mil oitocentos e sessenta e seis) pessoas realizaram em território nacional a solicitação do reconhecimento da condição de refugiado. Esse número certamente é recorde em comparação aos anos anteriores. A título exemplificativo, no ano de 2016 foram solicitados 6.287 (seis mil duzentos e oitenta e sete), pedidos de refúgio, além de 13.383 (treze mil trezentos e oitenta e três) em 2015, e 11.405 (onze mil quatrocentos e cinco) em 2014, conforme dados disponibilizados pela Polícia Federal.

Em termos comparativos, dos 33.866 (trinta e três mil oitocentos e sessenta e seis), pedidos de refúgio apresentados no país no ano de 2017, os venezuelanos representam mais da metade dos pedidos, somando 17.865 (dezesete mil oitocentos e sessenta e cinco) solicitações, seguidos pelos cubanos (2.373), os haitianos (2.362) e os angolanos

(2.036). Os estados com mais pedidos de refúgio são Roraima (15.955), esse estado em particular motivado pela crise humanitária na Venezuela, seguido de São Paulo com (9.591) e Amazonas (2.864), de acordo com dados oficiais da Polícia Federal.

No Brasil o acolhimento dos refugiados é realizado pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), criado pela Lei nº 9.474/1997, em seu art. 11. Esse órgão é responsável pelo reconhecimento da condição de refugiado e pela promoção da integração local dessa população no Brasil. É um organismo multiministerial composto pelo governo, sociedade civil, e a Organização das nações Unidas (ONU), por meio do ACNUR (BRASIL, Lei nº 9.474/1997).

A Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, instituiu a Lei de Migração, a qual versa sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante; regulamentação da entrada e estada no país; além de estabelecer os parâmetros mínimos para elaboração de políticas públicas baseados em princípios e diretrizes (art. 1º). Para fins da atual Lei de Migração, o parágrafo 1º, do referido art. 1º, considera:

I - (VETADO);

II - **imigrante**: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil;

III - **emigrante**: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior;

IV - **residente fronteiriço**: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho;

V - **visitante**: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional;

VI - **apátrida**: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro (negrito nosso) (Lei nº 13.445/2017).

A lei em comento não interfere na “aplicação de normas internas e internacionais específicas sobre refugiados, asilados, agentes e pessoal diplomático ou consular, funcionários de organização internacional e seus familiares”, (art. 2º). No plano interno aplicação da Lei nº 9.474/1997, e no plano externo Estatuto dos Refugiados de 1951, e o Protocolo de 1967, relativo aos dispositivos, evidentemente, que não foram internalizados pela lei doméstica.

Como visto as preocupações atuais em âmbito nacional e internacionalmente em

relação aos movimentos migratórios, são de longa data, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, muito embora, tenham se intensificado nos últimos anos. Os fluxos migratórios na América Latina são motivados por diferentes fatores. Dentre as principais razões de mobilidade destacam-se as questões socioeconômicas no país de origem do imigrante que fortemente tem impulsionado as migrações latino-americanas.

Processos migratórios sempre fizeram parte da história da humanidade, especialmente nos últimos 500 anos nas Américas. Destes processos deriva a atual estrutura demográfica do continente. Apesar de hoje, felizmente, os conflitos armados não fazerem parte da realidade na América Latina, ainda podemos lembrar as suas terríveis consequências na região, sentidas até poucos anos atrás, na América Central por exemplo. A migração faz parte da convivência humana, no entanto os exemplos do conflito centro-americano, a guerra civil na Colômbia, as ditaduras militares nas Américas Central e do Sul, com seus refugiados, exilados políticos e migrantes demonstraram quão estreitamente vinculados estão os **temas migração, paz e democracia**. A migração geralmente possui em sua base carências políticas, sociais e econômicas que frequentemente levam os membros mais destacados de uma sociedade a distanciar-se do país de origem (negrito nosso) (STIFTUNG, 2009, p. 7).

Em âmbito internacional o processo migratório tem sido encarado como ponto problemático, e continua em pauta na agenda internacional, especialmente nos últimos anos. Segundo Mariana García “o avanço da tecnologia dos meios de informação e transporte, uma ideologia de globalização, paradigma do sistema internacional, fundamenta a persistência desses movimentos de pessoas”. Nesse sentido, aponta a referida autora:

En el actual escenario internacional, donde la problemática migratoria continúa siendo tema de agenda internacional desde hace treinta años; (Mármora, 2003; C. Blanco, 2006) la migración es más que el reflejo de una interminable circularidad de movimientos migratorios. El avance de la tecnología en los medios de información y transporte, una ideología de globalización, paradigma del sistema internacional, fundamenta la persistencia de estos movimientos de personas. Los cambios operados a nivel internacional, la interdependencia cada vez mayor de la economía mundial y la regionalización se traducen en la conformación de espacios socioeconómicos donde se desenvuelven, además de un creciente intercambio de bienes, servicios, capitales e información, los movimientos de las personas (GARCÍA, 2011, p. 5).

Para Mariana García, autora do artigo *Pensando las migraciones desde el sur. Reflexiones, detalles y estrategia sobre la experiencia migratoria reciente en la región de América del Sur*, publicado pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), há uma “tendência de securitizar as migrações, isto é, ver os migrantes como um problema nos países receptores; é aprofundada em conjunto com o reforço dos limites territoriais com as forças de segurança, a aplicação de inteligência nos controles de fronteira” (GARCÍA, 2011, p. 7).

La tendencia a la securitización de las migraciones, es decir, a ver los migrantes como problema en los países de recepción; se profundiza junto al reforzamiento de los límites territoriales con fuerzas de seguridad, la aplicación de la inteligencia en los controles de fronteras. El considerar a las migraciones parte de una amenaza cultural, a la quita del puesto de trabajo; o directamente, como peligro para la seguridad, al relacionarlas con el terrorismo o con delitos internacionales como el tráfico de personas y el tráfico ilícito de drogas se renueva en la actualidad, como en el inicio de los años noventa del pasado siglo (GARCÍA, 2011 p.7).

Os movimentos migratórios são considerados muitas vezes um “problema” para os países receptores, especialmente nos últimos 30 anos, como apontado por García. Porém, como visto, são processos historicamente comuns, e que inclusive diz respeito à essência do ser humano, que busca por melhores condições de vida. Em tempos remotos, a condição nômade<sup>1</sup>, estava atrelada a capacidade de sobrevivência do indivíduo.

### 3 I EMBLEMÁTICO HISTÓRICO DA CRISE NA VENEZUELA

Em artigo publicado no veículo de comunicação denominado Brasil de Fato Uma Visão Popular do Brasil e do Mundo, Boaventura de Sousa Santos realiza uma análise da atual crise na Venezuela. Para Boaventura o país vizinho vive um dos momentos mais críticos de sua história. Em especial, devido a interrupção das conquistas sociais das últimas décadas.

Boaventura tem acompanhado a Revolução Bolivariana iniciada por Hugo Chávez no final da década de 1990, e afirma que as conquistas no campo social são indiscutíveis. Para comprovar, faz menção ao último relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), do ano de 2016 com indicadores da evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), naquele país. De acordo com os dados:

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Venezuela de 2015 foi de 0.767, o que colocou o país na categoria de alto desenvolvimento humano, posicionando-o no 71º lugar entre 188 países e territórios. Tal classificação é compartilhada com a Turquia. De 1990 a 2015, o IDH da Venezuela aumentou de 0.634 a 0.767, um aumento de 20,9%. Entre 1990 e 2015, a expectativa de vida no nascimento aumentou para 4,6 anos, o período médio de escolaridade aumentou para 4,8 anos e o período de escolaridade média geral aumentou para 3,8 anos. A renda nacional bruta per capita aumentou cerca de 5,4% entre 1990 e 2015.

A interferência americana na Venezuela tem sido apontada por Boaventura como uma das possíveis causas da crise em que está mergulhado esse país. Cita-se como

1 “É a forma de vida dos povos nômades, isto é, povos que não têm habitação fixa. Eles não permanecem em um único local. Os nômades são do tipo caçador-coletores, ou seja, vivem da caça, pesca e da coleta de alimentos. Quando há necessidade, deslocam-se para procurar melhores condições de vida. O nomadismo era o estilo de vida dos primeiros homens sobre a Terra. Esta forma de vida foi abandonada por volta de 10 mil anos atrás quando o ser humano aprendeu a plantar. Com a agricultura, os povos não precisavam mais buscar outros lugares quando os recursos de uma área acabavam”. Disponível em: <<https://historiadomundo.uol.com.br/pre-historia/nomadismo.htm>> Acesso em: 21 out. 2018.

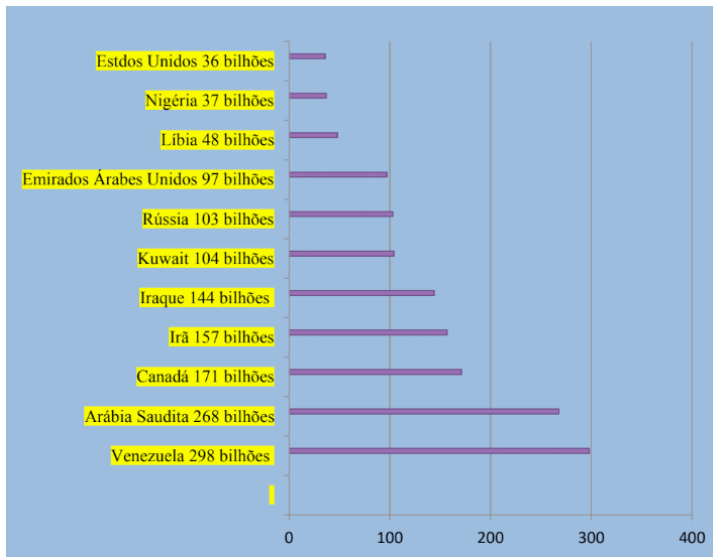
exemplo a tentativa de golpe de Estado no ano de 2002, protagonizada pela oposição com o apoio ativo dos Estados Unidos.

A morte prematura de Hugo Chávez em 2013 e a queda do preço do petróleo em 2014 causaram uma comoção profunda nos processos de transformação social que estava em curso. A liderança carismática de Chávez não possuía um sucessor, a vitória de Nicolás Maduro nas eleições seguintes se deu com uma pequena margem de diferença, o novo presidente não estava preparado para as complexas tarefas do governo e a oposição (muito dividida internamente) percebeu que seu momento tinha chegado. Novamente foi apoiada pelos Estados Unidos, sobretudo quando, em 2015, e novamente em 2017, o presidente Obama considerou a Venezuela como uma “ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos”, uma declaração que foi considerada exagerada, se não ridícula, mas que, como explicou posteriormente, tinha uma lógica (de acordo com o ponto de vista dos Estados Unidos, claro).

Para José Alves de Freitas Neto, professor livre-docente do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) “a Venezuela, país com pouco mais de 30 milhões de habitantes, exerce um grande simbolismo na América Latina”. Pois, trata-se da terra natal de dois grandes líderes: Simón Bolívar (1783-1830), e Francisco de Miranda (1750-1816), responsáveis por processos emancipatórios latino-americanos do século XIX (NETO, 2018, p. 5).

Em artigo publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), intitulado *Precisamos falar sobre a Venezuela: Impactos Petropolíticos e Reflexos para o Brasil*, os pesquisadores da GV Energia apontam um dado interessante sobre os recursos naturais desse país. De acordo com os pesquisadores, a República Bolivariana da Venezuela é rica em recursos naturais, detentora de uma das maiores reservas de petróleo, gás natural e minérios (ferro, ouro, bauxita e diamantes) da América Latina e Caribe. Além de produzir petróleo em grau comerciável desde 1914.





Principais reservas de petróleo em âmbito global em bilhões de barris

Fonte: Fundação Getúlio Vargas – FGV Energia

Como mostra o gráfico, a Venezuela tem reservas expressivas de petróleo, uma das razões para o elevado Produto Interno Bruto (PIB). Dá-se como exemplo, o PIB do ano de 2016, considerado o quarto da América Latina, dentre os 20 países que compõe essa região, conforme demonstra pesquisa GV Energia:

O PIB do país atingiu pouco mais de US\$ 287 bilhões (2016), e é o quarto PIB da América Latina, do qual 25% são representados pelo setor de óleo e gás. As reservas provadas de petróleo atingem aproximadamente 300 bilhões de barris, enquanto que as de gás natural somam 5,8 trilhões de metros cúbicos, **o que faz da Venezuela a maior reserva de hidrocarbonetos do mundo.** A produção de petróleo é de mais de 2,3 milhões de barris ao dia (2016), dos quais 1,8 milhões são exportados. A capacidade de refino nacional é de aproximadamente 1,9 milhões de barris ao dia. Desde 2014, o preço do petróleo caiu pela metade, o que coloca em situação extremamente vulnerável qualquer país exportador de hidrocarbonetos. **O conceito de vulnerabilidade é multidimensional e pode ser definido como o estado que deixa os países exportadores de petróleo vulneráveis a acontecimentos internacionais,** como aumentos ou reduções dos preços do petróleo ou o desenvolvimento de novos vetores energéticos (negrito nosso) (FGV Energia, 2017, p. 4-5).

Por outro lado, o óleo venezuelano considerado pesado (ideal para pavimentação) possui um alto custo de extração, em boa medida decorrente dessa característica, com custo aproximado de US\$ 27,00 por barril. Assim, o país considerado um dos maiores produtores de hidrocarbonetos do mundo, ocupa a quarta posição em termos de custo de extração. Em suma, a qualidade do petróleo, classificada em leve (ideal para combustíveis),

ou pesado pode alterar significativamente a importância econômica desse mineral (FGV Energia, 2017, p. 5).

O alto custo de extração na Venezuela é influenciado por uma série de fatores, entre eles as necessárias técnicas de exploração para as pesadas correntes venezuelanas. Observem que o óleo cru não é um produto homogêneo, e, a grosso modo, seu preço é um *mix* do reflexo de suas qualidades físico-químicas e de sua localização de produção. Assim, simplificada, uma primeira classificação dos crus os divide em dois grupos principais: os leves e os pesados (FGV Energia, 2017, p. 6).

Como adverte a pesquisa a queda dos preços do petróleo em 2014 gerou um efeito desestabilizador na economia venezuelana, que não conseguiu recuperar-se desde então. A referida queda traduz-se em redução de 50% dos valores auferidos pela venda do petróleo. A denominada vulnerabilidade multidimensional citada acima.

Um estudo realizado pela Universidade Católica Andrés Bello (UCAB), divulgado no Brasil pela Folha de São Paulo, apontou que 87% da população venezuelana sobrevivem com uma renda abaixo da linha da pobreza, e 61% estão no patamar da pobreza extrema. Essa pesquisa foi realizada no ano de 2017, e apresentada no dia 21 de setembro de 2018, pela referida Universidade considerada uma das principais da Venezuela. Nesse sentido:

No Brasil, segundo o IBGE, 25,4% da população vive abaixo da linha de pobreza, ou seja, com renda familiar inferior a US\$ 5,5 por dia, critério adotado pelo Banco Mundial. Desses, 6,5% estão em pobreza extrema (com até US\$ 1,90 diário). A Venezuela vive uma séria crise de desabastecimento com supermercados com dificuldades para repor estoques. A escassez gerou um amplo mercado ilegal, com preços regulados pelo dólar paralelo, uma taxa proibitiva para a população. Um salário mínimo equivale a US\$ 1 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

De acordo com estimativa da pesquisa Encuesta Nacional sobre Condiciones de Vida (Encovi), da UCAB, aproximadamente 815 mil venezuelanos deixaram o país entre os anos de 2012 e 2017. Um percentual de 67% da população venezuelana que deixou o país nesses últimos anos apontou como principal motivo a busca por trabalho, ou mesmo por ter encontrado emprego em país vizinho. Os principais destinos dos emigrantes são os países da Colômbia, Peru, Chile, Panamá, Brasil entre outros.

Muito embora tenha sido objeto de pesquisa da UCAB, não há consenso em relação ao número total de venezuelanos que deixaram o país, pois, enquanto a Encovi registra uma saída de 815 mil entre 2012 e 2017, o governo de Maduro menciona em 600 mil, já para a ONU gira em torno de 1,6 milhão de pessoas desde 2015, inclusive esse organismo internacional estima que cerca de 2,3 milhões de venezuelanos (7,5% da população), vivem no exterior atualmente.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) tem previsão pessimista em relação à inflação na Venezuela no ano de 2018. Estima-se que os valores podem atingir a cifra de

1.000.000% até o fim do ano. Para a agência especializada das Nações Unidas a crise inflacionária venezuelana é comparada a da ocorrida na Alemanha em 1923, e Zimbábue (África), no ano de 2000.

**Venezuela** remains stuck in a profound economic and social crisis. Real GDP is projected to fall by about 18 percent in 2018—the third consecutive year of double-digit declines in real GDP—driven by a significant drop in oil production and widespread micro-level distortions on top of large macroeconomic imbalances. We expect the government to continue to run wide fiscal deficits financed entirely by an expansion in base money, which will continue to fuel an acceleration of inflation as money demand continues to collapse. **We are projecting a surge in inflation to 1,000,000 percent by end-2018 to signal that the situation in Venezuela is similar to that in Germany in 1923 or Zimbabwe in the late 2000's.** The collapse in economic activity, hyperinflation, and increasing deterioration in the provision of public goods (health care, electricity, water, transportation, and security) as well as shortages of food at subsidized prices have resulted in large migration flows, which will lead to intensifying spillover effects on neighboring countries. (negritado nosso) (IMF, 2018).

Além de mergulhada em uma grave crise monetária, são visíveis na população os reflexos do colapso no abastecimento de alimentos, que também tem agravado a crise do sistema de saúde que atualmente encontra-se com um insuficiente estoque de medicamentos, colocando em alerta toda América Latina. Diante do gravíssimo quadro um número crescente de profissionais da saúde tem deixado a Venezuela, segundo relatório da Organização Panamericana de Saúde (OPAS), divulgado no mês de outubro de 2018, pelos principais meios de comunicação do país.

Mais da metade dos médicos venezuelanos, a maioria de hospitais públicos, emigrou entre 2012 e 2017, afirma um relatório da Organização Panamericana de Saúde (Opas) divulgado nesta quinta-feira (11). Segundo o documento, no período deixaram o país 22 mil médicos, o que representa 55% dos 39.900 profissionais registrados pela organização em 2014. Os números foram levantados por doze ONGs que trabalham pelo direito dos pacientes; Além dos médicos, também deixaram o país 6.600 analistas clínicos (33% do total de 20.000) e 6.030 enfermeiros (24% dos 24.500), tudo em relação aos dados de 2014. Com isso, o déficit de enfermeiros na Venezuela chegou a 74%, afirma o levantamento, que aponta que 18,7 milhões dos 30 milhões de habitantes do país “não têm garantias de acesso a diagnóstico e tratamentos”. O documento classifica ainda a situação no país de uma “emergência humanitária”. Segundo dados mais recentes, mais de 80% dos hospitais venezuelanos sofrem com falta de medicamentos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

Com a análise dos referidos dados, verifica-se a amplitude dos problemas de saúde pública na Venezuela. À primeira vista, há dois elementos responsáveis pelo aprofundamento da crise na área da saúde: o primeiro, já abordado, refere-se aos embargos econômicos impostos àquele país, que com o isolamento político tem refletido no acesso a medicamentos; o segundo diz respeito à saída dos profissionais de saúde, influenciados

pela precariedade no atendimento aos pacientes motivado em sua maioria pela escassez de fármacos. Em que pese outros fatores, os citados têm desencadeado o fluxo migratório desses profissionais, com evidente conexão entre os elementos citados.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese às opiniões contrárias sobre o tema, o governo brasileiro tem demonstrado preocupação com a entrada dos venezuelanos no país, como reflexo adotou algumas medidas para o acolhimento dos vizinhos de forma humanizada. Nesse sentido, observa-se a redação da Medida Provisória nº 820/2018, convertida na Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018, que reconhece a necessidade de assistência prioritária e emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

Algumas das medidas de assistência emergencial estão descritas no art. 5º, da Lei nº 13.684/2018, e visam ampliação de políticas de proteção social; atenção à saúde; oferta de atividades educacionais; formação e qualificação profissional; garantia dos direitos humanos; oferta de infraestrutura e saneamento; logística e distribuição de insumos; além da garantia de mobilidade, contemplados a distribuição e a interiorização das pessoas em situação de vulnerabilidade dentro do território nacional. Já, o Decreto nº 9.277, de 5 de fevereiro de 2018, dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio, além da criação de um documento provisório de registro nacional migratório.<sup>2</sup>

Por outro lado, o Brasil tem se posicionado de forma preocupante no âmbito internacional, como ocorreu em julho de 2017, durante a Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, ao assinar declaração reconhecendo uma ruptura da ordem democrática na Venezuela. Essa decisão tomada pelos países membros coloca em xeque o futuro do Mercosul. Os desarranjos do bloco, além de expor a fragilidade da denominada “união aduaneira imperfeita ou incompleta”, agrava o isolamento da Venezuela em termos regionais, tendo como alvo o enfraquecimento das conquistas sociais galgadas por esse país com a revolução bolivariana iniciada no final da década de 1990.

No que se refere à realidade social venezuelana o norte-americano Alfred de Zayas<sup>3</sup>, afirmou que “não há crise humanitária” na Venezuela, e que o termo vem sendo usado como desculpa para uma possível intervenção militar no país, para derrubada do governo atual. Sobre a afirmação entre aspas, diferentemente do mencionado pelo historiador, ousou discordar.

Há uma crise no país vizinho, que pode ser classificada como crise humanitária, porém, à guisa de outros comentários, a crise experimentada pelos venezuelanos tem

<sup>2</sup> Decreto nº 9.277/2018. Art. 2º Recebida a solicitação de refúgio, a polícia federal emitirá protocolo em favor do solicitante e de seu grupo familiar que se encontre no território nacional. Parágrafo único. Com a emissão do protocolo a que se refere o *caput*, a polícia federal fornecerá gratuitamente o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório.

<sup>3</sup> Especialista independente da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Promoção da Ordem Internacional Democrática e Equitativa.

evidentemente causas político-econômicas que coincidiram com o despreparo do governo de Nicolás Maduro em sustentar os avanços conquistados pelo seu antecessor.

A Venezuela tem apresentado um desgaste em suas instituições democráticas, e a ajuda internacional nesse momento é crucial, especialmente o levantamento das barreiras de ordem econômica impostas ao governo de Maduro, que tem aprofundado a crise, infligindo os mais pobres do país. Nesse sentido, concordo com a opinião do especialista Alfred de Zayas, ao afirmar que “a Venezuela sofre uma guerra econômica, um bloqueio financeiro, sofre um alto nível de contrabando e, claro, necessita de solidariedade internacional para resolver esses problemas”.

Inclusive, Zayas citou o bloqueio imposto à Venezuela pela Colômbia em relação à venda de medicamentos para malária, que agora são importados da Índia com elevado custo. E, reitera que o objetivo dos Estados Unidos é a revogação das leis sociais adotadas nos mandatos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, coincidentemente reflete a opinião de Boaventura de Souza Santos exposta anteriormente.

Por fim, com a pesquisa identificou-se uma cobertura parcial dos meios de comunicação internacionais, denunciada também por Boaventura de Souza Santos e reforçada por Alfred de Zayas, em especial pela não divulgação do relatório do norte-americano, no que se refere a sua visita à Venezuela no ano de 2017.

## REFERÊNCIAS

ACNUR. **Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados**. Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado. De acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em: [http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual\\_de\\_procedimentos\\_e\\_crit%C3%A9rios\\_para\\_a\\_determina%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_condi%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_refugiado.pdf](http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual_de_procedimentos_e_crit%C3%A9rios_para_a_determina%C3%A7%C3%A3o_da_condi%C3%A7%C3%A3o_de_refugiado.pdf). Acesso em: 03 jun. 2018.

ACNUR. **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados da Organização das Nações Unidas de 1951**. Disponível em: [http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf). Acesso em: 03 jun. 2018.

ACNUR. **Dados sobre refúgio no Brasil**. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em: 06 jul. 2018.

BRASIL. Folha de São Paulo. **Pobreza atinge 87% da população da Venezuela em 2017, diz estudo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/02/pobreza-atinge-87-da-populacao-da-venezuela-em-2017-diz-estudo.shtml>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Folha de São Paulo. **Metade dos médicos venezuelanos deixou país entre 2012 e 2017, diz relatório**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/10/metade-dos-medicos-venezuelanos-deixou-pais-entre-2012-e-2017.shtml>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm). Acesso em: 03 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a Lei de Migração. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm). Acesso em: 03 jun. 2018.

BRASIL. **Medida Provisória nº 820, de 15 de fevereiro de 2018.** Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Mpv/mpv820.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Mpv/mpv820.htm). Acesso em: 03 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.277, de 5 de fevereiro de 2018.** Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9277.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9277.htm). Acesso em: 03 jun. 2018.

DELGADO, Fernanda et al. **Precisamos falar sobre a Venezuela: Impactos petrolíticos e reflexos para o Brasil.** Fundação Getúlio Vargas. GV Energia. Disponível em: [https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19483/Coluna%20Opiniaio\\_Dezembro-Venezuela\\_FINAL.pdf](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19483/Coluna%20Opiniaio_Dezembro-Venezuela_FINAL.pdf). Acesso em: 10 out. 2018.

FRANKLIN, Cleber Batalha. **A crise na Venezuela e os desdobramentos para o Brasil.** XVI Congresso Internacional da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Disponível em: [http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1505878561\\_ARQUIVO\\_AcrisedaVenezuelaeosseusdesdobramentosparaoBrasil.pdf](http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1505878561_ARQUIVO_AcrisedaVenezuelaeosseusdesdobramentosparaoBrasil.pdf). Acesso em: 15 jul. 2018.

GARCÍA, Mariana. **Pensando las migraciones desde el sur. Reflexiones, detalles y estrategia sobre la experiencia migratoria reciente en la región de América del Sur.** Buenos Aires: CLACSO, 2011. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/posgrados/20120420014024/Garcia.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2018.

IMFBlog. Insights and analysis on economics & finance. **Outlook for the Americas: A Tougher Recovery.** Disponível em: <https://blogs.imf.org/2018/07/23/outlook-for-the-americas-a-tougher-recovery/>. Acesso em: 10 out. 2018.

LIMA, João Brígido Bezerra [et al]. **Refúgio no Brasil: Caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014).** Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170829\\_Refugio\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170829_Refugio_no_Brasil.pdf)> Acesso em 03 jun. 2018.

NETO, Alves de Freitas. **Nós e a crise dos venezuelanos. Unicamp.** Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/jose-alves-de-freitas-neto/nos-e-crise-dos-venezuelanos>. Acesso em: 09 out. 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Em defesa da Venezuela.** Portal Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/07/28/artigo-or-em-defesa-da-venezuela/>. Acesso em: 05 out. 2018.

ZAYAS, Alfred de. Não há crise humanitária na Venezuela, diz especialista em direitos humanos da ONU. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/48906/nao-ha-crise-humanitaria-na-venezuela-diz-especialista-em-direitos-humanos-da-onu>. Acesso em: 09 out. 2018.

ZERO, Marcelo. **Para entender a Venezuela.** Disponível em: [brasildebate.com.br/wp-content/uploads/Para-Entender-a-Venezuela.pdf](http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/Para-Entender-a-Venezuela.pdf)> Acesso em: 10 out. 2018.

# CAPÍTULO 16

## A REAFIRMAÇÃO DO ESTEREÓTIPO DA AMIZADE URUGUAIO-BRASILEIRA NO TELEJORNALISMO E NO IMAGINÁRIO FRONTEIRIÇO

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 21/07/2020

**Roberta Brandalise**

Faculdade Cásper Líbero  
São Paulo, SP

<http://orcid.org/0000-0001-7115-8372>

**RESUMO:** Estudamos a participação da televisão brasileira na articulação de representações sociais e de identidades culturais na fronteira Brasil-Uruguai, a partir das apropriações e usos que brasileiros e uruguaios fronteiriços fizeram de narrativas noticiosas sobre o Uruguai exibidas pelo Globo Repórter. Analisamos as reportagens consideradas relevantes pelos próprios fronteiriços sob a perspectiva dos Estudos Culturais Britânicos e Latino-Americanos, com entrevistas semi-estruturadas junto a uma amostra de 12 fronteiriços. As narrativas noticiosas colaboraram para reforçar a identificação entre uruguaios e brasileiros com respeito à vida no campo, ao pertencimento regional e às tradições gaúchas compartilhadas. Participaram também da reafirmação do estereótipo positivo acerca da amizade uruguaio-brasileira e retrataram o Uruguai como um destino turístico, estimulando o consumo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação; Globo Repórter; Fronteiras; Uruguai; Brasil.

### THE REAFFIRMATION OF THE STEREOTYPE OF THE URUGUAYAN-BRAZILIAN FRIENDSHIP IN TV NEWS AND IN THE BORDER IMAGINARY

**ABSTRACT:** We studied the participation of Brazilian television in the articulation of social representations and cultural identities on the Brazil-Uruguay border, based on the appropriations and uses that Brazilians and border Uruguayans made of news stories about Uruguay shown by Globo Repórter. We analyzed the reports considered relevant by the frontiers themselves from the perspective of British and Latin American Cultural Studies, with semi-structured interviews with a sample of 12 frontiersmen. The news narratives collaborated to reinforce the identification between Uruguayans and Brazilians with respect to life in the countryside, regional belonging and shared gaucho traditions. They also participated in the reaffirmation of the positive stereotype about Uruguayan-Brazilian friendship and portrayed Uruguay as a tourist destination, stimulating consumption.

**KEYWORDS:** Communication; Globo reporter; Borders; Uruguay; Brazil.

### 1 | INTRODUÇÃO E ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Uruguaios e brasileiros que vivem na fronteira Rivera-Santana do Livramento consomem a televisão brasileira há mais de três décadas. Essa realidade nos instigou a investigar qual é a participação desta mídia e de

seus produtos na articulação das representações sociais e das identidades culturais que vicejam na região fronteira.

A estratégia teórico-metodológica que utilizamos no estudo de caso (YIN, 2010) que realizamos foi desenvolvida a partir da orientação da Antropologia Cultural (GEERTZ, 1978) e dos Estudos Culturais Britânicos e Latino-Americanos (HALL, 1999; MARTÍN-BARBERO, 2001; CANCLINI, 1990). Seguindo essa mesma orientação teórico-metodológica, adotamos também a abordagem de Lippmann (2008) sobre estereótipos. Analisamos discursivamente (Geertz, 1978, e Orlandi, 1988) as narrativas televisivas e as apropriações e usos que os entrevistados fizeram delas.

Realizamos uma pesquisa qualitativa (LOPES, 2002), fazendo uso de entrevistas semiestruturadas (THIOLLENT, 1980), entrevistas abertas mediadas (modelo elaborado a partir da proposta de COLLIER, 1973) e da observação participante (HAGUETTE, 1992).

Nossa amostra foi formada por doze fronteirões que consumiam a televisão brasileira. Seis brasileiros residentes em Santa do Livramento (três mulheres e três homens, com as idades variando entre 23 e 69 anos) e seis uruguaios residentes em Rivera (três mulheres e três homens, com idades variando de 28 a 73 anos).

Apesar de o Uruguai ou a fronteira entre o Brasil e o Uruguai não aparecer ou aparecer muito pouco na televisão brasileira, os entrevistados brasileiros e uruguaios apontaram como relevante em seu cotidiano a representação do Uruguai construída pelo programa de jornalismo temático Globo Repórter<sup>1</sup>.

Neste artigo, relatamos o que aprendemos sobre a mediação do Globo Repórter sobre o Uruguai no jogo identitário fronteiro<sup>2</sup>, a partir das representações construídas no discurso jornalístico e das apropriações e usos que os fronteirões fizeram das narrativas noticiosas exibidas.

Conseguimos recuperar três reportagens que foram exibidas pelo Globo Repórter – nas reportagens, as falas dos entrevistados uruguaios foram traduzidas pela equipe do programa – e revimos o material com as famílias uruguia (Emília, Nestor, Eduardo e Suzana) e brasileira (Célio, Thaísa e Maria Eduarda). Os uruguaios Vanessa e Enrique e os brasileiros Angelo, Sérgio e Fernanda também colaboraram conosco assistindo esse material. Ao longo das entrevistas foi mencionada mais uma narrativa noticiosa (do Jornal da Globo<sup>3</sup>) envolvendo os uruguaios, que foi incorporada em nossa análise.

As narrativas caracterizaram o Uruguai positivamente e abordaram o país como um destino turístico, reafirmando o estereótipo da amizade uruguaio-brasileira. Ao se apropriarem dessas narrativas, os entrevistados produziram sentidos acerca de suas relações com o meio rural, sobre a formação étnica da região, acerca da realidade

1 Globo Repórter – Programa de Jornalismo. **Período de exibição: NO AR desde 3/4/1973.** Horário: 23h. **Periodicidade:** às sextas. (Fonte: Projeto Memória Globo, site oficial Globo.com)

2 Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

3 Jornal da Globo – Telejornal. Período de exibição: de 2/4/1979 a 6/3/1981 e NO AR desde 2/8/1982. Horário: 23h. Periodicidade: de segunda a sexta. (Fonte: Projeto Memória Globo, site oficial Globo.com)



econômica do Uruguai e, ainda, sobre as relações entre uruguaios e brasileiros.

## **2 | A IDENTIFICAÇÃO COM A REGIÃO DE FRONTEIRA, COM A VIDA CAMPEIRA E A GAUCHIDADE MEDEIAM A RECEPÇÃO DO DISCURSO NOTICIOSO SOBRE O URUGUAI**

A reportagem que abre o Globo Repórter sobre o Uruguai é intitulada “Cavalos selvagens são domesticados no Uruguai” (Globo Repórter, 8/5/2009, 4’33”). Logo no início da narrativa, o Uruguai é caracterizado como um lugar que “o Brasil ainda não conhece”, “selvagem, místico, cheio de riquezas naturais” e com muitas “surpresas” a “desvendar” – a própria escolha do verbo “desvendar” atribui ao Uruguai um caráter misterioso. As semelhanças entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai são mostradas na sequência “Cruzamos a fronteira mais ao sul do Brasil e encontramos uma paisagem bastante familiar. A vegetação baixa e enormes pastagens naturais nos dão a impressão de que ainda estamos nos campos do Rio Grande do Sul”.

O valor-notícia da reportagem é fazer conhecer os “cavalos crioulos”, uma raça que surgiu na região dos pampas e é criada até hoje nessas planícies uruguaias – assim como no pampa rio-grandense, embora a matéria não mencione isso. Para tanto, a narrativa conta como surgiu esse tipo de cavalo, caracteriza-o como “selvagem pela própria natureza, manso e obediente depois de treinado”, e mostra o processo pelo qual os uruguaios domesticam o cavalo crioulo – até o repórter arrisca-se a montar o animal.

Compreendemos que na formação discursiva da narrativa a relação entre o povo uruguaio e o cavalo crioulo é sublinhada, sendo caracterizada positivamente na sequência “Homem e natureza, um convívio em harmonia desde os tempos da colonização”. Isso se evidencia também quando a reportagem mostra que nessa relação, mesmo durante o processo de domesticação, a “violência” está ausente, ou quando informa que “o domador é determinado e paciente, entende o medo e a aflição do animal diante de uma tarefa nova e desconhecida” e quando estabelece que, para o homem, sua relação com o animal “dá gosto” porque “andar num cavalo crioulo com a docilidade e a funcionalidade que ele tem, é tudo”. O sentido de harmonia atribuído à relação entre o homem do campo uruguaio e o cavalo crioulo também é reforçado pelas imagens de muitos cavalos atravessando um rio ou correndo pelo campo e sendo tocados por vários peões.

Entendemos também que, de acordo com a narrativa, a região dos pampas e o próprio Uruguai não podem ser dissociados dessa relação entre o homem e o cavalo. Isso se evidencia quando a reportagem aponta que o povo uruguaio formou a região ao “dominar a imensidão do pampa” e que, para isso, antes foi “preciso domar o cavalo”. Na reportagem, tanto o homem quanto o cavalo crioulo são considerados importantes na história e na formação da identidade uruguaia, uma vez que o animal também é caracterizado como “personagem da história, riqueza viva sobre o chão do Uruguai”.

Quando assistiram esse material conosco, os brasileiros disseram que “essa aí foi bonita, o cavalo crioulo é uma coisa que quem não é daqui nem sabe que existe, um pouco se vê no Galpão Crioulo porque faz parte da história da região. Esse cavalo se criou aqui junto com o gaúcho, é uma beleza de cavalo” (Angelo, 69), “Todo mundo comentou esse programa. O cavalo crioulo, por exemplo, não é qualquer um que monta, tem todo um jeito especial de lidar para manter a característica do animal. Por isso é só aqui que se cria, é o nosso cavalo, o gaúcho é que lida com ele, que moldou o cavalo para a vida campeira da nossa região” (Célio, 58). Os uruguaios disseram que “gostamos muito desse programa porque foi feito todo sobre o Uruguai, apareceu muita coisa, foi muito rico. Logo se vê que essa criação de cavalos foi gravada aqui por perto, é típico daqui da região do campo, de todo o pampa porque o brasileiro também cria esse cavalo, pois é o cavalo de todos os *gauchos*, desde muito tempo, é uma de nossas riquezas porque surgiu como o *gaucho* solto no campo” (Suzana, 73) e que “isso aí é coisa rara, foi muito lindo, mostrou os costumes da fronteira da criação de cavalos. Esse animal é o coração da tradição *gaucha* campeira, é coisa muito rica, um orgulho para nós, podia se chamar de cavalo *gaucho* que estaria bem certo” (Vanessa, 41).

De acordo com a amostra, nesse Globo Repórter “apareceu muita coisa”, o que é “coisa rara”, ou seja, os entrevistados sentem que nesse programa sua cultura foi bem representada, o que gerou bastante repercussão na região fronteira, tal como evidencia a sequência “todo mundo comentou esse programa”. Por isso, brasileiros e uruguaios o caracterizaram como “muito lindo”, “muito rico”. E qualificam essa primeira narrativa sobre os cavalos crioulos como “bonita” – os entrevistados admiram o cavalo crioulo, enaltecem sua “beleza” e dizem que essa raça é “coisa muito rica” ou “é uma de nossas riquezas”. De acordo com as apropriações da amostra, tanto uruguaios quanto brasileiros se sentiram bem representados na reportagem. A narrativa é utilizada por eles para apontar que os cavalos crioulos constituem um elemento de identificação entre eles por causa do seu vínculo com a cultura gaúcha e com a lida no campo que caracteriza a região.

Assim, compreendemos que a narrativa medeia o discurso da amostra colaborando para o reforço da identidade regional. Isso se evidencia quando os brasileiros utilizam as sequências “esse cavalo se criou aqui”, “é só aqui que se cria”, “quem não é daqui (...) nem sabe que existe”, ou estabelecem que o animal foi moldado para “para a vida campeira da nossa região”. Mesmo sabendo que a matéria foi gravada no Uruguai, nossos entrevistados brasileiros consideram que o que ali está representado lhes diz respeito, é um retrato de sua própria realidade, pois a criação de cavalos crioulos é algo partilhado por uruguaios e brasileiros na região fronteira, como confirmam os próprios uruguaios, que além de apontarem que esse animal é “um orgulho para nós” (para o povo uruguaio), ressaltam que a criação desses cavalos é um dos “costumes da fronteira” ou “de todo o pampa porque o brasileiro também cria esse cavalo”. Ou seja, ao se referirem ao cavalo crioulo como algo característico da “nossa região”, “daqui”, “aqui” ou “da fronteira” ou “de todo o pampa”,

brasileiros e uruguaios reforçam o sentimento de pertença à mesma região.

A narrativa também colabora para a construção de representações que indicam o reforço da identidade étnica gaúcha. Isso se evidencia quando os entrevistados dizem que “esse animal é o coração da tradição *gaucha* campeira”, “podia se chamar de cavalo *gaucho* que estaria bem certo”, “é o cavalo de todos os *gauchos*”, “surgiu como o *gaucho* solto no campo”, “esse cavalo se criou (...) junto com o gaúcho”, “é o nosso cavalo, o gaúcho que lida com ele”. Essas sequências nos levam a entender que tanto brasileiros quanto uruguaios consideram o cavalo crioulo um elemento importante da cultura gaúcha. Considerando a diversidade étnica nessa fronteira, acrescida da formação discursiva das colaborações de nossa amostra sobre essa reportagem, apontamos que para eles o povo gaúcho ou *gaucho* significa “nós, brasileiros e uruguaios” ou “nós, fronteiriços”. Com isso, compreendemos que a narrativa é utilizada pelos entrevistados para o reforço do sentimento de pertença à etnia gaúcha, porque o cavalo crioulo é visto por eles como uma representação dessa cultura e se constitui como um elemento que aproxima os fronteiriços.

### **3 | O SENTIDO DE AMIZADE É RESSALTADO E O HISTÓRICO DE RIVALIDADE PRETERIDO**

Encontramos outra reportagem do Globo Repórter sob o título “Artista plástico do Uruguai transforma obra em sua própria casa” (Globo Repórter, 8/5/2009, 3:17). O principal valor-notícia dessa narrativa é fazer conhecer o artista plástico Carlos Paes Vilaró e sua obra, a Casa Pueblo. Entendemos que o artista e sua obra são motivos de orgulho nacional para os uruguaios, assim como uma das fontes da reportagem, o escritor Eduardo Galeano. Isso porque ambos povoam o imaginário social uruguio e suas produções são relevantes na conformação da identidade nacional uruguia na contemporaneidade. Ao longo da narrativa também é mencionado o poeta e compositor brasileiro Vinícius de Moraes como um “amigo” de Carlos Paes Vilaró – por sua vez, o poeta é motivo de orgulho nacional no Brasil, bem como sua obra povoa o imaginário social brasileiro e é relevante na conformação da contemporânea identidade nacional brasileira. O pintor e escultor uruguio é caracterizado na narrativa como “um artista que esteve ao lado de personalidades que marcaram o nosso tempo”, um “fã dos brasileiros”, é retratado com um homem que tem “a energia de um menino”, para quem “trabalhar é o seu descanso” e que “mostra o seu talento expresso em todas as cores”. O poeta e compositor brasileiro é mostrado como um de seus “amigos mais ilustres”. A narrativa enaltece a amizade que existiu entre o uruguio Carlos Paes Vilaró e o brasileiro Vinícius de Moraes – que se evidencia quando a reportagem enuncia que a obra de um pode ter sido “inspirada” pelo outro ou quando utiliza sequências como a “brincadeira carinhosa do amigo” – e se constitui como um exemplo de que as relações entre uruguaios e brasileiros são boas.

A reportagem faz representações positivas do Brasil e do Uruguai. Enquanto o povo

brasileiro é associado à “alegria”, à “música” e ao “carnaval”, o Uruguai é comparado ao “sol vibrante” que pode ser encontrado nos “caminhos por onde passamos, bordado na bandeira ao vento, estampado em luz no horizonte do Uruguai” – além disso, o Uruguai é mostrado como o lugar onde se oferece “uma educação de qualidade”, cuja população é formada por “quase cem por cento de alfabetizados”, o que é mais um motivo de orgulho para o país. No primeiro caso, trata-se da imagem positiva que o uruguaio constrói sobre povo brasileiro – para o artista, “o brasileiro é homem que tem música dentro, tem alegria dentro, é como se vivêssemos todos nesse sentimento que é o carnaval, por exemplo” –, bem como retrata a imagem que o brasileiro faz de si mesmo, uma vez que a reportagem aceita a identidade atribuída aos brasileiros pelo artista uruguaio ao dizer que “Vilaró se revela fã dos brasileiros, elogia o nosso jeito, a nossa alegria”, ratificando a fala do uruguaio com o uso de “nossa” ou “nosso”. No segundo caso, a narrativa brasileira é que atribui ao Uruguai uma identidade na qual sua população é vista como culta e seu sistema de ensino é enaltecido – atributos dos quais o “Uruguai se orgulha” e que participam da identidade nacional construída pelos próprios uruguaios. A matéria também identifica o Uruguai como um lugar de belas paisagens, tanto nas imagens que escolhe para nos mostrar quanto no discurso verbal. A narrativa sublinha que lá o “sol” é “vibrante”, referindo-se tanto à obra que Vilaró oferece à equipe de reportagem como um “presente”, quanto ao “sol” como uma representação da nação, porque ele é um símbolo oficial do país, uma vez que está estampado na própria bandeira do Uruguai, ou como a matéria destaca, está “bordado na bandeira ao vento”. A beleza natural do país é mostrada com imagens do sol sendo visto no horizonte, logo após as vastas planícies uruguaias, e o sentido de beleza é reforçado pelo texto ao apontar que o astro está “estampado em luz no horizonte do Uruguai”.

Ao assistirem conosco a essa reportagem, os uruguaios comentaram: “Muito linda, as imagens, tudo, se vê que os brasileiros valorizam o Uruguai, o brasileiro é generoso... com toda a beleza que tem o Brasil. Agora, realmente, Vilaró é um artista brilhante, muito conhecido, e tu viste Eduardo Galeano, esse é ainda mais, porque não são todos que entendem de arte, mas todos escutam muito o que Galeano tem a dizer” (Enrique, 34), “Tu viste que ali mostra como o uruguaio quer bem para o brasileiro, e como nós nos damos bem, o brasileiro é muito afetuoso conosco” (Emília, 55). Os brasileiros comentaram “O uruguaio é um povo muito culto, acho que é mais calmo um pouco do que o brasileiro, te dá confiança, até o nosso grande Vinícius de Moraes era amigo do Uruguai” (Célio, 58), “Eu não conhecia esse artista, aqui a gente conhece mais a música deles, as coisas que temos mais em comum, mas achei maravilhosa, parece uma casa de brinquedo mesmo, esse artista uruguaio foi muito criativo” (Maria Eduarda, 23).

As apropriações da amostra corroboram que Carlos Paes Vilaró e Eduardo Galeano representam o Uruguai, sendo motivos de orgulho nacional, tal como evidenciam as seqüências em que nosso entrevistado uruguaio descreve o primeiro como “brilhante” e “muito conhecido”, e o segundo como “ainda mais [brilhante e conhecido]” porque “todos

escutam muito” o que ele “tem a dizer”. Assim como Vinícius de Moraes representa o Brasil, sendo motivo de orgulho nacional, tal como destaca a sequência em que o entrevistado brasileiro se refere a ele como “o nosso grande”. Chamou atenção da amostra a caracterização da amizade ou das boas relações entre uruguaios e brasileiros mostrada na narrativa e os entrevistados se apropriaram dela para reforçar esse discurso que também circula em seu cotidiano, dizendo que “tu viste que ali mostra como o uruguaio quer bem para o brasileiro, e como nós nos damos bem” e que “até o nosso grande Vinícius de Moraes era amigo do Uruguai”.

Os entrevistados também utilizaram a narrativa para construir representações positivas uns dos outros. O uruguaio é caracterizado pelos brasileiros como “um povo muito culto”, “calmo” (pelo menos, “mais do que o brasileiro”), “criativo” e que inspira “confiança”. O brasileiro é visto pelos uruguaios como “afetuoso” e “generoso” – algo que para eles se revela no interesse da reportagem em conhecer a beleza do Uruguai, mesmo sendo o Brasil um país de muita “beleza” (tal como evidencia a sequência “muito linda, as imagens, tudo, se vê que os brasileiros valorizam o Uruguai, o brasileiro é generoso... com toda a beleza que tem o Brasil”). Uma das entrevistadas brasileiras ainda usou a narrativa para apontar as semelhanças existentes entre uruguaios e brasileiros que vivem na região, tal como evidencia a sequência “aqui a gente conhece mais a música deles, as coisas que temos mais em comum”. Assim, compreendemos que a narrativa participa das representações da amostra reforçando preponderantemente os aspectos que aproximam brasileiros e uruguaios.

Apontamos também que no início da reportagem o repórter atenta para o valor-notícia implicado na cidade uruguaia de *Colonia del Sacramento*, que ocupou uma posição estratégica na história da demarcação das fronteiras entre o que hoje é o Brasil e o Uruguai. Ele nos conta que “as ruínas em Colônia do Sacramento lembram um passado de guerras. O Uruguai nasceu da disputa entre portugueses e espanhóis, chegou a pertencer ao Brasil, logo que conquistamos nossa independência”. Entendemos que essa sequência foi formulada a fim de não ignorar a relevância histórica da cidade, antes de tratar do objetivo principal que era apresentar Vilaró e sua obra, a Casa Pueblo, localizada em Punta Ballena, nas proximidades de Punta del Este. Entretanto, também destacamos que essa sequência, evidentemente, não dá conta de toda a complexidade histórica das disputas territoriais entre portugueses e espanhóis e a emblemática participação dessa cidade nesses eventos que, antes da independência do Uruguai – e da posterior disseminação do discurso de que o Uruguai é um “algodão entre cristais”, ou um país amigo que promove a paz entre as nações vizinhas –, foram responsáveis pela sustentação de um quadro de rivalidade entre portugueses e hispânicos que formaram os territórios brasileiro e uruguaio.

Consideramos relevante contextualizar que a atual *Colonia del Sacramento* foi fundada pelas forças imperiais portuguesas em janeiro de 1680. De acordo com o Tratado de Tordesilhas, ela foi assentada em pleno território espanhol, onde os portugueses se

estabeleceram construindo uma fortificação que batizaram de Colônia do Santíssimo Sacramento. O objetivo era expandir as fronteiras do Império Português na América, estabelecendo-se num ponto estratégico do ponto de vista bélico e comercial. Desde então, o território tornou-se um epicentro de disputas, conflitos armados e tratados entre as coroas portuguesa e espanhola por mais de cem anos.

De acordo com Carneiro (1946), em agosto do mesmo ano de sua fundação, os espanhóis recuperaram o território por meio de um conflito armado. Mas em março de 1681, os portugueses o receberam de volta porque, diante da ameaça de um novo confronto, a coroa espanhola cedeu o território assinando um acordo que ficou conhecido como Tratado Provisional. O território foi devolvido aos portugueses com a condição de que não fosse aumentada a área da cidade e que eles não comercializassem com espanhóis, termos esses que acabaram não sendo cumpridos. Com isso, entre 1705 e 1715 os espanhóis dominaram o território novamente. Em 1715, foi firmado o Tratado de Utrecht e o território voltou ao domínio português, sob a condição de que seu tamanho ficasse limitado à distância de um tiro de canhão disparado dos muros da cidade. Para garantir isso, a cidade ficou sitiada por dois anos (entre 1735 e 1737) e os portugueses não puderam avançar sua colonização para além de seus muros.

Quando a contenda parecia resolvida, em 1750 portugueses e espanhóis firmaram outro acordo, o Tratado de Madrid, segundo o qual os portugueses deveriam devolver a *Colônia del Sacramento* para a Espanha, em troca da anexação dos Sete Povos das Missões (Santo Ângelo, São Borja, São João Batista, São Lourenço, São Nicolau, São Miguel e São Luís Gonzaga), que estavam sob domínio espanhol. Os jesuítas se opuseram a isso e assim deflagrou-se outro conflito na região que ficou conhecido como a Guerra Guaranítica, resultando na morte de quase todos os guaranis. Com isso, os portugueses tornaram sem efeito o Tratado de Madrid e os Sete Povos das Missões permaneceram com os espanhóis e a *Colônia del Sacramento* com os lusitanos. Depois da anulação do Tratado de Madrid, com a deflagração da Guerra dos Sete Anos na Europa, que colocou Espanha e Portugal de lados opostos de um conflito armado de caráter continental – de um lado, França, Áustria, Saxônia, Suécia, Rússia e Espanha e, de outro, Inglaterra, Portugal, Prússia e Hannover –, os espanhóis conquistaram grande parte do sul do Brasil, inclusive a *Colônia del Sacramento*, entre os anos de 1756 e 1763. Entretanto, como a Espanha e seus aliados foram derrotados na Europa, ao final desse conflito o país acabou devolvendo o território aos portugueses.

Em 1777, os espanhóis reconquistaram a *Colônia del Sacramento*. Nessa ocasião, portugueses e espanhóis assinaram o Tratado de Santo Ildefonso, pelo qual a Espanha conseguiu oficialmente o domínio sobre a *Colônia del Sacramento* e sobre a região dos Sete Povos das Missões. Em troca, a Espanha devolveu o território brasileiro ocupado desde a Guerra dos Sete Anos. Em março do ano seguinte, lusos e hispânicos firmaram o Tratado do Pardo, que ratificou essa troca e deu fim à luta de quase cem anos pelo domínio da cidade

de *Colonia del Sacramento*, ainda que as disputas entre espanhóis e portugueses pelo território sul-americano não tivessem cessado. Assim, os espanhóis construíram a nova *Colonia del Sacramento* para além dos muros portugueses e, atualmente, de acordo com a UNESCO, a fortificação portuguesa faz parte de um centro histórico que é considerado Patrimônio da Humanidade.

Atentando para a complexidade desse contexto histórico, compreendemos que na formação discursiva da narrativa as boas relações entre uruguaios e brasileiros são ressaltadas e os conflitos que fizeram parte da história desses dois países ficam preteridos. Isso porque a reportagem limita sua abordagem a respeito da histórica rivalidade entre portugueses e espanhóis nas disputas pelo território e, ao mesmo tempo, enfatiza a amizade entre uruguaios e brasileiros ou as representações positivas que um povo faz do outro. Além disso, como vimos, as apropriações e usos que a amostra fez dessa narrativa ocorre principalmente no sentido de reforçar o discurso de proximidade ou amizade entre uruguaios e brasileiros. Registramos também que apenas um de nossos entrevistados uruguaios mencionou a relevância da cidade de *Colonia del Sacramento* na história das relações entre os dois povos. Ele teceu um breve comentário durante a apresentação da narrativa dizendo que “essa cidade é muito importante para a história do Uruguai e do Brasil também” (Nestor, 59). A sua fala não chega a explicitar a rivalidade que se desenvolveu entre portugueses e hispânicos que formaram os dois países, mas nos fornece uma pista de que os fatos históricos que relatamos, e talvez o discurso de rivalidade plasmado a eles, ainda façam parte de seu imaginário.

#### **4 | OS DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS ENFRENTADOS PELOS URUGUAIOS MEDEIAM O PROCESSO DE RECEPÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO, MAS A CARACTERIZAÇÃO POSITIVA PREDOMINA**

Outro aspecto suscitado na narrativa – “Artista plástico do Uruguai transforma obra em sua própria casa” (Globo Repórter, 8/5/2009, 3:17) – e considerado relevante pela amostra tem a ver com um “paradoxo” da realidade uruguaia: mesmo com uma educação de “qualidade” e tendo quase a totalidade de sua população alfabetizada, a reportagem informa que há “poucos jovens no país” e sua população cresce apenas “meio por cento ao ano”. Para enfatizar esse quadro, a reportagem relata que o país é “pequeno em território”, comparando-o ao estado brasileiro do Paraná, bem como seu crescimento populacional é comparativamente menor do que o dos “vizinhos Brasil, Chile e Argentina”. Além disso, ficamos sabendo que há “poucos jovens no país”, principalmente porque falta “trabalho” e assim eles “vão embora”. Esse cenário é caracterizado na narrativa como um “drama nacional” por meio da fala do escritor uruguaio Eduardo Galeano. Ele diz que “esse é o grande drama nacional, jovens não encontram aqui trabalho, ou pelo menos um trabalho digno, bom e acham que fora podem alcançar uma vida melhor. Então tem uma imensa

quantidade de jovens que vão embora”.

Nossa amostra já havia levantado o problema da falta de perspectiva para os jovens na fronteira Rivera-Santana do Livramento e, ao reverem conosco essa reportagem, quatro de nossos entrevistados uruguaios lembraram o caso “Fed Álvares”. Destacamos o comentário da uruguaia Emília, segundo o qual “os jovens do nosso país são bem preparados, o que se passa é que só encontram espaço fora do país, veja o caso do menino que fez o vídeo pela *internet*, um talento genuíno. Com criatividade e poucos recursos ele chamou a atenção de Hollywood. Vai ganhar milhões de dólares, ofereceram para ele uma fortuna. Ele virou notícia no mundo inteiro, no Brasil também. Nós não temos como aproveitar um menino desses na produção nacional de filmes? O que fazemos para manter esses talentos aqui? Não sabemos como”.

Os entrevistados se referem ao caso relatado na matéria que encontramos sob o título “Cineasta aprendiz ganha contrato de U\$ 30 milhões nos EUA” (Jornal da Globo, 17/12/2009, 57”).

O jovem uruguaio Fed Álvares é caracterizado na narrativa como um cineasta “aprendiz” ou “amador”, “desconhecido” ou alguém que “ninguém conhecia” e que se destacou “por conta de uma ideia na cabeça e a *internet* na mão”. Com essa sequência, compreendemos que a reportagem quer dizer que ele é criativo ou talentoso. Ele produziu um filme chamado *Ataque de Pânico* que foi veiculado pela *internet*. Sua obra foi caracterizada na matéria como um filme curto (“cinco minutos”), barato (“custou só trezentos dólares”) e “cheio de efeitos especiais”. A reportagem sublinha que, embora o filme não seja “a melhor novidade em matéria de filmes de ficção científica”, chamou a atenção de Hollywood, mais especificamente, da mesma produtora de Sam Reimi, responsável pelos filmes “Homem-Aranha” que foram sucessos de bilheteria e, por isso, o uruguaio conseguiu um contrato de “trinta milhões de dólares” para produzir um longa-metragem. De acordo com a narrativa, compreendemos que o contrato representa o reconhecimento internacional do talento uruguaio, uma vez que a matéria destaca que Hollywood “gostou dos cenários latinos”. Além de reconhecimento, o resultado do investimento de trezentos dólares e do uso de seu talento tornou o cineasta um milionário. Fed Álvares passou da condição de desconhecido para a de figura mundialmente conhecida, em decorrência da divulgação de seu trabalho na *internet* e da proposta efetuada pelos americanos. A narrativa evidencia que isso mudou sua trajetória também na sequência em que a capital uruguaia, Montevideo, é caracterizada como “pacata”, enquanto Los Angeles, lugar para onde o uruguaio se mudou, é apresentada como a “capital mundial do cinema”.

Compreendemos que a realidade socioeconômica da região, mais a representação televisiva do caso desse jovem e talentoso uruguaio que encontrou uma oportunidade milionária fora de seu país, medeiam o discurso dos entrevistados quando eles se apropriam da narrativa do Globo Repórter – que menciona a falta de oportunidades para os jovens uruguaios em seu país, bem como o pequeno número deles que permanece habitando o



Uruguai. Isso porque a amostra percebe que mesmo em pequena medida a complexidade da sociedade uruguaia foi representada na reportagem brasileira e, então, utilizam-na tanto para reiterar que os jovens uruguaios são “bem preparados” ou possuem um “talento genuíno” reconhecido mundialmente, quanto para pensarem novamente em soluções para o problema da falta de oportunidades para eles no Uruguai, tal como evidência a sequência “Nós não temos como aproveitar um menino desses na produção nacional de filmes? O que fazemos para manter esses talentos aqui?”. A partir disso, entendemos que os desafios socioeconômicos enfrentados pelos jovens uruguaios medeiam o processo de recepção da amostra sobre o discurso jornalístico, mas a caracterização do povo uruguaio segue positiva, associada a boa educação e ao talento.

## **5 | AS ÁGUAS DE SALTO E O URUGUAI COMO DESTINO TURÍSTICO QUE CURA E AGREGA**

Encontramos outra reportagem do Globo Repórter sob o título “Águas do Uruguai ajudam a melhorar a saúde” (Globo Repórter, 8/5/2009, 3’17”). Compreendemos que a formação discursiva dessa narrativa caracteriza o Uruguai como um destino recomendado para o tratamento da saúde. Já no título, essa reportagem associa os recursos naturais uruguaios à saúde, apontando que “Águas do Uruguai ajudam a melhorar a saúde”. A narrativa contextualiza que quando estrangeiros procuraram por petróleo em solo uruguaio, acabaram encontrando o que a reportagem caracteriza como outro tipo de “riqueza subterrânea”: a água quente de Salto, rica em “propriedades medicinais”. Às águas da cidade de Salto, a narrativa atribui boa “fama” e enaltece sua contribuição para a boa saúde de quem se banha nelas, apresentando diversas pessoas que usufruem de suas propriedades, bem como o parecer de um médico, tal como evidenciam as sequências “a água (...) tem ação sedativa e relaxante e é boa também para quem busca recuperar a energia ou escapar do estresse”, “as águas (...) são capazes de melhorar o estado geral dos pacientes e até de curar doenças”, “contratura muscular e artrite (...) são curadas” e serve “para aliviar as dores e retardar as limitações que a doença [artrose] impõe aos movimentos”. De acordo com a narrativa, essas águas significam “saúde sem remédio” ou “um banho de saúde” e é em Salto, no Uruguai, que “gente experiente busca saúde” (ou seja, o público do lugar é formado principalmente por idosos). A reportagem enfatiza que depois de banharem-se nessas águas é possível ver o “o bom humor dos velhinhos” e mostra o curioso uso que um deles chega a fazer desse recurso mineral. Ele faz “cubinhos de gelo para tomar com uísque”. Além de contribuir para o “bom humor”, a reportagem produz o sentido de que a imersão nessas águas faz tão bem para a saúde que ajuda as pessoas com idade avançada a terem mais independência e alegria, como evidencia a sequência “olha aí o seu Osvaldo, indo sozinho pra casa, dirigindo o próprio carro, todo animado”.

Sobre essa matéria, os brasileiros comentaram “que coisa bem boa não é? O Uruguai é maravilhoso, vale mesmo a pena conhecer” (Angelo, 69), “eu também quero conhecer essas águas, o Uruguai tem cada lugarzinho charmoso, a gente ficou de ir, né [não é], Célio? A gente vai mais para Yrapeí, todo mundo, é costume por aqui, é programa para a família toda, essa aí parece que vai mais gente de idade” (Thaísa, 53), “e é muito boa para a saúde mesmo, esse tipo de água que tem no Uruguai parece que desintoxica, deixa a pele mais fina, bonita, eu já fui também com namorado, é bacana, tem até um agito de noite” (Maria Eduarda, 23). Os uruguaiois comentaram “que delícia... agora todo mundo têm falado, por causa do programa, eu fico muito feliz porque é meu país que minhas amigas brasileiras querem conhecer mais” (Vanessa, 41), “isso aí faz um bem... depois que deu na TV, todo mundo começou a ir, a gente conhece, da última vez fomos logo depois do programa” (Emília, 55), “é coisa muito boa para gente da minha idade, eu posso dizer que a gente se sente relaxado e bem disposto, só não dá para ficar demais porque pode baixar a pressão” (Suzana, 79), “interessante é que depois da matéria se vê muito mais brasileiros em Salto” (Nestor, 59).

A partir das colaborações da amostra compreendemos que essa narrativa repercutiu no cotidiano fronteiriço incentivando o turismo, uma vez que depois de sua exibição, os entrevistados notaram que “se vê muito mais brasileiros em Salto”, “todo mundo começou a ir”, “todo mundo têm falado (...) minhas amigas brasileiras querem conhecer” e mesmo a família brasileira que participou de nossa amostra demonstrou interesse em conhecer as águas quentes dessa cidade uruguaia, tal como evidencia a sequência “a gente ficou de ir, né [não é], Célio?”. Apontamos que a família uruguaia esteve algumas vezes em Salto por causa de suas águas, e a “última vez” ocorreu logo após a veiculação da reportagem. Uma de nossas entrevistadas uruguaias enunciou que fica “muito feliz” com a atenção positiva que o Uruguai ganhou por meio do programa. A família brasileira também utilizou a narrativa para apontar que o Uruguai faz parte de seus hábitos de lazer. Eles costumam frequentar as águas termais da cidade uruguaia de Yrapeí e deram a entender que essa é uma prática comum entre os brasileiros que vivem na região de fronteira (“é costume por aqui”). Esse passeio é considerado “programa para a família toda”, ou para se fazer com o “namorado” porque “é bacana” e até “tem um agito de noite”. A partir de suas apropriações da narrativa, também consideraram que, diferentemente de Yrapeí, em Salto “parece que vai mais gente de idade”. Ao assistirem essa narrativa, os entrevistados caracterizam o Uruguai como “maravilhoso” ou “charmoso”, ou como um país que “vale mesmo à pena conhecer” e suas águas são caracterizadas como “coisa bem boa”, “muito boa para a saúde mesmo”, “parece que desintoxica, deixa a pele mais fina, bonita”, “delícia”, “faz um bem”, “é coisa muito boa para gente” na faixa etária de Suzana que tem 79 anos e apontaram que depois de banhar-se nas águas quentes uruguaias você se sente “relaxado e bem disposto”. Compreendemos portanto que ao se apropriarem dessa narrativa, os entrevistados reforçaram representações positivas sobre o Uruguai, caracterizando-o

principalmente como um destino turístico e associando seus recursos naturais à boa saúde. As águas de Salto são retratadas ainda como uma localidade uruguaia que agrega a família, contempla os mais velhos e, sobretudo, se faz destino atrativo para qualquer geração.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a formação discursiva do Globo Repórter sobre o Uruguai construiu representações positivas do país, caracterizando-o preponderantemente como um destino turístico associado a belezas e riquezas naturais, onde é possível levar uma vida saudável ou encontrar recursos que garantam a boa saúde. No programa jornalístico, o uruguaio também é retratado positivamente, sendo caracterizado principalmente como um povo que vive em harmonia com a natureza e que é culto, talentoso e amigo dos brasileiros. A matéria do Jornal da Globo sobre o cineasta uruguaio também colaborou para reforçar a representação de que o povo uruguaio é talentoso. Essas narrativas noticiosas sobre o Uruguai ou os uruguaios povoaram o imaginário dos fronteiriços porque eles se sentiram representados nelas – a ponto de os brasileiros, por exemplo, nos levarem a entender que o que diz respeito ao Uruguai é algo tão próximo que não há necessidade de fazer distinções entre ele e o Brasil.

Assim, compreendemos que essas representações televisivas medeiam o discurso da amostra participando do jogo identitário da seguinte forma. A partir de suas apropriações do Globo Repórter, brasileiros e uruguaios demonstraram identificação entre si, reafirmaram as semelhanças em sua formação étnica, em suas relações com o meio rural e enalteceram o sentimento de pertença à região, e com isso a identidade fronteiriça se mostrou fortalecida. Como o discurso dos entrevistados também se caracterizou pela ênfase nas boas relações entre uruguaios e brasileiros, nas representações positivas que uns construíram sobre os outros e nos aspectos que aproximam os dois povos, enquanto os conflitos que também fizeram parte da história desses dois países não foram explorados, compreendemos que o Globo Repórter colaborou para o reforço do estereótipo de que essa é a fronteira da paz e de que as relações entre uruguaios e brasileiros são de amizade.

A partir de Lippmann (2008), compreendemos que os estereótipos têm um papel nas relações sociais. Eles são construídos ao longo da história para serem utilizados na atribuição de sentidos imediata daquilo que nos causa estranhamento. Por isso, eles existem em todas as culturas e podem ser tanto positivos quanto negativos. Entretanto, mesmo quando eles são positivos, os estereótipos constituem-se como uma supersimplificação da realidade que representam. Assim, eles podem acabar servindo para mascarar a realidade, ao invés de colaborar para o conhecimento e a compreensão dela.

A ideia de que o Uruguai é “um país amigo” se transformou em um estereótipo positivo no imaginário social brasileiro, bem como a imagem de que a fronteira Uruguai-Brasil (Rivera-Santana do Livramento) é a “fronteira da paz”. Essas ideias não surgiram a

partir da mídia, mas são reafirmadas com a mediação da televisão brasileira, tal como no caso deste Globo Repórter.

Isso é positivo para as relações diplomáticas entre os países, para a interação cotidiana na fronteira e mesmo para o comércio e consumo estabelecido entre uruguaios e brasileiros – no caso, identificamos especialmente o estímulo ao consumo do Uruguai como destino turístico. Mas não podemos perder de vista que estereótipos são supersimplificações da realidade, e mesmo quando positivos podem gerar consequências nem sempre bem-vindas, pois não favorecem por exemplo o reconhecimento e a resolução de situações em que uruguaios e brasileiros podem se encontrar em lados opostos de interesse. Como já ocorreu ao longo da história e como ainda podemos identificar no cotidiano fronteiriço, com respeito a disputas de vagas de trabalho, desacordos comerciais entre os Estados nacionais, e mesmo com relação a outros temas que permeiam a memória coletiva das relações uruguaio-brasileiras – como a final da Copa de 50 em que o Uruguai venceu o Brasil no Maracanã.

## REFERÊNCIAS

CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas*. México: Grijalbo, 1990.

COLLIER JR, J. *Antropologia Visual: a fotografia como técnica de pesquisa antropológica*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1973.

GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HAGUETE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1992.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Petrópolis: Vozes, 2008

LOPES, M. I. V. *Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Loyola, 2002.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

MEMÓRIA GLOBO. [s.d.] Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/>. Acesso em: 14/02/2020.

ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.

THIOLLENT, M. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo: Polis, 1980.

YIN, R. K. *Estudo de Caso – Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2010.

# CAPÍTULO 17

## IMPLICÂNCIAS E SILÊNCIOS DA HISTÓRIA EM RELAÇÃO AO LINGUAJAR CAMPEIRO: APONTAMENTOS PRELIMINARES

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 13/07/2020

### **Manoel Adir Kischener**

Universidade Estadual de Maringá (UEM)  
Maringá, PR  
<http://lattes.cnpq.br/0700002710041949>

### **Everton Marcos Batistela**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
(UTFPR)  
Dois Vizinhos, PR  
<http://lattes.cnpq.br/8011976316738390>

### **Airton Carlos Batistela**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
(Unioeste)  
Francisco Beltrão, PR  
<http://lattes.cnpq.br/6355946068533113>

### **Mariza Rotta**

Universidade Comunitária da Região de  
Chapecó (Unochapecó)  
São Lourenço do Oeste, SC  
<http://lattes.cnpq.br/1261989172809832>

Este capítulo foi apresentado como artigo completo no VIII Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas (VIII CONAPE), realizado na Unioeste, câmpus de Francisco Beltrão, nos dias 1º e 2 de outubro de 2019. Para esta versão, que contém pequenas modificações, foi acrescido um autor que contribuiu nestas.

**RESUMO:** Objetiva-se trazer apontamentos à discussão com os pares, a respeito das implicâncias e silêncios da história em relação

ao *linguajar campeiro*, percebido na vivência do primeiro autor como agricultor que foi e como professor de História, em entrelace e apoio da revisão de bibliografia. De que forma estas implicâncias vêm sendo constituídas e mesmo construídas ao longo da História? Qual a contribuição dos próprios professores a este estado de coisas? Em tempos de defesa do multiculturalismo e de frequente movimentação de pessoas do espaço rural ao urbano, uma história que também considere o falar/o *linguajar* do aluno do campo será possível para além do modismo da mera inclusão sem a devida contextualização por parte do professor? Sugere-se trabalhar o assunto com temas transversais, que poderão favorecer a iniciativa e prática docente que considere as peculiaridades dos alunos. A região Sudoeste do Paraná é de incipiente industrialização, tendo dependência da agropecuária na maior parte da economia de seus municípios, ao tratar o tema os autores buscam contribuir ao ensino de História, apesar do baixo teor analítico do texto que exigirá aprofundamento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modo de falar do campo. Temas transversais. Literatura e Música. História.

### IMPLICANCES AND SILENCES OF HISTORY IN RELATION TO LANGUAGE CAMPER: PRELIMINARY NOTES

**ABSTRACT:** The objective is to bring notes to the discussion with peers, regarding the implications and silences of history in relation to the *peasant language*, perceived in the experience of the first author as a farmer who was and as a History teacher, in interweaving and support of the

revision of bibliography. How have these implications been constituted and even constructed throughout history? What is the contribution of the teachers themselves to this state of affairs? In times of defending multiculturalism and the frequent movement of people from rural to urban spaces, is a story that also considers the speaking / *language* of the student in the field possible beyond the fad of mere inclusion without proper contextualization by the teacher? It is suggested to work on the subject with transversal themes, which may favor the initiative and teaching practice that considers the peculiarities of the students. The Southwest region of Paraná is of incipient industrialization, having dependence on agriculture in most of the economies of their municipalities, when dealing with the theme the authors seek to contribute to the teaching of History, despite the low analytical content of the text that will require further study.

**KEYWORDS:** Way of speaking from the field. Cross-cutting themes. Literature and Music. Story.

## 1 | INTRODUÇÃO

A norma culta impõe e a sociabilidade instituída e que contém poder como aquela que está a critério da escolarização e da universidade compete – donde se aceita o que é último/da moda e entre as tribos bem quisto é – como forma de integrar-se ou pretensamente passar a ideia, mesmo errônea (é hipótese deste artigo), de que não estamos sós e fazemos coro ao que o figurino do momento pede, que também pode ser o politicamente correto.

Se este está em voga e, que a norma culta está associada aos padrões, seja da escrita, seja do falar, mormente a partir da academia (que formula e até aceita os padrões populares, trazendo-os aos dicionários, mas precisa-se tempo, às vezes gerações), a escola pode ter o propósito de passar a diante, e em que pese a necessidade da mídia o fazer assim, o faz, mas deixa escapar os sotaques regionais, como que brechas do padrão linguístico (por exemplo, na programação da Rede Globo, especialmente quando em seus quadros nacionais, transparece o “carioquês” imposto nacionalmente), por que isso ocorre?

Na universidade pelas pressões de fundo moral e outras de constrangimento em relação a desigualdade social e econômica que persiste em nosso mundo de constantes transformações e também permanências, há adesão constrangida aos falares das tribos, dos da periferia, dos guetos, das minorias políticas, ainda aquelas associadas as fatias do “mercado da representação política”, por assim dizer.

Isso ocorre quando uma parte esclarecida passa a reivindicar igualdade no que, ao final, vem (não sem luta, reconheça-se), mas que é o apenas para uma pequena parcela, gerando mais a ideia de privilégios do que reparação social; mesmo que impulse políticas públicas, passa-se a impressão de que é para alguns, uns “mais iguais do que os outros” (ORWELL, 2006), donde distancia-se da ideia original de igualdade ou de emancipação humana, se preferirmos a expressão assim utilizada por Karl Marx n<sup>o</sup> “A questão judaica” (MARX, 2013), dentre seus primeiros escritos preteridos e silenciados (FREDERICO,

2009), nestes estranhos tempos.

Na escola o professorado adota e até adere ao falar de gírias, muito associado aos jovens da periferia, descaracterizados que estão e, por isso a busca de identidade, mas estes acabam impondo aquela externa (via música, cinema, TV e internet), tipificada dos grandes centros de propulsão do que o mercado e, após a mídia entendem por cultura popular, vide a música atual (e notadamente o *funk* e o *rap*), que se afasta, a passos largos, da norma culta, sob o pretexto de incluir o aluno, que a sua fala, seu modo de ser seja respeitado.

Mas, ao final, seja para se integrar ou para ser melhor quisto (afinal vive-se tempos de banalização da violência e a cada vez mais os professores têm sofrido de violências múltiplas, mesmo dentro da sala de aula) acaba-se por integrar-se à *cultura deles*, donde o *funk* vira tema de aula e até é aproveitado em sua *contribuição* de letra.

Agiganta-se assim a ideia, e isso nos corredores de escolas consideradas progressistas, que não se deve impor a cultura (e a norma culta) sobre a cultura da periferia, se assim fosse seria ato de violência (mas passa-se batido a ideia de discutir o que é cultura, do que são os legados que a humanidade tem deixado e que, acredita-se, todos deveriam se inteirar e não, meramente, sob a áurea de inclusão, atacar a “grande cultura” como alguns professores o fazem para se manter popular perante o alunado que se recusa a entender que o acesso, às mais diversas formas e manifestações culturais exige esforço e disciplina de estudos).

O ensino de História encontra-se em crise de sentidos. Muitas vezes fruto da ferrenha politização partidária das aulas, os professores acabam por afastar os alunos dos temas sensíveis que deveriam ser estimulados, as sínteses dos acontecimentos, o contexto, e as diferentes possibilidades de interpretação, as tais matrizes teóricas que se deve alertar a respeito da construção da narrativa da História, enfim, os ensinamentos possíveis para o tempo presente, à vivência do aluno.

Como existe certo descompasso de idade fruto que são de gerações e tempos diferentes, pois “É perfeitamente óbvio que nem todos nós vivemos no mesmo tempo” (POUND, 1976, p. 101), assim entendido, professor e aluno têm conceitos de família diversos, de ideia de autoridade e respeito, de gosto musical, então nem se fala, e possivelmente maior facilidade com tecnologias digitais por parte dos aprendizes frente ao sentido e ouvido analógico da maioria dos mestres, e estes falam e possuem *linguajar* diverso também.

Portanto, se houver mais estímulo, mesmo por parte da escola e não apenas do professor de História, do desencontro inicial poderá render a aproximação cultural, nascer a cultura de pertencimento, apesar dos descompassos geracionais e que são normais, fortalecer-se-á laços e vínculos, a troca de conhecimento e de saberes, ocasião que se existir, fortalecerá e estimulará a benéfica aprendizagem do ouvido musical e com a consequente valorização da cultura local (com seu entendimento crítico).

Será que isso ocorre em relação a cultura do jovem rural, aquele que recém chegou do campo e se torna mais um, junto a sua família, daqueles que, expulsos ou impelidos, chegam as cidades, às periferias, a busca de melhores condições de vida e raras de mobilidade social?

Geralmente não, e até são ridicularizados, como o primeiro autor foi, quando adentrou a graduação de História nos distantes anos 2000, lá no Sul do Rio Grande do Sul, em uma Universidade pública. Há pelo menos duas ideias a respeito deste perfil de aluno: que falam errado (“erado”, “caroça”, “tera”, “nóis”, “caro”, “trabai”<sup>1</sup>, dentre muitas outras) e, que são bons trabalhadores, especialmente braçais, para o serviço duro, carregar alguma coisa, pois é gente disposta e acostumada com a lida dura, da roça e do campo, no trato com os animais, nas intempéries da natureza, de Sol a Sol, e até mesmo com chuva, fazem e ganham a vida, mais, a têm como um modo de vida (o que muitos desconhecem) em suas comunidades rurais.<sup>2</sup>

Estes, com sociabilidades próprias, apesar da formação do capitalismo no campo que a tudo desagrega e varre, como um furacão, deixando erodido o patrimônio cultural de séculos, geracional, no mediar e levar ao campo, bens, serviços e sonhos, mas o campo resiste e, fica nestes entremeios.

Chega-se a ponto de, mesmo na Universidade, se ouvir dos instruídos professores e do alunado progressista, despropérios em relação ao campo, como que movidos em cruzada de vir de encontro ao que se vulgariza neste meio como “agro” e muito pelo que a mídia mostra<sup>3</sup>, de a tudo encaixar como se aquele espaço fosse o mesmo (identidades, maneiras de trabalhar, origens étnicas e culturais, acesso a bens gerais, tipos de atividades e manejo do solo, clima etc.).

Nesta linha de raciocínio tudo deve ser desautorizado e logo “taxado” de que não vale a pena, pois logo se vê como “doutro lado”, a partir deste entendimento o agronegócio é endemoniado e se apresenta uma versão romantizada do que entendem por agricultura familiar como se fosse possível perceber a realidade apenas com esta lente.

Se esquece da diversidade que ainda existe no campo, mesmo entre os considerados mais empobrecidos e, seja de que forma for economicamente que se apresentam contribuem para levar comida a mesa destes críticos (e desavisados) cidadãos.

Chega-se a rotular um produtor de morangos, no sistema semi-hidropônico, com propriedade de 1 hectare, que utiliza apenas a mão de obra da família como agronegócio, só porque exporta a produção pro Japão! Por certo, é mister lembrar que, a escrita aqui se

---

1 Se se considerar a norma culta: errado, carroça, terra, nós, carro e trabalho.

2 No sentido que Henri Lefebvre sugere: “La comunidad rural (campesina) es una forma de agrupación social que organiza, según modalidades historicamente determinadas, un conjunto de familias fijadas al suelo. [...] Están relacionados por disciplinas colectivas y designan – aun cuando la comunidad guarde vida propia – responsables mandatarios para dirigir la realización de estas tareas de interés general” (LEFEBVRE, 1978, p. 31-2).

3 Por exemplo a campanha publicitária difundida em intervalos da programação da Rede Globo: “Agro é Pop, Agro é Tech, Agro é Tudo”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/>>. Acesso em 06/05/2019.



distancia da defesa daquela agricultura que contém em si apenas a racionalidade do lucro e da devastação ambiental e cultural, da voracidade que desconsidera modelos alternativos àquele que seus signatários impõem como padrão.

Posto isso, neste texto, que parte da experiência do primeiro autor como agricultor e como professor de História, posteriormente, e analista da questão, onde humildemente se deixa questões aos pares, ao menos aqueles interessados para ir além da ideologização que está em curso, mesmo a de viés populista a respeito dos porquês das implicâncias e silêncios da história em relação ao *linguajar campeiro*.

É esta mesma tradição que vê camponês em tudo, mas se esquece de perceber as diferenciações de acesso ao poder, de representatividade, mesmo na pesquisa, da seleção que é feita de tipo de informantes, preterindo os mais à margem pelos de comando, quando mais vale a legitimação política do que efetivamente a emancipação dos grupos sociais.

## **2 I EVIDÊNCIAS NA HISTORIOGRAFIA E NOS PESQUISADORES DA TEMÁTICA E FORMAS PALIATIVAS DE TRATO DA QUESTÃO**

### **2.1 E Existem Evidências na Historiografia?**

O início?

Em tempos onde parece haver consenso a respeito da influência da cidade sobre o campo ao se afirmar a necessidade de “ser tratado com urbanidade” como requisito mínimo no trato no dia a dia e chega-se a pensar em demissão, quando em serviço, na ausência disso, por parte de alguém, mesmo que se faça confusão a respeito do que é urbano e do que é rural no Brasil (VEIGA, 2002), e que já desde muito mostrou-se que há interrelações entre esses dois espaços (WILLIAMS, 2011), e que o campo possui sua função, a face rural do desenvolvimento (VEIGA 2000).

Até porque, se as regiões rurais continuarem povoadas, para desafogo das áreas urbanas, se deve imaginar que o futuro destas (ABRAMOVAY, 2003) depende que as considerem na agenda de políticas públicas, mas para isso se deve sopesar os atores sociais (que são ativos) do campo.

Martins afirma que ao “Privilegiamos a burguesia e o proletariado de grandes cidades como São Paulo e repudiamos ou colocamos na obscuridade de um meio-esquecimento os outros personagens do mesmo processo porque não se revestem de atributos típico-ideais” (MARTINS, 1986, p. 99).

É como ainda fazem muitos analistas do campesinato, que não percebem que campo e cidade são duas realidades diversas e, mesmo o campo brasileiro se transformou nas últimas décadas, mas continuam a vê-lo como se estivesse nos anos 1960, ignoram que a fotografia deste não é mais a mesma (BOLLIGER, 2014) ou o são duas, pelo menos uma até os anos 1960 e outra na atualidade.

Essa outra realidade, apesar de existir desde há muito, mas que acaba sendo

padronizada nos escritos daqueles que não sabem o que é comer poeira ou se embrenhar nas estradas lamacentas em pesquisa empírica campo a fora, com Sol ou chuva, e com todo tipo de dificuldade que, aliás, as pessoas que moram por lá já estão acostumadas, devido ao abandono que geralmente caracteriza a ação (então, desleixo) dos gestores políticos para com o campo, começa a ser construída, passa-se a ideia da imagem deste espaço, segundo Thompson (1987) ao menos desde

[...] a Revolução Industrial, que removeu do campo algumas das suas atividades típicas, destruindo o equilíbrio entre a vida urbana e a rural, criou também uma falsa imagem de isolamento e “idiotismo” rural. Na realidade, a cultura urbana na Inglaterra, durante o século 18, era mais ‘rural’ (na sua conotação usual), e a cultura rural, mais rica do que frequentemente se supõe. “É um grande equívoco imaginar”, insistia Cobbett, “que o povo se torna estúpido por viver sempre no mesmo lugar”. A maioria das novas cidades industriais não deslocou o campo, mas cresceu sobre ele (THOMPSON, 1987, p. 296).

Saes e Saes (2013) comentam a respeito deste processo iniciado com a imposição dos cercamentos pelo governo inglês aos camponeses a partir do século XVI, o que gerou custos, muitos sem condições de arcar com este peso a mais tiveram que se desfazer de seus lotes, também “[...] aqueles que não tinham um lote, mas que viviam nas terras comuns tirando dela parte de seu sustento e obtendo alguma renda como jornaleiros, também foram expulsos do domínio, passando a vagar pelos campos em busca de algum meio de subsistência” (SAES e SAES, 2013, p. 96), logo seriam enquadrados na nascente concepção de *vagabundos* que era criminalizada em lei, como expõe Marx no capítulo “A assim chamada acumulação primitiva” no livro “O Capital”:

Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como criminosos “voluntários” e supunha que dependia de sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam (MARX, 1996, p. 356, ênfase no original).

No Brasil, provavelmente de viés da cultura francesa que influenciava o Brasil nos oitocentos, segundo Martins, em outro texto, “[...] ao menos, desde a abolição da escravatura, já existia nas cidades uma elaborada concepção do mundo rural” (MARTINS, 1975, p. 129), pois “A elaboração dessa concepção citadina da vida rural vinha se processando havia mais de um século, pois já a partir do começo do século XIX” (MARTINS, 1975, p. 129, nota 42).

Este autor segue a linha do intelectual Antonio Candido que afirma que a esta época “[...] o intelectual citadino esboça as primeiras representações do homem rústico, seja sob

o ângulo do ideal, seja sob o ângulo da sátira” (CANDIDO, 1955, p. 321, apud MARTINS, 1975, p. 129).

Antonio Candido tendo escrito sobre o campo como em seu clássico estudo sociológico “Os parceiros do Rio Bonito” (CANDIDO, 2010) e depois enveredado pela literatura – talvez esta, mais sensível ao que é considerado inculto [e às vezes preconceituosa?!] do que a história – pois na primeira estas representações são esboçadas há tempos, conforme Gil (2013) comenta:

A primeira questão que se coloca, para os nossos escritores do XIX, é: como enunciar um espaço social que não é propriamente o seu? Como dar voz impressa/ letrada a um universo que tem na oralidade, e não na escrita, a principal forma de relação dos indivíduos uns com os outros e com o mundo? Não estamos sugerindo que Alencar, Taunay e outros se faziam essa pergunta com tal clareza e objetividade. Ao contrário, diria que objetivamente eles não se faziam essa pergunta; simplesmente acreditavam no poder da sua linguagem em dizer, em enunciar este outro mundo, que é o do sertanejo, o do gaúcho, o do matuto. É a isso que chamo de implicação subjetiva: a apreensão a captação do mundo do outro pela palavra culta e a crença nessa possibilidade literária e cultural (GIL, 2013, p. 88).

Ao se valer da “apreensão a captação do mundo do outro pela palavra culta” como sugere o autor acima, vista como benéfica, pois se leva civilização ao campo desprovido do saber formal do que se imagina. Que a linguagem de quem escreve em relação aquele que mais fala tem o poder de captar e, diríamos, *traduzir* esse mundo. Mas com que intenções ou filtro? Será por esta característica salutar da Literatura que se criou os estereótipos com o *linguajar campeiro*?

Frente a isso aponta Henri Lefebvre que se deve considerar que “[...] o escrito como anotação do notável (os actos notáveis). O escrito, o inscrito, o poder, caminham a par”, neste sentido é a palavra de quem tem poder que é autorizado a partir da escrita, do que vai adiante, do que é levado pelas grandes letras, e que chega até a fazer parte do imaginário popular, via de regra sobre a disseminação da escrita, dos jornais, das revistas e gibis, do cinema, do rádio e, mais recente, pela internet.

E isso pode chegar como verdade ou algo muito próximo disso, assim não se deve esquecer também, segundo o autor, do “[...] lado enganador do escrito, a sua inteligibilidade ilusória, a sua transparência falsa, a magia da evocação do escrito. A partir do escrito vê-se (vê o leitor) o passado como um quadro já feito, com a impressão ridícula mas cativante de estar a fazê-lo” (LEFEBVRE, 1971, p. 174).

Desta pretensa clareza que, ao final nada mais é que superficial, que ilude quem lê e dá a falsa ideia da verdade, mas com o poder da literatura que ninguém duvide, Oliveira (2018), a partir de pesquisa arguta aponta uma série de termos, negativos, associados ao homem do campo, a natureza do campo:

Arroz de festa, cara de batata, é uma cobra, burro, chopim, goiaba, banana, preço de banana, pato, pata choca, leite de pato, abacaxi, pepino, laranja, é do chifre furado, galinha, galinha morta, vaca, cachorro, cadela, boca de cabra, abobrinha, pavão, perua, bêbado que nem gambá, borboletar, dar milho pra bode, dá quem nem chuchu na cerca, porco, espírito de porco, porcaria, porcalhão, fruta, vacas magras, carne de vaca, avacalhar, galinha morta, ladrão de galinha, conversa pra boi dormir, não é flor que se cheire, dente de coelho, azedo como limão, um rato, cantar de galo, batata quente, banana pra você, burro de carga, você é um pamonha, frangueiro, frango, cara de mamão macho, miolo de galinha, briga de foice, galo de São Roque, pinto, fogo de palha, cheiro de bode, chifrudo, vai dar bode, pé de cana, voto de cabresto, feijão com arroz, engolir sapo, boca de untanho, carneiro, metido a besta, animal, macaco, amigo da onça, piranha, capivara, chato, passarinho, papagaio, barata descascada, carneiro, veado e pau de galinheiro (OLIVEIRA, 2018, p. 17).

É como se desse nome aos bois (OLIVEIRA, 2018), *bois* nesse caso, as populações rurais, e, para isso, sugere-se ao leitor pesquisa rápida em sites de busca como o Google, para verificar a permanência destes termos associados, de forma negativa, em notícias (nos portais de notícias) sobre aquilo que é visto como fora da norma, que destoa de civilidade e de valores padrão e, que se insiste em se valer disso em prejuízo daqueles que vivem no campo. Há exceções, na TV principalmente, mas são escassos os casos bem-sucedidos de adaptações da Literatura de temática rural para telenovelas, por exemplo. nesse sentido, se deveria consultar além de historiadores, antropólogos e folcloristas para minimizar o descompasso que existe entre a norma culta e aquela da linguagem do campo, considerando obviamente o direito de adaptação livre e licença do diretor?

Outro problema possível é no trato do regionalismo, como o gaúcho, presente em canções de cantores da linha nativista, e neste caso não é a linguagem que contém erros de pronúncia (como em “trabaio”) e sim os termos que são de uso de determinada região e que constam nos dicionários, mas desconhecidas daqueles que não vivem lá, como no exemplo da música “Recuerdos da 28”<sup>4</sup>:

De vez em quando quando boto a mão nos cobre  
Não existe china pobre, nem garçom de cara feia  
Eu sou de longe, onde chove e não goteia  
Não tenho medo de potro, nem macho que compadreja.  
Boleio a perna e vou direto pro retoço  
Quanto mais quente o alvoroço, muito mais me sinto afoito  
E o chinaredo, que de muito me conhece

---

4 A versão original com voz de Juez Brasil e Grupo Gaudérios foi apresentada na 10ª Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul na cidade de Uruguaiana em 1980 pode ser ouvida neste link: <<https://www.youtube.com/watch?v=-51b3jdgKhA>>, o acesso foi em 15/07/2019. A canção vencedora da Calhandra de Ouro desta edição foi “Veterano” interpretada por Leopoldo Rassier e Os Serranos.

Sabe que pedindo desce, meu facão na “28”  
Remancheio num boteco ali nos trilhos  
Enquanto no bebedouro mato a sede do tordilho  
Ouço mugindo o barulho da cordeona  
E a velha porca rabona, retoçando no salão  
Quem nunca falta é um índio curto e grosso  
De apelido Pescoço, da rabona o querendão.  
Entro na sala no meio da confusão  
Fico meio atarantado que nem cusco em procissão  
Quase sempre chego assim meio com sede  
Quebro o meu chapéu na testa de beijar santo em parede.  
E num relance se eu não vejo alguém de farda eu grito:  
-Me serve um liso daquela que mata o guarda!  
E num relance se eu não vejo alguém de farda eu grito:  
-Me serve um liso daquela que mata o guarda!)  
Guardo o trabuco empanturrado de bala  
Meu facão, chapéu e pala e com licença, vou dançar  
Nestes fandangos, levo a guaiaca recheada  
Danço com a melhor china, que me importa de pagar!  
O meu cavalo, deixo atado no palanque  
Só não quero que ele manque quando terminar a farra  
A milicada sempre vem fora de hora  
Mas eu saio porta afora, só quero ver quem me agarra  
Desde piazito, a polícia não espero  
Se estoura a reboldosa, me tapo de quero-quero  
Desde piazito, a polícia não espero  
Se estoura a reboldosa me tapo de quero-quero.

Fazendo um exercício a respeito do *linguajar campeiro*, quantas palavras são desconhecidas de quem não é daquelas bandas, da região da Campanha do Rio Grande do Sul? Por exemplo, quem lendo esta conhece o significado das palavras extraídas da citação: “cobre”, “boleia”, “retoço”, “remancheio”, “índio curto e grosso”, “atarantado”, “um liso”, “guaiaca”, “palanque”, “milicada”, dentre outras? De que forma o professor de História e mesmo de Literatura pode trabalhar para fazer com que aquele aluno que tem em seu *falar* essas expressões como meramente corriqueiras?

Mas e se isso for uma construção tanto na forma de expressar daqueles do campo e da mesma forma na contestação e incompreensão dos urbanos, que muitas vezes criam estereótipos? Seguindo o raciocínio sugerido por Lefebvre (2013), o papel da linguagem que pode ser apropriado em favor da legitimação de desigualdade e desautorização aos costumes e saberes do campo, se assim for o intento, consciente ou não, por parte do professor, pois

[...] debemos establecer y desarrollar ciertas relaciones generalmente consideradas como “psíquicas” (esto es, relativas a la psyché). Las trataremos, sin embargo, como materiales pues vienen dadas en conexión con dos materias: el cuerpo-sujeto y el espejo-objeto. Al mismo tiempo las consideraremos como un caso particular de una relación más “profunda” y general sobre la que más tarde debatiremos, entre lo repetitivo y lo diferencial. ¿Cuáles son esas relaciones?

a) la simetría (planos y ejes): duplicación, reflexión – y su correlato, la asimetría.

b) El espejismo y sus efectos de ilusión: reflejos, superficie versus profundidad, revelado versus oculto, opacidad versus transparencia.

c) El lenguaje como “reflexión”, con sus conocidas oposiciones: connotación versus connotado, valorizador versus valorizado, y la refracción a través del discurso.

d) La conciencia de sí y del otro, del cuerpo y de la abstracción de la alteridad y de la alteración (alienación).

e) El tiempo, vínculo inmediato (directamente vivido, así pues ciego e “inconsciente”) entre lo repetitivo y lo diferencial.

f) El espacio, por último, con sus dobles determinaciones: ficticio-real, producto-productor, material-social, inmediato-mediato (medio y transición), conexión-separación, etc.

En ese reino de sombras sólo tardíamente se despliega el reino de los símbolos y signos, portadores de una claridad *fasta* y *nefasta* (LEFEBVRE, 2013, p. 233).

É desta forma que se daria a construção de uma linguagem aceita como culta frente as demais, como as regionais neste país continental? Sendo a da cidade mais acertada do que a do campo? Mais adiante na mesma obra, o autor afirma:

Los componentes de dicho conjunto se disponen de acuerdo a un estricto orden para los propósitos del uso del espacio: los del primer nivel (afectivo, corporal, vivido y hablado), los del segundo nivel (percibido: las significaciones sociopolíticas) y los del tercero (concebido: lo escrito, los conocimientos que reúnen en un “consenso” a los miembros de la sociedad y les confieren el estatuto de “sujetos”) (LEFEBVRE, 2013, p. 266).

Outra possibilidade, seguindo esta linha, entre a seleção de certo trecho de um livro, impor aquilo que quem escreve pensa ser mais importante, dar o tom do que deve ser visto, o que pode ocorrer na pesquisa e na redação da escrita, no relatório, quem deverá ser entrevistado, quanto tempo dará e de que forma se farão as questões, enfim, do teatro da pesquisa, dos rituais que se levará em conta ou não, donde se percebe o prejuízo de quem foi “fonte”.

Mas há também, por parte do historiador a omissão da fonte, a prova que pode permitir o leitor da atualidade que tem mais acesso a questionar a escrita, ou a indução de interpretação de algo, dando a dizer que foi daquela forma ou desta, neste sentido, Jacques Rancière (1995) denuncia e traz como exemplo Jules Michelet, o grande historiador francês, quando este menciona cartas de amor à pátria, à França, mas não cita um trecho sequer delas:

O historiador atesta que praticou um ato singular, abriu o armário, leu as cartas. Em seguida vai nos dizer o que são – não o que contêm, e sim o que são: cartas de amor. “Visivelmente, nos diz, o coração fala”. Essa visibilidade, porém, só existe para ele. o que ele nos mostra é apenas aquilo que faz com que ele as veja como cartas de amor; não seu conteúdo, mas sua apresentação (RANCIÈRE, 1995, p. 213).

Quantos se valem deste método? “Michelet inventa aqui uma solução nova para o excesso revolucionário de palavras. Inventa a arte de fazê-las falar fazendo-as silenciar. Na demonstração do historiador segurando as cartas e na substituição da exposição do conteúdo delas pelo relato” (RANCIÈRE, 1995, p. 214).

Assim sendo, a história poderá ser transformada na ciência do escondido, que serve a alguns, possui propósitos muitas vezes ocultos daquilo que a norma dos historiadores revela aos leigos.

E em contraponto ao falar campeiro se impõe a norma culta, os professores em sala de aula, os mestres na universidade, com aquilo que se acredita ser o correto no desenvolvimento linguístico, e se esquece que

Na cidade, o invisível é o anômalo, credence, ignorância, incultura, perturbação do saber racional e prático. Mas, lá na roça, a metade invisível é integrante e constitutiva da metade visível. Muitas vezes, a metade visível é regulada e

dirigida pela metade invisível. Sobretudo porque é na metade invisível que está o tempo, que se poderia chamar de tempo social. um tempo constituído pela convergência de temporalidades de datas diversas e orientações opostas. O encontro do desencontro. É no invisível que está o passado e é no invisível que está o futuro. O passado “não era”: o passado se manifesta no presente, vale-se de coisas e fatos do presente para anunciar-se, para dizer que foi e não obstante ainda é. O tempo flui de outro modo (MARTINS, 2011, p. 183).

Assim sendo, se o encontro ocorre no desencontro das linguagens para nosso caso, nas diferentes temporalidades da história, onde cada um em papel de constante transeunte, nas estratégias de sobrevivência em um país de crescente e infundável desigualdade econômica e social, e se é “É no invisível que está o passado” nas permanências do falar de muitos que vivem nas cidades, de suas formas de expressão, do seu *linguajar*, como o professor poderá tratar da questão fazendo com que todos possam ter o mesmo direito?

Para fechar a sessão, traz-se Cabral (2017), que assim remata em relação ao que se fez, também com a linguagem, com o africano:

A liturgia dos africanos e de seus descendentes prestou-se a objeto de ciência (antropológica, sociológica, psiquiátrica, psicanalítica) no panorama dos estudos brasileiros. Nenhum deles deu a palavra ao negro. Este, na Modernidade assim como na antiguidade europeia, sempre foi tido como *aneu logon*, isto é, sem voz. Como várias outras formas de conhecimento submetidas ao colonialismo ocidental, o saber ético e cosmológico dos africanos sempre experimentou o silêncio imposto pela linguagem hegemônica (CABRAL, 2017, p. 12-3, ênfase no original).

Da forma que afirma o autor, do silêncio que se impõe ao africano aqui ambientado e que é partícipe de formação do que é o brasileiro, esta mesma linguagem hegemônica tem se abatido sobre o falar do homem do campo. Mas tratar a questão em sala de aula?

## 2.2 Possibilidade de Trato da Questão?

Para além das polêmicas musicais que essa escrita pode acender ou das historiográficas, a utilização da música (nos mais variados estilos e de forma crítica) em sala de aula, pode constituir sugestão de alargamento das percepções culturais e da cultura de sentido dos alunos, via de regra que estão numa espécie de pensamento único musical que se dissemina a partir do que São Paulo e Rio de Janeiro e, mesmo da Bahia, do que se entende por música boa nesses estados, mais uma construção social da grande mídia.

Nestes casos, a música regional vem ao encontro da ideia de considerar a cultura do homem do campo, por exemplo, em se tratando do regionalismo gaúcho escutado e aceito por estes em partes da região Sul do Brasil. Desta forma o *linguajar campeiro* presente no falar de muitos alunos em transição de dois mundos, por exemplo, do rural ao urbano e, com apoio na cultura deles, na música que apreciam, poderá ser utilizado como forma de valorização e, inclusão em meio a um mundo de sociabilidades diversas mas que geralmente impõe a da maioria, palavra candente de nossos tempos.



Retomar a questão da “invenção das tradições” (HOBSBAWM, 2008), seria “chutar cachorro morto”, pois a efervescência desse debate passou como cavalo encilhado, gerou importantes escritos, mas o que vale mesmo, para além da pretensão esclarecedora e iluminista da História, é o gosto popular, como reconhece o próprio Eric J. Hobsbawm:

[...] todos os historiadores, sejam quais forem seus objetivos, estão envolvidos nesse processo [no estudo das tradições], uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político. Eles devem estar atentos a esta dimensão de suas atividades (HOBSBAWM, 2008, p. 22).

Está aí a importância da crítica e da atenção ao tipo de música que se leva em sala, se descontextualizada e apenas para se enturmar ou frear os impulsos de indisciplina, que é uma dificuldade de trato na escola (AMADO, FREIRE, 2009) pois cede-se aos gostos dos alunos para não ter problemas, e há os “alunos-problemas” adaptando de Lima (2018) como se constata em salas de Educação Básica.

Em uma escola de Ensino Fundamental em que trabalhou o primeiro autor colocava-se música nos intervalos, pois era de “tempo integral”, quando no *linguajar* deles a acolhida era notória, mas quando algum professor mais esclarecido e sábio, mormente associado às tendências de esquerda, “botava rodar” sua música (MPB, Samba, Bossa Nova ou *Rock and roll*) com a pretensão de levar-lhes a “boa” cultura, se instaurava o rebuliço, apenas para exemplificar o descompasso que há entre estas duas “culturas”, a do professorado e a dos alunos da periferia.

Muitas vezes os professores de História e humanidades em geral, sabidos que são e até arrogantes, trazem a MPB (Música Popular Brasileira) a sala de aula, impondo nomes como Chico Buarque e Gilberto Gil, vistos como ícones, dentre outros, como sendo as únicas possibilidades de canções/letras possíveis de se trabalhar em sala, por que, geralmente de cunho social.

Nesse sentido, somando-se a esses mestres, busca-se crescer e demonstrar que há todo um cancionário por cá, acessível e muita coisa ainda presente no gosto dos pais dos alunos, portanto esses poderão ter ouvido alguma das canções sugeridas com seus pais, o que possibilitará aproximar-se ao seu círculo familiar, importante para a escola, e positivar toda uma cultura de sentido, em época de ampla defesa do multiculturalismo, a maioria desconhece a própria cultura.

Essa é uma aposta, e uma defesa, da cultura local, pois se deve respeitar a dos outros e, até mesmo se permitir a conhecê-las, mas antes que se conheça a própria. E os alunos oriundos do campo, serão assim valorizados?

O aluno se enxergando dentro da História, a partir da música, qual professor não deseja? Anda mais, a forma de expressar deste aluno, e se for a do campo, é bem aceita

ou estimulada?

Uma possibilidade está nos temas transversais.

Estes costumam causar certo alvoroço entre os professores, mesmo os da área de História. Geralmente se posterga ou quando mencionados por diretores mais zelosos, ficam espantados e indispostos por se considerar invasão no planejamento, então declina-se desta obrigatoriedade. Numa das escolas em que o primeiro autor trabalhou havia a exigência de se colocar um asterisco (\*) ao lado do conteúdo que se escrevia nos diários, supostamente trabalhados, a mercê do controle do professor, no entanto, não ocorreu efetivo acompanhamento por parte da coordenação pedagógica ou vice-direção que era incumbida deste controle a respeito da efetivação.

É mais “para inglês ver”, registra-se no papel, mas aos alunos resta estarem com um professor que prefira não se arriscar e siga corretamente o que dispõe a legislação educacional.

Da ideia de integrar as disciplinas por alguma afinidade – a busca do impossível frente a fogueira de vaidades que geralmente caracteriza a escola (cada área se achando melhor que a outra) – pelos temas mais sociais por assim dizer, aqueles que fazem referência e defesa da cidadania, os temas transversais quase sempre não são efetivados, acabam se transformando em conteúdo quando há a abertura da escola para isso, e assim ficam

[...] desligados da perspectiva do investimento na vinculação com a realidade social na qual estavam imersos. [...] as noções deixaram de ser temas constitutivos do debate curricular, imersas na construção do sujeito social, na articulação saber, conhecimento e vivências (WENCESLAU; SILVA, 2017, p. 204-5).

Desta forma, não apenas como um paliativo, mas como possibilidade de fazer aquilo que se está ao alcance dentro das possibilidades e da disposição do professor, pois “Tanto no ensino como na pesquisa de História, podemos nos basear, sim, na realidade dos fatos irrealis *ma non troppo* gerados por diferentes Poéticas” (SILVA, 2016, p. 12), nesse caso, com a música e, das lições, das propostas embutidas em cada letra, do perceptível e das leituras possíveis e ao apreço do ouvido do aluno e do professor, do quanto poderão se permitir e do que poderá gerar em sala de aula, os temas transversais poderão ser trabalhados ao menos valorizando a cultura local, um dos leques possíveis com a realidade social do aluno.

Nesse sentido, se aproximando da realidade do aluno ou recuperando uma história de sentidos e ouvidos musicais (presente pelo menos no gosto musical de seus pais), e nesse caso, fazendo esforço para levar ao mundo desses alunos canções que estão a sua volta e entorno cultural, mas por razões de imposição midiática e cultural por eles geralmente é alheia: “Nas aulas de História, sobretudo, é possível utilizar a Música com o intuito de introduzir temas relacionados a diversos aspectos da vida cotidiana” (CETTOLIN,

2015, p. 36).

São questões que conduzem essa escrita, dentre outras e, com certeza deixam brechas à crítica, mas o maior intento é apontar sugestões: a) em meio a uma era com crescente apreço ao uso e ao fascínio da internet, os professores de História estarão abertos a essa ferramenta? de outra maneira, como transformar o problema do uso de celular em sala de aula como solução para a aprendizagem significativa aos alunos? b) em meio a imposição cultural que esses meios levam aos alunos, via internet, como espaços como o *YouTube*, poderão permitir levar ao aluno o novo, nesse caso aquilo que geralmente, pela adesão ao que está na mídia, acaba por preferir ou mesmo desconhecer, em se tratando da música regional? como trabalhar a cultura local? c) de que forma o problema do uso de celulares em sala de aula pode se tornar benéfico associado à escuta da música com o estudo da História? d) como está disposta caracteristicamente a música regional gaúcha? e) de que maneira será possível utilizar a música tradicional gaúcha como fomento a temas transversais no ensino de História? Essas e outras questões encontram subsídios no texto de Kischener (2019) que se sugere a consulta, até por questão de espaço dessa escrita.

Além da resolução da questão educacional e da exigência de cumprimento dos temas transversais, essa ideia pode trazer nostalgia e sentido, sentimento a prática do ensino de História.

A respeito de nostalgia, como em Bebiano (2006, p. 3) que expõe que o historiador e, nesse caso, o professor de História também, olham o passado “[...] procurando conferir algum sentido aos diferentes tempos do mundo em que vive”, esse descompasso entre as gerações, que não vivem os mesmos tempos (POUND, 1976), professor-aluno por exemplo, também pode ser os tempos culturais, as diferentes culturas que caracterizam a perspectiva multiculturalista de nosso tempo.

Conforme Bebiano, há espécie de “vaivém” entre os tempos, passado e presente, o que é estimulante nesse tempo (o atual), pois é

[...] poderosamente marcado – na intensidade e na vertigem dos seus processos de mudança, no desdobrar inédito, em escala planetária, das suas geografias – por uma relação, ao mesmo tempo conflitual e de complementaridade, entre nostalgia e imaginação (BEBIANO, 2006, p. 3).

Se o ensino de História, ao abrir brechas a se considerar e respeitar o linguajar campeiro estará trazendo nostalgia, essa no bom sentido, das coisas boas, das vivências das pessoas, dos familiares do aluno, por exemplo, estará cumprindo a função da tolerância ao gosto e as formas de expressão, e poderá legar exemplos de convivência pacífica, da heterogeneidade cultural humana existente na escola, pois “A padronização do homem conduz à mediocridade” (KRISHNAMURTI, 1969, p. 9), em tempos de crescente violência nestes ambientes.

E essa não é função primordial do ensino nestes tempos? Está ou não na hora de temas como este adentrar o debate daquilo a área de História deve considerar, fazendo a

sua parte, para um ensino que, ao menos, considere a não-manutenção de estereótipos em relação ao linguajar campeiro, em quase eterno silêncio sobre o modo de vida das populações do campo, mesmo quando estas migram a cidade e mantêm suas formas de expressão?

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade do ensino de História estar associado a realidade social do aluno naquilo que pode se pensar como uma cultura musical de sentidos, fazendo-o adentrar ao imaginário propiciado pela música regional gaúcha, induzindo o ouvido musical ao local, àquilo que porventura seus pais escutavam e um retorno à própria ideia de conhecer as origens, como forma de valorização do campo, o local de origem de muitos que estão nas cidades e, é pouco conhecido em sua essência e em suas formas de representação, foi outra das defesas e propostas do artigo.

Um outro ensino de História é possível, desde que o professor esteja aberto a novas poéticas, onde realizar a proposta dos temas transversais, através da música gaúcha, por exemplo, pode gerar contribuições para ao menos dirimir os estereótipos e estimular a aceitação e mesmo o livre convívio dos mais diversos falares, dentre eles o *linguajar campeiro*, objeto que é de implicâncias e silêncios da história desde longa data como mostrou o texto.

A região do Sudoeste do Paraná, da cidade que ocorre este congresso, é de incipiente industrialização, tendo dependência da agropecuária na maior parte da economia de seus municípios, então tratar deste tema poderá legar contribuição ao ensino de História e encaminhar questões, quiçá, a respeito da escrita da identidade das pessoas deste território, apesar do baixo teor analítico deste texto, desenvolvido com o propósito de apontamentos que exigirão aprofundamento.

### REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

AMADO, J. da S.; FREIRE, I. P. **A(s) indisciplina(s) na escola**: compreender para prevenir. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

BEBIANO, R. Nostalgia e imaginação: dois factores dinâmicos num mundo global. In: **XX Encontro de Filosofia**. Coimbra: APF, 2006, p. 1-10. Disponível em: <[https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/43099/1/Nostalgia%20e%20imaginação\\_dois%20factores%20dinâmicos%20num%20mundo%20global.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/43099/1/Nostalgia%20e%20imaginação_dois%20factores%20dinâmicos%20num%20mundo%20global.pdf)>. Acesso em 03/01/2019.

BOLLIGER, F. Brasil agropecuário: duas fotografias de um tempo que passou. In: BUAINAIN, A. M. et al. (Editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014, p. 1049-1080.

CABRAL, M. S. de A. **Pensar nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

CANDIDO, A. L'état actuel et les problèmes les plus importants des études sur les sociétés rurales du Brésil. In: FERNANDES, F. (Org.). Symposium etno-sociológico sobre comunidades humanas no Brasil. Separata dos **Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas**, São Paulo, 1955, p. 321-332.

CETTOLIN, F. **Musicando a história e historiando a música em escolas de Caxias do Sul**: 2008-2014. Caxias do Sul: UCS, 2015. (Dissertação de Mestrado em História).

FREDERICO, C. **O jovem Marx**: 1843-1844 as origens da ontologia do ser social. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GIL, F. C. A duplicidade do romance rural do século XIX. In: SALES, G.; SOUZA, R. A. de. (Orgs.). **Literatura brasileira**: região, nação, globalização. Campinas: Pontes Editores, 2013, p. 87-105.

HOBSBAWN, E. J. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWN, E. J.; RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Trad. Celina C. Cavalcante. 6<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, pp. 9-23.

KISCHENER, M. A. Temas transversais no ensino de História a partir da música tradicionalista gaúcha: entre a nostalgia e a história. In: BUENO, A.; ESTACHESKI, D.; CREMA, E.; NETO, J. M. de S. (Org.). **Aprendendo história**: diálogos transversais. União da Vitória: Sobre Ontens, 2019, p. 245-252.

KRISHNAMURTI, J. **A educação e o significado da vida**. Trad. Hugo Veloso. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Trad. Emilio M. Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. 4 ed. Trad. Javier González-Pueyo. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

LEFEBVRE, H. **O fim da história**. Trad. António Reis. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.

LIMA, A. L. G. **A “criança-problema” na escola brasileira**: uma análise do discurso pedagógico. Curitiba: Appris Editora, 2018.

MARTINS, J. de S. **Uma arqueologia da memória social**: autobiografia de um moleque de fábrica. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

MARTINS, J. de S. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. Trad. Nélio Schneider. 1ª ed., 1ª reimpr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, K. **O capital**. Livro primeiro, tomo 2. 4ª ed. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

OLIVEIRA, S. C. de. Dando nome aos bois. In: ALVES, L. A.; OLIVEIRA, S. C. de. **Linguajar tropeiro**. 2ª ed. Porto Alegre: Evangraf, 2018, p. 9-57.

ORWEL, G. **A revolução dos bichos**: um conto de fadas. Trad. Heitor A. Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

POUND, E. **A arte da poesia**: ensaios escolhidos. Trad. Heloysa Dantas e José P. Paes. São Paulo: Cultrix, 1976.

RANCIÈRE, J. **Políticas da escrita**. Trad. Raquel Ramalhete et al. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

SAES, F. A. M. de; SAES, A. M. **História econômica geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, M. O possível e o ocorrido: Prometeu, Sísifo, Hércules, talvez Euricléia. In: SILVA, M. (Org.). **Ensino de história e poéticas (baseado em fatos irreais *ma non troppo*)**. São Paulo: LCTE Editora, 2016, p. 9-13.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa II**: a maldição de Adão. Trad. Renato B. Beto e Cláudia R. de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VEIGA, J. E. da. **A face rural do desenvolvimento**: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

WENCESLAU, M. E.; SILVA, F. de C. T. Temas transversais ou conteúdos disciplinares? Cultura, cidadania e diferença. **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 4, p. 197-206, out./dez., 2017.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Trad. Paulo H. Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

# CAPÍTULO 18

## A PROPRIEDADE DA TERRA ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Data de aceite: 01/10/2020

### Lorenzo Giovani Gava

Acadêmico do curso de Licenciatura em História, bolsista de iniciação científica da Univille

### Eleide Abril Gordon Findlay

Orientadora, professora do curso de Licenciatura em História da Univille, e-mail:

**RESUMO:** Este trabalho de pesquisa está ligado a pesquisa “A mulher e a propriedade da terra” coordenada pela professora Eleide A. G. Findlay e tem como objetivo identificar as concepções e transformações no conceito de propriedade da terra registrados pela historiografia brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Propriedade da terra, Historiografia, Séculos XVI e XIX.

**ABSTRACT:** This research work is linked to the research "The woman and the property of the land" coordinated by Professor Eleide A. G. Findlay and aims to identify the concepts and transformations in the concept of land ownership recorded by Brazilian historiography..

**KEYWORDS:** land ownership, historiography, century XVI-XIX

## 1 | INTRODUÇÃO

Para compreender os processos pelos quais a propriedade da terra foi submetida no Brasil entre os séculos XVI e XIX é primordial compreender e analisar o processo histórico através do qual o conceito de propriedade foi criado, transformado e apropriado. Para isso, procedeu-se um mergulho na historiografia através do contato com diferentes autores e suas obras forjadas em diferentes correntes teóricas, assim visando alcançar um maior número de registros sobre o tema.

## 2 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 2.1 O que é propriedade?

De acordo com o verbete “propriedade” elaborado por Welch (2005) no Dicionário da Terra, o conceito propriedade vem do latim *proprius* e foi transformado ao longo da história, passando a existir na linguagem no século XIV, auge da Idade Média, sendo utilizado para definir características pessoais.

Até o Século XVIII, questões referentes a usos e posses de propriedades eram resolvidas por guerras entre as partes, normalmente entre metrópoles. A partir daí, quando a burguesia já com grande acúmulo de capital advindo basicamente do comércio de escravos africanos e produção de açúcar se insere e se transforma na classe dominante o conceito moderno de

propriedade é criado para suprir as necessidades de divisão e denominação de posses. Tendo em mãos as propriedades divididas, a burguesia adentra ao sistema capitalista, no qual explora material, braçal e intelectualmente as classes dominadas para manter sua dominação, influência e controle. Por isso Welch afirma que a história da propriedade é a história do capitalismo, sendo impossível compreender as transformações sofridas pelo conceito sem compreender a formação do capitalismo. (WELCH, 2005).

Para o economista Adam Smith, a propriedade só existe quando o dono tem sua posse confirmada por meios legais, como o cartório. Tal concepção é fruto do Século XIX, tempo em que Smith viveu e quando o papel do governo de ordenar os títulos de propriedades da burguesia aumenta (WELCH, 2005). É a partir desta concepção liberal que a propriedade passa a ser entendida como mercadoria.

Entretanto, para Karl Marx e outros membros do movimento comunista do início do Século XIX, a propriedade privada é o principal meio de dominação da burguesia, sendo assim, não representa a democracia, mas a exploração necessária para que a classe dominante acumule capital para o investimento em outras atividades lucrativas. Para Marx, o Estado se transformou em um aparato e representante da burguesia para a defesa de suas propriedades, pois é essa a instituição responsável por administrar e validar posses tão necessárias para a reprodução do sistema capitalista. Segundo Welch (2005), o processo de modernização foi o responsável por transformar a concepção social de propriedade em uma “mais particular e política” (WELCH, 2005).

De acordo com Grossi (2006, p. 5), para o historiador a “propriedade deve ser somente um artifício verbal para indicar a solução histórica que um ordenamento dá ao problema da relação jurídica mais intensa entre um sujeito e um bem [o ‘meu’ jurídico].”. E afirma sem dúvida que a questão da propriedade é primordial para a história jurídica da Europa ocidental e que esta mesma história “tenha sido vivida principalmente como vicissitudes de ‘proprietários’ e luta pela ‘propriedade’”. Entretanto, alerta que reduzir todas as dimensões de relações do homem a isso é o equivalente a uma “redução à miséria”.

Ainda segundo Grossi (2006), a propriedade moderna é fruto de um processo que durou cinco séculos, do XIV ao XIX, se tornou uma ideologia, um arquétipo e uma mentalidade, assim refletindo antes de tudo a visão do homem e de seu ordenamento sobre o mundo:

Talvez nenhum discurso jurídico seja tão permeado de bem e de mal, tão temperado por visões maniqueístas quanto o que versa sobre a relação homem-bens. Porque são tão grandes os interesses em jogo que inevitavelmente as escolhas econômico-jurídicas são defendidas pelas couraças não deterioráveis das conotações éticas e religiosas. A solução histórica tende a tornar-se ideologia fazendo um clamoroso salto de nível, e o modesto instituto jurídico que é conveniente tutor de determinados interesses de ordem e de classe, é subtraído à relatividade do devir e conotado de caráter absoluto (GROSSI, 2006, p. 10).



Por isso, para Grossi, (2006), paradoxalmente “a ordem fundiária de um certo momento histórico é muito mais aquilo que circula invisível [que seria a mentalidade] no ar daquele momento, do que aquilo que resulta inscrito entre os sinais sensíveis da paisagem agrária”.(GROSSI, 2006, p. 24)

A propriedade é sempre uma forma de dominação e prática de poder, e em todas as discussões em que ela está envolvida, muitos interesses estão circundados, dentre os quais de grandes empresas, grandes produtores, ONGs, movimentos sociais e o Estado, tendo pressões de muitos lados, cada grupo buscando garantir seus interesses, produzindo conflitos judiciais, sociais e políticos (WELCH, 2005, p. 379).

Durante os processos de colonização do Brasil pelos portugueses, partes destas mentalidades e ordenamentos jurídicos foram impostas e por isso, para uma maior compreensão da forma como as questões relacionadas à propriedade se desenrolaram no Brasil é imprescindível compreender o processo de colonização e a forma com a qual os colonizadores lidavam com estas questões.

## **2.2 A propriedade da terra no Brasil entre os séculos XVI e XIX**

Até o fim da Idade Média, o imaginário social português era baseado na cosmogonia cristã, o que abrangia o homem e as coisas ao seu redor, deste modo, era impossível explicar o mundo humano sem essa referência sagrada. Era um “mundo encantado”. Por ser um produto de sua época, o direito criado até o Antigo Regime seguia esta visão e por isso, acreditava que cada parte do todo (da criação), cada corpo social, grupo, camada ou indivíduo tinha sua função dentro do objetivo do Criador, sendo indispensável para a concretização do plano sagrado. Uma questão determinante no direito regido neste período é o “caráter natural da constituição social”, que servia para validar e dar legitimidade ao poder estabelecido. Era este caráter natural que demonstrava a cada estamento o seu lugar na cadeia de produção e organização na sociedade (HESPANHA, 2005).

Para Oliveira e Faria (2009), terra é um meio de produção totalmente diferente dos outros, pois ela não é fruto de trabalho, mas sim um bem natural, finito e imóvel, por isso desde o século XVIII economistas clássicos defendem ser irracional o modo de propriedade capitalista sobre ela. Ao ser transformada em mercadoria a terra se comporta e realiza de jeitos diferentes das demais, pois não é ela quem circula, mas sim seu representante, o título que garante sua apropriação. Portanto, não é a mercadoria em si, apenas equivale a ela. A terra quebra o padrão de que “ter é condição do usar e o usar é a realização do ter”, pois torna possível que os dois processos aconteçam separados. Sempre que o capitalista se apropria de um pedaço de terra, a intensão é o lucro, podendo ser este direto ou indireto, podendo servir para explorar a mão de obra de quem não consegue ter seu próprio terreno ou pode ser vendida para quem necessita dela para o trabalho. Um exemplo de lucro indireto é a renda fundiária, gerada pela compra, venda, aluguel ou cobrança de impostos sobre aquele pedaço de chão, sendo garantido pelo monopólio da classe dominante sobre

a propriedade privada da terra.

A organização fundiária brasileira é consequência dos processos históricos pelos quais o capital submeteu a terra à sua “lógica econômica de exploração”. Inicialmente, os povos nativos ocupavam a área territorial brasileira por modos de relações comunitárias de produção, desenvolvendo suas culturas, nas quais a natureza é tida como intrínseca ao indígena, por isso a importância dada à preservação e conservação de seus territórios, os quais devem ser extensos para que os processos sociais de reprodução se realizem. Entretanto, a ocupação colonialista aniquilou populações e ocupou territórios em nome da sociedade que surgia. A Coroa portuguesa emitia aos exploradores da colônia títulos de sesmarias, o que concedia o direito ao uso de terras reais. Como regulamentado por lei na Lei de 26 de Junho de 1375, a Coroa tinha o poder de tomar de volta a terra concedida caso os arrendatários não cultivassem naquele território (OLIVEIRA e FARIA 2009).

A concessão de sesmaria foi até 1822 o meio reconhecido de ocupação legítima do território, sendo seletivo ao contemplar apenas homens brancos, não sendo o bastante ser senhores de terras, eram também senhores de escravos. Sendo excluídos dos meios “legais” de posse de territórios, de herança e fora da economia escravista os mestiços de brancos e índias e de “sangue impuro” se apossavam de novos territórios para conseguirem sobreviver. “Foram esses os primeiros posseiros”. Por isso, a posse durante o regime das sesmarias tinha um caráter subversivo (OLIVEIRA e FARIA 2009).

De acordo com Motta (2012), a política de concessão de cartas de sesmarias foi uma forma encontrada pela Coroa portuguesa de valorizar política e economicamente a conquista do território ultramarino, além de auxiliar na garantia de domínio, redimensionando a relação entre rei e vassalos e reforçando a presença do Império no continente americano. Ainda, através das cartas de sesmarias a Coroa abriu espaço para as ocupações particulares de propriedade, pois sozinha a Coroa não teria condições de construir o poder Real na América portuguesa. Nesse sentido, o Estado português utilizava a distribuição de Cartas de Sesmarias como forma de controlar e direcionar as produções mercantis e alimentícias de acordo com suas necessidades em períodos cujo abastecimento passava por crise. Era imposto ao sesmeiro como condição de permanecer com o controle do território que ele cultivasse determinado produto, como o arroz, por exemplo. Também era através da emissão de cartas de sesmarias que a Coroa portuguesa concedia pequenas porções de terra destinadas a cultivos de primeira necessidade em torno da cidade do Rio de Janeiro.

As elites agrárias equivocadamente acreditavam que a ocupação de um território - ocupado ilegalmente - garantiria o direito a posse e o domínio daquelas terras. Esta prática foi solidificada no imaginário social da elite de maneira profunda o suficiente para que em primeiro momento passasse a ser considerado o meio legítimo de aquisição do domínio juntamente com as sesmarias e depois de 1822 substituiu o sistema de cartas.

Para Oliveira e Faria (2009), a Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850 ou a Lei de Terras, é o marco jurídico para a constituição da propriedade capitalista da terra no Brasil e

por consequência para a transformação da terra em mercadoria, pois como definiu o artigo 1º da própria Lei de Terras a terra só pode ser obtida por compra e venda. Também, foi a Lei que tratou de legalizar os títulos de sesmaria e demais posses, independente da área, desde que tivessem cultivo. Deste modo, permitiu que as terras griladas fossem legalizadas normalmente. O artigo 2º previa a punição para quem ocupasse terras devolutas – terras devolutas são por exclusão: as que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial, ou municipal, as que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura, as que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, as que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal e as reservas indígenas – pois apenas a Coroa Imperial poderia comercializa-las. Na prática, a Lei 601 tornou a terra cativa, já que só poderia ser obtida através do comércio o que representou uma vitória para os grandes fazendeiros. Entretanto, existiam os que advogavam por um regime de terras livres, para que pudesse surgir uma “nova classe média de camponeses livres que quebrasse a estrutura social escravista e descaracterizasse os fazendeiros como senhores de escravos e terras, para fazê-los fundamentalmente burgueses e empresários” (OLIVEIRA e FARIA 2009, p. 5). Ainda, outra consequência da Lei foi separar o domínio garantido e a posse. Depois de 1850 o título da terra era mais importante que sua posse efetiva, garantindo ao titular o domínio sobre a terra que não necessariamente ele ocupou. Isso é a propriedade privada da terra.

A Lei não foi pensada fora de seu contexto. Em 1850 foi proibido o tráfico de escravos e assim estavam comprometidas a escravidão e o trabalho escravo. Por isso, a própria legislação já estabelecia critérios para as correntes migratórias de trabalhadores estrangeiros livres trazidos para substituir a mão de obra escrava. Se o acesso a terra fosse livre, estes colonos se estabeleceriam em territórios não ocupados e esvaziariam as grandes fazendas, deixando-as sem mão de obra. Por isso a terra cativa foi fundamental para a manutenção da “ordem social e política baseada na economia colonial, na dependência externa e nos interesses dos grandes latifundiários” (OLIVEIRA e FARIA 2009, p. 5).

Segundo o artigo 94 da própria Lei de Terras, o Registro Paroquial não conferia direito aos possuidores e de acordo com interpretações da maioria dos especialistas o Registro Paroquial não tinha intensão de garantir posse, mas sim permitir que o Império soubesse quais terras estavam apropriadas, a fim de fazer um levantamento estatístico e para hipotecas. Porém, a prática divergia do direito escrito e desde a implantação do Registro, ele tem sido apresentado como prova de domínio sobre as terras devolutas, quando o correto segundo a Lei seria apresentar um título de propriedade feito em separado, assim o ponto importante sobre o Registro Paroquial é perceber o modo como a prática transformou as leis. Para o Conselheiro Lafayette, renomado jurista no período imperial,

garantir e reconhecer registro de posse anterior à Lei de 1850 como título seria heresia e por isso os registros paroquiais não seriam válidos (OLIVEIRA e FARIA, 2009).

De acordo Oliveira e Faria (2009, p. 6):

Segundo a Consolidação das Leis Civis (1876) de Teixeira de Freitas, que serviu de norma até a promulgação do Código Civil em 1916 (artigos 907 e 1.320), só eram aptos para transmitir domínio os títulos que derivavam de contratos, de disposições de última vontade, de decisões judiciais e de determinação da lei. Nada disso ocorria com o registro.

O Governo Imperial acreditava que flexibilizando as leis, conseguiria fazer com que um maior número de posseiros regularizasse suas porções de terra, o que era falso, pois os fazendeiros só modificaram seus modos de ocupação quando o capital impôs suas necessidades e também porque existia um consenso entre alguns juristas de que “moradas habituais” e terras de “cultura efetiva” não eram obrigadas a serem legalizadas.

De acordo com Oliveira e Faria (2009), existiam também duas interpretações sobre a apropriação de terras devolutas. A primeira mostrava essa apropriação como ilegal, isto porque a aquisição de terras só poderia ser feita por meio de compra. Enquanto durou o Império, esta foi a posição do governo. Outra corrente alegava que era legalmente impossível e socialmente indesejável a completa sustação da posse como meio de aquisição das terras devolutas. Assim, em nome da justiça social era legítima a ocupação de terras, independente da extensão do território.

O Brasil chegou à República sem conseguir montar um mapa das ocupações de terra, a certeza de quais eram as terras devolutas, sem uma real definição sobre a questão da propriedade e com o entendimento de que os poderes públicos devem agir com toda a benevolência para com esses ocupantes de terras. Entretanto, não é correto concluir que a Lei de Terras não foi aplicada.

Para que tivesse reconhecimento jurídico os documentos de venda ou doação de terras devolutas ou imóveis deveriam ser levados à transcrição, porém, novamente a prática continuou sendo a de não transcrição dos títulos emitidos pelas repartições públicas, graças à visão tida por alguns juristas de que o Estado não era um proprietário de terras comum e por isso, não respondia as mesmas obrigações que os particulares. Devido às necessidades, passou-se a aceitar como registro de origem, os registros produzidos em órgãos públicos, os registros de imóveis, hipotecas e as sentenças judiciais emitidas por juízes de direito, além dos Registros Paroquiais. Por fim, o Império nunca conseguiu controlar os títulos de propriedades no território brasileiro (OLIVEIRA e FARIA 2009).

Com a Constituição de 1891, o Brasil entrou em um período de transição na questão de organização fundiária. O governo federal abriu mão de implantar regulamentações e permitiu que cada estado elaborasse suas leis e Constituições, deixando com que as oligarquias regionais interferissem nas políticas para terem seus anseios atendidos. É sempre marcante a relação de liberalidade dos governos estaduais para com os grandes

detentores de posse. Assim para Oliveira e Faria (2009), durante a República Velha, o que moveu as questões da terra foram: 1. “a existência ou não de uma política de ocupação de terras devolutas do governo federal, em que 1897 e 1911 aparecem como datas significativas”; 2. A existência de legislações favoráveis ao apossamento, processo subordinado às condições predominantes no campo, como o coronelismo por exemplo.

Embora a Lei de Terras tenha sido criada para evitar assimilações territoriais indevidas, fazendeiros continuavam ocupando terras devolutas sem autorização. Mesmo assim, o Código Civil de 1916 entendia as terras devolutas como parte dos bens patrimoniais de domínio privado do Estado, posição quase unânime na doutrina jurídica. Até a Constituição de 1934, as terras devolutas poderiam ser objeto de usucapião, porém, durante o Governo Provisório de Vargas foi assinado um decreto que reconhecia as concessões de terras feitas pelos regimes anteriores e determinou que dali em diante a transcrição fosse obrigatória para a validação dos títulos de terras. O decreto ainda regulamentava os limites territoriais para que as posses pudessem ser obtidas pelo artifício do usucapião, que foram integrados na constituição de 1934 (OLIVEIRA e FARIA, 2009).

### 3 | CONCLUSÃO

Em primeiro lugar, é importante destacar que todo conceito histórico criado esta extremamente ligado ao seu contexto, bem como a forma como ele é apropriado e transformado e para o conceito “propriedade” não poderia ser diferente.

Ao longo do processo de análise da bibliografia, percebeu-se a impossibilidade de produzir historiografia acerca da história da propriedade apenas através das lentes da História, assim devemos nos voltar para produções do campo jurídico, sem perder de vista que o ordenamento legal não tem sua totalidade refletida na realidade concreta ou como nos demonstra Hespanha (2005), a “law in action” (direito vivido) pode ser diferente da “the law in the books” (direito escrito).

Por fim, como Motta (2012) alerta, é preciso estar atento para que a questão da propriedade, complexa, paradoxal e multiforme, não seja reduzida apenas aos arquivos, proprietários e conflitos pela propriedade. Sempre tendo em mente a já citada definição de Paolo Grossi:

A ordem fundiária de um certo momento histórico é muito mais aquilo que circula invisível no ar daquele momento, do que aquilo que resulta inscrito entre os sinais sensíveis da paisagem agrária (GROSSI, 2006, p. 24)

## REFERÊNCIAS

GROSSI, Paolo. (2006) *História da propriedade e outros ensaios*. Renovar Rio de Janeiro.

HESPANHA, António Manuel.(2005) *Direito luso-brasileiro no antigo régime*. Fundação Boiteux, Florianópolis

MOTTA, Maria Sarita.(2012) Sesmarias e propriedade titulada da terra: o individualismo agrário na américa portuguesa. *SÆCULUM - Revista De História, João Pessoa*. V. 26. p. 29- 45. jan./jun,

OLIVEIRA, Ariovaldo, Umbelino; FARIA, Camila Salles de.(2009) *Processo de Constituição da Propriedade Privada da Terra no Brasi*". EGAL.

WELCH, Cliff. Propriedade. In MOTTA, Márcia (org).(2005) *Dicionário da Terra*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

## GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E QUILOMBOS: OS DESAFIOS NO DEBATE DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

*Data de aceite: 01/10/2020*

*Data de Submissão: 03/07/2020*

**Maria Pricila Miranda dos Santos**

Universidade Federal de Pernambuco

Recife - Pernambuco

<http://lattes.cnpq.br/7277360629191060>

**RESUMO:** As questões que envolvem o negro no Brasil são historicamente conhecidas e sempre foram alvos de discussões em diversos temas e circunstâncias. Reforça-se a esta temática os territórios quilombolas, uma das formas mais antigas de organização social brasileira, símbolo de resistência ao colonialismo. Este artigo procura ressaltar de que forma a geografia tem a contribuir para que o debate acerca das questões territoriais referente aos quilombolas e de como o conceito de território auxilia na construção da identidade das comunidades. Também busca combater as formas estereotipadas buscando dar maior visibilidade às questões quilombolas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Quilombo, Território, Geografia.

### GEOGRAPHY, TERRITORY AND KILOMBOS: THE CHALLENGES IN THE DEBATE OF KILOMBY REMAINING COMMUNITIES

**ABSTRACT:** The issues surrounding the Negro in Brazil are historically known and have always been the subject of discussions on various themes and circumstances. The quilombola

territories, one of the oldest forms of Brazilian social organization, symbol of resistance to colonialism, are reinforced to this theme. This article tries to highlight how geography has to contribute to the debate about the territorial issues related to quilombolas and how the concept of territory assists in the construction of the identity of the communities. It also seeks to combat stereotyped forms in order to give greater visibility to quilombola issues.

**KEYWORDS:** Quilombo, Territory, Geography.

### 1 | INTRODUÇÃO

Um dos principais motivos que levaram à construção deste artigo é procurar trazer uma contribuição geográfica para amenizar o déficit de trabalhos acadêmicos acerca do tema ou até mesmo a falta de conhecimento de estudos geográficos que tratam sobre questões étnicas:

A geografia do Brasil [...] não comportava nem a idéia do negro enquanto ente social, e nem das relações raciais enquanto constituintes de nossa estrutura social que grafa o espaço e produz geografias (SANTOS, 2007, p.14).

No entanto, ainda sob esta perspectiva geográfica e sua contribuição

[...] Pensamos que o entendimento da questão racial brasileira é algo pendente e a geografia pode auxiliar na análise

dessa problemática ao lado de diversas áreas, como a Sociologia, Antropologia, História e a Psicologia Social, a fim de constituir referenciais teóricos e metodológicos que permitam apreender os fenômenos sociais contemporâneos (CARRIL, 2006, p.33).

A relevância dessa discussão possibilita analisar ou mesmo expor registros sobre questões étnicas- territoriais numa abordagem geográfica. Para entender tal dinâmica faz-se necessário explorar o conceito de território para melhor compreender a construção da identidade de um grupo.

As questões que envolvem o negro no Brasil são historicamente conhecidas e sempre foram alvos de discussões em diversos temas e circunstâncias. Reforça-se a esta temática os territórios quilombolas, uma das formas mais antigas de organização social brasileira, símbolo de resistência ao colonialismo. Este artigo procura ressaltar de que forma a geografia tem a contribuir para que o debate acerca das questões territoriais referente aos quilombolas e de como o conceito de território auxilia na construção da identidade das comunidades. Também busca combater as formas estereotipadas buscando dar maior visibilidade às questões quilombolas.

É importante enfatizar a importância de trazer este debate sobre as comunidades quilombolas, já que este segmento do campesinato brasileiro que procura viver de modo tradicional é atual e conquistou seu reconhecimento. Que além de camponeses negros se encontraram enquanto quilombolas e mantém uma visão particular de mundo estabelecendo relações intrínsecas com o território.

Portanto é de extrema importância abordar o conceito de território e buscar compreendê-lo como produto das relações sociais que se estabelecem no espaço ao longo do tempo e mostrar de que forma este conceito se constitui como elemento definidor da identidade. Neste sentido a geografia nos brinda com o embasamento teórico e ao mesmo tempo nos desafia a traduzir a construção do território e de uma identidade.

## **2 | A GEOGRAFIA E OS DESAFIOS DE PENSAR O CONTEXTO QUILOMBOLA**

A geografia ganha destaque enquanto ciência pela possibilidade que oferece à interdisciplinaridade, ou seja, é um campo de saber marcado pela heterogeneidade de debates e de conceitos. Pode-se considerar a geografia como uma ciência de fundamental importância para de início relatar e em seguida entender toda a transformação no espaço, ou como diria Anjos (2006) “não só apontar, mas dar explicações para as transformações territoriais e levantar possíveis soluções para melhor organizar o espaço”.

Assim, os estudos sobre quilombos tornam-se um desafio à inserção e entrelaçamento dos conceitos da geografia, mas seria mesmo um desafio? Para responder tal questionamento voltaremos o olhar de forma mais específica para a contribuição da geografia, autores como Anjos (2006) e Carril (2006) enfatizam como é interessante para disciplina considerar as representações e relações humanas, bem como a materialidade



das ações e das formas de organização. Este pensar fornece o embasamento que serve para a análise da realidade dos territórios de comunidades remanescentes de quilombos numa perspectiva geográfica, uma vez que as características expressas pela identidade deste povo funcionam como um elemento que define o território.

Ainda analisando o caráter interdisciplinar, a geografia também se apresenta de forma tímida no que diz respeito aos trabalhos acadêmicos acerca do tema Comunidades Remanescentes de quilombos. Geralmente o estudo dessas comunidades é atrelado à História, Psicologia Social, Antropologia, dentre outros campos das ciências sejam elas sociais ou humanas.

As várias áreas vêm contribuindo para a ampliação do conhecimento sobre a “formação dos quilombos, não mais como marginalizados social e economicamente” (CARRIL, 2006). É importante enfatizar que o quilombo não é algo pertencente ao passado, como algo episódico e sim dotado de participação no contexto social dos dias atuais.

A geografia também tem a sua importância no sentido de auxiliar no desvendar desses estereótipos uma vez que se constitui como instrumento essencial na releitura das dimensões espaciais das relações étnicas da sociedade. Pode-se dizer principalmente no que diz respeito ao território, às suas características e aos diferentes grupos que o compõe e que possibilita apontar múltiplas faces de uma parcela do espaço, que neste caso é das comunidades quilombolas e que auxilia na temática pluralidade cultural que nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia traz:

Destaca-se no campo da educação brasileira, um trabalho que busca explicar entender e conviver com procedimentos técnicos e habilidades desenvolvidas no entorno sociocultural próprio de certos grupos sociais, como as produções das culturas indígenas e negras brasileiras (PCN Geografia, p.44-45).

Seguindo numa abordagem geográfica busca-se aprofundar o termo quilombo que se origina na língua banto e se aproxima de termos como: habitação, floresta e guerreiro (ANJOS, 2006). Por ser uma das mais antigas formas de organização social, o quilombo remete a uma forma de rejeição aos confrontos do sistema escravista. Significava, e ainda hoje o é, um refúgio na busca por proteção e por igualdade de condições de vida e de acesso a terra.

Analisando esta questão, Cruz (2007) chama atenção que

As populações “tradicionais” se organizam, ganhando visibilidade e protagonismo, se constituindo e afirmando como sujeitos políticos na luta pelo exercício ou mesmo pela invenção de direitos a partir de suas territorialidades e identidades territoriais. (CRUZ, 2007, p.94).

Um outro fato digno de nota é o fato de ligar o quilombo ao isolamento. As terras de quilombo foram conquistadas a partir de diversas formas de resistência e também por meio de heranças e doações, como pagamento por serviços prestados ao Estado brasileiro.

Analisando por esta vertente o Programa Brasil Quilombola (relatório de 2004) tece algumas observações alegando que esta falsa ideia (isolamento) decorreu do fato das comunidades terem permanecido isoladas durante parte do século passado:

Foi uma estratégia intencional que garantiu a sua sobrevivência como um grupo organizado com tradições e relações territoriais próprias e, por conseguinte, com direito a ser respeitado nas suas especificidades, as quais foram significativas para a construção e atualização de sua identidade étnica, cultural, reprodução física e social (PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA, 2004).

A questão do isolamento não deve ser atrelada às Comunidades Quilombolas atuais pois estas se colocam de maneira atuante no cenário político, tecem suas territorialidades e não estão limitadas somente ao seu território (aquele considerado demarcado). As comunidades estabelecem a partir do uso do seu território relações com os chamados espaços da globalização onde existem, de certa forma, espaços da exclusão ou espaços fragmentados.

Ao fato errôneo de serem limitados somente ao território os quilombos alcançaram a condição de mito para a sociedade brasileira. No entanto, acompanhado o aparecimento político de grupos negros rurais de Norte a Sul do País, estudiosos de diversas áreas demonstram a variada constituição de territórios negros, nos mais diferentes lugares, e com muitas diferenças entre si, seja na forma de aquisição da terra ou na tradição.

Na busca de ampliar os horizontes e de fugir das concepções restritivas de quilombo que o consideram uma unidade territorial isolada, alguns estudiosos caracterizam a formação de comunidades ligadas às relações sociais, notadamente de trocas entre os quilombolas e a sociedade escravista. Portanto ressalta-se o fato de buscar a atualização do conceito de quilombo levando em consideração os aspectos atuais para que não se perca o fio condutor na construção da identidade.

Atualmente é notório perceber que as comunidades se colocam como efetivamente participantes no processo de reconhecimento identitário e territorial, surgindo e renovando os conflitos sociais. Carril (2006) ao analisar a situação atual dos quilombos rurais coloca que

A situação dos quilombos impõe questões ao problema da identidade, porque, em primeiro lugar, o quilombo rural traduz sua luta pela terra e também pela especificidade étnica, tanto vinculada ao direito territorial como calcada sobre a ancestralidade buscada na origem da conquista da terra (CARRIL, 2006, p.68).

Ainda tratando sobre a construção da identidade quilombola muitas são as denominações das comunidades quilombolas: Remanescentes de quilombos, Comunidades Negras Rurais, Territórios quilombolas, Terras de Pretos, entre outras. É válido ressaltar que essas denominações tratam de um mesmo tema e se apresentam perante pontos de

vista diferentes.

Segundo Almeida (1988), as terras de Pretos são conceituadas levando-se em consideração a auto definição dos habitantes locais, a autonomia do grupo social, o modo de apropriação e uso dos recursos naturais disponíveis. Esta denominação é usada de forma comum no Maranhão onde os habitantes de referem aos seus territórios com o sufixo “os pretos” após o nome das comunidades. É comumente encontrado por exemplo: Cajueiro dos Pretos (Alcântara - MA), São Sebastião dos Pretos (Bacabal – MA), Santa Maria dos Pretos, Santa Rosa dos Pretos, Santana dos Pretos, Mandacaru dos Pretos, Pitoró dos Pretos, dentre outras.

Esta denominação “Terra de Pretos”, quando utilizada para se referir às comunidades quilombolas em geral é interpretada como um espaço utilizado predominantemente por negros e que encontra respaldo histórico. A esse respeito Anjos (2006) acrescenta:

Vistos como um processo territorial, apresentam as seguintes características: eram de uma instância concreta do espaço geográfico que expressava a luta de classes no sistema escravista; constituíam um território de recriação da cultura e da forma de viver africana; possuíam uma população heterogênea, na maioria de ascendência africana, mas contavam também com a presença de populações indígenas, mulatos e descendentes de europeus que se sentiam excluídos da sociedade; eram locais de difícil acesso, mas dotados de áreas férteis apropriadas para o cultivo para a caça e a pesca; a terra era sagrada e constituía uma propriedade comum, coletiva (ANJOS, 2006 p.49).

Corroborando com o exposto acima Porto- Gonçalves (2009) diz que:

Quilombo não é lugar exclusivamente de negros e sim predominantemente de negros. Acrescenta ainda que ao quilombo aglomeravam-se todos os pobres que queriam se refugiar e tinha lugar para fazer certas práticas.<sup>1</sup>

Observando atentamente às denominações pode-se afirmar que algumas privilegiam o indivíduo (Remanescente de quilombos) enquanto outras priorizam o grupo étnico (Territórios quilombolas). Ampliando a análise pode-se dizer que algumas denominações dão o caráter antropológico (Comunidades Negras Rurais) e outras dão o caráter geográfico (Territórios quilombolas, Terras de Pretos).

Para não perder de vista a organização quilombola e a formação territorial brasileira, pode-se dizer que os territórios dos quilombos irão se configurar como um fator espacial bastante expressivo, presente em todo o território nacional, onde se agrupavam principalmente negros, mas que acolhiam também indígenas e brancos excluídos do sistema escravista e quem buscava a reafirmação cultural. Lembrando que essas denominações, por mais diversas que pareçam ser, referem-se aos grupos com inestimáveis contribuições culturais, que carregam consigo as tradições procedentes da África no tocante à agricultura, as relações com a terra, a religiosidade, bem como a heterogeneidade que também se

1 Extraído da Mesa Redonda: A Complexificação da Questão (da Reforma) Agrária na América Latina Hoje: novos protagonistas, novos temas, novos problemas. Dentre os conferencistas, o professor Carlos Walter Porto-Gonçalves. IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, V Simpósio Nacional de Geografia Agrária (2009)

apresenta como uma marca. Tratar a heterogeneidade é um risco, principalmente em se tratando da diversidade cultural do Brasil.

Anjos (2006) relata que são várias as questões relacionadas à cultura brasileira que merecem investigação e que ainda há o esquecimento das comunidades remanescentes de antigos quilombos ou dos sítios geográficos onde os negros se rebelavam contra o sistema escravista e formavam suas comunidades “livres”. Este debate acerca das comunidades quilombolas é de extrema importância porque o quilombo uma das mais antigas formas de representação da população negra, muito precisa ser conhecido e divulgado para que a sua visão seja ampliada e os estigmas combatidos.

Para discutir o território, numa perspectiva da geografia cultural, deve-se levar em consideração que uma das suas principais características é a ideia de pertencimento do indivíduo e, sobretudo, do grupo com seu espaço de vivência. Isto nos leva à proposição de que o território é constituído por identidades. Portanto, o caráter de território reflete o sentimento de pertencer a um espaço de vida e de concebê-lo enquanto o lugar das práticas o qual é consumado através do enraizamento de uma complexa trama social.

Portanto, entende-se aqui território como uma entidade espacial: um lugar de vida de uma comunidade minimamente coesa e que pode ser compreendido apenas em relação a este grupo social. As disputas por essa apropriação, pela definição dos elementos de coesão e unidade social, pela moldagem do espaço e sua extensão geram tensões inerentes à vida em sociedade.

Na concepção de Mello (2012) o território, de certa forma, supera os limites geográficos ocupados pelo grupo, expandindo-se a lugares onde as práticas necessárias para que a sua reprodução material seja possível.

Definida minimamente como o sentimento de fazer parte de uma entidade social e espacial, como sendo uma área mais ou menos circunscrita e gerenciada por determinado grupo social, a territorialidade contempla, pois, os modos de ação, comportamentos e mentalidades vinculados ao território. Isto é fundamental para os estudos dos quilombos do Brasil, cujo processo de apropriação do território foi (e ainda é) marcado por circunstâncias materiais e históricas.

Enfim, para a geografia, as comunidades remanescentes de quilombos somente podem ser entendidas a partir da terra que ocupam, do que produzem e, assim, a tornam especial como parâmetro de relação com o mundo.

Dos conceitos trabalhados pela geografia, o território se coloca no contexto ora apresentado, como um instrumento importante na análise das marcas da comunidade presentes no espaço, e também por mostrar as peculiaridades na distribuição espacial levando em consideração a composição étnica.

O conceito de território abarca um conteúdo bastante diversificado. Essa diversificação nos remete não só a sua complexidade, mas também a sua polissemia que ultrapassa os limites da geografia, sendo utilizado pelas ciências sociais como um

todo. A este respeito fica explícita, assim, a necessidade de lançar mão dessa categoria-chave a partir da geografia, e de sua construção, desenvolver a discussão da problemática (CARRIL, 2006).

Levando-se em consideração as dimensões continentais do Brasil e suas transformações ao longo da história da ocupação do espaço nacional, pode-se dizer que existem vários territórios e que cada um deles apresenta suas especificidades, não só de dimensão, mas também de conteúdo, e que é percebido de forma diferenciada pelos seus agentes. Devido à extensão e complexidade da ocupação, as desigualdades são visíveis e a maneira de ver o território varia desde as características naturais até as suas formas de uso, em diferentes escalas de análise. Portanto, há que se observar a dimensão local, sem esquecer as questões regionais e nacionais.

Essas constatações confirmam o que diz Cruz (2007) a respeito das especificidades de como as populações tradicionais se utilizam de seu território:

Essas populações passam a ser classificadas como tendo modos de vida “tradicionais”, por estarem pautadas em outras temporalidades históricas e configuradas em outras formas de territorialidades e ainda por terem modos de vida estruturados a partir de racionalidades econômicas e ambientais com saberes e fazeres diferenciados (CRUZ, 2007, p.94).

No processo de formação do território as pessoas que nele habitam adquirem a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas (ANDRADE,1995). A expressão territorialidade pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeita à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em uma comunidade (*Idem*).

Ainda sobre a formação do território, Santos *et al.* (1998) corrobora com a ideia de que este é produto das relações sociais. Esta afirmação pode ser complementada com o que diz Carril (2006), ao referir-se como modo de vida específico aos quilombos:

O território configurou-se materialização da etnia e do direito à terra, o que diz respeito à categoria identidade. Ou seja, a vivência em um local permite aos seus moradores uma ligação cultural e um sentimento de pertencimento a um grupo e a uma base física e simbólica (CARRIL,2006, p.24).

A partir das experiências do indivíduo com o meio pode-se chegar à conclusão que a identidade é um fator importante no sentido de aglutinar e mobilizar os envolvidos para a ação coletiva com o território. Portanto é importante procurar analisá-lo de forma que se leve em consideração também as relações de poder, como pondera Souza (2005), daí a importância do território e da territorialidade, ainda mais quando se pretende analisar um grupo social específico.

Nesta análise a abordagem etnogeográfica pode ser útil para o estudo da relação

entre o território e as pessoas que nele habitam como a essência da territorialidade. A relação território-identidade se torna tão intrínseca que ainda segundo Souza (2005) o grupo social não pode ser mais compreendido sem o seu território. Concordando com esta afirmação, Anjos (2006) faz algumas considerações que enfatizam o binômio território-identidade, quando diz que

O território é uma condição essencial porque define o grupo humano que o ocupa e justifica sua localização em determinado espaço. A terra, o terreiro, não significa apenas uma dimensão física, mas antes de tudo é um espaço comum, ancestral, de todos que tem os registros da história, da experiência pessoal e coletiva do seu povo, enfim, uma instância do trabalho concreto e das vivências do passado e do presente (ANJOS 2006, p.49).

Esta indivisibilidade se mostra com tamanha particularidade quando é observada a dinâmica das populações nos seus respectivos territórios. Ainda sobre essa relação inseparável Korga (2003) faz uma reflexão quando diz que “há a necessidade de revalorizar o dado local e o cotidiano não somente como categoria filosófica e sociológica, mas como categoria geográfica e territorial” (KORGA, 2003).

Portanto este espaço se torna palco de múltiplas dimensões criadas por seus habitantes e que transformam o território, não (apenas) em propriedade, mas em símbolo de uma ideologia cultural manifestada nas mais diversas relações, sejam elas de caráter político, social, econômico ou cultural. E será o território que dará unidade a estas relações ao longo do tempo. Em suma, é plausível afirmar que a ligação com o passado nas terras quilombolas reside na manutenção de práticas de resistência e reprodução do seu modo de vida num determinado local onde prevalece a coletivização dos bens materiais e imateriais (PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA, 2004).

Por ser a identidade um traço comum aos chamados “territórios étnicos”, a materialidade do território construído traduz as demandas históricas, sejam elas conflituosas ou não. Esses conflitos levam os territórios a um nível de exigência de organização e da necessidade da autoafirmação em todas as esferas: política, social, econômica e cultural.

A estas exigências enfrentadas pelos territórios étnicos, Hall (2006) nos chama atenção ao afirmar que as “velhas identidades”, que por um tempo estabilizaram o mundo social, estão entrando em declínio, fazendo surgir novas identidades, e que analisando por esta vertente chega-se a conclusão que há certa fragmentação do indivíduo que era visto até aqui como algo unificado. Por isso há uma fragilidade no debate de questões identitárias, uma vez que os referenciais antigos sofrem abalos.

No que diz respeito aos quilombos isto é patente quando se leva em consideração os “deslizamentos” identitários recentes, quando pessoas que antes “negavam” seu passado passam a reivindicá-lo. Na verdade, acredita-se que, atualmente, o que ocorre não é uma ruptura e sim uma forma de reformulação das identidades ou mesmo de certo tipo de abertura para tornar as identidades mais dinâmicas, ou seja, elas funcionam como uma

espécie de estratégia para manter a sobrevivência física, recriar suas divindades e manter vivos os seus mitos.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo partiu da análise conceitual da tríade: geografia, território e quilombos. Sendo a geografia a Ciência que dá suporte na análise do território como definidor da identidade dos quilombolas.

Mais uma vez é importante ressaltar a contribuição da geografia na apreciação do território enquanto parcela do espaço que é sinônimo de resistência e que enfrenta desafios atuais desenhados nos conflitos territoriais e dificuldades entrelaçadas historicamente. O debate acerca do tema comunidades remanescentes de quilombos, territórios quilombolas ou terras de pretos ganha força na conjuntura atual, principalmente no tocante do reconhecimento dos quilombolas enquanto sujeitos sociais e/ou políticos que buscam lutar pela permanência no território. O território ora analisado representa muito além do espaço físico, representa a memória dos indivíduos que reinventaram a identidade através da territorialidade.

A conquista do território para as comunidades quilombolas, de modo geral, tem como o primeiro passo a auto identificação enquanto quilombola e como etapas da regularização: a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), a análise e julgamento deste relatório, a delimitação dos limites do território e posteriormente a emissão do Título de propriedade coletiva para a comunidade (INCRA).

Passada essa primeira fase da luta pelo território é importante que os sujeitos que nele habitam se aproximem e tomem uma postura ativa diante da sua trajetória histórica. Talvez este seja o papel do pesquisador ou se constitui na sua maior contribuição: Promover a transformação social e que dessa forma seja valorizado o ser humano, abrindo um espaço para que o debate seja ampliado e que sejam reduzidas as características de dominação, herança do colonialismo.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Terras de preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito**. Revista Humanidades, Brasília, UnB, n°15, 1988, p.42-48.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Questão do Território no Brasil**/ Manuel Correia de Andrade. 2ª edição- São Paulo- Recife: HUCITEC- IPESPE, 1995.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania**. Lourdes Carril. –São Paulo Annablume; Fepesp, 2006

CRUZ, Valter do Carmo. **Territorialidades, Identidades e lutas sociais na Amazônia**. In: ARAÚJO, Frederico G.B. de. & HAESBAERT, R. **Identidades e Territórios: Questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Ed. Acess, 2007, p.93-122.

HALL.S. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**/ Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro- 11. Ed. – Rio de Janeiro: D.P &A,2006.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – Disponível em <<http://www.incra.gov.br>> Acesso em 15JUN2017.

KORGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**/ Dirce Korga. – São Paulo: Cortez, 2003.

MELLO, Marcelo Moura. **Reminiscência dos Quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural**/ Marcelo Moura Mello. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA. Disponível em:<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola> Acessado em 20jun2017.

SANTOS, Milton *et al.* **Território: globalização e fragmentação**. 4 ed. São Paulo: Editora HUCITEC/ ANPUR, 1998.332p. ISBN 8527102730: (broch).

SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações sociais: o negro na geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.



## PROCESSO REVOLUCIONÁRIO NA ÁFRICA LUSÓFONA: AMÍLCAR CABRAL E O MOVIMENTO DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE

*Data de aceite: 01/10/2020*

**Cam-naté Augusto Bissindé**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo principal abordar o processo da luta de libertação nacional da Guiné-Bissau e Cabo Verde a partir do pensamento de Amílcar Cabral e outros líderes dos países lusófonos com relação ao colonialismo. Quando estudante em Lisboa, Cabral aderiu ao movimento anticolonialista e, regressando a Guiné-Bissau como engenheiro agrônomo, percorreu todas as aldeias, deixando simples questionamentos que promoveram a adesão expressiva da população ao movimento da luta de libertação nacional. Na sequência, ele fundou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que desempenhou ao longo de uma década a resistência contra as forças portuguesas. A guerra de libertação nacional de Guiné Bissau e Cabo Verde foi caracterizada pela colaboração entre povo e os guerrilheiros do PAIGC, contando inclusive com forte participação feminina. Buscando segurança para enfrentar as forças portuguesas, Cabral refugiou-se na Guiné Conacri, instalando ali a base do PAIGC. Antes do país alcançar sua independência de Portugal, Amílcar Cabral foi assassinado na sede do próprio partido, em janeiro de 1973. Em setembro do mesmo ano o país proclamou a independência de forma unilateral e, um ano depois, em outubro de 1974,

Portugal reconheceu a independência dos dois países.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amílcar Cabral, Guiné-Bissau e Cabo Verde, PAIGC, luta de libertação nacional.

**ABSTRACT:** This article has like the main objective to approach the process of national liberation struggle of Guinea-Bissau and Cape Verde, from thought of Amílcar Cabral and others leaders of lusophone countries, relative to colonialism. While still student in Lisbon, Cabral joined anticolonial movement, and return to birth country Guinea-Bissau as the agronomist engineer, travelled all village letting simple questions that promoting the expressive adherence of people in national liberation struggle movement. In the sequence, he founded the african party for independence of Guinea-Bissau and Cape Verde, what performed the resistance against the portuguese force by decade. The liberation struggle of Guinea -Bissau and Cape Verde was achieved by collaboration between people and guerilla of PAIGC, counting with participation of women. Searching the safety to confront portuguese force, Cabral taken refuge in Guinea-Conakry, setting up the base of PAIGC, before the country achieved his independence from Portugal, Amílcar Cabral was killed at the clubhouse of his own party in january 1973. In september of the same year the country proclaimed the independence by unilateral form, year on, in october 1974 Portugal recognized the independence of these two countries.

**KEYWORDS:** Amílcar Cabral, Guinea-Bissau and Cape Verde, PAIGC, National Liberation

Struggle.

## INTRODUÇÃO

Alguns estudos científicos apontam que em cada passagem de uma geração para outra acontecem muitas mudanças na comunicação, vestuário, preferência, e até nos cardápios. De acordo com Azevedo (2012), a relação entre gerações permite a transformação e a reconstrução da tradição no espaço dos grupos sociais. A transmissão dos saberes não é linear; ambas as gerações possuem sabedorias que podem ser desconhecidas para a outra geração, e a troca possibilita vivenciar diversos modos de pensar, de agir e de sentir, e assim, renovar as opiniões e visões acerca do mundo e das pessoas. As gerações se renovam e se transformam reciprocamente, em um movimento constante de construção e desconstrução.

A modernidade começou com o famoso período denominado de Renascença, na qual os seres humanos começaram a interpretar o cotidiano diferentemente dos antepassados. As transformações sociais humanas são acompanhadas sempre da evolução do sistema. O capitalismo foi introduzido e desenvolvido ao passar das diferentes gerações. Este sistema econômico apresenta quatro fases diferentes: pré- capitalismo, capitalismo comercial, industrial e financeiro ou monopolista (ARRUDA, 1980, p. 11). As fases foram desenvolvidas de acordo com o modo de viver das pessoas de épocas diferentes.

O século XX se caracteriza pelo capitalismo industrial, que exigia a concorrência das indústrias europeias para disputar a hegemonia em sentido geral. Era necessária a expansão territorial, para a busca de fontes fornecedoras de matérias primas para sustento das indústrias metropolitanas.

Essa nova fase da transformação do capitalismo induziu a mudança de pensamento do ser humano. O imperialismo se tornou o suporte mais famoso para sustentação do capitalismo industrial. O domínio da periferia pelo centro tornou-se evidente, e certos povos perderam valor na sociedade mundial. Este artigo, porém, demonstra a luta incessante de Amílcar Lopes Cabral, que ao longo de sua vida decidiu combater essa realidade que se opunha aos direitos desses povos oprimidos. O objetivo principal deste manuscrito é fazer você pensar profundamente sobre a determinação de um homem que no ponto de vista material tinha muita necessidade de ajuda para enfrentar esse grande sistema mundial, e do regime autoritário de Salazar. Emocionalmente Amílcar revestiu de ousadia e coragem, mesmo sem nada, tinha plena certeza que a vontade é que faz uma pessoa triunfar objetivos.

### **Dos estudos universitários à visão da luta**

Na época colonial dos impérios europeus, a África era um mero espaço da expansão territorial, mercado consumidor e fornecedor dos recursos necessários para atividades

industriais das metrópoles. A concorrência imperialista foi flagrada fortemente nos espaços africanos, o território era de vital importância. O império português apresentava fragilidade econômica em relação aos demais impérios, seus espaços coloniais não floresciam e a educação foi limitada apenas até o nível primário, tanto que os estudantes da colônia dependiam de bolsa de estudos para seguir a formação superior na metrópole. Portugal não criava condições para uma educação ou algo que deixaria a população mais saudável nas suas colônias africanas, mas sim buscava empregar a todo custo algo que beneficiaria seus interesses - como construções de rodovias e portos para escoamento dos produtos (WALLERSTEIN, 2005).

A chegada de Amílcar Cabral em Lisboa foi a estudo, aliás, o futuro líder não compreendia o sistema do colonialismo numa forma integral quando ainda vivia na colônia. Mal chegado em Portugal, concretamente em Lisboa, inscreveu-se no Instituto Superior de Agronomia (ISA), onde cursou o referido curso durante cinco anos.

Ao longo desse período, ele frequentava a Casa de Estudantes do Império (CEI), onde podia encontrar colegas vindos de outras colônias portuguesas, como Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Marcelino Dos Santos e Vasco Cabral, que mais tarde se tornariam companheiros dos movimentos revolucionários ainda em Portugal. No ano letivo 1948 a 1949, Amílcar foi contemplado com o prêmio Mello Gêraldes, atribuído ao aluno melhor classificado na disciplina de tecnologia colonial, (INEP, 1988, p.15; CASSAMA, 2014).

As transformações que ocorreram ao longo da primeira metade do século XX desencadearam e intensificaram vários movimentos, entre eles a luta contra o domínio imperial, o movimento negro nos Estados Unidos, o racismo contra negros na Europa, criaram campos favoráveis para o desenvolvimento do pensamento africano em busca da sua identidade e de resgate dos seus valores. O surgimento do pan-africanismo seria de vital importância na construção do pensamento dos futuros líderes africanos que ao longo do século incendiaram o sistema internacional através das lutas de libertação nacional nas colônias. Amílcar Cabral como membro e morador da CEI, aderiu ao pensamento anticolonial (negritude) vindo da França.

É nessa perspectiva que os estudantes do império criaram o Centro de Estudos Africanos (CEA), visando estudar e conhecer a África partindo de suas próprias concepções, e ajudaram os membros a se reconhecerem enquanto negros africanos inseridos num contexto colonial (CASSAMA, 2014, p. 43). Amílcar Cabral e os demais companheiros começaram a transpirar um sentimento de patriotismo, que ao longo do tempo veio a ser colocado na prática, difundindo esse sentimento anticolonial para toda região de Guiné e Cabo Verde, e mais tarde na Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Enquanto estudante em Portugal, Cabral criou o Partido Africano para a Independência (PAI). Concluiu a sua formação em 1950, e seguiu com estágio obrigatório para a obtenção do título de engenheiro agrônomo até 1952. Em 1953 Cabral regressou para Guiné-Bissau, onde liderou uma comissão de estudos dos solos e levantamento de informações do

processo produtivo.

Aproveitando a ocasião, Cabral circulou toda a província e, na medida em que passava em cada território, ia questionando o povo sobre suas condições de arcar com impostos, sua disposição para ceder metade do cultivo ao governo e sobre o tanto de energia dispensada pelas famílias no processo de produção. Questionamentos aparentemente simples, mas que faziam o povo pensar além do que se possa imaginar. A abordagem de Cabral, que não partia da tentativa de impor ideologias ao povo ou difamar o sistema de domínio colonial, menos ainda lhes atrair por meio de algo material, propunha reflexões ao povo para que delas partissem suas decisões.

A liberdade que o povo precisava era manipulada pelo uso da força do poder português.

Quando a palavra “livre” e “liberdade” são aplicadas a qualquer coisa diferente de um corpo, trata-se de um abuso da linguagem, pois o que não está sujeito ao movimento também não está sujeito a impedimentos. Portanto, quando dizemos, por exemplo, que o caminho está livre, não significa liberdade do caminho, mas daqueles que o percorrem sem impedimentos (HOBBS, 2014 p. 170).

A ideia de Hobbes dialoga com a realidade imperial da época, pois as pessoas eram livres para praticar a produção, mas a colheita era desfrutada pelo governo imperial. Foi nessa linha de pensamento que Cabral foi lançando fundamentos de pensamento anticolonial para vários grupos étnicos instalados no país. Ao fim de seu trabalho do campo, ele havia persuadido boa parte da população da Guiné-Bissau a se posicionar contra o domínio imperial em seu território e de Cabo Verde. Em 1953 surgiu movimento anti-imperialista que criou tensões entre o governo português e o povo. Três anos mais tarde, em 1956, foi recriado o Partido Africano para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), antes conhecido como (PAI).

### **Estratégia da luta armada**

Segundo Meneses (2010), o desencadeamento do imperialismo europeu no continente africano criou uma evolução repressora dentro da sociedade africana, e de não reconhecimento da civilização do povo colonizado. A África em finais do século XIX e início do século XX, representou uma nova fase no contexto mundial, tanto como espaço de vital importância para resolução da crescente disputa e rivalidade entre superpotência europeu, quanto como espaço estratégico para a projeção do poder além fronteira nacional. De acordo com Meneses (2010),

A projeção da força europeia nos finais do século XIX e início do século passado podem ser compreendidos como um resultado do imaginário do povo europeu colonial, que pela sua definição considerou o povo africano como súbdito situado eternamente num estado de subalternância do povo europeu (MENESES, 2010).

Na perspectiva dos colonizadores, o modelo de civilização ocidental era o que o resto da humanidade precisava alcançar. Segundo Aimé Césaire (2010, p. 8-9), raça justifica a criação de três compartimentos geográficos – a Europa “branca”, a Ásia “amarela” e a África “negra”, tendo na civilização europeia o modelo “correto” de vida. Tais conceitos e o racismo alastraram-se rapidamente, ao passo que, considerados incivilizados, africanos e asiáticos tiveram as suas histórias e seu modo de viver desconsiderados. A realidade foi distorcida e a história contada de maneira diferente, a partir da perspectiva supremacista do homem branco sobre toda a raça humana, levando o restante dos povos a viver em condições subalternas ao povo europeu. Meneses fala sobre as tendências do homem branco europeu para com o resto do mundo (principalmente no contexto africano):

Libertar os indígenas da barbárie, transformá-los em seres mais evoluídos ao ensinar-lhes os tempos da modernidade, preenchendo lhes o seu mundo ‘vazio’ com os saberes da civilização transformou-se no grande objectivo da missão colonial. A moderna colonização justificava-se, nas palavras dos teóricos da ideologia colonial, não apenas pela necessidade de exploração de novos territórios, mas, e principalmente, para que ocorresse “uma acção civilizadora sobre as pessoas” (MENESES, 2010.)

O povo africano sofreu a humilhação europeia. O regime Salazarista, em particular, foi extremamente fundamentado e direcionado aos fins coloniais, ou seja, Portugal tinha uma percepção de que os territórios conquistados além-mar pertenciam a ele. A presença portuguesa no território da Guiné-Bissau e Cabo Verde difundiram o espírito do racismo, discriminação e abnegação da cultura local, desvalorizando-a em prol do enaltecimento do modelo ocidental de civilização. O colonialismo promove a discriminação do povo dominado, como se pode constatar nas palavras de Cabral, “O colonialismo é a negação do processo histórico do povo dominado, por meio da usurpação violenta da liberdade e do processo de desenvolvimento das forças produtivas” (CABRAL *apud* ABADIA, 2017).

As viagens de Amílcar Cabral pelo interior do continente africano trouxeram-lhe uma porção de experiências para a condução do processo revolucionário. Ele participou da conferência de Bandung<sup>1</sup>, na Indonésia entre 18 e 24 de abril de 1955, que envolveu 29 países africanos e asiáticos, com o objetivo de criar uma relação de mercado terceiro mundista e coordenar uma oposição contra a dominação imperial. Em 1957, o líder de Guiné-Bissau e Cabo Verde participou da Conferência de Solidariedade com do movimento anticolonial feita em Paris. No quadro dessa conferência Amílcar Cabral encontrou com Mário de Andrade e António Agostinho Neto para formar o Movimento Anticolonial (MAC), que visava discutir as estratégias para derrubada do regime colonial português. Em 1958, Cabral participou da conferência popular *All African* (Todos os Africanos), ocorrida em

1 BANDUNG: é uma cidade indonésia onde ocorreu a conferência dos Estados afro-asiáticos, em 18 e 24 de Abril de 1955. Essa conferência congregou 29 Estados afro-asiáticos com objetivo de promover uma cooperação econômica e cultural respeitando os perfis de ambos continentes. Também buscou fazer frente ao que na época se percebia como atitude neocolonialista, das duas grandes potências, Estados Unidos e a antiga URSS, bem como as nações europeias influentes que exerciam a função do imperialismo na África e na Ásia. Fonte: Acesso em: 15/04/2019.

Accra (Gana), organizada por Kwame Nkrumah com objetivo de coordenar apoios aos movimentos de libertação das nações africanas, e unir diferentes alas de movimentos de libertação em toda África. Em 1960 enquanto na Tunísia, ele e companheiros estabeleceram a Frente Revolucionária Africana de Independência Nacional das colônias portuguesas ou (FRAIN). A FRAIN foi criada para coordenar as estratégias e iniciativas do PAIGC e do MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), contra o colonialismo português. No ano seguinte, em Marrocos, Cabral ajudou a organizar a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas, (CONCP), que visava substituir a FRAIN e incluir o FRELIMO (Frente da Libertação de Moçambique), e MLSTP (Movimento para a Libertação de São Tomé e Príncipe), com mesmo objetivo primordial. Em seguida, no ano de 1963, Cabral e o movimento da libertação abriram fogo e deu início a luta armada na Guiné-Bissau.

### **As Principais Causas Da Revolução**

O processo revolucionário contra o imperialismo europeu foi encarado de maneira diferente em algumas regiões da dominação europeia, levando em conta a própria realidade que a sociedade vivia. No continente africano, diferentes regiões conduziram o processo de descolonização de diferentes maneiras. Os países da colônia francesa e inglesa, de modo geral, operaram uma revolução baseada na diplomacia, na qual as suas independências foram alcançadas por intermédio diplomático. As independências do Senegal e da Guiné-Conacri, países vizinhos da Guiné-Bissau, por exemplo, não envolveram processo da luta armada. Antes de cogitar esta opção, os dirigentes dos respectivos países buscaram chegar a um acordo através da chamada Confederação do Mali, assinada em 1959 entre Burkina Faso, Daomé, (atual Benin), Senegal e Mali. Evitando um abrir fogo contra os franceses, tais países propuseram ao governo do presidente francês, De Gaulle, a concessão da independência de forma pacífica.

Na Guiné-Bissau a história colonial se deu de forma diferente, como diferente era a forma de colonização portuguesa em relação à da França e do Reino Unido. Apesar de o imperialismo ter a mesma finalidade - a de explorar recursos e impor novas regras civilizatórias aos outros - ainda seus processos são diferentes. Portugal, um país periférico que apresentava lesões econômicas dentre os imperialistas, com instituições políticas e econômicas decadentes, encarava o colonialismo como algo de vital importância, ou seja, a necessidade de manter as colônias era grande. Logo, buscava-se manter a ocupação colonial a todo custo. O objetivo sempre foi de manter sob seu controle todas as áreas territoriais além-mar. O imperialismo português era conduzido de forma extremamente dura, havendo forte repressão das sociedades coloniais.

Numa comparação com a colonização belga, por exemplo, a portuguesa apresentava deficiências marcantes. O poderio lusitano prevaleceu com grande êxito desde o século XVI até o final do século XIX, porém no começo do século XX Portugal sua estrutura

como potência declinou. Portanto, o regime implementado nas suas colônias foi precário, sem nenhuma vantagem à sociedade local. A Bélgica contribuiu para a então colonizada sociedade congoleza construindo hospitais, escolas, rodovias e trilhos, consoante a necessidade do dia a dia daquela sociedade, ao passo que Portugal desenvolveu em suas colônias somente o que era de interesse primordial, desconsiderando a necessidade das sociedades coloniais (WALLERSTEIN, 2005).

## Causas Imediatas

A presença de colonizadores portugueses na Guiné-Bissau deixou fortes marcas de violência na memória da sociedade guineense. O uso da força e a imensa repressão era evidente em todos os territórios africanos de domínio português. Na Guiné-Bissau, no entanto, essa realidade foi ainda mais dura. Em 03 de agosto de 1959 ocorreu o chamado Massacre de Pindjiquiti. Estivadores e marinheiros do porto de Bissau, em serviço da casa Gouveia<sup>2</sup>, reivindicavam aumentos salariais e melhores condições de trabalho, o que levou à realização de greve por parte dos funcionários e à paralisação do serviço. O administrador António Barbosa Carreira aceitou a reivindicação, mas não fez caso de solucionar a questão. Ele afirmou que ia amenizar o problema e acabar com greve quando lhe fosse conveniente, contribuindo ainda mais para o prolongamento da mesma.

Ao longo desses dias de greve, os funcionários iam para o local de serviço com a expectativa de que tudo poderia voltar a funcionar com o atendimento de suas reivindicações, mas não trabalhavam. Dezenas de funcionários foram assassinados e centenas feridos. Os mortos oscilaram entre 40 a 70 pessoas. Os números são imprecisos, pois muitos corpos nunca foram achados.

O ato do massacre foi contestado pela sociedade em geral, sendo a causa imediata para o desencadeamento da luta armada. Foi precisamente este massacre que acabou dando a maior dinâmica ao nacionalismo guineense, abrindo uma contagem decrescente para o início da luta armada (TAVARES, 2009, p. 9).

O PAIGC desde a sua criação em 1956 tinha vivenciado atrocidades do regime português no seio da população, sem no entanto contestar a violência. À época, o PAIGC encontrava-se ainda desestruturado do ponto de vista financeiro e bélico para enfrentar as tropas portuguesas.

Amílcar Cabral compreendeu e demonstrou que não se podia esperar por alguém para nos defender. Deveríamos começar com o que tínhamos e então, naturalmente, surge o apoio necessário, ou como no ditado em crioulo “si alguim na labau costa, i bom pa bu pata laba bariga” (“se alguém está lavando suas costas, é melhor você ir lavando a barriga”).

---

2 Empresa de pesca que funcionava no porto de Pindjiquiti.

## APOIO AO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO DO PAIGC

### Apoio interno

O início da guerra contra o imperialismo português envolveu toda a sociedade, a colaboração entre o povo e os guerrilheiros foi mantida num laço de harmonia conjunta, onde as famílias contribuíam com suporte alimentar para manter os combatentes nas matas. Metade das colheitas de cada família camponesa era destinada ao movimento revolucionário. Além de apoio econômico, a sociedade colaborava em manter segredo das zonas de esconderijo dos guerrilheiros. Em certas situações, algumas aldeias eram usadas para esconder os guerrilheiros. Civis informavam as tropas do PAIGC com antecedência sobre supostos ataques dos portugueses. O interessante a ser observado aqui é a postura de liderança e poder persuasivo de Amílcar Cabral, que no tom das suas palavras, angariava a simpatia do povo que convergia em um único objetivo, mesmo sendo o povo guineense etnicamente diverso.

Quando as tropas portuguesas descobriram que a população civil estava envolvida na guerra de forma indireta, muitas aldeias foram destruídas com bombardeamentos, e alguns chefes de famílias foram presos pela suspeita de manter a colaboração com o PAIGC. Também destruíam plantações e colheitas, deixavam algumas famílias desalojadas, sem abrigo e sem alimento, considerando que só assim poderiam acabar com a resistência, e agravar a insuficiência no suporte alimentar dos guerrilheiros.

Cabral possuía uma forte relação de admiração para com a sua mãe, Iva Pinhel Évora, quem criou a ele e seu irmão sozinha. A guerra de libertação nacional de Guiné-Bissau e Cabo Verde foi caracterizada por uma imensa colaboração entre povo e os guerrilheiros do PAIGC, especialmente as mulheres, que desempenharam papéis cruciais e importantes ao longo da luta. Envolviam-se em tarefas que iam desde o apoio com suprimentos e alimentação das tropas, até atuação como informantes ou mesmo pegando em armas. Uma destas guerrilheiras foi Titina Silá, que, aos 18 anos, aderiu à militância PAIGC e, em 1963, fez estágio político na então União Soviética e, quando retornou à Guiné-Bissau, treinou 95 mulheres para a guerrilha, “detalhando quais eram as razões da luta e porque deveriam combater contra a dominação europeia (portuguesa) na ocasião de seu país” (AFRICANAS, 2017). Seu legado incentiva ainda hoje o movimento de mulheres de Guiné-Bissau na conquista de espaços na sociedade.·

### Apoio Externo

A determinação de Cabral o levou a alcançar alguns apoios internacionais, tais como o da Cuba e da antiga União Soviética (URSS), entre outros, que apoiaram o partido de maneira indireta ao longo da luta armada. Cuba foi especialmente parceira no processo revolucionário africano, prestando importante apoio. De acordo com Pereira (2016), esse apoio cubano pode ser entendido como resultado da revolução cultural em



Cuba, que permitiu a oferta de ajuda aos países africanos e o envolvimento nos processos revolucionários, bem como nas guerras, sem que isso abalasse a coesão interna e a ideologia revolucionária.

Amílcar Cabral teve um encontro com Che Guevara<sup>3</sup> quando este visitou os países africanos que estavam em dificuldades para levar adiante o processo revolucionário. Nas palavras de Pereira:

Em 1964, Che Guevara foi para África em uma iniciativa que mostrou mais claramente o interesse cubano na região. A ideia de que a revolução na África era iminente diante da instabilidade em Angola, em Moçambique, em Guiné-Bissau, no Congo e no Zaire, fez com que os cubanos acreditassem na importância de estabelecer uma política africana (Pereira, 2016).

Posteriormente ele encontrou-se com Fidel Castro, o então presidente de Cuba, em busca de financiamento de materiais bélicos e logísticos para manter a guerra contra os portugueses. Cuba não só enviou instrutores e médicos para o PAIGC como também concedeu bolsas de estudos para a formação dos quadros do partido em Cuba. A chegada de equipamentos militares cubanos e o apoio soviético de gêneros alimentícios bem como a formação de médicos, deram grande vantagem ao Partido, e levou o movimento à conquista de algumas zonas do território nacional, e, conseqüentemente, o PAIGC criou dificuldades para o exército português.

### **A divergência interna do PAIGC e a influência do PIDE**

A luta armada para a independência da Guiné Bissau e Cabo Verde iniciou-se oficialmente no dia 23 de janeiro de 1963, num suposto ataque ao aquartelamento militar português, do setor de Tite, no sul do país, numa operação feita na tentativa de surpreender os soldados portugueses. **Um grupo de guerrilheiro do PAIGC dirigiu o ataque pela madrugada com tiroteios que duraram meia hora e culminaram na morte de uma pessoa e dois feridos das tropas portuguesas.**

Nos primeiros cinco anos da luta armada, havia uma aparente harmonia no seio do PAIGC. Prevalecia o sentimento patriota de dar a própria vida se necessário fosse para a libertação do jugo colonial. Porém, no decorrer dos anos sessenta começaram a aparecer algumas indagações a respeito da razão da luta. Dentro do PAIGC formou-se uma corrente de oposição que defendia a luta da independência de maneira negociada. A principal razão do surgimento desse pensamento deve-se à comparação com os países vizinhos, Senegal e Guiné-Conacri, que por vias pacíficas conseguiram alcançar suas independências. Portanto, questionava-se o seguinte: por quê que o mesmo método aplicado no processo da independência do Senegal e da Guiné-Conacri não poderia ser encarado para o caso da Guiné-Bissau e Cabo Verde, sendo que o objetivo era o mesmo?

---

<sup>3</sup> Ernesto Rafael Guevara de La Serna, mais conhecido como Che Guevara, foi um famoso revolucionário socialista do século XX. Argentino, nasceu na cidade de Rosário em 14 de junho de 1928. Faleceu em 9 de outubro de 1967, na aldeia de La Higuera (Bolívia).

O grupo hegemônico, porém, continuava a acreditar na visão do Cabral, isto é, de que a independência só poderia ser alcançada através da luta armada. Ainda acreditava-se que o pensamento do grupo que favorecia a visão do Cabral tinha um entendimento explícito de que a realidade que se vivia no Senegal e na Guiné-Conacri era diferente daquela vivida na Guiné-Bissau. O objetivo poderia ser o mesmo, mas o que importava era como realizá-lo. A França e Portugal apresentaram processo de colonialismo diferente um do outro. De acordo com Andrade (2018), a França, apesar de chegar mais tarde na conquista colonial, demonstrou um colonialismo desenvolvimentista com relação às suas colônias.

A disputa ideológica no seio do partido crescia na medida em que a confiança e a credibilidade minguavam. Uma casa dividida não prevalece de pé, a divisão interna de uma casa torna a maior chance do inimigo conseguir penetrar e destruir tudo que está dentro dela. A instabilidade interna do PAIGC deu chance para a PIDE criar uma rede de caça para o líder do partido. Além da divergência interna, havia uma divisão entre as frentes de libertação do PAIGC e da Frente de Libertação Nacional de Guiné (FLING). Este último foi criado por um cidadão nacional cujo nome era François Mende, radicado no Senegal, que teve objetivo de empregar as revoltas na zona norte do país, uma vez que a zona sul era ocupada pelo PAIGC. O interessante a destacar aqui seria a falta de coordenação dos ambos, sendo que o objetivo era tornar a Guiné-Bissau e Cabo Verde independentes da ocupação colonial portuguesa.

### **A morte de Amílcar Cabral**

A morte de Amílcar Cabral está cercada de mistérios, e até hoje há desconhecimento. O inquérito de sua morte não conseguiu obter veemência e clareza. À época, algumas testemunhas, pessoas mais próximas de Amílcar Cabral, afirmaram nas entrevistas feitas após sua morte que os assassinos de Cabral eram membros do PAIGC, residentes em Bissau, a cidade onde se encontravam aparelhos burocráticos de administração do Estado e a maior parte dos contingentes militares portugueses.

Amílcar Cabral residia em Conacri, capital da guiné francesa (Guiné-Conacri). No dia 20 de janeiro de 1973, por volta de 22h30, chegou um grupo de homens armados na sua casa, porém Amílcar não estava no momento. Quando chegou ao local, foi surpreendido por alguns homens com cordas e espingardas prontas apontadas em sua direção. O objetivo não era matá-lo, mas sim prendê-lo e entregá-lo às autoridades portuguesas em Bissau. Amílcar, recusou ser amarrado e levado preso, o que culminou em seu assassinato.

Após a morte do Amílcar Cabral, especulou-se sobre quem seriam os envolvidos e que contribuíram para o assassinato. O ex-presidente da república de Senegal, Léopold Sédar Senghor, acusou o presidente de Guiné-Conacri Ahmed Sékou Touré, de ter sido a pessoa que orquestrou o plano da morte de Amílcar Cabral, através de contato com as forças portuguesas instaladas em Bissau. Segundo essa acusação, o SékouTouré já não

conformava com os princípios da condução da luta armada que Cabral estava levando e, além disso, havia divergências entre Sékou Touré e o líder do PAIGC. A suspeita é de que o presidente da Guiné-Conacri teria a intenção de anexar o território de Guiné-Bissau e Casamansa (região sul de Senegal), com objetivo de cumprir seu ambicioso projeto denominado de Grande Guiné (CASSAMA, 2014, p.79). Amílcar foi o principal opositor dessa ideia.

No dia primeiro de fevereiro de 1973, Sekou Touré ordenou uma cerimônia fúnebre do corpo de Cabral no estádio 28 de setembro em Conacri. No decorrer do discurso do presidente no ato cerimonial, defendeu-se das acusações sobre envolvimento na morte do líder guineense. Por fim ele ainda mandou prender os dirigentes do PAIGC suspeitos de envolvimento no assassinato. Depois da cerimônia, o corpo do líder foi trasladado para a fortaleza da Amura, atual quartel general da Guiné-Bissau, lugar onde todos os presidentes nacionais mortos foram sepultados. Abriu-se um inquérito para descobrir realmente a origem da morte que se mostrou inconclusivo.

### **A proclamação da independência e o primeiro governo nacionalista nos moldes socialista e leninista**

Guiné-Bissau foi a primeira nação africana de ocupação portuguesa a alcançar independência como um país soberano. No último balanço anual feito pelo partido para analisar o efeito da guerra, Amílcar Lopes Cabral proferiu um discurso onde, analisando a condução da guerra, concluiu que o balanço da luta foi positivo.

Tudo parecia indo para melhores condições, mas a morte de Amílcar Cabral em janeiro de 1973 cria a incerteza dentro do PAIGC com relação ao projeto nacional do país após a independência. O destino parecia indefinido, e eram necessários novos líderes para dar continuidade à luta. Nove meses após a morte de Cabral, em 24 de setembro de 1973, o PAIGC declarou de forma unilateral a independência de Guiné Bissau e Cabo Verde (ou seja, sem o reconhecimento de autoridade portuguesa). A proclamação foi realizada em Lugajole, Madina de Boé, no centro-leste do país, pela Assembleia Nacional Popular (ANP), na pessoa do João Bernardo Vieira, um dos combatentes do PAIGC.

Um ano mais tarde, após a **Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974** em Portugal, o governo português, já enfraquecido por pressão interna, realizou uma declaração oficial de reconhecimento da independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde como países soberanos no dia 10 de Setembro de 1974. A cerimônia de entrega de poder do governo português para o PAIGC foi realizada no setor de Cacine, região de Tombali, sul do país. De modo geral, a proclamação da independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde apresentou duas datas diferentes, mas de acordo com a Constituição da República, a data reconhecida foi de 24 de setembro de 1973 para ambos.

Já com a soberania garantida, o PAIGC seguiu as normas de uma democracia centralizada. Declarou-se como um partido único e democrático com bases nos princípios

socialistas e leninistas.

O centralismo democrático é o modo como um partido revolucionário se organiza, e pode ser definido como um sistema de organização interna na qual as bases do partido descentralizam para manter certa expansão e monopólio de informação (CASSAMA, 2014, p.75). A liberdade de expressão era condicionada aos padrões do PAIGC, que monitorava informações através de sua central de inteligência.

Após a proclamação da independência, a administração interna do partido elegeu Luís Cabral, o irmão mais novo do Amílcar Cabral, que também foi um dos fundadores e idealizadores do partido, como o primeiro presidente da República de Guiné-Bissau.

### **Do governo Luís Cabral ao golpe de Estado militar**

Luís Cabral nasceu em Bissau, no dia 11 de abril de 1931, meio irmão de Amílcar Lopes Cabral e também fundador do PAIGC. Luís Cabral foi um contabilista de formação, e acompanhou o irmão mais velho durante toda a revolução contra o domínio português, sendo ele a figura mais próxima de Cabral tanto nas idealizações do processo revolucionário quanto nas tomadas de decisões no seio de PAIGC.

Após a declaração unilateral de independência da Guiné-Bissau, o PAIGC declarou a subida de Luís Cabral ao cargo de presidente da república guineense em 1973, durando até 1980, quando foi derrubado por um golpe de Estado. Ao longo do período de seu mandato, Luís Cabral conseguiu trazer para perto o desenvolvimento, que era a maior expectativa do povo.

A disputa entre leste e oeste global da Guerra Fria tem prevalecido fortemente e a conjuntura internacional na década de 1970 favorecia muito os países de terceiro mundo, principalmente os da África. A conquista de território na região foi de vital importância para difusão de sistemas em pauta. Os Estados Unidos tanto como a União Soviética viam a África como uma região estratégica. O desejo de manter a influência no continente permitiu que a África se beneficiasse de grandes investimentos vindos dos Estados Unidos e da antiga União Soviética, num período que foi denominado “de ouro” aos países africanos (TAYLOR, 2010).

A Guiné-Bissau era apoiada pela União Soviética, a China e países do norte da Europa como, por exemplo, a Suécia. Todos os apoios vindos dos países amigos eram aplicados para o desenvolvimento do país, tanto que, até hoje, muitos guineenses elogiam a era Luís Cabral. No período que se estende de 1973 a 1980, o país chegava certo patamar no processo de desenvolvimento nacional, a economia crescia na média, e todos os setores eram aproveitados para gerar o crescimento. Ao longo de sete anos do seu mandato a Guiné-Bissau era principal fornecedora de alimentos da sub-região. Além disso, havia a montadora do carro Nghaié, algumas fábricas de transformação de produtos agrícolas, etc. Em 14 de novembro de 1980, Luís Cabral sofreu um golpe de Estado militar que, Sá (2010), vai chamar de movimento reajustador, no qual Luís Cabral foi acusado de

organizar facções para dominar o partido, com acusações de fuzilamento dos combatentes que lutaram do lado dos portugueses. Luís Cabral foi acusado ainda de ter ordenado a abertura de valas nas matas de aldeia de Cumeré, Portogol e Mansaba, aprovado pela ordem de João Bernardo Vieira, que assumiu logo o cargo do presidente da república.

Foi preso durante um ano e um mês, quando depois foi exilado em Cuba, e posteriormente governo português garantiu seu exílio em Portugal em 1984, onde permaneceu até a sua morte em 30 de maio de 2009, no distrito de Torres, na cidade de Lisboa em Portugal.

Com a ascensão de João Bernardo Nino Vieira ao poder, se iniciou uma fase chamada de “ditadura militar na Guiné-Bissau”. O sistema era totalmente centralizado com maior rigor e perdurou mais de uma década. Muitas vidas foram ceifadas nesse período, e de 1980 a 1994, a sociedade em geral sofreu uma repressão muito forte, e ninguém tinha direito ou liberdade de questionar a política do governo, existia um único partido: o PAIGC. A Guiné-Bissau sentia-se lesada com este regime ditatorial, tudo que havia sido almejado e implantado na “era” Luís Cabral foi destruído pela má gestão do aparelho de Estado.

O sintoma da crise de União Soviética e do mundo nos anos 1980 reduziu investimentos e apoio aos países africanos, e a África em geral começou a sentir a crise, que gerou fome em proporção muito grande. A Guiné-Bissau foi fortemente atingida pela **década perdida**, abalada pela fome e pelas epidemias. A centralização do poder foi extinta somente em 1994, devido a incapacidade do PAIGC em responder às necessidades da sociedade. Segundo Carvalho, “a ordem existente, representada pelo partido único, já não respondia às necessidades de consolidação e desenvolvimento institucional do Estado guineense e a sua substituição era necessária e natural (2016, p. 66). Ocorreu, em 1994, pela primeira vez na história do país, as eleições pluripartidárias. A eleição foi vencida pelo PAIGC de forma duvidosa. O resultado importava o povo, mas o que mais importava a sociedade em geral não era a invencibilidade do PAIGC mas sim a descentralização do poder e aceitação da democracia.

### **A guerra civil e a queda do João Bernardo Nino Vieira**

Desde a guerra anticolonial do PAIGC contra o regime português, a guerra civil de 1998, conhecida também como a Guerra de Sete de Junho, foi a maior catástrofe que o país já passou na sua história. A guerra teve origem no desentendimento entre presidente da república, João Bernardo Nino Vieira e o então general das forças armadas, Ansumane Mané. Vieira afastou Mané do cargo, através de um decreto presidencial, sob a acusação de envolvimento de que este teria envolvimento com o tráfico de armas (fornecendo armas de fogo para os rebeldes de Casamansa). O general Mané não só refutou as acusações do presidente, como ainda considerou inaceitável a forma arbitrária da sua demissão. Em decorrência disso, Mané constituiu uma junta militar para enfrentar o presidente da república, o que culminou numa guerra civil entre 1998 e 1999, com 11 meses de duração.

O presidente, no entanto, chamou em seu auxílio às tropas de Senegal e de Guiné-Conakri, respaldado por acordos de assistência militar assinados por eles. A maior parte das tropas de Guiné-Bissau juntou-se ao general Mané. A guerra foi sangrenta, resultando em aproximadamente dois mil mortos, sendo grande parcela de civis. Foram várias tentativas de cessar fogo sem sucesso. O governo e a junta militar só chegaram a um senso quando ambas assinaram o acordo de Abuja. O acordo assinado em Abuja continha alguns pontos polêmicos, que dificultaram a manutenção do mesmo, que não perdurou por muito tempo; ambas as partes desobedeceram algumas cláusulas, o que os levou de volta à guerra até o exílio em Portugal de Nino Vieira (JAUARÁ, p. 4).

A junta militar venceu, assim, a guerra e proclamou a vitória do general contra o presidente, o declínio do poder do João Bernardo Nino Vieira foi flagrante. Sem mais opções, Vieira seguiu para o exílio em Portugal em maio de 1999.

A guerra perdurou onze meses, iniciou-se em sete de junho de 1998 e terminou em maio de 1999. Foi criado um governo de coalizão; o então presidente de Assembleia Nacional Popular (ANP) Malam Bacai Sanha, assumiu a presidência da república como presidente interino com Francisco José Fadúl como primeiro ministro. Ambos asseguraram o país até as eleições gerais de novembro do mesmo ano, que culminou com a vitória absoluta de Dr. Kumba Yalá à presidência da república (JAUARÁ, p. 3).

## CONCLUSÃO

Os grandes pensadores e idealizadores mundiais do século XX contribuíram para o desenvolvimento de um mundo pós-moderno. Os cientistas, os inventores das tecnologias e entre outros, deixaram legados importantes nas sociedades, construindo um mundo novo. Existiriam, também, pessoas e conflitos importantes que, pela força da ignorância e do racismo herdados do colonialismo, não assumiram a mesma “fama” mundial que outros ao norte global. Estas pessoas, porém, lutaram por causas justas, e importantes para a construção de uma sociedade livre, de pessoas livres, deixando não só legados históricos mas dando também suas próprias vidas em prol dos seus povos, de um futuro melhor para a geração vindoura.

Ao longo deste artigo, foi descrita a vida e obra de Amílcar Cabral da forma sintetizada, mostrando o legado mais importante que ele tem deixado não só para a sociedade de Guiné-Bissau e Cabo Verde, mas para o mundo em geral. As suas obras lhe concedem espaço no cenário internacional, sendo uma das grandes figuras revolucionárias que marcaram a história do século XX. Amílcar Cabral foi um dos revolucionários com visão ampliada, que almejava a libertação total da África. Tanto que envolveu-se para além de sua nação, auxiliando outros países da África portuguesa, como foi o caso de Angola.

A morte de Cabral deixou o vazio no seio da sociedade guineense. Apesar dos companheiros de luta conseguirem alcançar o objetivo da independência, desperdiçaram

a capacidade de construir e consolidar um Estado forte, capaz de atender à necessidade do povo. Um carro não consegue deslocar de um sítio para outro, sem primeiro cada peça que o compõe seja alocada no seu respectivo lugar. Amílcar exortava camaradas que estavam do seu lado ao longo da luta de que “após a independência, nem todos nós seremos chamados de líderes, aliás, somos iguais e temos mesmo direito, mas a liderança exige a competência de quem pensa rápido para resolver o problema do povo”.

A questão da busca do poder a todo custo em Guiné-Bissau já existia quando Amílcar Cabral estava vivo. Com sua morte, tudo que foi idealizado por ele para uma Guiné melhor foi sepultado junto do seu corpo, e a promessa feita ao povo foi esquecida no abismo das ilusões. A luta foi vencida e a independência foi conquistada, mas o povo ainda está sob o jugo de líderes vaidosos, corruptos, e sanguinários, que esqueceram por completo a razão da luta. As peças estão alocadas em lugares errados, os parafusos estão desapertados, e as rodas inseguras para o movimento; a viatura, porém, cheia de combustível, mas sem o suplemento para andar. A querida Guiné-Bissau não passa de uma mera abordagem figurativa dessa viatura. Um país rico, capaz de sustentar seus próprios filhos, uma nação rica em biodiversidade, recursos naturais e solo fértil, com imensa capacidade produtiva.

Ainda acredita-se no ditado que diz “a esperança é a última que morre”. O povo guineense está convicto de que os dias melhores estão por vir; em breve poderá haver um líder que encarne da característica, perfil, e os sentimentos de Amílcar Cabral. Se há esperança de que o sol continuará nascendo como sempre, também haverá esperança de que um dia nascerá um líder libertador dessa sociedade, que vai fazer ressuscitar os sonhos perdidos há quatro décadas.

## REFERÊNCIAS

ABADIA, Danúbia Mendes. **Descolonizar as mentes e os corações**: São Paulo: Expressão Popular, 2013.

AFRICANAS, Coletivo de Mulheres. **Titina Silá e uma homenagem às feministas guineenses**. 2017. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/titina-sila-e-uma-homenagem-as-feministas-guineenses>. Acesso em 15/04/2019.

ANDRADE, Ana Luíza Mello Santiago de. **Colonização na África francesa**. Disponível em: WWW. Infoescola.com/história/colonização-francesa-na-África. Acesso em 15/04/2019.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **História moderna e contemporânea**. 12 Ed. São Paulo: Ática, 1980.

AZEVEDO, Sandra Mara. **Conflito de geração na transformação do mercado de trabalho**: Curitiba, monografia: ano 2012.

BISSAURESISTE. **Blogspot.com; Grupo Bissau ResisteGalomaro@Sapo.PT**: <Acesso em 04 de janeiro de 2019>.

CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau**. Bissau: Revista Lusotopie, 1995.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. **Política externa e estado frágil na Guiné-Bissau: crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais “CPLP & CEDEAO” (1973-2014)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

CASSAMA; Daniel Júlio Lopes Soares. **Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde**. Araraquara: 2014.

DJAU, Malam. **Processo de Independência e a Formação do Estado Guineense**. Ceará, Edição, UFC, 2011.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Editora Martin Claret LTDA, 2015.

JAUARÁ, Manuel. **Conflito militar e construção de Estado nacional na África lusófona: de luta de libertação a guerra civil**.

MATOS, José. **O Início da guerra na Guiné (1961-1964)**. Lisboa: Editora revista militar n° 2566, 2015.

MELLO, De Vitor Andrade. **O esporte e as lutas anticoloniais nas colônias portuguesas na África: Amílcar Cabral**. Anais do XXVI simpósio nacional de história-ANPUH. SP, Julho 2011.

MENESES, Maria Paula G. O “indígena” africano e o colono “europeu” a construção da diferença por processos legais: Coimbra, ano 2010.

NEVES; José. **Ideologias, Ciência e Povo em Amílcar Cabral**: Rio de Janeiro, ano 2017.

Notícias. Sapo. CV/ **Vida-e-obra-de-Amílcar-Cabral**: < Acesso em 04 de Janeiro de 2019>.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A política africana de Cuba: idealismo ou pragmatismo**. Revista Brasileira de Estudos Africanos e-ISSN 2448-3923 | ISSN 2448-3907 | v.1, n.2, Jul./Dez. 2016 | p.112-123.

SÁ; Franklin Gomes Correia De. **Os sucessivos golpes militares no processo da democratização na Guiné-Bissau**: Porto Alegre, edição UFRGS, Ano 2010.

SELL; Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica, Marx, Durkheim, e Weber**: 4. Ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2013. - (coleção sociologia).

TAYLOR; Ian. **The International Relations of Sub-Saharan Africa**: St. Andrews, Reino Unido: 2012.

WALLERSNTEIN; Immanuel. **The Political of Independence and Unity**: Estados Unidos, Ed. Nebraska Lincoln, ano 2018.

WOOLLACOTT; John. **A luta Pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal**: Lisboa, Revista, Análise Social, ano 1983.



## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**NATALIA COLOMBO** - Bacharel em Design de Moda (2015) e Mestre em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná (2018). Pós-graduanda no MBA em Comunicação e Marketing Digital pela Faculdade Estratégica e Discente no Curso Técnico em Administração pelo Instituto Federal do Paraná, desde 2020. Membro no grupo de pesquisas Tecnologias: Experiência, Cultura e Afetos (TECA) do PPGCom UTP/Curitiba desde 2017. Pesquisadora nas áreas de Moda, Comunicação, Consumo e Identidade. Experiente na área de Desenho Industrial, com ênfase em Planejamento e Desenvolvimento de Produto e Gestão de Comunicação com ênfase em Eventos Científicos. Atua como Social Media para empresas, profissionais liberais e conteúdo de blog pessoal.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Afeto 2, 43, 128, 134

Africanidades 38, 42, 43, 44, 46, 48

Alteridade 16, 54, 113

América Latina 3, 4, 14, 81, 84, 163, 169, 180, 181, 185, 187, 188, 190, 238

Antropologia 128, 130, 135, 138, 179, 195, 207, 235, 236

Arquétipos 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 126, 134

Artes 60, 101, 114, 116, 117, 120, 125, 127, 178

### C

Comunicação 57, 58, 63, 64, 69, 70, 126, 138, 142, 148, 150, 154, 156, 159, 161, 166, 181, 186, 190, 192, 194, 195, 207, 245, 260

### D

Democracia 29, 37, 41, 49, 50, 52, 54, 56, 58, 59, 75, 79, 185, 224, 227, 254, 256

Dialética 1, 2, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 54, 57, 113, 161

Direitos das Mulheres 73, 77, 79, 81

Direitos Humanos 16, 17, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 51, 52, 53, 54, 74, 78, 183, 191, 193

Discurso 4, 50, 56, 62, 63, 64, 72, 87, 92, 113, 127, 133, 147, 150, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 203, 204, 206, 207, 217, 224, 227, 254

Diversidade 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 41, 42, 47, 55, 58, 63, 65, 68, 71, 79, 109, 150, 158, 163, 164, 198, 211, 239, 243

### E

Educação 5, 13, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 57, 61, 62, 63, 71, 72, 73, 75, 76, 83, 85, 91, 106, 122, 199, 202, 204, 220, 224, 236, 246

Emancipação Feminina 73

Ensino 15, 25, 26, 28, 29, 34, 35, 38, 39, 41, 43, 48, 50, 56, 59, 60, 62, 63, 65, 67, 68, 71, 90, 102, 104, 114, 125, 199, 208, 210, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Escola 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 53, 55, 58, 62, 68, 71, 78, 90, 112, 147, 149, 179, 209, 210, 220, 221, 222, 223, 224

Estigma 116, 132, 134, 135, 138, 167, 170, 171, 176, 177, 178

Ética 11, 16, 19, 23, 24, 59, 83, 84, 103, 149, 178

Etnografia 38, 43, 48, 130, 135, 136

Eugenia 140, 146, 150

## **F**

Formação Continuada 62, 63, 64, 65, 71

Fronteiras 56, 57, 72, 194, 200, 201

## **G**

Geografia 147, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 242, 243

## **H**

História 1, 2, 7, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 23, 34, 38, 40, 41, 42, 47, 54, 58, 61, 78, 80, 84, 89, 99, 114, 120, 122, 125, 134, 140, 141, 150, 161, 169, 185, 186, 187, 196, 197, 200, 202, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 214, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 232, 235, 236, 240, 241, 248, 249, 256, 257, 258, 259

Homossexualidade 128, 131, 132, 133, 134, 138

## **I**

Idosos 204

Inconsciente Coletivo 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 126

Integração Social 55

## **J**

Jornalismo 140, 195

Juventudes 49, 50, 54, 55, 60, 61

## **L**

Ludicidade 38, 41, 42, 43, 46, 48

Lugares de resistência 38

## **M**

Masculinidades 137

Movimento Migratório 180

Movimentos Feministas 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 83

## **N**

Negritude 115, 128, 130, 131, 134, 149, 246

## **O**

Outsiders 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

## **P**

Patriarcado 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 83, 84

Pedagogia do teatro 114

Periódicos 126, 140, 141, 143, 145, 148

Plantas Medicinais 85, 86, 89, 90, 96, 97, 98, 99

Pobreza 3, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 27, 34, 36, 37, 180, 189, 192

Propriedade da terra 226, 228

## **Q**

Quilombo 142, 143, 234, 236, 237, 238, 239, 242

## **R**

Racismo 32, 39, 40, 41, 47, 48, 53, 64, 104, 130, 131, 132, 133, 137, 140, 147, 148, 173, 246, 248, 257

Refugiados 180, 182, 183, 184, 185, 192, 193

## **S**

Saúde 4, 5, 28, 31, 73, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 106, 116, 150, 160, 163, 169, 170, 179, 180, 181, 190, 191, 204, 205, 206

Serviço Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15

Situação de rua 16, 17, 21, 22, 23, 24

## **T**

Temas transversais 28, 208, 221, 222, 223

Teoria Marxiana 1

Território 22, 53, 104, 123, 146, 183, 184, 191, 200, 201, 202, 223, 225, 229, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 252, 254, 255

## **V**

Violação 16, 17, 21, 23, 26, 148, 183

# Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2020

# Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 